O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Sexta-feira 14 de ABRIL de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47295
estadão.com.br

INÊS249

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

Prédio histórico dos Correios pode ter um destino em breve

Prefeitura pretende obter "nos próximos dias" a concessão da maior parte do Palácio dos Correios, no Vale do Anhangabaú, por 100 anos. Plano é implantar um espaço de atendimento 24 horas à população, o SP24, e uma central de monitoramento. __A17

Brasil e a nova Guerra Fria __A6 e A7

Lula se alinha à China e contesta hegemonia do dólar

__ Presidente ecoa estratégia chinesa de diminuir dependência dos EUA

Em visita oficial à China, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu o uso de moedas locais no comércio entre países integrantes do Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ao participar da cerimônia de posse de Dilma Rousseff no comando do Novo Banco de Desenvolvimento, também chamado de Banco do Brics, Lula questionou o motivo pelo qual as nações precisam do dólar para lastrear seus negócios. Sem se preocupar com eventuais críticas dos EUA, mostrou-se alinhado à estratégia do governo chinês que busca reduzir a preponderância do dólar nas transações internacionais. Nas últimas semanas, Brasil e China avançaram nas negociações para que o comércio e os investimentos entre eles sejam feitos com real e yuan. Uma das ambições declaradas do governo Lula é reformar a governança global.

"Toda noite me pergunto por que todos os países estão obrigados a fazer o seu comércio lastreado no dólar"
Luiz Inácio Lula da Silva

Análise __A6
Armando Castelar*
Geopolítica ditará espaço do yuan
* Professor da FGV Direito Rio

Eliane Cantanhêde __A8
Tremendo contraste

VITOR ZORZAL

C2 Espetáculo musical __C1
Diogo Vilela revive Cauby no teatro

Questão agrária __A9
CNA vai ao STF para barrar invasões de terras pelo MST

Ataque às urnas eletrônicas __A10
MPE dá parecer para tornar Bolsonaro inelegível

Marginal do Tietê __A18
Prefeitura planeja via suspensa para motos e bicicletas

Notas e Informações __A3
Baixar os juros não é tão simples
BC espera do governo sinais mais claros de compromisso com o equilíbrio fiscal.

Militares estão sujeitos à lei e ao poder civil

Fernando Gabeira __A5
Brasil que volta, Brasil que vai

Celso Ming __B2
O dólar abaixo dos R$ 5

Pedro Doria __B24
Sem notar, governo mexe na alegria da favela

E&N Sustentabilidade __B14
Pacote verde é aposta do governo para tentar aquecer a economia
Fazenda prepara medidas como transição energética, tratamento de resíduos e incentivos ao mercado de crédito de carbono. Em junho, Brasil receberá evento sobre clima.

0,17%
é a participação de produtos da sociobiodiversidade e da floresta nas exportações

E&N Nova âncora fiscal __B1
PT pressiona Haddad por derrubada do teto de investimentos
Para a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, objetivo é "não ficar com o limite de só ser corrigido pela inflação".

Escândalo de espionagem __A11
Pequim aceitou armar Rússia, dizem documentos vazados dos EUA
FBI prende Jack Teixeira, de 21 anos, autor do vazamento de milhares de dados confidenciais do Pentágono.

Reação a ataques __A14 e A16
SP terá app com alerta para polícia e Samu em escola pública e privada
Botão "segurança escolar" estará no aplicativo 190 SP da PM. Casos terão preferência no despacho de viaturas.

E&N Mercado imobiliário __B18
Disputa entre herdeiros trava projeto bilionário perto da Paulista
Motivo da briga é uma propriedade de 450 m² da família Gerassi Parente, vendida para a construtora REM.

Tempo em SP
19° Mín. 27° Máx.

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293019

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/MARIANA-CARNEIRO

Coluna do Estadão

União Brasil tem novo foco de crise interna no Mato Grosso do Sul

Depois do Rio, o União Brasil pode sofrer nova baixa, desta vez em Mato Grosso do Sul, onde a senadora Soraya Thronicke (União-MS) demonstra insatisfação em meio à guerra que trava pelo comando local do partido. Há dez dias, Soraya chegou a dissolver a executiva estadual, antevendo uma derrota na eleição pelo comando do diretório local. Mas sofreu um revés por ordem da executiva nacional, que deu razão ao grupo de oposição, liderado pela ex-deputada Rose Modesto e do qual também faz parte o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta. O desgosto levou Soraya a conversar com outras siglas, como o Podemos e o PSD – ela se reuniu com Gilberto Kassab nesta quarta (12), em Brasília.

● **DES-UNIÃO.** O desagrado de Soraya com o União começou na eleição, quando ela acusou o partido de não investir em sua candidatura presidencial. A possível derrota dela no diretório estadual e a sua eventual saída representam um baque para Luciano Bivar (União-PE), que a vê como aliada para seguir na presidência do partido. Eleição para o diretório nacional está prevista para o segundo semestre.

● **FUI.** No Rio, Waguinho, ex-presidente do diretório estadual, disse a aliados que não acredita que o TSE vá autorizar a saída por justa causa de deputados do União – se insistirem, eles podem perder o mandato. A rebelião, no entanto, é um gesto político. Waguinho foi para o Republicanos.

● **FARELO.** Marcos Pereira, que preside o Republicanos, disse a parlamentares que Waguinho se comprometeu em levar mais políticos do União para o novo partido: prefeitos e vereadores.

● **LEIA-SE.** Poucos dias antes de se aposentar, em 4 de abril, Ricardo Lewandowski assinou um despacho em que reafirma que as duas ações penais contra Rodrigo Tacla Duran estão suspensas e escreve que "todos os demais incidentes processuais a elas relacionadas, inclusive aqueles de iniciativa de terceiros, deverão permanecer sem que seja proferida nenhuma decisão".

● **RODA.** Ainda assim, Marcelo Malucelli, do TRF4, decidiu pela prisão do ex-advogado da Odebrecht. Sem Lewandowski na cadeira, uma reclamação da defesa de Tacla Duran ao STF ficaria à espera do sucessor ou seria redistribuída na Corte.

● **FUNIL.** O sindicato dos auditores da Receita aproveitou o anúncio sobre o fim da isenção tributária nas compras abaixo de US$ 50 para pleitear aumento do efetivo. A entidade afirma não haver servidores para fiscalizar todas as compras que chegam do exterior.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Janja da Silva, primeira-dama

● **TREINO.** Os deputados estaduais do PT Emídio de Souza e Luiz Fernando Ferreira devem disputar as prefeituras de Osasco e São Bernardo em 2024. Suas candidaturas fazem parte da tentativa do partido de retomar protagonismo na Grande São Paulo. Atualmente, o PT governa apenas Diadema e Mauá.

● **TREINO 2.** Emídio governou Osasco por oito anos e foi cotado a assumir um ministério de Lula. Já Ferreira é do grupo do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que governou São Bernardo.

COLABOROU ELIANE CATANHÊDE

PRONTO, FALEI!

José Auricchio Jr.
Prefeito de São Caetano (PSDB)

"A ação na Justiça é algo extremo, mas a letargia da executiva do PSDB tem trazido desconforto", diz, sobre disputa entre tucanos paulistas e Eduardo Leite.

CLICK

DIVULGAÇÃO/Edu Andrade

Simone Tebet
Ministra do Planejamento

Ao lado da ministra Esther Dweck (Gestão), se reuniu com as autoras do livro 'Uma sobe e puxa a outra', para discutir o empoderamento feminino.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Baixar os juros não é tão simples

Recuo da inflação sugere que há espaço para reduzir a taxa básica, mas BC ainda está reticente, pois o governo precisa dar sinais mais claros de compromisso com equilíbrio fiscal

A inflação brasileira mostra tendência de desaceleração, segundo indicam os números oficiais e também as previsões de economistas. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi em março de 4,65% em termos anuais, o que significa que voltou a ficar dentro da meta oficial considerando-se a margem de tolerância, que vai de 1,75% a 4,75%. Além disso, a primeira prévia deste mês de abril do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) teve a maior queda desde o Plano Real: houve deflação desse outro indicador de 0,90% e em 12 meses o índice está agora apresentando uma queda de 2,12%.

Isso certamente deve aumentar a pressão sobre o Banco Central (BC) para reduzir os juros, como cobra, todos os dias, o presidente Lula da Silva. Afinal, os juros foram elevados e mantidos nesse patamar em razão de uma perspectiva de alta da inflação. Mas a coisa não é tão simples quanto Lula gostaria.

Para que os juros sejam reduzidos, não basta que as projeções indiquem o recuo da inflação. A decisão sobre o nível da taxa básica depende de outros fatores, em especial do compromisso do governo com o equilíbrio fiscal. E isso ainda não está muito claro, a despeito do entusiasmo de muitos com o novo regime fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

É de todo desejável que os juros caiam. Na sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve em 13,75% a taxa Selic, que serve de base para a definição de juros no País. É a segunda taxa nominal mais elevada do mundo, só perdendo para os juros estratosféricos reinantes na combalida Argentina.

São consistentes os sinais de aperto no crédito, e já há quem veja uma crise mais grave avizinhando-se. Empreendedores em geral, grandes e pequenos, se queixam de que não conseguem financiamento a um custo que não seja proibitivo. A inadimplência dos consumidores segue muito alta. Todas as projeções sobre o desempenho da economia brasileira sugerem um cenário de baixo crescimento neste e nos próximos anos. Para um país que está estagnado há mais de uma década, não é algo aceitável.

Se os juros altos são causa principal dessa perspectiva sombria, são também consequência da tolerância do governo à inflação, que não é de hoje: na gestão de Jair Bolsonaro, a inflação turbinou as receitas do Tesouro, ajudando a melhorar as contas, enquanto esfolava os pobres e a classe média; o governo de Dilma Rousseff, por sua vez, deu de ombros à inflação ao proclamar que "gasto é vida", fazendo da irresponsabilidade fiscal sua estratégia de crescimento – o resultado, todos sabem, foi a pior recessão da história nacional. Como Lula da Silva não renegou Dilma, isto é, não reconheceu o desastre de sua pupila, é natural que a autoridade monetária ainda desconfie da disposição do atual governo de restabelecer a racionalidade na administração das contas públicas, a despeito dos genuínos esforços do ministro Haddad.

O Banco Central, como tem enfatizado seu presidente, Roberto Campos Neto, considera que a queda da inflação em março é apenas um dado a mais a ser levado em consideração nas decisões sobre a taxa Selic. Em conversas durante a assembleia do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, comparou a taxa Selic a um tratamento com antibiótico aplicado ao paciente – a economia brasileira. "Se você parar no meio do tratamento só porque você tem os primeiros sintomas mais positivos, você pode perder todo o efeito", disse.

O BC tem deixado claro em seus comunicados após as reuniões do Copom que prefere olhar para os dados no âmbito de um "horizonte relevante". Ou para citar o texto do comunicado, "o Comitê optou novamente por dar ênfase ao horizonte de seis trimestres à frente. (....) O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual".

Trocando em miúdos, a bola está com o governo, que deve mostrar respeito pelos fundamentos econômicos, sem flertar com experiências heterodoxas e populistas que, a título de impulsionar o desenvolvimento do País, ameaçam condená-lo de vez à mediocridade.●

Militares estão sujeitos à lei e ao poder civil

O depoimento de 3 generais e mais 78 militares sobre o 8 de Janeiro reafirma valores da República. Todos são iguais perante a lei. O poder militar está submetido ao poder civil

No dia 12 passado, a Polícia Federal (PF) ouviu em Brasília o depoimento de 3 generais – os generais de divisão Carlos José Russo Assumpção Penteado e Carlos Feitosa Rodrigues e o ex-comandante militar do Planalto Gustavo Henrique Dutra de Menezes –, além de outros 78 militares. Eles depuseram na condição de testemunhas, e não de investigados. A Operação Lesa Pátria apura eventual conivência e participação de integrantes das Forças Armadas nos crimes cometidos no 8 de Janeiro. Segundo a PF já havia afirmado, existem indícios de "possível participação/omissão dos militares do Exército Brasileiro, responsáveis pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Batalhão da Guarda Presidencial", na invasão das sedes dos Três Poderes.

A oitiva de testemunhas é parte habitual do inquérito policial e não envolve nenhuma atribuição de responsabilidade em relação a quem foi convocado a depor. De toda forma, o que ocorreu na quarta-feira passada reafirma um ponto essencial do Estado Democrático de Direito: o poder militar está submetido ao poder civil. Por exemplo, o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes foi ouvido durante sete horas, tendo sido questionado, entre outros temas, sobre a declaração, feita por coronéis da Polícia Militar, de que o Exército teria impedido o desmonte do acampamento de manifestantes bolsonaristas em frente ao Quartel-General, em Brasília.

Nesse fato aparentemente corriqueiro – a oitiva de testemunhas militares numa investigação criminal conduzida pela Polícia Federal –, reitera-se um princípio fundamental da República. Todos são iguais perante a lei. Não há exceções, não há privilégios. Igualmente submetidos ao poder civil, todos têm de respeitar a lei.

A oitiva dos militares na Operação Lesa Pátria é consequência direta do que estabelece a Constituição de 1988 e vem sendo reiteradamente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Cabe à Justiça comum julgar eventuais crimes praticados por militares. Com competência restrita, a Justiça Militar julga apenas "os crimes militares definidos em lei", tal como prevê o texto constitucional.

Em fevereiro, aplicando a jurisprudência do STF, o ministro Alexandre de Moraes afirmou a competência da Corte para processar e julgar os crimes ocorridos no 8 de Janeiro, "independentemente de os investigados serem civis ou militares". A não diferenciação entre civis e militares foi uma decisão correta, preservando a igualdade de todos perante a lei.

A oitiva dos militares pela PF não é nenhuma afronta à autoridade das Forças Armadas, tampouco significa alguma forma de revisionismo histórico. Não se está discutindo a história, muito menos a Lei da Anistia. A Operação Lesa Pátria investiga crimes praticados em 2023 ou que tiveram seu desfecho em 2023. Ou seja, trata-se apenas da aplicação da lei vigente no Brasil, sem fazer distinções antirrepublicanas.

Reafirmando que os militares foram ouvidos na condição de testemunhas, o Exército comunicou que eles foram instruídos a colaborar com as investigações dos órgãos competentes. Fez bem o Exército. Afinal, no Estado Democrático de Direito só existe essa possibilidade. Todas as pessoas, especialmente os funcionários públicos, têm o dever de colaborar com as investigações realizadas pelos órgãos estatais. Não cabe nenhuma outra atitude. Eventual ordem para dificultar em alguma medida as investigações seria ilegal e com possíveis consequências penais.

Os atos do 8 de Janeiro foram gravíssimos e merecem a mais rigorosa apuração, investigando não apenas os militares, mas também seus eventuais mandantes. O que aconteceu em Brasília no segundo domingo de 2023 foi a negação da liberdade e da convivência pacífica – o uso da violência para afrontar os Poderes constitucionalmente constituídos. A melhor resposta que se pode dar a esses eventos bárbaros é o cumprimento da lei, com o respeito às competências judiciais e o funcionamento republicano das instituições, sem fazer distinções de pessoas, com privilégios ou com perseguições ideológicas.●

ESPAÇO ABERTO

Freio de arrumação no ensino médio

Simon Schwartzman

Finalmente, o Ministério da Educação viu que a reforma do ensino médio não andava bem, e deu uma parada. Agora se discute se ela deveria ser anulada ou se dá para consertar, mas pouco se fala sobre por que foi feita e os problemas que tentou resolver.

O ensino médio tem de atender a uma população de quase 10 milhões de pessoas com condições, interesses e projetos de vida muito diferentes, e não é possível que todos sigam o currículo tradicional, que vem dos tempos de Gustavo Capanema, 80 anos atrás. Era um currículo destinado aos filhos das elites que se preparavam para as profissões universitárias, quando a grande maioria mal completava um curso primário de quatro anos.

Aos poucos, o acesso à educação primária aumentou, até quase se universalizar na década de 1990, tendo como foco a capacitação inicial em leitura, escrita e aritmética. O ensino superior também se expandiu. Falava-se em "universidade para todos", para o que o ensino médio seria a porta de entrada. O antigo ginásio, para crianças entre 11 anos e 14 anos, se incorporou ao primário, ficando como o patinho feio da educação brasileira, espremido entre os que se preocupam com a alfabetização, numa ponta, e com o ensino médio e o acesso ao ensino superior, na outra.

Mas a educação brasileira se expandiu de forma muito desigual. Uma pequena minoria consegue completar razoavelmente bem o ensino médio unificado, em escolas particulares ou em poucas escolas públicas seletivas, e entra nas carreiras universitárias mais valorizadas. A grande maioria mal cumpre as obrigações mínimas dos currículos obrigatórios e ou fica com um diploma de nível médio sem qualificação profissional, ou tenta uma carreira superior de fácil acesso, mas com grandes chances de ficar pelo caminho e não se profissionalizar.

Em todos os países existem desigualdades na educação, porque as pessoas vêm de ambientes diferentes e têm interesses e capacidades distintos. As escolas podem pouco para compensar as diferenças que os estudantes trazem, e as melhores políticas educacionais são aquelas que buscam compensar essas diferenças o mais cedo possível. Não é à toa que o exame do Pisa, adotado em quase todo o mundo para aferir a qualidade da educação, é aplicado a jovens de 15 anos, quando devem estar completando a educação fundamental e já deveriam ter os conhecimentos fundamentais de leitura, raciocínio matemático e formação geral nas ciências naturais, sociais e humanidades. Muitas das críticas que têm sido feitas à reforma do ensino médio de 2017 são de que ela deixaria de dar a educação geral que seria necessária para todos. Mas é no ensino fundamental, até os 15 anos, e não no médio, que esta formação geral precisa ser dada.

O caminho é oferecer um leque de escolhas, reconhecendo que existem diferenças, mas sem colocar a população em camisas de força

Aos 16 ou 17 anos de idade, que é quando a maioria dos jovens brasileiros entra no ensino médio, as cartas já estão dadas. Pretender que todos vão seguir o mesmo caminho e se tornar universitários é condenar a grande maioria à frustração. Dividir desde cedo os que seguirão os cursos universitários e os destinados aos cursos técnico-profissionais, como tem sido feito na maioria dos países na Europa e na Ásia, pode ser mais eficaz, mas mantém a sociedade dividida em classes e com os menos qualificados sujeitos às incertezas de um mercado de trabalho em permanente sobressalto.

O caminho é oferecer um leque de escolhas, reconhecendo que existem diferenças, mas sem colocar a população em camisas de força. Para os que pretendem entrar desde logo em carreiras universitárias, é preciso permitir que se direcionem desde logo para suas áreas de preferência. É possível desenhar os currículos de muitas maneiras, mas, basicamente, são quatro opções: a formação nas áreas técnicas de Matemática e Engenharia; nas ciências biológicas e da saúde; nas profissões sociais como Administração ou Direito; ou nas artes e humanidades, escolhendo uma como principal e outras como secundárias.

Para os que precisam trabalhar mais cedo, não têm interesse ou condições de seguir desde logo a trilha universitária, deve ser possível oferecer uma formação mais prática e valorizada no mercado de trabalho. Um bom curso profissional de nível médio ou pós-secundário pode ser tão ou mais interessante do que muitos diplomas universitários. As redes públicas estaduais não sabem fazer isso, é preciso trazer a ajuda do Sistema S e de algumas poucas escolas técnicas estaduais, e fortalecer o sistema de aprendizagem em parcerias com o setor produtivo. E é preciso abrir mais espaços na educação superior, pela ampliação da formação mais prática e aplicada também neste nível.

Não há como amarrar tudo isso em currículos fixos, mas é possível direcionar as mudanças por meio de um conjunto de exames e certificações que substituam o atual Enem, nas quatro áreas principais de formação e nas principais áreas de formação profissional, como Tecnologia da Informação, profissões de saúde, eletrônica, etc., deixando as redes escolares buscarem seus próprios caminhos. ●

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

FÓRUM DOS LEITORES

Lula na China

Pode nos custar muito

Lula está se achando: critica o dólar como moeda comercial; quer se meter na guerra da Rússia com a Ucrânia sugerindo que a Ucrânia devolva a seu invasor parte do seu território; ataca o Fundo Monetário Internacional (FMI); defende a falida Argentina; e se aproxima da China de forma geopolítica perigosamente. Está dando um tapa na cara de Joe Biden, não tem humildade para se colocar numa posição de neutralidade, um erro que pode nos custar muito.

Roberto Solano
robertossolano@gmail.com
Rio de Janeiro

Bretton Woods

"Quem é que decidiu que era o dólar a moeda (*internacional*)?", questionou Lula da Silva na posse de Dilma Rousseff como presidente do banco do Brics. O presidente brasileiro deveria saber que a Conferência de Bretton Woods, em New Hampshire (EUA), no ano de 1944, reuniu as principais lideranças mundiais e definiu o lastro do dólar americano para moedas internacionais.

José A. Muller
josealcidesmuller@hotmail.com
Avaré

Qualquer moeda

Lula se pergunta o motivo de o mundo usar o dólar em transações internacionais. Parece que nasceu ontem. Ignora que há a necessidade de uso de uma moeda forte, de aceitação global e já solidificada nas finanças. Acha que pode instituir qualquer moeda do zero, como novo *standard* internacional. Por que não a moeda de Bangladesh, por exemplo? Tenha a santa paciência!

Sérgio Eckermann Passos
sepassos@yahoo.com.br
Porto Feliz

Congresso Nacional

Baixaria

Acompanho a política nacional há sete décadas e me lembro do desempenho de Jair Bolsonaro como deputado, a ponto de estranhar como ele nunca perdeu o mandato por quebra de decoro. Como presidente da República, então, ele se comportou de maneira insólita, superando minhas mais sombrias expectativas. Mas o auge deste tipo de baixaria aconteceu na terça-feira, na Câmara dos Deputados, quando o ministro da Justiça ali compareceu atendendo a um convite. As acusações e perguntas feitas por parlamentares que hoje são oposição e o bate-boca que se seguiu entre os deputados foram de tão baixo nível que aquilo mais parecia um botequim na zona do meretrício. Dois deputados do PL se sobressaíram, como citou reportagem do **Estado** (12/4, A7): Paulo Bilynskyj, comparando Lula a Hitler e Stalin; e Carla Zambelli, dizendo palavrões impublicáveis a outro deputado. Se o Conselho de Ética não propuser a cassação desses parlamentares depois desse absurdo, ao menos fica claro que cometemos outro erro histórico nas eleições de 2022, ao elegermos para aquela Casa pessoas totalmente despreparadas e indignas de nos representar.

Gilberto Pacini
pacini0253@gmail.com
São Paulo

Eles vão continuar

A audiência com Flávio Dino na Câmara foi, infelizmente, cercada de ofensas e baixarias entre parlamentares governistas e de oposição. E esse tipo de pressão não deve parar por aí, já que há outros cinco ministros do atual governo convidados para sessões semelhantes no Congresso. Lula não vai ter refresco.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com
São Carlos

Segurança nas escolas

Policiamento escolar

A par da noticiada correta decisão de aumentar o policiamento escolar para o devido e melhor resguardo de nossas crianças (**Estado**, 13/4, A18), devemos ter sempre em mente as inexcedíveis definições, respectivamente, do filósofo Cícero e do *pai* do Direito Penal, Cesare Beccaria: "O maior estímulo para cometer faltas é a esperança da impunidade" e "alguns tribunais oferecem a impunidade àquele que praticou delito grave. Assim, a vileza é mais comum e contagiosa, e sempre mais se propaga. Ademais, o tribunal revela a sua própria incerteza, a fraqueza da aplicação da lei".

Fernando de Oliveira Geribello
fernandogeribello@gmail.com
São Paulo

Guardas-civis

Se eu bem me lembro, a Guarda Municipal não havia sido recriada justamente para fazer a segurança das escolas? Onde foram parar os guardas-civis? No trânsito, multando veículos para ajudar a mais ineficiente agência do governo do Estado a fechar seu orçamento?

Domingos Fernando Refinetti
domingos.refinetti@wkadvogados.com
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Brasil que volta, Brasil que vai

Fernando Gabeira

Os 100 dias de governo foram sintetizados no slogan *O Brasil voltou*. Em alguns casos, voltou rápido e de forma eficaz, como, por exemplo, na política externa. Com o discurso em Sharm el-Sheikh, no Egito, Lula retomou o processo de conexões internacionais dilacerado pelas opções do bolsonarismo. De lá para cá, visitou Argentina, Uruguai, Estados Unidos e, neste momento, está na China. O País foi convidado a participar da reunião do Grupo dos 7, em Hiroshima, no Japão.

O Brasil voltou, também, nos programas sociais do passado, Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, sem falar no esforço de aumentar o poder de compra do salário mínimo.

No caso do Minha Casa, talvez coubesse uma renovação, um pouco mais de criatividade, sobretudo porque algumas condições foram mudadas com a pandemia e o esvaziamento dos centros pelo *home office*.

Existem inúmeras áreas nas quais o Brasil não pode voltar, simplesmente porque nunca foi. O discurso de Lula nos 100 dias menciona algumas: a transição energética, a produção do hidrogênio verde, o desenvolvimento sustentável da Amazônia, a universalização do acesso à internet.

Todas essas idas estão ainda na fase de intenção. No caso da Amazônia, houve a importante declaração de Lula no Egito e a escolha de Marina Silva, mas os resultados ainda não são palpáveis, exceto a retomada do Fundo Amazônia. Há sinais confusos: o desmatamento cresceu em fevereiro, a Petrobras fala em explorar petróleo na foz do Amazonas e o Ibama adia a proibição, definida por compromisso internacional, da exportação de madeiras importantes como ipê e cumaru.

Ainda no campo ambiental, o Brasil voltou no sentido de retroceder com as mudanças por decreto no marco do saneamento básico. O primeiro ponto a discutir é precisamente o fato de que o Marco do Saneamento foi produzido por um longo trabalho parlamentar de uma comissão mista do Congresso. Alterá-lo por decreto soa como uma subestimação do trabalho parlamentar e vai, certamente, trazer problemas.

O segundo ponto é mais de fundo. O presidente, em seu discurso, reafirmou a confiança no Estado como indutor do crescimento econômico e promotor da justiça social. Em tese, tudo bem. Mas tenho escrito muito sobre o papel da iniciativa privada, as imensas possibilidades que se abrem quando se alinham Estado e empresas em busca de um objetivo comum. Num dos artigos, citei o caso da conquista da Lua, descrito no livro da economista Mariana Mazzucato.

> *Intenções mostram que o Brasil não apenas voltou, mas está se preparando para avançar por caminhos nunca navegados*

O presidente compreende o atraso brasileiro no campo do saneamento. É um problema para toda a geração de políticos que viveu o processo de democratização porque, de certa forma, explicita nosso fracasso.

Embora de natureza diferente, voltamos aqui ao debate sobre a privatização das teles. Era evidente na época que o Estado brasileiro não tinha condições de financiar pesquisas, muito menos de dar o passo tecnológico necessário para acompanhar o ritmo do mundo. Embora o aspecto tecnológico no saneamento não tenha o mesmo peso, o problema central é o mesmo: falta de poder de investimentos.

De fato, não existe, no caso do saneamento, uma certeza de que pode ser feito apenas pela iniciativa privada. Há inúmeros casos em que os Estados se saíram bem. No entanto, em todos, a questão da disponibilidade de recursos é decisiva.

A intervenção do governo flexibiliza o Marco do Saneamento em favor das estatais que se mostraram, até agora, inadequadas para a dimensão da tarefa.

Enfatizo a escassez de investimentos porque é o tema central em nosso atraso. Existem outros importantes. Em Cingapura o êxito não se deve apenas aos investimentos, mas também à combinação de tecnologia com educação popular. A Holanda, com parcerias público-privadas, inova na conversão de resíduos orgânicos em energia. A rede de esgotos de Paris é centralizada e administrada pela Suez, que é uma empresa estatal. Foram capazes de instalar 2.500 quilômetros de tubulações de esgoto e 1.200 de água potável. Quem não cuida bem da tubulação é multado.

O discurso do presidente Lula parece ter percebido as armadilhas do slogan *O Brasil voltou*. Tanto que sua última frase foi "o Brasil voltou a ter futuro".

Mas o Brasil país do futuro é um tema do passado, desde a presença do escritor Stephan Zweig no Brasil, assunto de um livro de Alberto Dines. Zweig escreveu *Brasil, um país do futuro* em 1941, e foi um sucesso na época. De lá para cá, nos cansamos um pouco da ideia e estamos sempre querendo mover o país do presente.

Cem dias não bastam para julgar um governo. As intenções demonstradas no discurso mostram que o Brasil não apenas voltou, mas está se preparando para avançar por caminhos nunca navegados. Essa é a esperança de um debate que não se faz mais com as asperezas do passado recente, mas com a flexibilidade das regras democráticas.

Aliás, alguns dos fatores que nos levam a considerar as dificuldades dos primeiros 100 dias são também os vestígios do passado recente: o vandalismo de 8 de janeiro, a tragédia Yanomami e o evento extremo no litoral norte de São Paulo, 682 mm de chuva em 24 horas. Aqui, o Brasil não foi nem voltou, apenas estagnou na sua imprevidência diante das mudanças climáticas. ●

JORNALISTA

TEMA DO DIA

JOE SKIPPER/REUTERS

Direitos políticos

MP Eleitoral se manifesta a favor da inelegibilidade de Bolsonaro por 8 anos

Parecer da Procuradoria foi anexado na ação que investiga o ex-presidente por atacar urnas eletrônicas e espalhar notícias falsas em reunião com embaixadores, o que caracteriza abuso de poder político. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● **"Somente 8 anos? Deveria ficar inelegível no mínimo pelos próximos 80!"**
MARCIA GHIRARDELLO

● **"Inelegibilidade não pode servir como um 'acordo'. Bolsonaro tem que responder criminalmente pelo que cometeu."**
CARLOS SANTA ROSA

● **"Com ele e Lula inelegíveis, certamente teríamos um período de paz no Brasil."**
ALTIVO FAGUNDES

● **"Não tem problema! A direita no Brasil tem muitos representantes!"**
ANA CAROLINA MACK

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Link

Veja como fazer a bateria do seu smartphone durar. ●
https://bit.ly/43t0Om6

Estados Unidos

Trem de Orlando a Miami vai ajudar turismo na região. ●
https://bit.ly/41div7e

Newsletter

'Pílula': dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHP0

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Visita oficial

Lula se alinha à estratégia da China e contesta hegemonia global do dólar

Na primeira agenda no país asiático, presidente questiona uso da moeda americana para lastrear o comércio internacional; brasileiro visita centro da Huawei, alvo dos EUA

ALTAMIRO SILVA JUNIOR
ENVIADO ESPECIAL / PEQUIM
ISABELLA ALONSO PANHO
SÃO PAULO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua visita oficial à China com uma defesa do uso de moedas locais no comércio entre países integrantes dos Brics. Ao questionar o motivo pelo qual as nações precisam do dólar para lastrear seus negócios, o brasileiro se mostrou alinhado a uma estratégia que marca a política externa e financeira do país asiático: a redução da dependência da moeda americana e o aumento da circulação do yuan.

No seu primeiro discurso em território chinês, Lula defendeu o combate à pobreza e as reformas de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O petista participou da cerimônia de posse de Dilma Rousseff para comandar o Novo Banco de Desenvolvimento, também chamado de banco dos Brics – sigla formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, e abandonou o texto lido para falar do dólar.

"Toda noite me pergunto por que todos os países estão obrigados a fazer o seu comércio lastreado no dólar. Por que não podemos fazer nosso comércio lastreado na nossa moeda? Por que não temos o compromisso de inovar? Quem é que decidiu que era o dólar a moeda, depois que desapareceu o ouro como paridade?", questionou o presidente.

RICARDO STUCKERT/PR

Lula discursa em Xangai durante posse de Dilma Rousseff na chefia do Novo Banco de Desenvolvimento

YUAN. Conforme revelou o **Estadão**, os governos da China e do Brasil avançaram nas últimas semanas na negociação para que comércio e investimentos entre os dois países sejam feitos diretamente entre o real e o yuan, o que exclui o dólar americano das transações. O governo da China já indicou qual banco fará o papel de clearing house, a unidade autorizada a realizar essas transações no Brasil. Esse mecanismo financeiro não existe no País.

Só no ano passado, o comércio entre os dois países somou US$ 150,4 bilhões, nível recorde e 21 vezes maior do que na primeira viagem do petista a Pequim, em 2004. Além disso, o Brasil é o quarto país no mundo onde a China mais investe, respondendo por 5% do total. O país asiático importou US$ 90 bilhões do Brasil e exportou US$ 60 bilhões. As vendas do Brasil para os chineses somaram em 2022 mais do que o total que o País vendeu para os Estados Unidos (US$ 37 bilhões) e para a União Europeia (US$ 50,8 bilhões).

Números
O comércio entre Brasil e China somou US$ 150,4 bi em 2022; país asiático importou US$ 90 bi

No primeiro dia de agenda oficial, Lula também visitou um centro de pesquisa e desenvolvimento da Huawei, a gigante de tecnologia chinesa que está no centro da diplomacia americana – os Estados Unidos defendem o banimento internacional da empresa, acusada de ser um braço de espionagem do governo da China. Lula e a delegação brasileira em Xangai foram recebidos ao som da música *Garota de Ipanema*. A agenda principal do presidente brasileiro estava prevista para a madrugada de hoje no Brasil: uma reunião, em Pequim, com Xi Jinping.

Para Guilherme Casarões, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e doutor em Ciência Política pela USP, Lula tem um novo desafio em seu terceiro mandato, que é como "navegar num mundo diferente daquele de 20 anos atrás". "Hoje, Estados Unidos e China disputam a primazia do comércio e da tecnologia em nível global. O Brasil, um país emergente diante do horizonte de um mundo multipolar, precisa se equilibrar entre as duas grandes potências."

Oliver Stuenkel, professor de Relações Internacionais da FGV e colunista do **Estadão**, avaliou, porém, que, mais do que a fala sobre o dólar ou a visita à Huawei, o tema mais sensível da viagem de Lula "é a possibilidade de o Brasil buscar algum tipo de ativismo na negociação de paz da Ucrânia de forma que possa beneficiar a Rússia".

"Quanto mais Lula falar sobre a Ucrânia durante essa visita, estando na China – que, na percepção ocidental, não é um ator neutro –, maior o risco de que o Brasil seja visto na Europa e nos Estados Unidos como um ator mais próximo da Rússia e da China do que deles", pontuou Stuenkel, que é doutor em Ciência Política pela Universidade de Duisburg-Essen, na Alemanha. ●

Fala ecoa ofensiva para internacionalizar yuan

ANÁLISE

ARMANDO CASTELAR

Uma moeda tem três funções. Uma delas é uma unidade de conta: é com base nela que se fixam os preços e se faz a contabilidade. A segunda função é um meio de pagamento. Já a terceira é uma reserva de valor; isto é, é nela que se mantêm os recursos poupados. O debate trazido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Xangai se refere ao uso do renminbi – ou yuan –, a moeda nacional da China, como meio de pagamento no comércio internacional. Irá essa ideia prosperar?

A China vem tentando internacionalizar o yuan. E, de fato, seu uso no comércio internacional aumentou no último ano, para cerca de 5% do total de transações, graças ao seu maior uso no comércio entre China e Rússia. Com a China respondendo por quase um sexto do comércio internacional, ainda há espaço para ampliar essa proporção. Para isso, porém, o renminbi terá de ganhar espaço nas duas outras funções.

Primeiro, é preciso que os preços internacionais sejam cotados na moeda chinesa, como no caso das commodities. Há um esforço nessa direção, com o desenvolvimento de produtos financeiros e bolsas de valores de commodities na China. Nos produtos em que esta é uma grande importadora, como minério de ferro, essa iniciativa pode prosperar.

Segundo, é necessário que se possa manter recursos em ativos financeiros denominados na moeda chinesa. Por exemplo, que se possa ter contas bancárias ou investir em papéis denominados em yuan. Aqui há menos espaço para avanço, pois a China tem uma conta de capital relativamente fechada.

CUSTOS. Outro problema, claro, é que, de um prisma econômico, a melhor alternativa é realizar todo o comércio internacional em uma só moeda. O uso de mais de uma moeda pode até funcionar nas relações bilaterais, mas fora disso traz custos: o Brasil exporta mais do que importa da China; para usar o excedente talvez precise usar outra moeda. Esse fator limitou o maior uso do euro, por exemplo.

A questão é que moeda deve ser essa. E aqui entram em cena fatores geopolíticos, especialmente após o ocorrido com os ativos russos mantidos em dólar e euro. Mais do que a lógica econômica, a geopolítica pode determinar em que grau o yuan, e outras moedas, pode ganhar espaço nas trocas internacionais. ●

PROFESSOR DA FGV DIREITO RIO E DOUTOR EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA (BERKELEY); FOI CHEFE DO DEPARTAMENTO ECONÔMICO DO BNDES

Visão externa

Ocidente esperava Lula como parceiro, mas ele tem planos próprios

'The Washington Post' aponta revisão de expectativa dos EUA sobre presidente do Brasil, dois meses após visita a Biden

MORIAH BALINGIT
MEAGHAN TOBIN
BRASÍLIA

RICARDO STUCKERT/PR

Petista no centro tecnológico da Huawei; empresa foi banida dos EUA

Nos seus primeiros meses no cargo, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva se recusou a condenar a invasão russa da Ucrânia, permitiu que navios de guerra iranianos atracassem no Rio de Janeiro e enviou um representante de alto escalão para se reunir com o ditador venezuelano Nicolás Maduro.

Hoje, em Pequim, Lula conclui uma visita de três dias à China. Mais de 200 lideranças empresariais brasileiras foram ao país antes do mandatário para acertar uma série de acordos que devem aproximar o Brasil do seu maior parceiro comercial em um momento em que as relações entre Washington e Pequim se tornam cada vez mais tensas.

O roteiro de Lula incluiu uma visita às instalações da Huawei, gigante de telecomunicações que foi alvo de sanções americanas, e um encontro com Xi Jinping, que pressiona por uma revisão da ordem internacional liderada pelos Estados Unidos para posicionar a China como mediadora de poder diplomático.

Brasília, enquanto isso, está ajudando Pequim a fortalecer sua moeda, o yuan, em relação ao dólar.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva contra Jair Bolsonaro, que se alinhou ao ex-presidente Donald Trump e à direita global, trouxe otimismo ante a possibilidade de o país mais populoso da América Latina ser um parceiro na promoção das normas democráticas no Ocidente e além.

Mas, em vez disso, Lula está lembrando o mundo da sua abordagem para a política externa do Brasil – que, condizente com seus primeiros mandatos, dá prioridade ao pragmatismo e ao diálogo, mostrando pouca preocupação com a possibilidade de contrariar Washington ou o Ocidente.

Um exemplo: Lula se recusou a participar da condenação quase universal à invasão russa. O Brasil defendeu uma resolução das Nações Unidas no mês passado pedindo paz e exigindo que Moscou retirasse suas tropas da Ucrânia. Mas, semanas depois, o mandatário brasileiro se recusou a assinar uma declaração da Cúpula pela Democracia, do presidente Joe Biden, condenando o ataque da Rússia ao país vizinho.

Em comparação com o isolacionismo beligerante de Bolsonaro, Lula há muito busca expandir o papel do Brasil no palco mundial. Defende, por exemplo, que o país seja membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

"O Brasil deseja reformar a governança global", disse Celso Amorim, assessor especial do presidente, ao *Washington Post*. "Gostaríamos de um modelo de governança que não se pareça com o atual Conselho de Segurança."

MULTIPOLAR. Enquanto presidente entre 2003 e 2010, Lula buscou uma ordem mundial multipolar que apoiaria as economias de crescimento mais rápido do mundo sem exigir delas que adotassem determinados valores políticos. Em 2009, ele participou da primeira cúpula dos Brics (em contraposição ao G-7), que criaram em 2015 sua própria instituição financeira, o Novo Banco de Desenvolvimento, como alternativa ao Fundo Monetário Internacional.

China e Brasil retrataram seus laços mútuos – e com a Rússia – como sendo de crescente importância global. O embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, descreveu os Brics como "um catalisador de mudanças no sistema global de governança".

No momento, nenhum dos países dos Brics impõe sanções à Rússia. O aumento no comércio entre Rússia e China em particular ajudou a reduzir parte do impacto das sanções ocidentais, e Pequim aproveitou as condições para pressionar mais empresas a adotar o yuan em suas transações – em alguns casos inclusive possibilitando a elas evitar completamente o dólar.

O Brasil depende da Rússia como seu principal fornecedor de fertilizantes para o setor agrícola, que abastece suas crescentes exportações para a China.

A mídia estatal em Pequim informou que uma filial brasileira de um banco pertencente ao estado chinês completou sua primeira transação internacional na moeda chinesa. O Banco Central do Brasil anunciou este mês que o yuan ultrapassou o euro enquanto segunda principal moeda de suas divisas internacionais.

"Cada vez mais, vemos a capacidade da China de atuar como alternativa viável e desenvolver alianças diplomáticas que sublinham isso", disse Margaret Myers, diretora do programa para Ásia e América Latina no centro de estudos estratégicos Inter-American Dialogue, em Washington. "Os Brics desempenham cada vez mais esse papel, e Lula, como um dos fundadores do grupo, terá a inclinação de reforçar essa visão."

Durante uma reunião virtual em março com o presidente ucraniano Volodmir Zelensky, Lula reiterou seus apelos recentes pela criação de um "clube da paz" formado por países não alinhados para mediar o conflito entre Rússia e Ucrânia. A ideia não ganhou muita força em Washington quando ele visitou Biden em fevereiro.

Pequim celebrou a visita de Lula como oportunidade não apenas de aprofundar os laços econômicos entre os dois países, mas também de avançar a campanha de Xi Jinping na busca para posicionar a China como líder de uma ordem mundial que não seja limitada por Washington. Essa campanha inclui a articulação de 12 princípios para o fim das hostilidades na Ucrânia.

MEDIADOR. Lula promoveu a si mesmo como potencial mediador entre Moscou e Kiev.

Este mês, ele enviou Amorim para se reunir com o presidente russo Vladimir Putin em Moscou. Antes da viagem, Amorim disse ao *Post* acreditar que uma solução diplomática para a guerra seria possível.

Mas, indagado se o Brasil desempenharia um papel na imposição das normas democráticas, Amorim respondeu: "Imposição é uma palavra ruim". ●

TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Eliane Cantanhêde *E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede*

‘Tremendo contraste’

O encontro do presidente Lula hoje com o chinês Xi Jinping joga luzes no quanto os Estados Unidos estão perdendo espaço para a China, que é o maior parceiro comercial não só do Brasil, mas de mais de 130 países, caminha a passos largos para ser a principal economia e avança numa seara que nunca foi seu forte: a política. Com a liderança na economia e na política em xeque, os EUA mantêm um trunfo, que não é pouco: o poder bélico.

“O contraste será tremendo”, avalia o diplomata Rubens Barbosa, ex-embaixador em Washington, sobre as viagens de Lula aos EUA e à China. Com Joe Biden, Lula chegou e saiu de mãos abanando, sem sequer um valor razoável para o Fundo Amazônia. Com Xi Jinping, levou e vai trazer malas cheias de acordos e intenções.

O saldo esperado é de duas dezenas de acordos nas mais variadas áreas, de ambiente a infraestrutura, agricultura a carro elétrico, satélites a aviões da Embraer. E a foto de Lula com Xi Jinping vai rodar o mundo. Lula leva o Brasil de volta à arena internacional, Xi Jinping expõe o raio de ação da China na América Latina, Oriente Médio, África, Europa e a própria Ásia (vide Índia).

Nos EUA, republicanos e democratas continuam olhando o mundo sob a ótica da velha Guerra Fria, tratando a Rússia como inimiga e a China como adversária, inclusive na Estratégia Nacional de Segurança, de outubro de 2022. Sua política externa atira para todo lado e despreza a América Latina, que já foi “quintal dos EUA”.

> ***Lula voltou dos EUA de mãos abanando e chegará da China de malas cheias***

Qual a estratégia para a região? Que tipo de apoio Washington dá à profunda crise da Argentina? Não há estratégia, não há apoio, só há sanções para Venezuela, Cuba e Nicarágua, o que não leva a nada. Enquanto isso, a China avança, ganha terreno, olha bem longe.

O Brasil está como a França, segundo Barbosa. Lula se diz neutro na guerra da Ucrânia, mas está cada vez mais próximo da Rússia, e Macron é claramente pró-Ucrânia, mas, apesar dessas divergências, os dois países têm posição semelhante numa outra guerra: EUA e China. Continuam parceiros tradicionais dos EUA, mas cada vez mais próximos da China. Prevalecem os “interesses internos”.

Em Xangai, Lula visitou fábrica da Huawei, encontrou-se com o secretário-geral do Partido Comunista e jantou com a cúpula partidária. Ao dar posse a Dilma Rousseff no banco dos Brics, condenou veementemente o uso do dólar como moeda mundial. Agora, é esperar os próximos recados aos EUA nas duas reuniões com Xi Jinping.

Lula volta domingo, e o chanceler da Rússia, Serguei Lavrov, chega no dia seguinte a Brasília. Coincidência? Certamente, o governo de Biden acha que não... ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Partidos

Disputa no União Brasil aumenta após crise no Rio e Planalto tenta acordo

Partido já é chamado de ‘Desunião’; governo Lula quer manter ministra do Turismo à frente da pasta e ainda atrair Republicanos

VERA ROSA
BRASÍLIA

A briga no União Brasil vai muito além da disputa paroquial pelo poder no Rio. Nascido da fusão do DEM com o PSL, em 2021, o partido já é chamado no meio político de “Desunião” e está rachado em vários Estados e no Congresso. A crise se agravou depois que a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, e outros cinco deputados federais ingressaram com ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pedindo desfiliação por “justa causa”. Agora, uma ala da bancada quer aproveitar o imbróglio para pressionar o governo a substituir a titular do Turismo.

Daniela e seu grupo estão de malas prontas para o Republicanos, partido que tem ligações com a Igreja Universal e não comanda nenhum ministério. Não podem, porém, migrar para outra legenda se não forem autorizados pelo TSE, pois, caso contrário, correm o risco de perder os mandatos.

“Nós gastamos mais de R$ 60 milhões para eleger esses deputados. Não podemos abrir mão deles”, disse o presidente do União Brasil, Luciano Bivar. Até neste ponto a sigla está dividida: uma ala quer que o União Brasil libere os insatisfeitos; Bivar, no entanto, afirma que irá até o fim para exigir “fidelidade partidária”.

O Palácio do Planalto tenta um acordo e pode acabar “compensando” o União Brasil, se Daniela for mesmo para o Republicanos. “Vamos ter serenidade para conversar com todos, sem pressa”, disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Migração
Após perder controle no Rio, Wagner Carneiro, marido de ministra, foi para o Republicanos

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, reclamou que o partido de Bivar não está “entregando” nada, embora tenha três ministérios (Turismo, Comunicações e Integração). Dirigentes da legenda rebatem e prometem dar aproximadamente 40 votos ao governo, mais do que o MDB e o PSD na Câmara. O União Brasil tem 59 deputados e nove senadores.

Deputado reeleito, Bivar está em queda de braço com o ex-prefeito de Salvador ACM Neto, que é secretário-geral do União Brasil. O embate, no entanto, não é apenas com Neto: há confronto aberto do presidente do partido com o líder da sigla na Câmara, Elmar Nascimento (BA), e com o senador Davi Alcolumbre (AP), padrinho das indicações para o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

BATALHA. A cúpula do União Brasil também trava uma batalha na Justiça com o grupo do deputado Mendonça Filho (PE) pelo comando do diretório de Pernambuco. No Rio, o conflito é com o prefeito de Belfort Roxo, Wagner Carneiro, conhecido como Waguinho, marido da ministra do Turismo. Após perder o controle do diretório fluminense para Bivar e o vice-presidente do União Brasil, Antonio Rueda, Waguinho se filiou ao Republicanos.

Há crises, ainda, nas seções do União Brasil em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Ceará, Rio Grande do Sul e Amapá. “Está se consolidando um sentimento anticúpula porque as disputas contaminam o partido todo. Se o pessoal do Rio conseguir se desfiliar sem perder o mandato, vai ser um enxame de gente correndo para sair também”, afirmou o deputado Danilo Forte (CE). ●

Câmara

Bloco liderado por Lira passa a ser decisivo em votações do governo

LEVY TELES
BRASÍLIA

O novo bloco parlamentar capitaneado por Arthur Lira (PP-AL), com nove partidos e 173 deputados, captura um terço da Câmara e será decisivo para votações importantes do governo. O grupo União Brasil, PP, PSB, PDT, Avante, Patriota, PSDB, Cidadania e Solidariedade encabeça o núcleo com o maior número de parlamentares, um movimento que também deve sanar a queixa das legendas que se sentiram prejudicadas nas escolhas das presidências das comissões.

A iniciativa foi uma resposta à formação de um bloco, dias antes, entre MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC, agregando 142 parlamentares, o segundo maior. Juntos, os dois grupos somam 315 congressistas e reúnem 61% da Casa, o que seria suficiente para a aprovação de um projeto de lei e de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Isolados, o PL, principal partido da oposição, com 99 deputados, e a federação PT-PV-PC-doB, com 81, perderam a liderança e a vice-liderança na composição da Câmara. Como mostrou a *Coluna do Estadão*, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, tentou, até o último momento, dissuadir as siglas de centro-esquerda, PDT e PSB, a aderir ao bloco de Lira. As duas legendas, porém, já tinham fechado acordo com ele.

Na visão do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), a entrada de legendas alinhadas à centro-esquerda em um bloco dominado por partidos mais próximos da direita não é por fator ideológico ou eleitoral, mas parlamentar e uma questão de sobrevivência. “A Câmara virou bloco. Ou você está em um, ou está fora. Isolados, somos pequenos. Dentro, somos grandes”, disse ele.

Do PP ao PDT
Grupo reúne nove partidos, 173 deputados e captura um terço da Câmara dos Deputados

INSATISFAÇÃO. Mattos fez coro com a insatisfação generalizada dos partidos sobre o resultado do comando das comissões, em que a maior parte das principais presidências ficou com o PL ou com o PT. “O PT pegou tudo o que podia e mais um pouco. Agora, passamos a poder ocupar espaços mais justos. Se a Câmara optou por esse modelo, precisamos entrar no jogo”, afirmou.

Para o líder do PT, Zeca Dirceu (PR), ainda que os dois blocos não sejam nem a favor nem contra o governo, o diálogo se torna mais fácil. “Falar com 20 líderes, partido por partido, fica difícil para qualquer governo”, disse. De qualquer forma, porém, Lira pode tentar conduzir o bloco contra o Planalto. ●

Campo

CNA vai ao STF para tentar barrar invasões do MST

Entidade pede à Corte liminar para cessar ações do 'Abril Vermelho', com prisão de líderes em caso de desobediência

JOSÉ MARIA TOMAZELA
SOROCABA

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido de liminar para impedir invasões de propriedades rurais em todo o País. A petição destaca "as ameaças de promoção de múltiplas invasões de propriedades rurais no País, denominadas de 'Abril de Lutas' ou 'Abril Vermelho'", anunciadas pelo Movimento dos Sem Terra (MST).

A entidade do agronegócio que reúne federações de agricultores e pecuarista de todo o Brasil quer que o Supremo determine ao MST, à Frente Nacional de Lutas (FNL) e a outros grupos organizados a suspensão imediata de qualquer política ou estratégia de promoção de invasões de terras em território nacional. Na ação ajuizada na noite de anteontem, a CNA pede a "atribuição de responsabilidade civil e penal a participantes e dirigentes de tais movimentos".

O pedido foi feito um dia depois de o MST anunciar uma jornada de mobilizações pelo País pela reforma agrária, incluindo a "ocupação de latifúndios improdutivos". Na segunda-feira passada, em vídeo divulgado nas redes sociais, um dos principais líderes do MST,

Financiamento
Confederação quer que governadores e secretários identifiquem e processem financiadores de invasões

João Pedro Stédile, citou as "ocupações" como parte da "jornada de lutas" deste mês. A manifestação levou a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) a pedir a prisão de Stédile. O "Abril Vermelho" lembra a morte de 19 sem-terra pela Polícia Militar durante um despejo, em abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, no Pará.

PLATAFORMAS. A CNA pediu também que seja determinada a expedição de ofício às empresas Telegram, WhatsApp, Twitter, YouTube, Instagram e TikTok para que procedam à suspensão dos canais, perfis e contas desses grupos e de seus dirigentes ou líderes, "de forma a evitar que manifestações de incitação à prática de crime de invasões de terras sejam divulgadas". A entidade pede, ainda, que a Polícia Federal apresente ao Supremo as informações sobre "ações criminosas" que estão em desenvolvimento ou sendo planejadas pelos sem-terra e ofereça a localização dos acampamentos.

A entidade ruralista pede também que seja determinado às Polícias Civil e Militar dos Estados as prisões imediatas dos participantes desses grupos que forem flagrados em atos de invasões de terra, bem como a retirada dos invasores. Outra demanda da CNA é que seja determinado a governadores e secretários de Segurança Pública que identifiquem e processem os financiadores de atos de invasão. De acordo com a CNA, o pedido está com Kassio Nunes Marques. A reportagem entrou em contato com o MST e a FNL, mas não houve resposta até a noite de ontem. ●

Lava Jato

Magistrado restabelece prisão de acusador de Moro

O desembargador Marcelo Malucelli, do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em Porto Alegre, restabeleceu a ordem de prisão preventiva do advogado Rodrigo Tacla Duran, no âmbito da Lava Jato. A ordem havia sido revogada pelo juiz Eduardo Appio, da 13.ª Vara Federal de Curitiba, no último dia 4. Malucelli é o relator dos processos da extinta operação no TRF-4, Corte destinatária de apelações contra decisões da primeira instância.

Em depoimento a Appio, Tacla Duran acusou o ex-juiz e senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) e o ex-procurador e deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) de extorsão. O caso foi enviado ao Supremo Tribunal Federal. Malucelli disse que a ordem de prisão foi "prolatada antes da suspensão determinada pelo STF e, não tendo sido revogada pela Suprema Corte, permanece hígida". ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

Sigilo descabido

É direito dos cidadãos conhecer as alegações do Ministério Público Eleitoral para tornar Bolsonaro inelegível

O Ministério Público Eleitoral (MPE) se manifestou pela inelegibilidade de Jair Bolsonaro ao apresentar suas alegações finais na Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) movida contra o ex-presidente pelo PDT. Este jornal não esperava outra posição do *parquet*, haja vista que essa Aije – apenas 1 dos 16 processos que correm contra Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – diz respeito ao infame circo montado pelo ex-presidente diante de embaixadores estrangeiros, em julho de 2022, para mentir sobre a integridade do sistema eleitoral e fazer o Brasil parecer uma republiqueta pouco confiável.

Além de desonrar o País perante representantes da comunidade internacional, Bolsonaro cometeu abuso de poder político de modo tão escancarado que a mera ideia de o MPE não enxergar que um crime eleitoral havia sido praticado com aquela pantomima seria algo inconcebível. Nesse sentido, o MPE não fez mais do que sua obrigação como instituição de defesa do regime democrático e da ordem jurídica.

Mas, se está claríssimo que um crime eleitoral foi cometido por Bolsonaro, e pelo qual ele deve ficar inelegível pelo prazo de oito anos, ainda não se conhece o teor das alegações finais do MPE e da defesa, além de outras informações processuais. É um absurdo.

Por determinação do ministro relator, Benedito Gonçalves, o processo está sob sigilo "provisório". O ministro acolheu um pedido da defesa de Bolsonaro, que, também em alegações finais, argumentou que "não há provas" da ligação do ex-presidente com a chamada "minuta do golpe", o esboço de um decreto encontrado na casa do ex-ministro da Justiça, o bolsonarista Anderson Torres, que previa intervenção federal no TSE a fim de desqualificar o resultado da eleição de 2022. Por decisão do ministro Gonçalves, o documento encontrado na casa de Torres, ora preso no Distrito Federal, foi incorporado à ação eleitoral interposta pelo PDT.

Não há razão objetiva que justifique a manutenção do sigilo sobre o conteúdo desse processo no TSE. Todos os atos processuais, por regra, devem ser públicos, exceto quando o interesse público ou social exigir o contrário. As hipóteses estão muito bem definidas pelo Código de Processo Civil (processos que tratam de casamento, divórcio, separação de corpos, união estável, alimentos e guarda de crianças e adolescentes).

Ora, no caso específico do processo eleitoral contra Bolsonaro, o interesse público estará resguardado justamente com a publicidade da ação. Sem constrangimento, Bolsonaro humilhou a sociedade e demonstrou profundo desprezo pelo Brasil ao sobrepor seu interesse particular – a permanência no poder – à imagem do País no exterior. O estrago só não foi maior porque a grande maioria dos diplomatas estrangeiros sabia muito bem com quem estava lidando e sabia o que Bolsonaro pretendia com suas investidas contra o sistema eleitoral.

Como aos cidadãos, agora, não é dado conhecer em detalhes um dos processos que mais interessam ao País, o que pode definir o destino político de um de seus maiores detratores? ●

Presentes sob investigação

Capitão diz que teve de explicar a Bolsonaro sobre joias retidas

Ex-servidor afirma que ajudante de ordens colocou ex-presidente em viva-voz para ouvir o motivo de recusa da retirada de estojo

PEPITA ORTEGA
FAUSTO MACEDO

Um ex-servidor da Presidência da República disse que teve de explicar a Jair Bolsonaro, em uma ligação em viva-voz, por que não poderia atender ao pedido de retirar do cofre do Aeroporto de Guarulhos joias dadas pelo regime saudita à ex-primeira-dama Michelle. Os bens foram apreendidos pela Receita Federal e o ex-presidente tentou reavê-los antes do fim do mandato, conforme revelado pelo **Estadão**.

Em depoimento à Polícia Federal, o capitão de corveta da reserva Marcelo da Silva Vieira, ex-chefe de gabinete adjunto de Documentação Histórica da Presidência da República, detalhou a ligação em que o tenente-coronel Mauro Cid – ex-ajudante de ordens de Bolsonaro – pediu que ele explicasse o motivo de não assinar um ofício para liberar o estojo com presentes avaliados em R$ 16,5 milhões. De acordo com o ofício, os bens "teriam sido encaminhados para o Estado (*brasileiro*) pelo governo da Arábia Saudita".

O conjunto de colar, anel, relógio e um par de brincos de diamantes foi apreendido pelo Fisco em outubro de 2021. As joias estavam na mochila de um militar, assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. A partir daí, o governo deu início a uma série de tentativas para reaver os bens.

Para Bolsonaro
Mauro Cid ligou para Marcelo Vieira para informar que 'os relógios' teriam sido presentes

Segundo o oficial da reserva da Marinha, que depôs anteontem, a ligação do tenente-coronel Mauro Cid foi realizada no dia 27 de dezembro do ano passado, no apagar das luzes do governo Bolsonaro. Ele disse ter dado explicações técnicas sobre a impossibilidade de assinar o documento solicitando a incorporação de bens retidos pelo órgão, sendo que "apenas ouviu do presidente da República um 'ok, obrigado'".

Antes de falar com Bolsonaro, o militar disse que expôs a Cid que o Gabinete de Documentação Histórica da Presidência não tem a função de solicitar bens, mas apenas de "tratamento" de presentes. O "tratamento" consiste no registro da história dos presentes recebidos pelo presidente da República.

MINUTA. O ajudante de ordens do então presidente ligou para o capitão da reserva logo depois de encaminhar uma minuta de ofício para o WhatsApp de Marcelo Vieira. No mesmo dia, o militar da Marinha questionou Mauro Cid, por mensagem, perguntando se ele havia encontrado "solução" para o ofício. Em resposta, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro disse que o assunto estava "resolvido".

No dia seguinte, Mauro Cid ligou novamente para Marcelo Vieira para informar que "os relógios" teriam sido presentes para Bolsonaro e que eles seriam entregues no dia seguinte no Gabinete para "tratamento" no registro.

Bolsonaro teria sido presenteado com três conjuntos de joias do regime saudita: o primeiro, uma caixa estimada em cerca de R$ 1 milhão, passou pela alfândega sem ser declarado pela comitiva liderada pelo ministro Bento; o segundo, com as joias para Michelle, acabou retido no aeroporto; o terceiro era um estojo que inclui um relógio da marca Rolex, de ouro branco, cravejado de diamantes.

O terceiro estojo estava guardado em uma propriedade rural do ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet. As caixas foram devolvidas ao poder público por ordem do Tribunal de Contas da União (TCU). ●

Ação no TSE

Procuradoria Eleitoral dá parecer para tornar ex-presidente inelegível

RAYSSA MOTTA

Em manifestação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Ministério Público Eleitoral defendeu a suspensão dos direitos políticos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o que, na prática, o torna inelegível. O parecer da Procuradoria Eleitoral, enviado anteontem ao TSE, foi anexado na ação que atribui ao ex-chefe do Executivo abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação em razão da reunião, em julho do ano passado, no Palácio da Alvorada, na qual Bolsonaro disseminou desinformação sobre a urna eletrônica diante de embaixadores estrangeiros.

No entendimento do vice-procurador-geral Eleitoral, Paulo Gonet Branco, que assina o parecer, o ex-presidente cometeu abuso de poder político no episódio. A prática ocorre quando um candidato usa o cargo para tentar influenciar indevidamente as eleições. A punição prevista na legislação eleitoral é a inelegibilidade pelo prazo de oito anos.

Cabe ao TSE decidir se torna Bolsonaro inelegível. O relator da ação – proposta pelo PDT – no tribunal é o ministro Benedito Gonçalves. A expectativa é de que o caso seja julgado no plenário da Corte até o início de maio, uma vez que o partido e a defesa do ex-presidente já apresentaram suas alegações finais e o parecer do MP Eleitoral era uma das últimas pendências na ação. Agora, o processo aguarda liberação pelo relator para entra em pauta.

DOCUMENTO. A minuta apreendida pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres foi incluída como prova no processo. O rascunho da minuta previa uma intervenção do então presidente e de integrantes do Ministério da Defesa no TSE para anular o resultado da eleição presidencial do ano passado. A defesa de Bolsonaro disse que o documento é apócrifo e não pode servir como prova.

Reta final
Expectativa é de que ação seja julgada pelo plenário do TSE até o início de maio

Outros episódios de ataques ao sistema eleitoral pelo então presidente foram incluídos no rol de provas da ação. O TSE também ouviu o ex-ministro-chefe da Casa Civil Ciro Nogueira e o almirante Flávio Augusto Viana Rocha, ex-secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência, sobre o uso da estrutura do governo para organizar a reunião com os embaixadores. Ciro Nogueira negou ter participado da organização do evento. Na ocasião, Bolsonaro disse que o TSE teria admitido que hackers seriam capazes de alterar nomes de candidatos e votos. ●

Revés diplomático

China aceitou enviar armas à Rússia, dizem documentos vazados dos EUA

FBI prende Jack Teixeira, de 21 anos, membro da Guarda Aérea Nacional, suspeito de expor relatórios e análises confidenciais do Pentágono em um site de bate-papo

WASHINGTON

A divulgação de documentos secretos do Pentágono teve dois importantes desdobramentos ontem. Primeiro, a revelação de um relatório de inteligência dos EUA sugerindo que a China aceitou enviar armas à Rússia, maior temor do Ocidente no esforço para ajudar a Ucrânia na guerra. Em paralelo, o FBI identificou o responsável pelo vazamento, que foi preso em Massachusetts.

Jack Douglas Teixeira tem 21 anos, faz parte da Guarda Aérea Nacional, trabalhava numa base militar e é especializado em inteligência. Ele participava de um grupo de bate-papo no site Discord, onde foram postados os documentos, em março. O espaço era usado para troca de ideias sobre armas, games e memes racistas.

Segundo os investigadores, a primeira impressão é a de que Teixeira pretendia impressionar os outros membros do grupo, a maioria jovens como ele. Segundo o Departamento de Justiça, ele deve ser julgado com base na Lei de Espionagem. Cada acusação pode render uma pena de 10 anos de prisão. Como é possível que cada documento vazado seja tratado como uma acusação diferente, ele pode passar um longo tempo na cadeia.

> **Bate-papo**
> **Documentos confidenciais foram postados na internet por um membro da Guarda Aérea Nacional**

Desde o início, o governo americano tentou conter as consequências constrangedoras do vazamento, que expôs vulnerabilidades na defesa aérea da Ucrânia e avaliações de aliados em uma série de delicadas questões de inteligência.

A Casa Branca, no entanto, ainda não conseguiu avaliar todas das consequências diplomáticas e de segurança nacional dos documentos vazados desde que o escândalo estourou, na semana passada. Um importante porta-voz do Pentágono disse que as revelações representam um "risco muito sério para a segurança nacional". O Departamento de Justiça abriu uma investigação para apurar o caso.

O site Discord é uma plataforma de mídia social popular entre pessoas que gostam de jogos online. O site, que hospeda chats de voz, vídeo e texto em tempo real para grupos, disse estar cooperando com as autoridades americanas.

CHINA. Por mais que o governo americano tente amenizar a importância do conteúdo dos documentos, o vazamento foi um desastre para os EUA. Entre os detalhes mais constrangedores estão os pontos fracos do sistema de defesa aérea da Ucrânia e as dificuldades enfrentadas em uma possível contraofensiva ucraniana.

Outros documentos revelam uma abordagem constrangedora dos EUA com seus aliados. A Coreia do Sul foi pressionada a enviar armamento e munição à Ucrânia. O Mossad, serviço secreto de Israel, teria incentivado seus agentes a participar dos protestos contra o governo do premiê Binyamin Netanyahu.

Em razão da quantidade de documentos, as revelações vêm a conta-gotas. Ontem, um relatório de inteligência dos EUA, com base em conversas interceptadas da agência de espionagem russa, sugeriu que a China havia aprovado o envio de ajuda letal a Moscou, no início do ano.

O governo chinês, de acordo com os americanos, planejava fornecer armas como se estivesse enviando equipamento de uso civil. Os documentos, no entanto, não confirmam que a ajuda chinesa tenha realmente sido enviada à Rússia.

ONU. Segundo outros documentos divulgados ontem, os EUA também espionaram o secretário-geral da ONU, António Guterres. Para Washington, o português estava sendo condescendente em relação aos interesses russos na Ucrânia.

Os novos documentos contêm observações do secretário-geral sobre a guerra e informações sobre o acordo para liberar a exportação de grãos no Mar Negro, negociado pela ONU e pela Turquia, em julho, em meio a temores de uma grave crise alimentar mundial.

"Guterres enfatizou seus esforços para melhorar a capacidade de exportação da Rússia, mesmo que isso envolva entidades ou indivíduos russos sob sanções", diz um documento. Os americanos também disseram que o secretário-geral da ONU estava prejudicando os esforços para responsabilizar a Rússia pela guerra na Ucrânia.

Segundo reportagem da BBC, um funcionário da ONU alegou que a organização foi "movida pela necessidade de mitigar o impacto da guerra sobre os mais pobres e isso significa fazer o possível para reduzir o preço dos alimentos e garantir que os fertilizantes sejam acessíveis aos países que mais precisam". ● NYT e AP

Vazamento do Pentágono mostra riscos de espionar aliados

ARTIGO

Adam Taylor
The Washington Post
Escreve sobre relações exteriores

Um enorme vazamento de documentos do Pentágono revelou o quão profundamente os EUA espionaram a Rússia e outros rivais. Mas também é um lembrete de que os EUA espionam aliados – uma prática que traz riscos tanto para Washington quanto para seus amigos.

Não faltam revelações pouco lisonjeiras. Os documentos pintam um quadro pessimista da próxima contraofensiva da Ucrânia e apontam para problemas na defesa aérea e na artilharia. Outro relatório afirma que o Egito planejava secretamente fornecer foguetes para os russos. E outro diz que a Turquia, membro da Otan, foi abordada pelo Grupo Wagner, da Rússia, para ajudar a adquirir suprimentos.

Os tópicos vão além da Ucrânia: uma avaliação afirmou que a famosa agência de espionagem de Israel, o Mossad, apoiou protestos antigovernamentais, apesar de suas alegações de neutralidade.

Tomados em conjunto, os documentos sugerem que, mesmo após a controvérsia em torno dos vazamentos sobre a Agência de Segurança Nacional (NSA), divulgados por Edward Snowden, há uma década, os EUA ainda estão coletando secretamente informações sobre aliados.

Algumas revelações não chegam a ser surpresa, mas outras constrangem governos

O homem por trás do vazamento é um jovem carismático, entusiasta de armas, conhecido como "OG", que compartilhou os documentos confidenciais com um grupo de conhecidos em busca de companhia em um servidor que ele controlava. O rapaz disse que passou horas transcrevendo documentos confidenciais de seu trabalho em uma "base militar" para compartilhar com o grupo. OG então começou a postar fotos dos documentos.

SAIA-JUSTA. Sim, algumas das revelações não são exatamente uma surpresa. Mas outras deixaram governos cambaleando. E, provavelmente, muito mais está por vir. As alegações de negociação de armas com a Rússia resultaram em um silêncio constrangedor da Turquia e negações seletivas do Egito. Em Israel, o Mossad divulgou uma rara declaração que enfatizava sua neutralidade.

Por tradição, não há tabu contra a espionagem de nações amigas. Mas agora o domínio dos EUA no mercado de tecnologia e comunicação digital permite a possibilidade de uma enorme quantidade de coleta de informações sem esforço. Embora a escala do vazamento seja menor do que outros recentes, a natureza detalhada das informações divulgadas pode ser altamente prejudicial.

O fato de o vazamento parecer ser de um homem que só queria compartilhá-los para se divertir, aponta para um problema mais fundamental com a coleta de informações secretas: os EUA estão simplesmente coletando informação demais e compartilhando com pessoas demais, o que dificulta que tudo permaneça em segredo. ●

Revolta à francesa

Manifestantes invadem sede de empresa que controla Louis Vuitton em Paris

Protestos voltam a provocar violência na véspera de decisão da Justiça sobre pedidos de revisão da lei de aposentadoria

NATHAN LAINE/BLOOMBERG

Manifestantes diante da sede da Louis Vuitton no centro de Paris; nova estratégia de protesto

PARIS

Manifestantes, que protestam contra a polêmica reforma da previdência promovida pelo presidente Emmanuel Macron adotaram uma nova estratégia ontem e invadiram a sede do conglomerado de luxo LVMH, que controla marcas como Louis Vuitton, Fendi, Givenchy e Dior.

O acionista majoritário do grupo LVMH, Bernard Arnault, tem uma fortuna estimada em US$ 224 bilhões (R$ 1,1 trilhão) pela revista *Forbes* e é considerado o homem mais rico do mundo.

A manifestações nas ruas de Paris e de várias cidades francesas são a última tentativa de fazer pressão contra as novas regras, que vão ser analisadas hoje pelo Conselho Constitucional francês, o órgão máximo para revisão da constitucionalidade das leis.

"Queremos pressioná-los, embora saibamos que o Conselho Constitucional não decidirá a nosso favor", disse Hervé Bordereau, de 57 anos, durante o bloqueio de uma usina de incineração perto de Paris. Os nove membros do tribunal devem se pronunciar sobre a validade da reforma e sobre um pedido de referendo a respeito da idade da aposentadoria solicitado por partidos de esquerda.

PRESSÃO. Analistas consideram improvável a anulação total da reforma e acreditam na possibilidade de revisão de partes do projeto, o que poderia reforçar ainda mais a reação contrária das centrais sindicais. Após os protestos de ontem, as autoridades proibiram qualquer manifestação hoje em frente à sede da corte, que fica perto do Museu do Louvre.

Os sindicatos – e a maioria dos franceses, segundo pesquisas – querem que o governo recue na reforma, que aumenta a idade mínima para aposentadoria de 62 para 64 anos, até 2030. A lei também antecipa para 2027 a exigência de tempo de contribuição de 43 anos – um ano a mais do que a legislação prevê hoje – para obter aposentadoria integral.

Em março, a reforma seria submetida à votação dos deputados após ser aprovada no Senado, de maioria de centro-direita. O resultado era incerto, porque Macron não tem amplo apoio na Assembleia Nacional. Por isso, o presidente invocou o Artigo 49.3 da Constituição, que permite aprovação de projetos mesmo sem a chancela parlamentar.

Revisão
Analistas acreditam na possibilidade de revisão de partes do projeto de reforma de Macron

Trata-se de um artigo controvertido. Desde a revisão constitucional de 2008, o uso do Artigo 49.3 é limitado a um único texto de lei por sessão parlamentar, com exceção de projetos de lei de finanças e de financiamento da seguridade social, para os quais o governo pode usá-lo sem limitação.

Desde 1958, o Artigo 49.3 foi acionado 100 vezes: 33 vezes por um chefe de governo de direita, 56 vezes pela esquerda. O recorde é do socialista Michel Rocard, que o invocou 28 vezes, numa época em que o uso não era limitado, segundo o jornal *Le Monde*.

Elisabeth Borne, a atual primeira-ministra, já usou o artigo 11 vezes, sempre diante de impasses nas votações de projetos de lei no campo das finanças públicas, nunca em uma reforma tão grande quanto esta.

A reformulação também mexe nos chamados regimes especiais, aqueles dedicados a atividades mais penosas, como de garis, bombeiros, policiais e enfermeiros, que podem se aposentar antes das demais categorias. Elas teriam a idade mínima elevada de 57 para 59 anos. Apesar dos protestos violentos nos últimos meses, Macron se manteve firme na defesa da reforma e rejeita qualquer recuo.

"O país deve continuar avançando", disse o presidente durante uma viagem oficial à Holanda, quando anunciou a intenção de abrir um diálogo com a sociedade francesa para "avançar", independentemente da decisão do Conselho Constitucional.

VANTAGENS. Os sindicatos alertaram que o conflito social desencadeado pela reforma da previdência provocou uma "crise democrática" na França e beneficiou a extrema direita liderada por Marine Le Pen, que com uma oposição discreta continua subindo nas pesquisas. ● AFP

Estados Unidos

Trump é interrogado pela Justiça de Nova York, desta vez por caso de fraude

Ex-presidente é acusado de manipular valor de ativos, que incluem clubes de golfe, hotéis de luxo e outras propriedades

NOVA YORK

O ex-presidente dos EUA Donald Trump foi interrogado novamente ontem pela Justiça do Estado de Nova York, desta vez em um caso de fraude envolvendo sua empresa, a Organização Trump, uma semana após seu indiciamento em outro processo criminal.

Neste caso, a procuradora do Estado de Nova York, Letitia James, instaurou um processo contra Trump e três de seus filhos, dos quais exige US$ 250 milhões (R$ 1,22 bilhão) por fraudes fiscais e financeiras na avaliação dos ativos do grupo.

ACUSAÇÕES. "Estou indo para o centro (de Nova York) para me encontrar com uma racista que vazou que estaria lá às 9h30", escreveu Trump sobre a procuradora, uma negra democrata que foi eleita para o cargo.

A procuradora já havia interrogado Trump sob juramento em agosto. O julgamento está previsto para começar em 2 de outubro. O ex-presidente qualificou o caso de "ridículo", "igual aos outros casos de interferência eleitoral dos quais sou objeto".

James acusa Trump de ter manipulado ativos do grupo – que incluem clubes de golfe, hotéis de luxo e outras propriedades. Ele aumentava o valor para obter empréstimos a juros menores e desvalorizava os mesmos imóveis na hora de declarar imposto, para pagar menos.

Na semana passada, ele se apresentou à justiça e se tornou o primeiro ex-presidente americano a virar réu. Trump responderá por 34 acusações pelo crime de falsificação de registros financeiros. Segundo a Promotoria, o objetivo seria esconder casos extraconjugais antes da eleição de 2016, pagando às mulheres, mas registrando os pagamentos como "honorários" para seu advogado.

O caso envolve um pagamento de US$ 130 mil à estrela pornô Stormy Daniels, nos últimos dias da campanha de 2016. Seu advogado na época, Michael Cohen, disse ter feito o pagamento sob orientação de Trump. Entre as pessoas que receberam dinheiro não declarado estão ainda a ex-modelo da *Playboy* Karen McDougal e um porteiro da Trump Tower, que dizia ter provas de que o republicano teve um filho fora do casamento.

Trump se declarou inocente. Em entrevista a Tucker Carlson, apresentador da Fox News, ele garantiu que não vai desistir de se lançar em uma nova disputa pela Casa Branca. A conversa com Carlson foi a primeira aparição de Trump na mídia nacional desde que ele foi indiciado.

Ao apresentador, Trump disse que os funcionários do tribunal estavam chorando em sua audiência. "Quando fui ao tribunal, que também é uma prisão em certo sentido, eles me registraram e posso dizer que as pessoas estavam chorando", afirmou o ex-presidente. ● AFP

Alemanha

Berlim aprova envio de caças da Polônia à Ucrânia

A Alemanha aprovou ontem o pedido da Polônia para transferir cinco caças soviéticos para a Ucrânia. Segundo o Ministério da Defesa, a permissão era necessária porque os alemães eram donos dos aviões MiG-29, que faziam parte da frota da Alemanha Oriental. "Esta é uma prova de que a Alemanha é confiável", disse Boris Pistorius, ministro da Defesa. ●

LUKASZ GLOWALA/REUTERS–21/3/2023

Finlândia

Marinha faz 1º exercício após entrada na Otan

A Finlândia anunciou ontem que realizou seu primeiro exercício militar desde que ingressou na Otan, no começo do mês, com dois navios alemães e portugueses atracados simbolicamente no porto de Helsinque. Ambos os navios, o Mecklenburg-Vorpommern e o Bartolomeu Dias, devem fazer escala em Helsinque até domingo. ●

Ataques nas escolas

SP terá app com alerta para polícia e Samu em escola pública e privada

A nova função do 190 SP também possibilitará que os estudantes denunciem atitudes suspeitas em sala

GIOVANNA CASTRO

O governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo divulgaram pacotes de medidas de segurança e promoção de cultura de paz em escolas, após casos de atentados em instituições de ensino. Entre as medidas estão aplicativos com botões de emergência para acionamento rápido da Polícia Militar e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou que o botão "Segurança Escolar" funcionará dentro do aplicativo 190 SP da Polícia Militar. Todos os casos acionados por meio dele terão preferência no despacho de viatura, assim como já é feito com o aplicativo SOS Mulher. A nova função do aplicativo 190 SP também possibilitará que estudantes denunciem atitudes suspeitas em sala de aula e fora dela, anexando prints de redes sociais suspeitas, de maneira anônima.

Já a Prefeitura vai lançar no dia 19 o próprio aplicativo, chamado "Botão de Alerta", que funcionará para as unidades escolares municipais, estaduais e particulares da capital. Os aplicativos terão sistema integrado; ambos servem para o acionamento das forças públicas em caso de emergência.

O prefeito Ricardo Nunes (PSDB) e os secretários do Comitê de Proteção Escolar do Município explicaram que, no caso do "Botão de Alerta", apenas profissionais da educação poderão pedir por socorro. Os profissionais devem baixar o APP nos próprios celulares, por meio das lojas de aplicativos, e se cadastrar. Caso ocorra algum incidente, bastará acionar o botão para que equipes da Polícia Militar e do Samu sejam imediatamente deslocadas até a escola.

RONDAS. As rondas escolares também foram reforçadas. No Estado, 600 vagas serão ofertadas para que policiais integrem as rondas durante as folgas e, especificamente na capital, haverá aumento de 50% da ronda feita pelos guardas-civis metropolitanos (GCMs), com 32 novas viaturas, totalizando 96 carros.

Serão feitos ainda treinamentos de profissionais da educação, saúde, assistência social e segurança urbana para que eles ajam de forma integrada na prevenção e no combate à violência dentro de escolas. Só na cidade de São Paulo, o investimento é de R$ 35,4 milhões ao ano.

REFORÇO PSICOSSOCIAL. Além da segurança, governo e Prefeitura afirmam que a promoção do bem-estar dentro das escolas é prioridade. Escolas estaduais passarão a ser atendidas ao menos uma vez por semana por um psicólogo – ao todo serão 550 profissionais contratados. Nas municipais, o trabalho que já vinha sendo feito com psicólogos e psicopedagogos será ampliado em 25%, passando de 93 para 117 o número de profissionais em atuação no Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA).

O programa de Mães Guardiãs, que foi criado no retorno às aulas presenciais para reforçar as medidas de segurança contra a covid-19, será ampliado em 2 mil vagas e passará a servir também como meio da promoção da cultura de paz e identificação de conflitos. As mães dos alunos que participam do programa recebem um salário de R$ 1.367 para desempenhar o papel. Elas terão treinamentos específicos contra violência.

Especialistas alertam que só barreiras de segurança não são suficientes e defendem que ações em prol da convivência pacífica sejam parte dos projetos pedagógicos das escolas. "O principal investimento deve ser em identificar conflitos, bullying e lidar com eles, fortalecendo a estrutura escolar e a capacidade dos professores e equipe técnica para isso, além de trazer apoio para a saúde mental dos trabalhadores e estudantes", aponta nota técnica do Instituto Sou da Paz, divulgada nesta semana.

Rondas reforçadas
No Estado, 600 vagas serão ofertadas para policiais e GCM ampliará atuação na capital

Ao Estadão, o secretário da Educação, Renato Feder, disse que também vai formar 5 mil professores para atuar na convivência das escolas. Trata-se da ampliação de um programa, em que um docente, geralmente das áreas de Ciências Humanas ou de Educação Física, tem a função de conversar com alunos, identificar questões de saúde mental e encaminhar casos para um tratamento profissional. Também há previsão de melhorar o aplicativo usado pelas escolas para integrá-lo a serviços de saúde e ao conselho tutelar. "Se o aluno estiver com depressão e precisar de psiquiatra, a UBS vai ter acesso ao aplicativo e a escola vai depois cobrar, saber se foi feita a consulta." ●

MARCELO APARECIDO SILVA CAMARGO / GOVERNO DO ESTADO DE SP

Thomazia Montoro: aluno matou professora em colégio da V. Sônia

Aluno da UnB é preso após pichar ameaças em banheiro

A Reitoria da Universidade de Brasília (UnB) vai instaurar processo administrativo disciplinar contra um aluno da Faculdade de Comunicação acusado de fazer pichações no banheiro e em outros espaços da faculdade, falando de um suposto massacre na instituição. As pichações foram descobertas na segunda-feira. Ele foi preso no dia seguinte.

Em nota, a instituição afirma estar avaliando a adoção de suspensão preventiva, enquanto durar a apuração. Imagens de câmeras de segurança foram repassadas à Polícia Civil do Distrito Federal, que identificou e prendeu o aluno. A universidade verifica ainda se ocorreu participação de outros estudantes. ● ANDRÉIA BAHIA

Lula convoca governadores e prefeitos para 'reflexão'

ELIANE CANTANHÊDE
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está na China, acertou por telefone com o ministro Rui Costa, da Casa Civil, uma nova reunião, na terça-feira que vem, em Brasília, com presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Câmara dos Deputados e Senado Federal, governadores e representantes dos prefeitos, além de ministros, para uma "reflexão nacional" sobre os ataques nas escolas.

A ideia foi articulada entre Rui Costa e os ministros da Educação, Camilo Santana, e da Justiça, Flávio Dino. Eles querem criar uma "agenda de debates no País" não só para prevenir e combater os ataques a alunos e professores nas escolas, mas também para alertar o próprio meio acadêmico, as instituições, as famílias, a mídia e as igrejas para o aumento de depressão e até da automutilação entre adolescentes e jovens. O próximo passo será convidar líderes de todos os matizes ideológicos para aderir à prevenção.

"Não se trata só de uma questão policial, de segurança, mas de algo muito maior e mais complexo. É preciso envolver toda a sociedade", disse o ministro Rui Costa ao **Estadão**. Segundo ele, há uma consciência de que a União, sozinha, não vai resolver o problema e impor seguranças armados, muros altos e outras medidas do tipo não serão suficientes. "Pode botar um batalhão na porta que não vai resolver. O problema está dentro das escolas, é uma patologia social que exige a presença de psicólogos e assistentes sociais e conscientização das famílias e de toda a sociedade", defendeu.

Esforços institucionais
Presidente quer reunião também com presidentes das duas Casas do Congresso e do Supremo

PROATIVIDADE. Ele enfatizou o papel das redes sociais no problema e elogiou as medidas anunciadas por Flávio Dino, para garantir mais "proatividade" das plataformas na internet e prever sanções. O ministro da Justiça defendeu desde multas até a suspensão de serviços. As plataformas serão obrigadas a compartilhar imediatamente com as polícias locais, no prazo de até 2 horas, a localização e o protocolo de rede (IP) de cada pessoa investigada por suspeita de ameaçar ou atacar uma escola. Nos últimos dias, além de ataques em Paraná, Ceará, Goiás e São Paulo, foram abortadas dezenas de ameaças detectadas por órgãos de inteligência policial e de segurança cibernética. ●

apresentam

EVENTO ONLINE E GRATUITO

19 de abril de 2023 | Das 9h às 18h

CIDADES INCLUSIVAS E SUSTENTÁVEIS

A contribuição do setor imobiliário para a modernização dos ambientes urbanos

FREEPIK

PRESENÇAS CONFIRMADAS:

9h – Abertura

9h10 - Palestra
A contribuição do setor imobiliário para modernizar a vida nas cidades

Keynote speaker

Susan Greenfield
Presidente mundial da Federação Internacional Imobiliária (Fiabci)

9h55 - Painel
Novas centralidades: o papel do setor imobiliário para diminuir os longos deslocamentos e melhorar a mobilidade urbana

Anna Dietzsch
Arquiteta, urbanista, sócia do escritório Arquitetura da Convivência e professora na Universidade Cornell em NY

Claudio Bernardes
Vice-presidente do Secovi-SP

Tainá de Paula
Secretária de Ambiente e Clima da cidade do Rio de Janeiro

10h50 - Painel
Os desafios do financiamento imobiliário

Ely Flavio Wertheim
Presidente executivo do Secovi-SP

Filipe F. Pontual
Diretor executivo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)

Rodrigo Wermelinger
Diretor executivo de Habitação da Caixa Econômica Federal

11h45 - Painel
Anywhere office: como o setor imobiliário vem se adaptando às novas exigências do mundo do trabalho

Adriano Sartori
Vice-presidente da CBRE

Bianca Setin
Diretora de Operações da Setin Incorporadora

Carolina Burg
Sócia-fundadora e CEO da JFL Realty

Daniel Gava
CEO e cofundador da Rooftop

14h - Palestra
Cidades inclusivas e sustentáveis por mais qualidade de vida para os moradores

14h45 - Painel
ESG: Do projeto ao financiamento, a importância das estratégias de ESG na construção de cidades inclusivas

Carlos Alberto de Moraes Borges
CEO da Tarjab

FOTO: ALEX SPICHALE

Fabienne Hoelzel
Diretora-fundadora da Fabulous Urban Nigeria Foundation e professora de Design Urbano na Stuttgart State Academy of Art and Design

Felipe Faria
CEO do Green Building Council Brasil

Wilson Levy
Advogado, diretor do programa de pós-graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Uninove

15h40 - Painel
Segurança e qualidade de vida: como os empreendimentos impactam a vida das pessoas

Elisabete França
Secretária executiva de Mananciais da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo

José Police Neto
Coordenador do Núcleo de Habitação e Real Estate do Laboratório Arq.Futuro de Cidades do Insper

Larissa Campagner
Urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie

Vinicius Marchese
Engenheiro, empreendedor e presidente do Crea-SP

Mediação

Circe Bonatelli
Repórter especial da Agência Estado

16h35 - Talk
Direto de Brasília

Informações e inscrições:

transmissão ao vivo

/estadão @estadão @estadão @estadão

APOIO: broadcast

PATROCÍNIO:

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 19° | TARDE 27° | NOITE 20° | VOLUME DE CHUVA 15MM | UMIDADE RELATIVA 55%

SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
20°/ 25°	18°/ 24°	17°/ 28°	19°/ 24°

SOL

NASCENTE: 6H19
POENTE: 17H53

LUA: **MINGUANTE**

MINGUANTE	13/4	10H12
NOVA	20/4	5H15
CRESCENTE	27/4	22H21
CHEIA	5/5	14H36

Estado de SP

● Sol com muitas nuvens e pancadas de chuva com moderada a forte intensidade a partir da tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: O → 25 nós | Ondas: 1,0 m

HOJE			SÁBADO, 15		
5h41	↓	0,6	6h07	↓	0,6
10h51	↑	1,0	11h26	↑	1,2
16h54	↓	0,2	17h39	↓	0,2
23h40	↑	1,3			

DOMINGO, 16			SEGUNDA, 17		
0h06	↑	1,4	0h32	↑	1,4
6h32	↓	0,6	6h58	↓	0,6
12h01	↑	1,3	12h37	↑	1,4
18h21	↓	0,2	19h01	↓	0,2

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/30°	MACEIÓ	23°/30°
BELÉM	23°/33°	MANAUS	23°/30°
BELO HORIZONTE	18°/28°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	25°/33°	PALMAS	23°/33°
BRASÍLIA	19°/28°	PORTO ALEGRE	16°/20°
CAMPO GRANDE	20°/27°	PORTO VELHO	22°/33°
CUIABÁ	24°/32°	RECIFE	25°/30°
CURITIBA	16°/22°	RIO BRANCO	23°/32°
FLORIANÓPOLIS	19°/23°	RIO DE JANEIRO	20°/33°
FORTALEZA	24°/29°	SALVADOR	25°/30°
GOIÂNIA	20°/29°	SÃO LUÍS	24°/30°
JOÃO PESSOA	24°/30°	TERESINA	23°/32°
MACAPÁ	24°/31°	VITÓRIA	22°/30°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	-1	19°/27°	MÉXICO	-3	17°/27°
ATENAS	6	14°/19°	MIAMI	-1	22°/32°
BARCELONA	5	9°/19°	MONTEVIDÉU	0	14°/18°
BERLIM	5	7°/9°	MOSCOU	6	1°/7°
BRUXELAS	5	4°/13°	NOVA YORK	-1	20°/29°
BUENOS AIRES	0	13°/18°	PARIS	5	4°/11°
CARACAS	-1	18°/27°	ROMA	5	7°/14°
CHICAGO	-3	9°/16°	SANTIAGO	-1	9°/21°
ESTOCOLMO	5	3°/6°	SYDNEY	13	13°/21°
GENEBRA	5	-4°/6°	TEL-AVIV	6	11°/22°
JOHANNESBURGO	5	15°/27°	TÓQUIO	12	16°/21°
LIMA	-2	23°/23°	TORONTO	-1	12°/17°
LISBOA	4	9°/19°	WASHINGTON	-1	17°/27°
LONDRES	4	4°/9°			
LOS ANGELES	-4	13°/18°			
MADRID	5	7°/19°			

Ataques nas escolas

Twitter inicia remoção de material extremista, diz Ministério da Justiça

Representantes da rede social recuaram e começaram ontem a remover conteúdos denunciados na Operação Escola Segura

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

Os representantes da rede social Twitter recuaram do discurso de liberdade de expressão irrestrita e começaram a remover conteúdos extremistas denunciados pelo Ministério da Justiça no âmbito da Operação Escola Segura, que investiga organizações criminosas e grupos responsáveis pelo estímulo a atentados a escolas.

A pasta, chefiada pelo ministro Flávio Dino (PSB), já identificou a remoção de ao menos 100 conteúdos denunciados. Assessora especial e futura secretária de Direitos Digitais do Ministério, a advogada Estela Aranha disse que o Twitter deu início à remoção dos conteúdos ontem. "Estamos checando, mas, de modo geral, (o Twitter) está atendendo e nos ofereceu um canal especial em caso de alguma falha pontual ou urgência", afirmou Estela.

No início da semana, os representantes da rede social se reuniram com autoridades do governo e causaram mal-estar ao defender a manutenção de conteúdos extremistas.

Uma advogada do Twitter disse à equipe de Dino que um perfil com fotos de assassinos envolvidos em massacres em escolas não fere a política de uso da rede. A representante da plataforma ainda teria argumentado que o caso em análise pelo Ministério da Justiça não se tratava de apologia ao crime. Assessores da pasta já classificam o episódio como "bizarro".

A plataforma foi comprada pelo bilionário Elon Musk em outubro do ano passado e tem sido alvo de críticas pelas mudanças nas regras de moderação de conteúdo, que se tornaram cada vez mais permissivas em relação a conteúdos extremistas desde a troca de comando na direção da companhia.

Dino se reuniu com as principais plataformas digitais no País, pedindo que redobrem o monitoramento de conteúdo extremista e hostil em seus domínios. A iniciativa surgiu após o segundo atentado em escolas em duas semanas.

Justiça
Ministério criou canal em parceria com ONG para denúncia de publicações de extremistas nas redes

CANAL. O Ministério da Justiça criou um canal para recebimento de informações sobre ameaças e ataques contra escolas. Por meio da plataforma, que já está ativa, as denúncias podem ser feitas por qualquer pessoa de forma anônima, e as informações são mantidas sob sigilo.

Ofertado em parceria com a organização não governamental SaferNet Brasil, o canal pode ser acessado em www.gov.br/mj/pt-br/escolasegura. É possível denunciar publicações em redes sociais e fóruns, sites, blogs, perfis e outros conteúdos suspeitos. Para as denúncias, é preciso preencher um formulário que não exige identificação. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora cobra zeladoria de cemitérios de S. André

Reclamação de Giovanna Dultra: "Moradores da cidade de Santo André relataram que a Prefeitura, no ABC paulista, abandonou os cuidados com um dos principais cemitérios da região. O Cemitério Nossa Senhora do Carmo, mais conhecido como Cemitério do Curuçá, está realmente abandonado e a situação choca a todos os moradores da cidade pelo tamanho descaso com todos. Diversos visitantes reclamam da situação do local. Muitos até publicam nas redes sociais. Peço providências."

Resposta da Prefeitura: " A Prefeitura de Santo André esclarece que imagens que mostram tampas de jazigos abertas são de serviço de exumação e remoção dos restos mortais para outras quadras. Além disso, é realizado um serviço de manutenção no espaço para melhorias nas estruturas das sepulturas. Todo o serviço de exumação é informado para a família, que pode, inclusive, acompanhar o trabalho. Cabe informar que o tal 'abandono' citado não condiz com a realidade. E a roçagem do cemitério foi realizada há 20 dias."●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Fundação de S. Paulo

Estão sendo iniciadas , no largo do Palacio, as obras para a erecção do monumento commemorativo da fundação de São Paulo, em homenagem a Nobrega, Anchieta e Tibiriçá, bello trabalho do esculptor sr. Amadeu Zani, aqui domiciliado. O monumento foi projectado para ser erigido no centro da praça do Palacio, no proprio local em que nasceu a cidade, depois de convenientemente alargada pelo recuo desse edificio para o alinhamento da rua do Carmo, como há tempos era plano do governo do Estado, plano que chegou mesmo a ter principio de execução.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria Thereza Neves da Silva – Dia 10, aos 94 anos. Era viúva de Célio Silva. Deixa os filhos Fernando, Izabel, Henrique, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Campo da Esperança.

Mirovanda de Souza – Aos 85 anos. Era viúva de Roberto Rodrigues de Souza. Deixa as filhas Elisabete, Vera, Valeria, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

A esposa **ELSA**, as filhas, netas, irmão e familiares do querido
BENJAMIN ISRAEL KOPELMAN
comunicam com tristeza o seu falecimento. O sepultamento será realizado HOJE - 14/04, às 13:00h no Cemitério Israelita do Butantã, e o velório a partir das 11:00h.

Marlene Gimenez Anastacio – Aos 78 anos. Era viúva de Dovi Anastacio. Deixa os filhos João, Luiz, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Mario Varalda – Dia 6, aos 89 anos. Filho de Gustavo Varalda e Emilia Varalda. Era casado com Zelia Barão Varalda. Deixa os filhos Gisele, Daniela, Denise, Renato, Marcelo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

Sergio Alves de Almeida – Aos 76 anos. Era casado com Dirce Chiaroni de Almeida. Deixa as filhas Cristiane, Carla, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

IN MEMORIAM

Juvêncio Florêncio Borba – Amanhã, às 15 horas, na Catedral Basílica de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 31, Centro, Curitiba.

Maria Helena Borba – Amanhã, às 15 horas, na Catedral Basílica de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 31, Centro, Curitiba.

MISSAS

Maria Tereza Piza de Assumpção – Dia 18, às 13 horas, na Paróquia Nossa Senhora do Brasil, na Pça. Nossa Sra. do Brasil, 01, Jardim America (7º dia).

Centro

Palácio dos Correios: plano de concessão avança, diz Prefeitura

PRISCILA MENGUE

A expectativa da Prefeitura de São Paulo é de assinar nos "próximos dias" o acordo pela concessão da maior parte do Palácio dos Correios por 100 anos. A gestão Ricardo Nunes (MDB) planeja instalar um espaço de atendimento 24 horas à população, o SP24, e uma central de monitoramento no edifício centenário, localizado ao lado do Vale do Anhangabaú, no centro paulistano.

Segundo o secretário municipal de Governo, Edson Aparecido, as negociações avançam e estão encaminhadas. "Estamos evoluindo para a documentação", disse ao **Estadão**. O tema foi discutido por Nunes com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em março, e também em encontro com a presidência dos Correios, de acordo com o secretário. Em nota, a Prefeitura apontou que o modelo da concessão foi "acertado para uso do prédio histórico entre a gestão municipal e os Correios, após tentativas da administração municipal pela compra do imóvel" e que "com as negociações avançadas, o acordo deve ser assinado nos próximos dias".

AUTORIZAÇÃO FEDERAL. Há a expectativa de que um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorize a concessão pública. No ano passado, a Prefeitura chegou a fazer a oferta de compra do imóvel, por cerca de R$ 77,6 milhões.

Em nota, os Correios afirmaram que o modelo para a "recuperação" do prédio está "em estudos". "Uma das possibilidades avaliadas é a concessão do imóvel para a Prefeitura de São Paulo. Nesse modelo, os Correios deixariam de ter custos com a manutenção do prédio, que seria reformado pela Prefeitura e passaria a beneficiar a população por meio da oferta de serviços. O prazo está em estudos", diz o comunicado.

O prefeito paulistano tem argumentado que o edifício está subutilizado, com exceção da agência central dos Correios, que possivelmente seguirá em operação durante a concessão. Além disso, parte do térreo também é sede do Centro Cultural dos Correios, que atualmente está com três exposições em cartaz.

A proposta da Prefeitura é ocupar os dois pavimentos superiores, com a SP24 e a central de monitoramento Smart Sampa, com acesso a 20 mil câmeras. A implementação do programa está temporariamente suspensa.

ÍCONE. O palácio é um dos principais ícones da história dos Correios no Brasil. O imóvel foi inaugurado em 20 de outubro de 1922, pelo então presidente Epitácio Pessoa, como parte das comemorações do centenário da Independência, após cerca de dois anos de obras. O edifício, que é tombado, foi projetado pelo escritório Ramos de Azevedo, com assinatura dos arquitetos italianos Domiziano Rossi e Felisberto Ranzini, os mesmos do Theatro Municipal. ●

Ocupação

Negociação sobre o destino do prédio tombado está avançada diz nota da Prefeitura de São Paulo

Governo divulgará roubos e tamanho da Cracolândia

GONÇALO JÚNIOR

O governo de São Paulo vai divulgar semanalmente para a população um diagnóstico criminal no centro da cidade de São Paulo, com o número de furtos e roubos e também a contagem de dependentes químicos na região conhecida como Cracolândia. A iniciativa foi divulgada nesta quinta.

As informações sobre a criminalidade na região central estão disponíveis no site da Secretaria de Segurança Pública (SSP) por meio de um mapa interativo com dados das áreas atendidas pelo 7.º e 13.º Batalhão da PM. O órgão promete detalhar até o tipo de delito cometido, como roubos e furtos realizados pela chamada "gangue das bicicletas", uma das modalidades de crime que se tornou comum. O site vai divulgar também o número de prisões realizadas a partir dos boletins de atuação da Polícia Civil,

DEPENDENTES. Um dos focos da ferramenta é o monitoramento da concentração de dependentes químicos na Cracolândia. Semanalmente, o governo promete divulgar a evolução do número de usuários na cena aberta. Na semana passada, a média da medição foi de 898 usuários. ●

Transportes

Marginal do Tietê pode ganhar vias suspensas de moto e bike

Prefeitura estuda criação de estruturas sobre os taludes do Rio Tietê por 25 kms, do Cebolão ao Parque Ecológico do Tietê

PRISCILA MENGUE

ALEX SILVA/ESTADÃO

O estudo é inicial e propõe que a "motovia" fique em uma das margens do rio e a ciclovia, na outra

A Prefeitura de São Paulo estuda a implementação de uma ciclovia e de uma "motovia" suspensas sobre os taludes do Rio Tietê ao longo dos 25 quilômetros da Marginal, da Rodovia Castelo Branco, no chamado Cebolão, até as imediações do Parque Ecológico do Tietê. A proposta prevê também a construção de acessos para as bicicletas e motocicletas por "rampas caracóis" ao lado de cada ponte. A proposta tem dividido opiniões entre especialistas em urbanismo e tráfego.

O estudo é inicial e propõe que a "motovia" fique em uma das margens do rio, e com duas pistas em cada um dos sentidos. Já a ciclovia seria adotada no lado oposto, com o mesmo número de pistas e futuramente interligada com a ciclovia do Rio Pinheiros.

Ao **Estadão**, o secretário municipal de Mobilidade e Trânsito, Ricardo Teixeira, destacou que se trata de uma ideia em desenvolvimento desde janeiro, que ainda não entrou em fase de projeto. A estimativa é de que a obra levaria de um ano e meio a dois anos para ser implementada, porém o custo está em detalhamento e será divulgado na segunda quinzena de abril.

VELOCIDADE. Para evitar colisões entre motociclistas em sentidos distintos, a ideia é construir uma divisão de concreto e impor um limite de velocidade mais baixo do que o da via expressa. "A velocidade nessa nova pista (*elevada*) seria de 40, 50 quilômetros por hora no máximo, com radar para fiscalizar", destacou.

As estruturas estarão acima do nível de vazão das cheias, nos taludes da Marginal. A proposta inclui a colocação de floreiras, parte delas com 1,5 mil árvores de pequeno porte, a fim de criar 25 mil metros quadrados de novas áreas verdes, que idealmente ajudariam na recuperação do rio. Em março, o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) anunciou um programa bilionário de despoluição para o Tietê, aos moldes do aplicado no Rio Pinheiros.

Fiscalização

A velocidade nessa nova pista (elevada) seria de 40, 50 quilômetros por hora no máximo, com radar

A implementação das novas pistas depende de anuência do Estado, responsável pelo rio, como apontou o prefeito Ricardo Nunes (MDB) em uma agenda pública sobre outro tema na quarta-feira. "Como está em fase de estudo, a gente precisa ver agora se há uma concordância do governo do Estado, lembrando que ali estamos nas margens do rio", respondeu após ser questionado por uma jornalista.

Ele ressaltou que a proposta nasceu a partir do projeto Faixa Azul, de pistas exclusivas para motocicletas, hoje em operação nas Avenidas 23 de Maio e dos Bandeirantes, mas que terá outros moldes, com a via elevada. "A Faixa Azul nas margens dos rios é uma outra etapa que a gente espera que dê certo. É importante estar sempre buscando alternativas, para poder melhorar e diminuir o número de acidentes de trânsito na cidade de São Paulo."

O secretário municipal da Mobilidade e Trânsito, Ricardo Teixeira, descreveu a proposta como uma junção de exemplos que a Prefeitura conheceu na Malásia (país com uma alta frota de motocicletas e com variedade de vias segregadas) e da ciclovia Tim Maia, no Rio. Sobre os quatro desabamentos enfrentados pela inspiração brasileira, de 2016 a 2019, ele destacou a competência da engenharia brasileira e o fato de a Marginal não ser vizinha do mar, como no caso carioca.

Teixeira diz que a proposta é uma estratégia para reduzir o número de acidentes graves nas Marginais. Somente na Tietê, a média que cita é cerca de dez mortes de motociclistas por ano. Como a do Pinheiros tem estações de trem e um parque, percebeu-se que a alternativa da via segregada seria recomendada e viável apenas nas margens do Tietê.

Pelo tráfego pesado e pela característica de via expressa da Marginal, a Prefeitura chegou à conclusão de que uma faixa azul nos moldes já adotados na cidade deixaria os motociclistas ainda mais vulneráveis. "Tem um risco muito grande de dar errado, com a agressividade que o tráfego tem na região", diz o secretário. ●

Especialistas criticam ou sugerem ajustes

A proposta de pistas elevadas divide opiniões entre especialistas, tanto do ponto de vista de segurança viária quanto urbanístico. Pós-doutoranda em Engenharia Ambiental e Urbana na UFABC e autora do livro *Várzea do Tietê: Projeto e urbanização marginal*, Jordana Zola comenta que a proposta da Prefeitura pode fazer sentido do ponto de vista da mobilidade, mas que "carrega a herança de um modelo de urbanização século 20 ,do entorno dos rios como vias de circulação expressa."

Ele pontua que as autopistas são consideradas ultrapassadas e a tendência internacional é de intervenções para "acalmar" as vias expressas. "Com, por exemplo, um novo desenho de pistas, mais amigável, com a redução do número faixas."

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na USP com uma pesquisa sobre as várzeas, Anita Freire observa que se quer "mais uma vez ceder o espaço do rio para o sistema de mobilidade individual motorizado e de alta velocidade". "É mais uma barreira que se coloca entre a cidade e o rio", diz.

Já o doutor em Engenharia com foco em Mobilidade Urbana Luiz Vicente Figueira de Mello Filho avalia a proposta como positiva, mas que precisa de alguns ajustes técnicos. Ele propõe que a implementação seja por trechos, e será necessário regular quais veículos poderão utilizar a ciclovia, especialmente elétricos. Ele salienta que são necessárias ações para reduzir acidentes com motos. "A via expressa tem veículos pesados, o motociclista fica fragilizado." ●

Esquema do tráfico

PF fez ao menos 4 operações neste ano em Cumbica; MPF apura falha de segurança

Turistas tiveram as malas trocadas, foram acusadas de tráfico internacional e ficaram detidas 37 dias na Alemanha

ÍTALO LO RE
JOSÉ MARIA TOMAZELA

ALEX SILVA/ESTADÃO

Para procurador, há risco até de eventual queda no fluxo de passageiros, com receio de serem detidos

A Polícia Federal já deflagrou ao menos quatro operações desde o início deste ano para desarticular quadrilhas que atuavam com tráfico de drogas no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. A última delas foi realizada recentemente, após duas brasileiras serem presas na Alemanha. Já o Ministério Público Federal (MPF) abriu inquérito civil para apurar possíveis falhas de segurança em Cumbica.

"A gente tem oito suspeitos de terem participado, todos funcionários do aeroporto. Seis trabalhavam na parte interna e dois, na parte de despacho de mala", afirmou ao **Estadão** o delegado Felipe Faé Lavareda, chefe da unidade de inteligência policial na Delegacia Especial da Polícia Federal no Aeroporto de São Paulo.

Segundo ele, o modus operandi de troca de etiquetas é antigo, e a operação envolve no mínimo quatro pessoas. "É preciso ter uma pessoa que traz (*a mala*), uma pessoa que despacha e uma que desvia lá dentro. No mínimo, tem essas três fases no país de origem", diz o delegado. No país de destino, normalmente há um quarto membro. "Fica lá para desviar a mala antes de a polícia ir lá pegar." O delegado afirma que o número de pessoas dentro de cada fase pode variar. Diz também que a complexidade pode aumentar a depender do número de encomendas.

Lavareda diz que a polícia ainda investiga a associação dessa célula, que atuou nesse caso recente, com organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC). Ao mesmo tempo, reconhece que é comum que haja essa relação nesse tipo de crime, principalmente pela complexidade e pelo alto custo.

O destino mais comum das malas carregadas de drogas é a Europa, pelo alto potencial lucrativo da cocaína por lá, mas a polícia também já interceptou envios para países do Oriente Médio e para a África do Sul. A cooptação de funcionários pode ocorrer tanto quando eles estão trabalhando lá quanto antes, com a inserção de criminosos nas empresas.

MINISTÉRIO PÚBLICO. O MPF solicitou informações à Polícia Federal, que liderou as investigações, às empresas aéreas Gol e Latam Airlines, à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e à GRU Airport, empresa que administra o aeroporto. O MPF vai ouvir também a Orbital, que teve empregados envolvidos no esquema de troca das etiquetas.

Objetivo
Apuração pretende levar à revisão dos protocolos de segurança no maior aeroporto do País

Conforme a PF, as brasileiras embarcaram em um voo saído de Goiânia, fizeram escalas em Guarulhos e foram presas pela polícia alemã ao desembarcarem no aeroporto de Frankfurt, em 5 de maio, quando foram apreendidas malas que continham cerca de 40 quilos de cocaína, etiquetadas com o nome das passageiras. Segundo a Polícia Federal, as brasileiras despacharam a bagagem no aeroporto de Goiânia e só receberiam as malas de volta no desembarque, na Alemanha.

Quando a aeronave pousou em Guarulhos, funcionários de empresas que atuam no aeroporto aproveitaram a escala do voo para trocar as etiquetas das bagagens das passageiras Jeanne Paolini e Kátyna Baía por outras malas contendo drogas. Elas foram liberadas só nesta semana e planejam buscar reparação na Justiça.

URGÊNCIA. "O reforço na segurança aeroportuária é medida urgente, sob pena de afetar vários segmentos econômicos da sociedade, dado o clima de desconfiança gerado na população diante de gravíssimo fato", diz o procurador da República Guilherme Göpfert, responsável pelo inquérito. "Eventual queda do fluxo de viajantes, receosos com a possibilidade de serem injustamente incriminados, fatalmente proporcionaria reflexos negativos em demais atividades econômicas, além de afetar a imagem do País."

Ainda segundo ele, além de apurar possível ocorrência de dano moral sofrido pela coletividade, a investigação pretende levar à revisão dos protocolos de segurança no maior aeroporto da América do Sul. Conforme o MPF, um inquérito civil como este pode levar à recomendação de medidas, e também à propositura de ação civil pública. Segundo o procurador, a defesa das brasileiras acusadas demonstrou que o peso das malas registrado pela companhia no momento em que foram despachadas diferia do peso das duas malas apreendidas na Alemanha.

RESPOSTAS. A Latam, empresa aérea pela qual as brasileiras fizeram o voo, informou que repudia o ocorrido e acompanha o caso com a máxima prioridade. A Gol informou que não vai comentar. A GRU Airport, concessionária do aeroporto, informou que prestará todas as informações solicitadas. E o Ministério dos Portos e Aeroportos disse ter enviado ofício à Anac.

Já a agência informou, em nota, que se solidariza com as brasileiras presas e disse acompanhar os desdobramentos do caso, em coordenação com a Polícia Federal. Ainda conforme a Anac, a regulação brasileira está alinhada com as regras praticadas por outros países, como Estados Unidos e Canadá, bem como com a Organização da Aviação Civil Internacional (AACI). Também segundo a agência, essas medidas, e outras sigilosas, contribuíram para a identificar os autores do crime. ●

Viajantes relatam se sentir 'vulneráveis' e reforçam cuidados

ISABEL GOMES

Em Cumbica, o episódio fez crescer a procura pelo serviço de envelopamento de bagagens e o receio de passageiros com bagagens. De acordo com Fabio de Barros Silva, gerente de operação das lojas Protect Bag, que oferece o serviço em 15 quiosques no aeroporto, o movimento aumentou 20% após a repercussão do caso.

"Vou colocar alguns adesivos como estes de geladeira, bem grandes, na mala, e passar o celofane no aeroporto. Também pretendo filmar todo o processo, desde montar a mala em casa até o peso na balança principalmente na hora de despachar. Eu acho que evita? Não. Não acho. Não sei qual é o esquema utilizado para a escolha do alvo, mas eu acredito que pode dificultar", diz a advogada Mariana Perins, de 41 anos, que geralmente viaja ao exterior três vezes por ano para visitar a família. Ela adotou uma série de medidas listadas ao **Estadão** por especialistas.

O sentimento de Mariana é compartilhado pelo defensor público Vladimir Koenig, de 44 anos, que mora em Belém e costuma viajar com frequência a São Paulo e ao Rio de Janeiro com a esposa. "Quando a mala está comigo, ninguém chega perto, mas no momento em que eu a colocava sob a guarda da companhia aérea eu relaxava. Esse evento me deixou preocupado, porque eu não tenho o domínio sobre a bagagem, e se acontecer algo eu só vou descobrir depois que trocarem (as malas)."

O defensor público, que já tinha os cuidados básicos como uso de malas com adereços e com cadeado embutido, afirma que também irá adotar o hábito de gravar a colocação da mala na esteira da companhia aérea, o peso registrado pela balança e a etiqueta concedida pela empresa. Ele ainda pretende ampliar o uso da tag de rastreamento, que já tem no carro e na mochila, também nas bagagens, como forma de prevenção a perdas.

A ideia, segundo ele, é criar um conjunto de recursos que possam ajudá-lo em caso de uma situação como a vivida pelas goianas em Frankfurt, mas que o contexto o faz se sentir "fragilizado". "Vou ter de juntar vários elementos, vídeo, fotos, tag, para tentar provar que eu não faço parte desse esquema. Isso me deixou muito preocupado. A gente fica em uma posição de extrema vulnerabilidade. Eu me sinto fragilizado como viajante." ●

Conteúdo lacrado
Procura pelo serviço de envelopamento de bagagens cresceu 20%, diz empresa de Guarulhos

Mulher de Maycon, do Corinthians, condena ameaças de torcedores: 'Não passará batido dessa vez'

Patrocínios

Casas de apostas já dominam o cenário no futebol brasileiro

Dos 40 times das Séries A e B do Nacional, 39 têm parcerias com empresas do mercado de 'bets'

ROBSON MORELLI

O futebol brasileiro se rendeu às Bets. Trinta e nove times dos 40 das Séries A e B possuem algum tipo de parceria com casas de apostas. É o maior número desde que a jogatina foi liberada no País, mas não os sites – todos têm base fora do Brasil. O governo Lula tem em sua mesa a regulamentação da lei para sancionar. A única exceção dos clubes fica por conta do Cuiabá, que já manifestou o desejo de conseguir um patrocínio desta categoria para a disputa do Brasileirão, mas ainda não encontrou oferta que seja boa para o clube.

A parceria não segue apenas um modelo de negócio. Bahia e Sport, por exemplo, seguem modelos mais tradicionais, o de receber valores próximos dos R$ 50 milhões (por três anos) e estampar na camisa a logomarca do site de aposta. O Grêmio preferiu negociar ajuda mensal de R$ 1 milhão para pagar o salário do uruguaio Luis Suárez. Clubes de São Paulo e do Rio cobram valores maiores. O Flamengo chega a ganhar R$ 25 milhões por ano. Os sites de apostas movimentam R$ 12 bilhões no Brasil.

São pelo menos 17 marcas diferentes estampando seus logos nos uniformes ou em propriedades dos clubes. A predominância fica por conta do Esportes da Sorte, que tem quatro equipes na Série A e cinco na Série B – ainda é parceiro do América-RN, na Série C.

"Entendemos que atrelar nossa marca aos clubes não é apenas uma forma de exposição extremamente positiva, mas também de levar aos fãs um pouco de conhecimento e do que é o mercado de apostas. Temos como objetivo promover interação, desde os nossos posts e vídeos em redes sociais até em ativações junto a esses times patrocinados. Queremos estabelecer uma parceria que crie conexões com essas torcidas, e por isso também escolhemos agremiações de diferentes Estados e regiões do País", destaca o CEO do Esportes da Sorte, Darwin Filho.

RAUL BARETTA/ SANTOS FC.

Patrocínio de casas de apostas é fundamental para os times

Inglaterra proíbe patrocínio master das bets na Premier League

A Inglaterra caminha em sentido contrário ao Brasil em relação à parceria com casas de apostas. Ontem, a Premier League anunciou acordo com os clubes para que não haja mais patrocínio master na elite do país. O objetivo é reduzir a publicidade dos jogos de azar.

Das 20 equipes, 18 votaram a favor para o término destes acordos. Houve duas abstenções. A partir da temporada 2026/27, nenhuma equipe poderá estampar um site de apostas na parte frontal do uniforme.

Das atuais 20 equipes que disputam a elite inglesa, oito são patrocinadas por casas de apostas: Newcastle, Fulham, West Ham, Bournemouth, Brentford, Southampton e Everton. ●

A lógica das casas de apostas é ser aberta para todos os públicos. Ocorre que as marcas entendem também que fidelizar um tipo de apostador, como os torcedores de determinada região, pode trazer benefícios para as partes envolvidas: a empresa de apostas, que faz crescer seu negócio, e o clube, que ganha financeiramente com o patrocinador.

LACUNA PREENCHIDA. Para o especialista em marketing esportivo Renê Salviano, CEO da Heatmap, o mercado de betting surgiu como um atrativo financeiro, em substituição às saídas dos bancos, por exemplo. "Viemos de período de escassez com a pandemia, e essas empresas chegaram para preencher o espaço que muitos clubes tiveram com perda de receitas. Acho que, mais do que a questão financeira, o segmento pode ajudar com ativações. Sabemos o quanto o brasileiro gosta e está enraizado com a cultura dos jogos."

O presidente do Sport, Yuri Romão, defende que a importância desses patrocínios vai além da exposição na camisa. "A Bet Nacional, no nosso caso, incentiva e nos apoia financeiramente também com a modernização de nosso centro de treinamento. Com as parcerias, os times conseguem realizar contratações, fazer melhorias nas dependências do clube e oferecer melhores condições para todos os funcionários." ●

Violência

Em Belém, torcedor do Corinthians morre após ser atingido por rojão; polícia investiga o caso

Rafael Merenciano, de 35 anos e torcedor do Corinthians, morreu após ser atingido por um rojão nos arredores do estádio Mangueirão, em Belém, quarta-feira, antes da derrota para o Remo, pela Copa do Brasil – outro torcedor, não identificado, ficou ferido e seu estado de saúde não foi divulgado. Segundo a Polícia Militar do Pará, o incidente aconteceu na avenida Augusto Montenegro. As autoridades realizam buscas para prender os suspeitos de terem atirado o rojão. Câmeras de segurança estão sendo analisadas pelos investigadores. ●

Espanha

Daniel Alves voltará a depor por caso de estupro após quatro versões diferentes à Justiça

A defesa de Daniel Alves pediu à Justiça espanhola que o jogador preste novo depoimento sobre o caso de estupro de uma mulher do qual é acusado – as informações são da rede *Cadena Ser*. Preso preventivamente desde 20 de janeiro, o jogador irá depor na segunda-feira. De acordo com a imprensa local, Daniel Alves já contou quatro versões diferentes sobre a noite do dia 30 de dezembro, na boate de Sutton, em Barcelona. Antes de ser preso preventivamente, Daniel Alves chegou a conceder entrevista negando que tivesse estuprado a jovem. ●

Categorias de base

Filho de Eliza Samudio inicia carreira como goleiro do sub-13 do Athletico-PR

Bruno Samudio de Souza, 13 anos, filho de Eliza Samudio, iniciará sua carreira no sub-13 do Athletico-PR nesta semana. O jovem atua no gol, mesma posição na qual se destacou Bruno Fernandes, ex-Flamengo e Atlético-MG, condenado pelo assassinato da mãe do jovem. Bruninho, como é conhecido, foi inscrito pelo clube para a disputa do Sulbrasileiro BG Prime. O garoto fez diversos testes antes de ser aprovado no clube e se mudar, em definitivo, para Curitiba no início deste ano. Bruninho mora com a sua avó, Sônia Moura, mãe de Eliza. ●

Basquete

Em crise financeira, NBA congela contratações de funcionários e determina cortes orçamentários

A NBA, citando "ventos econômicos contrários", instruiu a equipe do escritório da liga de basquete a reduzir as despesas e limitar significativamente as contratações pelo resto do ano fiscal, de acordo com memorando obtido pelo *The New York Times*. O memorando, enviado por Kyle J. Cavanaugh, executivo da liga, e David Haber, diretor financeiro, pediu a interrupção das contratações, com exceções limitadas, e para cancelar algumas reuniões externas ou realizá-las virtualmente. Viagens e entretenimento também serão cortados. ●

O MELHOR NA TV

TÊNIS
● Billie Jean King
Alemanha x Brasil
11h / ESPN 3

FUTEBOL
● Brasileiro Sub-20
Corinthians x América-MG
15h / SporTV 2
● Sul-Americano Sub-17
Brasil x Paraguai
16h / SporTV
Argentina x Venezuela
18h30 / SporTV 3
● Campeonato Francês
Toulouse x Lyon
16h / ESPN 3
● Brasileiro - Série B
Guarani x Avaí
18h30 / SporTV
Ituano x Ceará
21h / SporTV

BASQUETE
● Liga das Américas
Minas x Flamengo
17h30 / ESPN 2
Franca x Quimsa
20h30 / ESPN 2
● NBA
Miami Heat x Chicago Bulls
20h / Prime Vídeo

VÔLEI
● Superliga Feminina
Osasco x Pinheiros
21h / SporTV 2

SANTOS FUTEBOL CLUBE

CNPJ: 58.196.684/0001-29

SANTOS DO MUNDO

Demonstrações Financeiras 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados do Santos Futebol Clube, em cumprimento ao artigo 46-A, da Lei 9615/98 e o artigo 93, parágrafo quinto do Estatuto Social, o Santos Futebol Clube publica suas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e notas emitidas pela RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples e notas explicativas estão publicadas na íntegra no endereço eletrônico https://transparencia.santosfc.com.br/auditorias/

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa equivalentes de caixa	20.858	13.742
Aplicação financeira (depósito caução)	2.311	5.121
Contas a receber	80.815	61.405
Despesas antecipadas	9.344	8.297
Outros ativos	614	461
Total do circulante	**113.942**	**89.026**
Não circulante		
Contas a receber	26.714	43.880
Despesas antecipadas	2.508	1.007
Depósitos judiciais	23.349	24.187
Imobilizado	48.841	50.332
Intangível	86.968	37.778
Total do não circulante	**188.380**	**157.184**
Total do ativo	**302.322**	**246.210**

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	2.743	3.287
Empréstimos e antecipação de recebíveis	95.715	58.362
Contas a pagar	125.419	136.040
Direitos de imagem de atletas	8.289	4.929
Receita diferida	62.436	47.864
Obrigações trabalhistas	16.865	25.564
Obrigações tributárias	5.508	9.962
Partes relacionadas	21.541	17.648
Outras contas a pagar	622	523
Parcelamentos de tributos - PROFUT	12.460	12.753
Total do circulante	**351.598**	**316.932**
Não circulante		
Empréstimos e antecipação de recebíveis	799	966
Parcelamentos de tributos - PROFUT	129.690	119.752
Provisão para demandas judiciais	95.678	78.433
Contas a pagar	23.641	14.148
Receita diferida	42.342	74.493
Obrigações tributárias	55.306	45.735
Obrigações trabalhistas	7.320	16.694
Total do não circulante	**354.776**	**350.221**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		
Patrimônio social	(449.963)	(494.410)
Reserva de reavaliação	29.020	29.532
Superavit do exercício	16.891	43.935
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	**(404.052)**	**(420.943)**
Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	**302.322**	**246.210**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em Milhares de Reais)

	Futebol profissional	Futebol amador	Clube social, administrativo e outros desportos	Total 31/12/2022	Total 31/12/2021
Receitas operacionais					
Receitas com bilheterias e cotas de participação	43.558	–	509	44.067	80.981
Receitas com repasses de direitos federativos	70.470	–	65	70.535	107.129
Receitas com transmissões televisivas	104.793	–	80	104.873	138.981
Receitas de publicidade	54.000	1.634	10.974	66.608	49.815
Receitas com manutenção e frequência	–	–	19.555	19.555	13.170
Receitas de aluguéis	–	–	711	711	646
Receitas Time Mania	–	–	1.765	1.765	1.638
Serviços prestados por voluntariado	–	–	1.560	1.560	1.560
Receitas diversas	5.544	62	26.573	32.179	12.922
Total das receitas	**278.365**	**1.696**	**61.792**	**341.853**	**406.842**
Custos do departamento de esportes					
Pessoal e encargos sociais	(80.184)	(23.387)	(10.829)	(114.400)	(118.052)
Custos com negociação de atletas	(12.319)	(182)	(9)	(12.510)	(34.776)
Jogos e bonificações	(21.484)	(2.323)	(867)	(24.674)	(29.222)
Direitos de imagem e arena	(30.512)	(1.124)	(1.340)	(32.976)	(26.026)
Amortização de gastos com atletas	(8.478)	(11.503)	–	(19.981)	(22.377)
Reversão de custos para o intangível	–	10.098	–	10.098	9.398
Outros custos	(18.395)	(2.273)	(9.034)	(29.702)	(33.854)
Total dos custos	**(171.372)**	**(30.694)**	**(22.079)**	**(224.145)**	**(254.909)**
Despesas gerais e Administrativas					
Pessoal e encargos sociais	(158)	(288)	(15.634)	(16.080)	(15.567)
Gerais e administrativas	(81)	(15)	(25.656)	(25.752)	(49.472)
Serviços profissionais	–	–	(8.782)	(8.782)	(10.037)
Depreciações	–	–	(2.267)	(2.267)	(2.224)
Amortização Intangível - software	–	–	(449)	(449)	(154)
Serviços prestados por voluntariado	–	–	(1.560)	(1.560)	(1.560)
Outras receitas (despesas) operacionais	(40)	–	(3.162)	(3.202)	(6.583)
Total das Despesas Operacionais	**(279)**	**(303)**	**(57.510)**	**(58.092)**	**(85.597)**
Receitas financeiras					
Variação cambial	–	–	67.422	67.422	93.175
Juros Ativo	–	–	1.399	1.399	520
Outras receitas	4	–	1.142	1.146	245
	4	**–**	**69.963**	**69.967**	**93.940**
Despesas financeiras					
Variação cambial	–	–	(64.471)	(64.471)	(100.370)
Atualizações monetárias	–	–	(27.757)	(27.757)	(7.227)
Juros sobre empréstimos	–	–	(15.185)	(15.185)	(4.456)
Outras despesas	(34)	–	(5.245)	(5.279)	(4.288)
	(34)	**–**	**(112.658)**	**(112.692)**	**(116.341)**
Total do resultado financeiro	**(30)**	**–**	**(42.695)**	**(42.725)**	**(22.401)**
Superavit do período	**106.684**	**(29.301)**	**(60.492)**	**16.891**	**43.935**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em Milhares de Reais)

	2022	2021
Superavit (deficit) do período	**16.891**	**43.935**
Outros resultados abrangentes	513	513
Resultado abrangente do período	**17.404**	**44.448**

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado)

Descrição	Patrimônio líquido	Reserva de reavaliação	Superavit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**(346.387)**	**30.045**	**(148.536)**	**(464.878)**
Incorporação do deficit ao patrimônio social	**(148.536)**	**–**	**148.536**	**–**
Realização da reserva de reavaliação	**513**	**(513)**	**–**	**–**
Superavit do exercício	–	–	43.835	43.835
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(494.410)**	**29.532**	**43.935**	**(420.943)**
Incorporação do deficit ao patrimônio social	43.935	–	(43.935)	–
Realização da reserva de reavaliação	513	(513)	–	–
Superávit do período	**–**	**–**	**16.891**	**16.891**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(449.963)**	**29.020**	**16.891**	**(404.052)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em Milhares de Reais)

Das atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Superavit do exercício	**16.891**	**43.935**
Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Depreciações	2.267	2.224
Amortizações Atletas	9.468	14.910
Amortizações Software	448	153
Baixa do ativo imobilizado e intangível	13.474	26.580
Provisão para perdas sobre valores a receber diversos	(6.625)	(29.838)
Atualização monetária e juros sobre empréstimos	15.185	4.456
Atualização monetária de tributos	27.757	7.227
Provisão para demandas judiciais	26.301	(34.136)
	105.166	**35.511**
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Valores a receber	4.381	(26.637)
Aplicação vinculada/Depósito Caução	2.810	(3.718)
Outros ativos	(2.701)	(5.024)
Depósitos judiciais	838	(1.790)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	(544)	(654)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(31.068)	(18.799)
Direitos de imagem de atletas	3.360	(8.612)
Contas a pagar	(1.128)	5.412
Débitos com terceiros	3.992	765
Pagamentos para demandas judiciais	(9.056)	–
Receitas diferidas	(17.578)	49.583
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**58.472**	**26.037**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Acréscimo de bens permanentes	(776)	(1.358)
Aquisições de atletas e outros	(72.581)	(27.026)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(73.357)**	**(28.384)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos bancários	41.211	41.644
Liquidação de empréstimos	(19.210)	(25.951)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**22.001**	**15.693**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**7.116**	**13.346**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13.742	396
No final do exercício	20.858	13.742
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	**7.116**	**13.346**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Santos Futebol Clube ("Clube"), cujo nome é imutável, com sede social e administrativa e foro jurídico na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Princesa Isabel, s/nº, Vila Belmiro. Sua praça de esportes principal fica localizada na cidade de Santos, não podendo ser transferida para outras cidades, podendo ser criados, mantidos e/ou encerrados centros de treinamentos, subsedes e praças de esportes secundários em outras cidades mediante iniciativa do Comitê de Gestão e aprovação do Conselho Deliberativo.

O Clube foi fundado em 14 de abril de 1912 com sede Administrativa na Rua Princesa Isabel s/nº, Vila Belmiro, Santos, é uma associação civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria. Tem por objetivos cultivar, praticar e desenvolver atividades sociais, educacionais, recreativas culturais, cívicas, assistenciais, de benemerência, esportivas e de educação física, em todas suas modalidades. Pode exercer outras atividades cuja renda reverta em benefício dos seus objetivos sociais, podendo, ainda, participar de outras sociedades como quotista ou acionista mediante aprovação do Conselho Deliberativo do Clube.

Sazonalidade

Existem efeitos sazonais significativos nas operações do Clube, pois as receitas do futebol (que representaram aproximadamente 13% e 20% das receitas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente), tendem a ocorrer durante os períodos das competições anuais, que no exercício de 2022 ocorreu conforme abaixo:

Competição	***Período de participação Clube***
Campeonato Paulista	26/02/2022 a 20/03/2022
Copa do Brasil	23/02/2022 a 13/07/2022
Sul-Americana	29/06/2022 a 06/07/2022
Campeonato Brasileiro	09/04/2022 a 13/11/2022

Além disso, existem períodos específicos do ano em que os clubes de futebol podem transferir jogadores de outros países para a sua equipe ("janela de transferência"). Essa transferência é completada após registrar o jogador no novo clube através da FIFA (Federação Internacional de Futebol), que regula o processo de forma geral e estabelece que haverá duas janelas, uma no intervalo entre as duas temporadas (máximo de 12 semanas) e uma mais curta (máximo um mês) no meio de uma temporada. Os períodos específicos dependem do ciclo da temporada e são determinados pelas autoridades nacionais de futebol.

A janela de transferência de uma determinada confederação de futebol regula apenas as transferências internacionais. A janela da confederação que o jogador está deixando, não precisa estar aberta para que ocorra esta transferência.

No Brasil a janela de pré-temporada ocorre no período entre 01 de março e 23 de maio e a janela no meio da temporada ocorre entre 01 de agosto a 30 de agosto. Porém, as janelas dos Clubes europeus destoam da brasileira, devido ao período das suas competições, que de forma geral, resulta em uma janela de pré-temporada até o fim de agosto e uma no meio da temporada, no mês de janeiro.

Portanto, nota-se uma movimentação relevante de compra de direitos sobre atletas nos períodos das janelas de transferência brasileiras e de vendas nos períodos das janelas europeias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que consideram os entendimentos dos pronunciamentos dos CPC's - Comitê de Pronunciamentos Contábeis; e NBC ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucro emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

O Clube adota, ainda, as definições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.429/13, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2003(R1) "Entidade Desportiva Profissional" sobre os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações financeiras em entidades de futebol profissional e a OTG 2003 - Orientações sobre a Aplicação da ITG2003 - Entidade Desportiva.

Conforme previsto na referida resolução, os registros contábeis do Clube evidenciam as contas de receitas, custos e despesas, segregando o desporto profissional das demais atividades esportivas, recreativas ou sociais.

Andres Enrique Rueda Garcia
Presidente

Marcia Mendes Fernandes
Contadora - CRC 1SP210846/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em Milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com jogos	44.067	80.981
Receita com repasses de direitos federativos	70.535	107.129
Receita com transmissões televisivas e publicidade	104.873	138.981
Outras receitas	122.376	79.751
Total de receitas	**341.853**	**406.842**
Despesas negociais de atletas	(12.510)	(34.776)
Custos de jogos e bonificação	(24.674)	(29.221)
Serviços de terceiros	(10.342)	(11.597)
Despesas gerais e administrativas	(25.742)	(49.472)
Outros custos	(21.631)	(25.650)
Total de despesas	**(94.900)**	**(150.716)**
Valor adicionado bruto	**246.953**	**256.126**
Depreciação e amortização	(22.697)	(24.755)
Valor adicionado líquido produzido pelo Clube	**224.256**	**231.371**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	69.966	63.429
Outras	(2.688)	(6.188)
Total	**67.278**	**57.241**
Valor adicionado total a distribuir	**291.534**	**288.612**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	153.843	150.327
Impostos, taxas e contribuições	8.108	8.520
Atualização monetária de tributos	27.757	7.227
Juros s/empréstimos e financiamentos	15.185	4.456
Outras despesas financeiras	69.750	74.147
Superavit do período	16.891	43.935
Valor adicionado distribuído	**291.534**	**288.612**

continua

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos:
Diretores e Administradores do
Santos Futebol Clube
Rua Princesa Isabel, S/N, Vila Belmiro - 11075-501
Santos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Santos Futebol Clube ("Clube"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Clube em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT)

Conforme divulgado na nota explicativa n° 18, até a emissão do nosso relatório os órgãos competentes ainda não homologaram a consolidação dos débitos relacionados ao Profut - PGFN administrado pela Receita Federal Profut - FGTS administrado pela Caixa Econômica Federal (Programa de Parcelamento do Governo Federal - Lei 13.155/2015), ratificando os cálculos apresentados quando da adesão, protocolada em novembro de 2015, podendo, até a homologação, o Clube ser solicitado a apresentar outros esclarecimentos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As demonstrações financeiras incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 31 de janeiro de 2022.

Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Entidade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2023

RSM

RSM Brasil Auditores Independentes
Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Silvio Cesar Cardoso
Contador CRC 1SP 188.428/O-5

www.santosfc.com.br

Aluno brilhante

Sonhando em trabalhar na Nasa

Lucas Borges, de 17 anos, passou em nove universidades dos EUA e planeja estudar engenharia espacial

PAULA KUMANAYA/ANGLO

Estudante de São José dos Campos (SP) passou em 12 instituições

CAIO POSSATI

Nem mesmo duas mãos são capazes de contar a quantidade de universidades em que Lucas Borges, de 17 anos, foi aprovado. Nos últimos meses, o estudante, que pretende cursar engenharia aeroespacial na graduação, foi aceito em 12 instituições desde que concluiu o ensino médio no fim do ano passado. Além das brasileiras Unicamp, Unesp e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as portas de nove universidades dos EUA também se abriram para o jovem de São José dos Campos (SP).

O futuro engenheiro não decidiu em qual das universidades vai estudar. Mas, o mais provável, diz Lucas, é que sua próxima casa tenha mesmo um endereço norte-americano. Tudo se encaminha para que ele escolha a Universidade de Clarkson, onde foi aprovado com bolsa integral para Engenharia Aeroespacial.

Os planos, no entanto, ainda podem mudar. Até o fim de março, quando o jovem conversou com o **Estadão**, ele ainda esperava a resposta de outros dez processos seletivos – um deles do tão prestigiado MIT (sigla em inglês para o Instituto de Tecnologia de Massachusetts). "Meu sonho depois de estudar engenharia aeroespacial é fazer mestrado e doutorado em astrofísica para trabalhar na Nasa (*Agência Espacial dos Estados Unidos*)", diz.

O desejo ousado de trabalhar na meca do setor espacial pode soar ambicioso para quem não conhece Lucas. Mas faz sentido quando ele conta a paixão precoce que desenvolveu com o assunto desde pequeno. "Minha mãe conta que, quando eu tinha 3 anos, apontava para o céu e perguntava por que havia estrelas mesmo quando não era noite."

Para saber a resposta para essas e outras perguntas, Lucas vasculhava os livros e não dava bola para a complexidade das explicações. No 8.º ano do ensino fundamental, por exemplo, quando estava entre 12 e 13 anos, o estudante já arriscava ler as obras do renomado físico Stephen Hawking, como o *Universo Numa Casca de Noz e Uma Breve História do Tempo*.

"Quando eu era mais novo, era mais difícil de entender, confesso. Eu ficava pausando para pesquisar o que eu não entendia. Mas como eu gosto de ficar relendo (*livros*), eu li outras vezes e fui me adaptando, aprendendo mais e entendendo melhor", afirma.

MEDALHAS. Todo conhecimento que Lucas foi adquirindo com leituras e horas de estudo diárias, ele foi colocando à prova. Filho de mãe formada em ciência da computação e de pai engenheiro elétrico, o jovem participou de mais de 100 olimpíadas de diversas disciplinas de exatas e, segundo ele, ganhou 60 medalhas. Uma delas, a de ouro na Olimpíada Internacional de Astrofísica, em 2020, rendeu a Lucas um convite para uma conversa, em uma live, com o então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, e hoje senador, astronauta Marcos Pontes. ●

SEXTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2023 O ESTADO DE S. PAULO

Âncora fiscal **Fogo amigo**

PT quer barrar teto para investimentos

Presidente do partido, Gleisi Hoffmann pressiona o ministro Fernando Haddad a não incluir a previsão de travas a gastos adicionais no texto que será enviado ao Congresso

EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

O PT pressiona o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a não incluir no texto da nova âncora fiscal que será encaminhado ao Congresso na próxima semana qualquer tipo de trava ao investimento público – como planeja a equipe econômica.

"O que a gente defendeu no PT, e quer dialogar com a Fazenda, é liberar investimentos de qualquer trava. Não ter trava nenhuma, não ficar com o limite de só ser corrigido pela inflação", afirmou ao *Estadão/Broadcast* a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, antecipou ao *Estadão/Broadcast* que esse limite seria correspondente a R$ 25 bilhões. Com essa trava, uma eventual elevação da arrecadação seria canalizada não só para investimentos, mas também para melhoria das contas do governo, ajudando num cenário mais favorável para a estabilização da dívida pública. Limitar investimentos adicionais é uma estratégia defendida pelo mercado financeiro.

Dirigente com acesso direto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gleisi coleciona divergências com Haddad quando o assunto é a condução da economia. No fim de fevereiro, a dirigente se opôs publicamente à proposta da Fazenda de retomar a tributação dos combustíveis, o que foi chancelado por Lula.

A presidente do PT disse que ainda não leu o texto final do arcabouço fiscal e que, por isso, não tem certeza se haverá alguma trava ao investimento público. "Queremos conversar com Haddad, com a Fazenda. A defesa do investimento público é uma posição consolidada do PT."

A fala da dirigente vem apenas três dias após Lula defender o arcabouço fiscal e o próprio Haddad em reunião ministerial que marcou os 100 dias de governo.

> ***"O que a gente defendeu no PT, e quer dialogar com a Fazenda, é liberar investimentos de qualquer trava"***
> **Gleisi Hoffmann**
> **Presidente nacional do PT**

DEFESA. O secretário nacional de comunicação do partido, Jilmar Tatto, saiu em defesa do projeto e negou que parlamentares da sigla vão "bater" no ministro da Fazenda. "O projeto do Haddad é diferente do projeto fiscalista do (*Antonio*) Palocci e do (*Joaquim*) Levy", afirmou Tatto à reportagem.

Integrante da Executiva nacional do PT, Tatto minimizou os impactos do dispositivo que pode limitar os investimentos. "Se a gente tiver um ambiente econômico saudável, tranquilo e com credibilidade, você tem investimentos privados, externos", afirmou o secretário nacional de comunicação do PT.

Haddad tem sido comparado nos bastidores do PT ao exministro da Fazenda Antonio Palocci, que no primeiro governo Lula promoveu um forte ajuste fiscal e levou a um racha na sigla. Parlamentares petistas se opuseram publicamente à reforma da Previdência apresentada à época e acabaram expulsos do partido ou pediram desfiliação. Grande parte dos rompidos formou o PSOL, que hoje integra a base de governo de Lula. ●

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A NOVA REGRA FISCAL. PÁGs B2 e B7

Celso Ming celso.ming@estadao.com

O dólar abaixo dos R$ 5

O otimismo recente não melhorou a foto da economia brasileira, que continua ruim. No entanto, contra essa maré, a cotação do dólar caiu mais de 6% neste ano. Até onde vai esse período de valorização do real?

No fechamento do câmbio desta quinta-feira, o dólar ficou nos R$ 4,92, a cotação mais baixa desde junho de 2022. Os movimentos do câmbio sempre foram um desafio para os especialistas. Mas há explicações para essa baixa acentuada.

À primeira vista, juros substancialmente mais altos no mercado interno em relação aos do exterior, como hoje, tendem a atrair mais recursos, que procuram aproveitar melhores retornos nas aplicações em reais. Assim, pelo efeito da lei da oferta e da procura, caem os preços da moeda estrangeira em reais. Mas há alguns meses, quando a diferença entre juros internos e externos era maior, a entrada de moeda estrangeira não era tão acentuada como agora.

Nas últimas semanas, passaram a atuar dois fatores independentes entre si. O primeiro tem a ver com certa melhora da questão fiscal que afugentava capitais em vez de atrair. O encaminhamento do arcabouço, embora não plenamente satisfatório, apontou para mais equilíbrio do que a situação anterior e ajudou a reverter o fluxo negativo.

O outro fator está relacionado com a perspectiva de baixa futura dos juros básicos (Selic). O recuo da inflação e a divulgação do próprio arcabouço fiscal sugerem que o Banco Central volte a afrouxar sua política. Como mantêm no exterior polpudos depósitos em dólares – que ninguém sabe de quanto são –, muitos exportadores parecem ter iniciado o repatriamento desses recursos para aproveitar os juros altos por aqui e ajudaram a derrubar as cotações.

Não dá para desdenhar os fatores externos. O preço do dólar também recuou diante das demais moedas fortes porque o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) vem acenando para a desaceleração da alta dos juros. Ao mesmo tempo, a percepção geral de que as autoridades controlaram a crise bancária desencadeada pela quebra do Silicon Valley levou os senhores do capital a sair da toca do dólar em que se refugiaram e a correr mais risco.

Os analistas consultados pelo Banco Central por meio do Boletim Focus apostam que, no fim do ano, o dólar estará valendo R$ 5,25. Não dá para encontrar firmeza nessa projeção porque as incertezas externas e internas continuam fortes.

Sabe-se lá para onde vão a inflação global e os preços do petróleo. E, no âmbito interno, não dá para saber qual será a atitude do Congresso em relação à reforma tributária e à política econômica do governo Lula. E o futuro da moeda estrangeira depende muito desses fatores. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Manoel Pires

‘Governo precisa ser transparente na comunicação’

Fazenda deve adaptar forma de se comunicar para explicar melhor nova âncora, diz economista

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

Manoel Pires vê conceito de justiça tributária em medidas

ENTREVISTA

Manoel Pires foi secretário de política econômica da Fazenda e chefe da assessoria econômica do Planejamento

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

Coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), o economista Manoel Pires propõe que, para o melhor funcionamento do novo arcabouço fiscal, o governo adote uma comunicação semelhante à do Banco Central nos relatórios trimestrais de inflação. “O BC tem uma comunicação muito mais bem datada, profunda, do que a da política fiscal. É importante ter um relatório mais recorrente com premissas claras”, diz Pires. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como no novo arcabouço fiscal o gasto é vinculado à arrecadação, não fica uma incerteza?

Seria muito importante o Ministério da Fazenda ter instrumentos mais modernos de comunicação, em razão de o modelo ter características como a necessidade de ampliação da arrecadação, possivelmente o fim do contingenciamento e dificuldade maior de prever receita, além de uma visão mais plurianual da política fiscal. Tal como faz o Banco Central (*com a inflação*) para projetar as variáveis fiscais e mostrar como as medidas adotadas irão ajudar no alcance da meta ao longo do tempo.

Como seria esse instrumento?

Uma forma de reduzir a complexidade e melhorar a compreensão do mercado e dos agentes econômicos em relação à aplicação da regra é adaptar a comunicação da Fazenda à nova regra. Temos um bom exemplo institucional. O BC tem uma comunicação muito mais bem datada, profunda, do que a da política fiscal. É importante ter um relatório mais recorrente com premissas claras.

Como o relatório de inflação do BC?

Exatamente. Ter um relatório com cenários claros de projeções. Pode ser trimestral, divulgando no relatório as medidas que o governo pretende implementar e como isso vai impactar num cenário de referência, como esse aumento de arrecadação vai ser utilizado para os próximos anos. Então, tudo isso você pode tornar mais transparente. O governo diz como é que pretende usar o grau de arbitrariedade e discricionariedade para aplicar a regra. Isso ajuda na previsibilidade. Pode deixar mais claro o que está considerado, seja de cenário econômico ou de medida adicional, e como é que isso impacta a sua política fiscal para os próximos anos. Seria muito importante para diminuir a confusão. Hoje, cada um está estimando, ao seu jeito, qual será o impacto de aumento de carga que a regra vai pressupor. Esse é o tipo de incerteza que um documento como esse pode reduzir, talvez eliminar.

Mas esse papel não é do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, que o governo é obrigado a enviar ao Congresso?

O relatório de avaliação foi moldado para informar sobre o contingenciamento (*bloqueio de recursos*). Tem um papel mais específico, e não lida com um impacto de uma decisão fiscal para o Orçamento dos anos seguintes.

Existe alguma possibilidade de haver um ‘shutdown’ (*paralisação da máquina pública*) com essa regra?

Acho muito difícil. É um problema que tem hoje no teto de gastos. Será muito difícil que, no horizonte de aplicação da regra nos próximos três anos, tenha uma situação como essa, porque o natural é que a receita cresça. Eu acho que, se a economia ficar em recessão por muito tempo, deveria ter uma cláusula de escape. O governo deveria excluir crédito extraordinário da regra, e não está claro se vai fazer. A pandemia da covid-19 mostrou que é importante.

Como o sr. avalia o debate sobre o aumento da carga tributária para a regra se sustentar?

A carga é medida como arrecadação total das esferas governamentais em relação ao PIB. Sob esse aspecto, ela vai aumentar se o governo for bem-sucedido nessa estratégia. Por outro lado, como o governo está focando em setores que são subtributados, a carga não aumenta para a sociedade, mas sobe para quem está pagando pouco ou não está pagando nada. Eu acho que está se tentando normalizar a tributação para quem é subtributado. Então, a regra embute algum conceito de justiça tributária nas medidas em estudo.

O ministro Haddad está comprando uma briga muito grande de combate a privilégios? Vai colar lá no Congresso?

É muito difícil fazer previsão. O que o governo quer fazer é aumentar um pouco a justiça social e melhorar, na margem, a qualidade do gasto público, fazendo gastos que são meritórios e melhorando o sistema tributário do País. É uma política econômica que tende a gerar mais crescimento e menos desigualdade. Agora, vai envolver algumas vitórias e derrotas. Nos últimos anos, tivemos uma discussão muito difícil (*no Congresso*) com relação à questão tributária. Mas é verdade também que nunca se tentou muito. Por exemplo, a discussão da tributação dos fundos exclusivos de investimento. Ela foi tentada lá atrás, mas o empenho foi muito pequeno para se aprovar. ●

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2022
Relatório na íntegra disponível em https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/

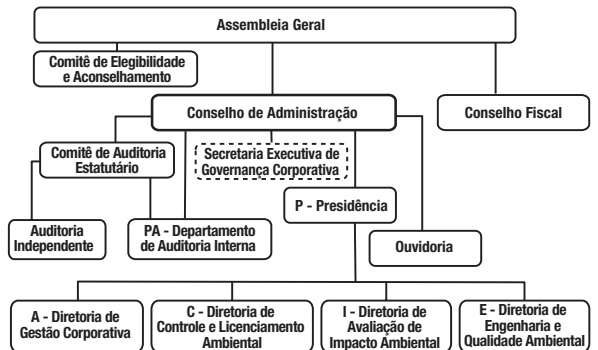
Aviso: 1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir estão resumidas e não devem ser consideradas, isoladamente, para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas, auditadas e elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • https://www.estadao.com.br; • https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais.

Senhores Acionistas,
A CETESB, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese dos principais resultados alcançados em 2022, acompanhada do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e dos Relatórios do Auditor Independente.

ESG NA CETESB
Os princípios do Environmental, Social and Governance (ESG) estão presentes na missão da CETESB, na preocupação com a manutenção dos recursos naturais do planeta e construção de um mundo melhor. A CETESB esteve representada na 27ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP27, onde participou de reuniões, discussões técnicas e promoveu eventos paralelos, no intuito de conter as emissões de gases de efeito estufa. Seguindo orientação da Organização das Nações Unidas (ONU) que preconiza, entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a necessidade de promover a igualdade racial para obter condições de equilíbrio na Terra, a CETESB, foi uma das primeiras empresas públicas a aderirem ao Pacto Estadual de Promoção da Equidade Racial. Outros objetivos da iniciativa visam compartilhar e disseminar boas práticas e inovações na promoção de equidade racial no ambiente de trabalho, aliada aos princípios dos Direitos Humanos, por meio da implantação do protocolo ESG Racial. A preocupação com a diversidade também aparece nos eventos realizados na Companhia, que devem ter, na composição das mesas de expositores, debatedores, mediadores e oradores em geral, no mínimo 25% dos participantes do gênero feminino. O Programa de teletrabalho passou a ser definitivo, tendo como objetivo contribuir com o avanço da transformação digital, reduzindo os custos administrativos para a obtenção de melhores resultados e versatilidade do trabalho, além de propiciar mais qualidade de vida aos empregados. A empresa conta com um sistema robusto de Governança Corporativa com informações sobre a composição e a atuação dos principais órgãos do sistema de governança, a forma de comunicação com vários públicos, o cumprimento de exigências legais e a conduta nos negócios, entre outros instrumentos.

A INSTITUIÇÃO
A CETESB é a agência do Governo do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição. Criada em 24 de julho de 1968 pelo Decreto nº 50.079, é uma empresa pública estadual, da administração indireta, de capital fechado, onde o acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, sendo regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e suas alterações e nº 13.303/2016. A receita prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA 2022 foi da ordem de R$ 532,9 milhões, contemplando a subvenção de custeio do Estado de São Paulo e os recursos próprios, compostos por receitas oriundas do sistema de licenciamento ambiental, da arrecadação de multas ambientais, das taxas de fiscalização ambiental e da prestação de outros serviços. Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais. A sede está localizada à Avenida Prof. Frederico Hermann Junior, 345 - São Paulo/SP - PABX: +55 11 3133-3000 - www.cetesb.sp.gov.br, CNPJ 43.776.491/0001-70. Organizada em cinco Diretorias: Presidência, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental, conta com 46 Agências Ambientais e 19 laboratórios, distribuídos no estado de São Paulo. **RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL**: Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe; principal Companhia de Meio Ambiente Brasileira; Centro de Referência para Questões Ambientais da ONU, por meio de suas agências implementadoras, principalmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Membro da Rede HydroPoll - Rede Colaborativa de Pesquisa em Poluição das Águas e Recursos Hídricos; Membro da Rede Pan-Americana de Epidemiologia Ambiental (PANACEA); Membro da Rede Latino-Americana de Prevenção e Controle da Contaminação do Solo e das Águas Subterrâneas (RELASC); Signatária da Declaração Internacional da Produção Mais Limpa do PNUMA; Participante da *Regions4 Sustainable Development.* **PARCERIAS, COLABORAÇÕES E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL:** Participa de ações com diversos órgãos, como o Centro Coordenador da Convenção da Basileia e Centro Coordenador da Convenção de Estocolmo para a América Latina e Caribe (BCCC-SCRC) - Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU), o Escritório no Brasil do PNUMA, a Agência Nacional para o Controle da Qualidade Ambiental de Moçambique (AQUA), a AIDIS - Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, a PANACEA e Environment and Climate Change Canadá, entre outros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: Prevista na Lei Federal nº 13.303/2016, a CETESB consolida neste relatório as informações referentes ao exercício social de 2022, nos termos do Decreto Estadual nº 62.349/2016. Adota as melhores práticas de governança corporativa, recomendadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

SISTEMA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

ASSEMBLEIA GERAL: Instância máxima, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E ACONSELHAMENTO:** Verifica a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Colegiada e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. Composto por três membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo. Composição em 31.12.2022: Carla Almeida, Fábio Aurélio Aguilera Mendes e Paula Cristina Nassif Elias de Lima. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Composto por 11 membros, 10 eleitos pela Assembleia Geral e 1 eleito pelos empregados, tem 27% de membros independentes. O Conselho se reuniu 13 vezes ao longo do ano. Composição em 31.12.2022: Cláudio Carvalho de Lima (Presidente), Patricia Iglecias, Floriano Peixoto de A. Marques Neto, José Paulo Neves, Kelly Lopes Leme, Nilton Lagana Júnior, Orestes Marraccini Gonçalves; Conselheiros Independentes: João Carlos Castilho Garcia, João Ricardo Pereira da Costa, Luiz Antonio Carvalho Pacheco; Conselheira Representante dos Empregados: Maristela Musco de Caires. **CONSELHO FISCAL:** Composto por cinco membros efetivos, com igual número de suplentes, é o órgão fiscalizador da Administração. Foram realizadas 12 reuniões. Composição em 31.12.2022 - Titulares: Andra Robert de Carvalho Campos, Gustavo Carvalho Tapia Lira, Mauro Ricardo Machado Costa, Regina Romero e Pinheiro e Wilson Sérgio Pedroso Júnior; Suplentes: George Hermann Rodolfo Tormin, Jorge Damião de Almeida, Leonardo Maurício Colombini Lima, Tatiane Gonçalves Rodrigues e Yukimi Nagata. **COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO:** Composto por três membros independentes, tem por função principal assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à supervisão dos processos vinculados à elaboração das demonstrações financeiras, à auditoria interna e independente, aos controles internos, à exposição aos riscos, ao canal de denúncias e fraudes e outras, visando proteger os interesses dos acionistas e de outras partes interessadas. Foram realizadas 22 reuniões. Composição em 31.12.2022: João Ricardo Pereira da Costa (Coordenador), Afonso Antonio Hennel e Ruy Martins Altenfelder da Silva. **AUDITORIA INDEPENDENTE:** Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S. **AUDITORIA INTERNA:** Vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário. **SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNANÇA:** Assessora os órgãos que integram o sistema de governança corporativa. **OUVIDORIA:** Recebidas 2.399 manifestações com atendimento de 97,28%, compostas por 874 reclamações, 1.324 pedidos de informações, 159 denúncias, 23 sugestões e 19 elogios. **DIRETORIA COLEGIADA:** Composta por cinco membros estatutários. Foram realizadas 25 reuniões. Composição em 31.12.2022: Patrícia Iglecias (Diretora-Presidente), Glaucio Atorre Penna (Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental), Aruntho Savastano Neto (Diretor de Gestão Corporativa), Carlos Roberto dos Santos (Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental) e Domenico Tremaroli (Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental). **AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:** Em cumprimento à Deliberação do CODEC nº 04/2019, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada foram avaliados individualmente e de forma coletiva. **REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES:** A remuneração de Diretores e membros de Conselho de Administração e Fiscal e de Comitês obedece à Deliberação CODEC n° 1/2019, e está registrada no Balanço do exercício, em Remuneração de órgãos Estatutários. **DIVISÃO DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS:** Revisão e divulgação da Política de Transações com Partes Relacionadas e divulgação das Políticas de Segurança da Informação, e de Privacidade. Realização de treinamentos sobre o Código de Conduta e Integridade e orientações sobre a qualidade de atendimento. **COMPLIANCE:** Aprimoramento do Programa de Integridade, em prol de excelência, eficiência, integridade e combate à corrupção, bem como do respeito aos princípios e às normas previstos no seu Código de Conduta e Integridade. **CANAL DE DENÚNCIAS:** Disponível no site da CETESB, para denúncias, anônimas ou não, sobre possíveis situações de fraude, corrupção, conflitos de interesses, improbidade administrativa, assédio moral, assédio sexual, infrações às normas e procedimentos, bem como desvios relativos ao Código de Conduta e Integridade. O anonimato e a confidencialidade são assegurados, além da não retaliação ao denunciante. **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** Revisão da Política, cujos detalhes podem ser obtidos na Nota Explicativa n° 21 do Balanço Patrimonial de 2022. **DOCUMENTOS RESULTANTES DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA:** Estatuto Social; Regimento Interno do Conselho de Administração; Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário; Regimento Interno do Conselho Fiscal; Regulamento de Eleição do Representante dos Empregados para compor o Conselho de Administração; Atas das reuniões do Conselho de Administração; Atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário; Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário; Atas das reuniões do Conselho Fiscal; Código de Conduta e Integridade; Canal de Denúncias; Comitê de Ética; Regimento Interno do Comitê de Ética; Regulamento de Licitações e Contratos; Plano de Negócios 2022 e Análise de Riscos e Oportunidades 2022-2027; Política de Divulgação de Informações e de Porta-Vozes; Política de Transações com Partes Relacionadas; Política de Privacidade; Política de Segurança da Informação e Política de Classificação de Documentos, Dados e Informações Sigilosas da CETESB.

EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2022: Encontra-se nesta publicação e no relatório completo.

ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO
Está alinhada ao Planejamento Estratégico, ao Plano de Negócios 2023 e Análise de Riscos e Oportunidades 2023-2027 e ao Plano Plurianual do Estado de São Paulo - PPA 2020-2023, com o programa "Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental", além de participar dos programas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL): "Educação Ambiental, Cidadania e Melhoria da Qualidade de Vida", "Fortalecimento do Planejamento e Gestão Ambiental" e "Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo". A MISSÃO, VISÃO e VALORES encontram-se disponíveis no relatório completo e no sítio eletrônico. **COMPROMISSOS DE CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:** Em consonância com a Lei nº 17.262/2020, que aprovou o PPA 2020-2023, foi aprovado o Plano de Negócios 2023 e a Estratégia de Longo Prazo 2023-2027, considerando a LDO nº 17.555/2022 e a LOA nº 17.614/2022 para o exercício de 2023. **PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2023:** Os recursos previstos na LOA 2023 são da ordem de R$ 597 milhões. **ESTRATÉGIA 2023-2027:** Licenciamento Ambiental voltado para a Eficiência; Monitoramento Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Eficiência e Sustentabilidade Financeira; Inovação e Novas Tecnologias.

GESTÃO
GESTÃO DE FORNECEDORES: 641 fornecedores contratados por meio de licitação, dispensa e contratação direta, no total de R$ 111,2 milhões. **GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:** Aquisição de 22 drones, sendo 2 de maior porte e resistentes a altas temperaturas, vapores e gases, para o monitoramento de acidentes químicos e ambientais; aquisições de um Data Center Outdoor e de um servidor para trabalhar com hiperconvergência. **GESTÃO DE CUSTOS:** A redução da dependência de recursos do Tesouro norteou ações como a repactuação de contratos de serviços, redução de despesas, e a verificação trimestral do planejamento dos desembolsos e fez investimentos em tecnologias que visam otimizar processos e reduzir despesas. **GESTÃO DE RISCOS:** Diretrizes para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração, estabelecidas pelo Programa de Integridade. **GESTÃO DE RELACIONAMENTOS:** Coordena as Câmaras Ambientais, visando à promoção da melhoria da qualidade ambiental por meio da interação entre o poder público e os setores produtivos e de infraestrutura do estado de São Paulo. **GESTÃO DO CONHECIMENTO:** Transferência de conhecimentos por meio da Escola Superior da CETESB, com a oferta de cursos visando à melhoria do desempenho de profissionais em sua relação com o meio ambiente e fortalecimento de políticas públicas ambientais. Retorno da Revista Ambiente, voltada para o conhecimento científico, respaldando os avanços tanto do ponto de vista ambiental quanto do licenciamento. A Biblioteca dispõe de um amplo acervo técnico especializado na área de meio ambiente e ciências afins.

DESEMPENHO DOS CAPITAIS
CAPITAL FINANCEIRO
No exercício de 2022, a CETESB atingiu a marca histórica de R$ 472 milhões na arrecadação de receitas próprias. Desse total, 68% foram obtidos por meio das atividades de licenciamento. Outras ações, como o fluxo automático de cobrança de multas, permitiram fortalecer o caixa da Companhia. **DESEMPENHO CONTÁBIL:** Prejuízo líquido de R$ 116,3 milhões no exercício de 2022.

CAPITAL MANUFATURADO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL: Foram 61,4 mil solicitações atendidas decorrentes do licenciamento ambiental. O licenciamento de empreendimentos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) viabilizou investimentos no Estado na ordem de R$ 5,2 bilhões, com a concessão de 151 licenças. Esses investimentos em obras de infraestrutura e grandes empreendimentos se refletem na melhoria das condições de vida para a população, na dinamização da economia e na oferta de empregos, estimando-se a geração de pelo menos 17,8 mil postos de trabalho diretos, na fase de obra e operação. Foi responsável pela captação de valores na ordem de R$ 14 milhões em compensações ambientais. Foram emitidos: 184 pareceres de análise de Consulta Prévia; 1.098 inspeções e vistorias técnicas aos empreendimentos sujeitos à AIA; 439 Pareceres Técnicos de Análise de Riscos Tecnológicos e realizadas 210 vistorias.

OUTROS ATENDIMENTOS: 72 Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV), equivalentes ao corte de 13,9 mil indivíduos arbóreos isolados, supressão de 162,56 ha de vegetação nativa e intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), de 155,49 ha; compromissadas a averbação de 2,89 ha como Área Verde, de 141,98 ha como Reserva Legal; firmados 66 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) para um total de 867,92 ha para restauração; emissão de 202 pareceres e informações técnicas em atendimento às solicitações do Ministério Público.

GEOPORTAL e-CENÁRIOS: Cadastrados 26,7 mil empreendimentos licenciados e 2,5 mil tabelas com informações de caracterização dos empreendimentos e indicadores ambientais.

TERMOS DE COMPROMISSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (TCRA): 77 TCRA com mais de 5 mil mudas avaliados; 66 TCRA cumpridos, representando 896 mil mudas e 11 TCRA arquivados. FISCALIZAÇÃO DE - Fontes Fixas: 37.069 inspeções técnicas; 3,7 mil autos de advertências; 1.730 autos de penalidades de multas; 67 embargos e 10 autos de interdição.

MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL
ANÁLISES AMBIENTAIS: Realizam amostragens e ensaios físicos e químicos, microbiológicos, parasitológicos, hidrobiológicos e toxicológicos, nas mais diversas matrizes, bem como ações para a proteção da saúde humana e do meio ambiente nos programas de vigilância ambiental da poliomielite e do SARS-CoV-2. Realizados cerca de 310 mil ensaios para o monitoramento da qualidade da água e solo e para subsidiar ações preventivas e corretivas de controle da poluição ambiental. Além dos laboratórios na Sede, possui sete laboratórios no interior do estado.

QUALIDADE DAS ÁGUAS
Águas Superficiais Interiores (Águas Doces) - Rede Automática: 16 estações distribuídas nas diversas bacias hidrográficas do estado de São Paulo. Rede Básica: 519 pontos de amostragem. Praias de Rios e Reservatórios: Monitoradas 31 praias. Águas superficiais Costeiras - Amostragem em 69 pontos, em 21 áreas nos estuários e no Oceano Atlântico. Qualidade das Praias - Balneabilidade: Monitorados 167 pontos, em 150 praias de 15 municípios. Águas Subterrâneas: 321 pontos da Rede de Monitoramento de Qualidade, em poços tubulares e nascentes e 64 piezômetros da Rede Integrada de Monitoramento de Qualidade e Quantidade, nos aquíferos Bauru e Guarani. Águas Superficiais Interiores (Águas Doces) - Rede Automática: 19 estações distribuídas nas diversas bacias hidrográficas do estado de São Paulo e principais mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo, que geraram cerca de 8 milhões de dados. Rede Básica: 498 são pontos planejados, 16 pontos integrados com o Projeto Mananciais e 5 pontos incluídos ao longo do ano, totalizando 519 pontos. Praias de Rios e Reservatórios: Monitoradas 33 praias. Águas superficiais Costeiras: Amostragem em 69 pontos, em 21 áreas nos estuários e no Oceano Atlântico. Qualidade das Praias - Balneabilidade: Monitorados 168 pontos, em 151 praias de 15 municípios.

SUPORTE TÉCNICO AO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (FEHIDRO): 49 pareceres de Aprovação de Viabilidade Técnica em apoio técnico ao FEHIDRO, com investimentos na ordem de R$ 33,5 milhões.

QUALIDADE DO AR - Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar: 63 estações automáticas distribuídas no estado (29 na RMSP, 6 no litoral e 28 no interior), que contam com cerca de 800 equipamentos e geram aproximadamente 20 mil dados diários, além de 22 pontos de monitoramento manual, totalizando 85 estações. A partir de janeiro de 2022, entraram em vigor, de forma pioneira, novos padrões de qualidade do ar no estado de São Paulo (Deliberação CONSEMA nº 4/2021). Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos a Diesel (PMMVD): Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC), incluindo-o no PMMVD. Ações em Campo para Fiscalização de Veículos a Diesel: realizadas ações de fiscalização em 156 mil veículos a diesel em 124 pontos de rodovias com o apoio da Polícia Militar; fiscalizados 94 veículos por meio da medição da opacidade e 71 veículos por meio da verificação da qualidade do insumo ARLA-32. Homologação de Veículos Novos no Âmbito do Proconve e Promot: 1,3 mil pareceres técnicos para homologação de veículos novos, automóveis, veículos pesados, motocicletas e máquinas agrícolas e rodoviárias; avaliados 27 veículos verificando sua conformidade quanto à emissão de poluentes em atendimento aos programas federais Rota 2030 e Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV); início de programa Piloto de Avaliação da Conformidade de Produção, realizando ensaios de conformidade em veículo presente no mercado de forma a verificar o atendimento dos requisitos legais de emissão de poluentes. Modernização dos Laboratórios de Emissões Veiculares: Novos equipamentos, atualização de software e sistemas para laboratórios, capacitando-os para realizar ensaios em consonância com as novas exigências do PROCONVE; acreditação do Laboratório de Emissão Veicular Diesel de São Bernardo do Campo junto à Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro, para realizar ensaios conforme Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025; realização de 176 ensaios em veículos do ciclo Otto.

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Esgoto Doméstico: Queda de 36 para 32 municípios sem tratamento. Concedidas 197 licenças em Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), realizadas 917 inspeções em sistemas de tratamento de esgotos, aplicadas 73 advertências e 44 multas. Resíduos Sólidos Urbanos: Realizadas 1.056 inspeções, aplicadas 92 advertências, 74 multas e interditados 04 aterros.

FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO: FECOP: Financiados 106 projetos, no montante de R$ 118 milhões, atendendo uma população de 25,6 milhões de habitantes.

SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO ONLINE DE RESÍDUOS SÓLIDOS - SIGOR: Módulo de Resíduos da Construção Civil - RCC: Implantado em Bertioga, Bragança Paulista, Catanduva, Cubatão, Guarujá, Indaiatuba, Itapeva, Mongaguá, Peruíbe, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São Vicente, Sertãozinho e Sorocaba. Módulo Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR: Mais de 87 mil empresas cadastradas, 100 mil usuários e 5,8 milhões de MTRs emitidos, 1,2 milhão de Certificados de Destinação Final de Resíduos (CDFs) emitidos; 165 mil Declarações de Movimentação de Resíduos (DMRs) enviadas.

LOGÍSTICA REVERSA: 8.340 empresas aderentes aos Planos de Logística; estabelecidos, em conjunto com a SEMIL, Termos de Compromisso de Logística Reversa (TCLR) para seis setores; 201 Planos recebidos.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Publicação dos "Resultados da Capacitação em Adaptação às Mudanças Climáticas sobre os Recursos Hídricos na Baixada Santista". Inventários das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): recebimento, em média, de 200 inventários/ano de GEE de atividades licenciadas pela Companhia, com alto potencial de emissões desses gases; inclusão das emissões de Escopo 3 e de três novas

continua →★

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2022

Relatório na íntegra disponível em https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/

→★ continuação

atividades (aterros sanitários, aeroportos e transportadoras); elaboração do primeiro inventário de emissões de GEE da sede da CETESB.

ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO: 1,7 mil aderentes comprometidos com o envio do balanço das emissões para apoio na elaboração de planos de mitigação. Lançamento, em evento paralelo à Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 27, uma publicação com 91 casos empresariais de iniciativas de descarbonização.

EMERGÊNCIAS QUÍMICAS: Realizados 272 atendimentos.

ATENDIMENTO À MORTANDADES DE PEIXES E FLORAÇÕES DE ALGAS CIANOBACTÉRIAS: Em média, 150 ocorrências anuais de mortandade de peixes no estado.

ÁREAS CONTAMINADAS: 1.479 áreas contaminadas em investigação ou com risco confirmado e 5.130 áreas aptas para o uso ou com medidas de intervenção.

CAPITAL INTELECTUAL

INOVAÇÃO: Ampliação da rede da rede Wireless Fidelity (Wi-Fi) na sede, upgrade dos links de comunicação da rede CETESB; aquisições de 22 drones para agilizar a fiscalização e o licenciamento ambiental, dois drones de maior porte e alto desempenho, para o atendimento de emergências químicas, um servidor de hiperconvergência para um melhor gerenciamento dos recursos virtualizado e de um Data Center Outdoor para adequação às melhores práticas de segurança e contingência. **DIFUSÃO DO CONHECIMENTO** - Escola Superior da CETESB: Realizados 124 cursos e eventos para 3,5 mil participantes. Iniciada a 6ª turma de pós-graduação do curso "Conformidade Ambiental com requisitos técnicos e legais". **NORMALIZAÇÃO TÉCNICA**: Dispõe de um acervo de 103 normas técnicas vigentes.**PUBLICAÇÕES** - Relatório de Qualidade das Praias Litorâneas no Estado de São Paulo; Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo; Relatório de Qualidade das Águas Costeiras no Estado de São Paulo; Relatório de Qualidade das Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo; Relatório de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo; Estudo dos Compostos Orgânicos Voláteis (COVs) na Atmosfera dos municípios de São Paulo (Cerqueira César) e de Santo André (Capuava); Estudo dos Compostos Orgânicos Voláteis na Atmosfera do Município de São Paulo (Pinheiros); Pandemia de COVID-19 - Reflexos na Poluição do Ar na Região Metropolitana de São Paulo; Revisão dos Índices da Comunidade de Macroinvertebrados Bentônicos Aplicados aos Rios e Reservatórios do Estado de São Paulo; Relatório de Emissões Veiculares no Estado de São Paulo; PCPV Plano de Controle de Poluição Veicular; Índice de não conformidade da Frota de Veículos Diesel circulante na Região Metropolitana de São Paulo; Operação Inverno 2021; 91 cases de Sucesso na Agenda Climática.

CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO:

No seu papel de liderança na implantação de políticas públicas ambientais disseminada no país, relacionados direta ou indiretamente com os ODS protagonizados pela ONU, destacam-se os campos habitacional, saúde pública, educacional, desenvolvimento econômico e políticas públicas. **CÂMARAS AMBIENTAIS**: Indústria da Construção; Indústria Têxtil; Setor da Madeira, do Mobiliário e de Papel, Papelão e Celulose; Indústrias Químicas e Petroquímicas; Comércio de Derivados de Petróleo; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Setor de Mineração; Setor de Refrigeração, Ar-condicionado, Aquecimento e Ventilação; Setor de Resíduos; Setor Sucroenergético; Mudanças Climáticas; Setor de Suinocultura. **COMUNICAÇÃO SOCIAL**: Atendidas 1,5 mil solicitações de imprensa, publicados centenas de posts e organizadas 7 lives, 6 eventos presenciais e 25 eventos híbridos, que possibilitaram uma crescente difusão do conhecimento aos internautas. Acrescidos 5,1 mil seguidores no LinkedIn, 2,9 mil no Instagram, 575 no Facebook e o canal do Youtube ganhou 565 novos usuários. O total de visualizações das páginas no site da CETESB atingiu 7,5 milhões/ano.

CAPITAL NATURAL - SUSTENTABILIDADE

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, que conta com os 17 ODS, é um Plano de Ação voltado às pessoas, ao planeta e à prosperidade e estabelece que a erradicação da pobreza é o requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida de toda a população. **ENERGIA ELÉTRICA**: Redução no consumo médio mensal na Sede, de 416 MWh em 2000 para 255 MWh em 2022. Importante verificar que as ações de redução de energia elétrica fizeram com que, apesar do pequeno aumento no consumo em relação a 2021 (240 MWh), a retomada do trabalho pós-pandemia manteve uma tendência de queda no consumo do período anterior à pandemia (média de consumo de 2017 a 2019 de 304 MWh). **ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA**: Implantação de sistemas de energia solar nas Agências Ambientais de Jundiaí, Presidente Prudente, Franca, Avaré, Itapetininga e Jales. Ressalta-se a instalação de placas solares nas instalações da Sede, cujo sistema deverá entrar em operação em breve e que contribuirá fortemente com a redução de energia elétrica. **ÁGUA TRATADA**: Redução do consumo médio mensal na Sede, de 6.152 m³ em 1999 para 1.286 m³ em 2022, com o mesmo comportamento do consumo de energia elétrica, com tendência de queda em relação ao período anterior à pandemia (consumo de 2017 a 2019 de 1.490 m³). **BOAS PRÁTICAS**: Coleta de resíduos recicláveis classe II, de pilhas e equipamentos eletrônicos e de bitucas de cigarro para destinação ambientalmente adequada; horta solidária; bicicletários; ampliação do catálogo de compras de produtos sustentáveis; redução no consumo de papéis e exigências contratuais mais rigorosas nas licitações visando à utilização de equipamentos mais eficientes e a adoção de tecnologia mais limpa para redução de insumos não renováveis. **CAPITAL HUMANO:** Em 31.12.2022, o quadro de pessoal era composto por 1.727 empregados, com 46% de mulheres. O quadro é especializado, com mais de 81% com cursos de graduação, dos quais 41% são pós-graduados. Houve 371 participações de empregados nos cursos oferecidos pela Escola Superior da CETESB. Pratica uma política salarial única. Os dissídios coletivos de 2020/2021 e 2021/2022 permanecem em trâmite, sem trânsito em julgado. Mais informações podem ser obtidas no relatório completo.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Aos Acionistas e aos Conselheiros da **CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO -** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo** ("CETESB" ou "Companhia"), às quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Adicionalmente, examinamos as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que apresentam informações complementares às demonstrações financeiras examinadas. Essas informações não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foram apresentadas para possibilitar uma análise adicional.

Em nossa opinião, as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, como informação complementar às demonstrações financeiras supramencionadas tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações de sustentabilidade". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações de sustentabilidade

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação do Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as informações por ela julgada relevantes para fins de informações complementares e os controles internos que a empresa determinou como necessários para permitir a elaboração das informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor na auditoria das informações de sustentabilidade

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das evidências e dos controles utilizados e a razoabilidade das estimativas dos dados de sustentabilidade e das divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, das bases de sustentabilidade, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a situações que nos levem a modificar nossa opinião;
- Avaliamos a adequação das políticas e dos procedimentos e a razoabilidade das estimativas em sustentabilidade e as divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 15 de março de 2023

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS RESUMIDOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Valores em milhares de reais)

Ativo	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2020 (Reapresentado)	Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2020 (Reapresentado)
Circulante	**140.247**	**258.374**	**101.748**	**Circulante**	**168.738**	**124.277**	**106.908**
Equivalentes de Caixa	80.094	224.743	55.875	Fornecedores	8.446	11.872	6.104
Clientes e Outras Contas				Salários e Remunerações a Pagar	68.980	41.672	42.106
a Receber	12.788	15.619	41.037	Impostos e Contribuições a Recolher	22.083	18.135	19.556
Impostos a Recuperar	821	10.770	106	Outros Passivos Circulantes	5.115	8.736	15.331
Outros ativos circulantes	3.802	6.616	4.069	Provisão para Contingências	63.559	18.716	23.811
Depósitos Judiciais	41.961	–	–	Provisão para Contribuição Social	555	10.958	–
Estoques	781	626	661	Dividendos Propostos	–	14.188	–
Não Circulante	**212.122**	**173.854**	**234.111**	**Não Circulante**	**104.165**	**70.354**	**36.613**
Realizável a Longo Prazo	56.211	57.487	115.106	Outros passivos não circulantes	4.219	2.462	9.494
Depósitos Judiciais	10.161	9.498	9.939	Provisão para Contingências	27.806	30.443	27.119
Clientes e Outras Contas				Provisão para Contribuições			
a Receber	16.908	26.356	11.265	Previdenciárias	72.140	37.449	–
Antecipação de Dividendos	7.132	–	–	**Patrimônio Líquido**	**79.466**	**237.597**	**192.338**
Outros Ativos Não Circulantes	20.566	20.234	92.537	Capital Social	169.577	169.577	169.577
Impostos a Recuperar	1.444	1.399	1.365	Ações em Tesouraria (-)	(1)	(1)	(1)
Imobilizado	153.159	112.325	116.826	Reservas de Capital	–	3.474	3.834
Intangível	2.752	4.042	2.179	Reservas de Reavaliação	19.282	18.691	18.928
				Reservas de Lucros a Realizar	–	45.856	–
				Prejuízos Acumulados	(109.392)	–	–
Total	**352.369**	**432.228**	**335.859**	**Total**	**352.369**	**432.228**	**335.859**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Valores em milhares de reais)

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Lucros a Realizar	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de dezembro de 2020	**169.577**	**(1)**	**3.834**	**–**	**29.582**	**18.928**	**–**	**221.920**
Reserva de Capital	–	–		–	–	–	–	
Créditos previdenciários reapresentados	–	–	–	–	(29.582)	–	–	(29.582)
Saldos Reapresentados em 31 de dezembro de 2020	**169.577**	**(1)**	**3.834**	**–**	**–**	**18.928**	**–**	**192.338**
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	–	(237)	–	(237)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–	–	–	312	312
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	59.730	59.730
Reserva de Capital	–	–	(360)	–	–	–	–	(360)
Apropriação do Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva Legal	–	–	–	2.986	–	–	(2.986)	–
Reserva de Lucros a realizar	–	–	–	–	57.056	–	(57.056)	–
Dividendos Propostos	–	–	–	–	(14.186)	–	–	(14.186)
Saldos Reapresentados em 31 de dezembro de 2021	**169.577**	**(1)**	**3.474**	**2.986**	**42.870**	**18.691**	**–**	**237.597**
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	–	(260)	–	(260)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–	–	–	312	312
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(116.332)	(116.332)
Reserva de Capital			(3.474)				3.474	–
Reserva Legal	–	–	–	(2.986)	–	–	2.986	–
Reversão do diferimento da tributação - Imposto de Renda	–	–	–	–	–	851	–	851
Contribuição Social Exercício Anterior	–	–	–	–	–	–	(689)	(689)
Reversão parcial da Contribuição Social Exercício Anterior	–	–	–	–	–	–	73	73
Apropriação do Resultado do Exercício:	–	–	–	–	–	–	784	784
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	(42.870)	–	–	(42.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**169.577**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**19.282**	**(109.392)**	**79.466**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - RESUMIDOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Valores em milhares de reais)

	2022	2021 (Reapresentado)	2020 (Reapresentado)
Receitas Líquidas	**454.882**	**582.749**	**421.360**
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	**(390.380)**	**(318.102)**	**(300.055)**
Lucro Bruto	**64.502**	**264.647**	**121.305**
Despesas/Receitas Operacionais			
Despesas Administrativas	(170.564)	(141.448)	(143.290)
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	10.350	(65.715)	7.011
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(32.083)	7.344	8.293
	(192.297)	**(199.819)**	**(127.986)**
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros	**(127.795)**	**64.828**	**(6.681)**
Encargos Financeiros Líquidos	12.018	5.860	2.145
Lucro/Prejuízo antes da Contribuição Social	**(115.777)**	**70.688**	**(4.536)**
Contribuição Social	(555)	(10.958)	–
Lucro/Prejuízo do Período	**(116.332)**	**59.730**	**(4.536)**
Prejuízo por Lote de Mil Ações de Capital	(R$ 20,58)	R$ 10,56	(R$ 0,79)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Valores em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2020 (Reapresentado)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(116.332)	59.730	(4.536)
Realização das reservas de reavaliação	(260)	(237)	(237)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	312	312	312
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(116.280)**	**59.805**	**(4.461)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - RESUMIDOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Valores em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2020 (Reapresentado)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	**(76.066)**	**180.812**	**13.546**
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(68.583)**	**(11.944)**	**(2.310)**
Capital Circulante Líquido	**(144.649)**	**168.868**	**11.236**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	224.743	55.875	44.639
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	80.094	224.743	55.875
Variação líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	**(144.649)**	**168.868**	**11.236**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

continua →★

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

continuação

1. Notas Explicativas Resumidas

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas Resumidas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31/12/2022.

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

- **Declaração de conformidade e base de preparação:**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- **Moeda funcional e de apresentação:**

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- **Uso de estimativas e premissas contábeis:**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no exercício de 2022 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil que trata a matéria, a Companhia realizava testes de recuperação dos ativos ao menos anualmente ou em períodos menores na ocorrência de indícios/gatilhos internos ou externos que assim o determinem. Atualmente, é realizado o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado e o intangível.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

- **Normas e interpretações novas e revisadas**

Até 31 de dezembro de 2022, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2021 e 2020

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores à 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R$ 264, R$ 29.582 e R$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. Esses valores foram então classificados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 como ajustes de exercícios anteriores, no Patrimônio Líquido.

Após a autorização para a emissão das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, reavaliou os riscos desse procedimento e decidiu reapresentar suas demonstrações financeiras de 2020 e 2021, para refletir contabilmente o erro no julgamento desses riscos nos respectivos exercícios de 2020 e 2021, retrospectivamente, de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, item 42, sujeito ao disposto no item 43. Os referidos ajustes estão assim resumidos:

Ativo	31.12.2020 (Original)	31.12.2020 (Ajustes)	31.12.2020 (Reapresentado)
Circulante	**131.330**	**(29.582)**	**101.748**
Impostos a Recuperar	29.688	(29.582)	106
Não Circulante	**234.111**	**–**	**234.111**
Total	**365.441**	**–**	**335.859**

Ativo	31.12.2021 (Original)	31.12.2021 (Ajustes)	31.12.2021 (Reapresentado)
Circulante	**258.374**	**–**	**258.374**
Impostos a Recuperar	10.770	–	10.770
Não Circulante	**173.854**	**–**	**173.854**
Total	**432.228**	**–**	**432.228**

Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2020 (Original)	31.12.2020 (Ajustes)	31.12.2020 (Reapresentado)
Circulante	**106.908**	**–**	**106.908**
Não Circulante	**36.613**	**360**	**36.973**
Provisão para Contribuições Previdenciárias		360	360
Patrimônio Líquido	**192.338**	**(360)**	**191.978**
Reservas de Capital	3.834	(360)	3.474
Total	**335.859**	**–**	**335.859**

Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2021 (Original)	31.12.2021 (Ajustes)	31.12.2021 (Reapresentado)
Circulante	**126.058**	**–**	**126.058**
Não Circulante	**32.905**	**37.449**	**70.354**
Provisão para Contribuições Previdenciárias	–	37.449	37.449
Patrimônio Líquido	**273.265**	**(37.449)**	**237.597**
Reservas de Lucros a Realizar	81.164	(37.449)	45.856
Total	**432.228**	**–**	**434.009**

	Nota	2020 (Original)	2020 (Ajustes)	2020 (Reapresentado)
Receita de Serviços e Vendas				
Total Receitas Líquidas		**421.360**	**–**	**421.360**
Custo dos Serviços e Produtos				
Vendidos e Subvencionados		**(300.055)**	**–**	**(300.055)**
Lucro Bruto		**121.305**	**–**	**121.305**
Despesas/Receitas Operacionais		**(127.986)**	**–**	**(127.986)**
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros		**(6.681)**	**–**	**(6.681)**
Encargos Financeiros Líquidos		2.241	(96)	2.145
Lucro/Prejuízo antes da Contribuição Social		**(4.440)**	**(96)**	**(4.536)**
Contribuição Social		–	–	–
Lucro/Prejuízo do Período		**(4.440)**	**(96)**	**(4.536)**

	2021 (Original)	2021 (Ajustes)	2021 (Reapresentado)
Receita de Serviços e Vendas			
Total Receitas Líquidas	**582.749**	**–**	**582.749**
Custo dos Serviços e Produtos			
Vendidos e Subvencionados	**(318.102)**	**–**	**(318.102)**
Lucro Bruto	**264.647**	**–**	**264.647**
Despesas/Receitas Operacionais	**(199.819)**	**–**	**(199.819)**
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros	**64.828**	**–**	**64.828**
Encargos Financeiros Líquidos	13.369	(7.507)	5.860
Lucro/Prejuízo antes da Contribuição Social	**78.197**	**(7.507)**	**70.688**
Contribuição Social	(10.958)	–	(10.958)
Lucro/Prejuízo do Período	**67.239**	**(7.507)**	**59.730**

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente, comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins.

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, os suportes de reagentes dos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são desencaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original mediante o fato dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando for possível a reversão à Companhia.

d) Imobilizado

Até o período de 31/12/2003 o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. A Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua anualmente ou quando há indícios de perda, o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4).

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício.

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2022.

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no Lucro Real, e em 31/12/2022, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou na base de cálculo negativa de R$ 58.898, ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Gestão Previdenciária

A Companhia firmou contrato de prestação de serviços em outubro de 2020 para aferição dos pagamentos de encargos previdenciários, identificando valores pagos a maior, inclusive dos últimos 5 exercícios. Até o mês de outubro de 2022, foram apurados valores pagos a maior dos exercícios de 2016 a 2019, no montante de R$ 59.265 (R$ 29.419 em 2022), os quais foram compensados no recolhimento do INSS patronal. Em novembro de 2022, a CETESB encerrou o contrato com a empresa AG Brasil, detentora do software, e passou a recolher o valor integral dos encargos sociais.

j) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

k) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

5. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16.

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pela Deliberação nº 1, de 29/04/2019, com vigência a partir de 01/05/2019, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

b) Transações com Entidades Estaduais

I) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía em aberto os montantes de R$ 259 e R$ 110 a pagar, respectivamente, referentes a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica "Serviços Prestados Partes Relacionadas" no grupo "Despesas Gerais e Administrativas":

Empresas	31.12.2022	31.12.2021
SABESP	40	73
PRODESP	219	37
Total	**259**	**110**

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no exercício de 2022 e 2021 com as partes relacionadas, o montante de R$ 12.345 e R$ 11.249, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de cursos, serviços e produtos.

continua

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

★ continuação

Empresas	31.12.2022	31.12.2021
CDHU	38	14
CESP	–	139
Cia. Paulista de Obras e Serviços	–	6
CPTM	97	139
DAEE	94	201
DER	21	20
DERSA	5	41
DOCAS - São Sebastião	3	–
EMAE	36	68
EMTU	22	339
IPT - Inst. Pesquisas Tecnológicas	7	–
METRÔ	725	279
SABESP	11.230	9.949
SAP - Sec.. Adm. Penitenciária	2	1
Secretaria de Esportes	–	1
Secretaria da Saúde	6	49
USP	49	3
Total	**12.345**	**11.249**

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021.

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)

	31.12.2022				31.12.2021			
Natureza da transação	Receita	Custos/ despesas	Ressarcimento de despesa	Total	Receita	Custos/ despesas	Ressarcimento de despesa	Total
Cessão de Empregados	–	28.021	–	28.021	–	27.389	–	27.389
Benefícios a Empregados	–	2.638	–	2.638	–	3.725	–	3.725
Telefone	–	7	–	7	–	4	–	4
Apropriação Depreciação	–	349	–	349	–	307	–	307
Material Manutenção Edifícios Instalações	–	–	–	–	–	4	–	4
Energia Elétrica	–	477	–	477	–	404	–	404
Água/Esgoto	–	130	–	130	–	102	–	102
IPTU	–	423	–	423	–	430	–	430
Outros Materiais	–	5	–	5	–	6	–	6
Serviços Terceiros	–	1.135	–	1.135	–	1.013	–	1.013
Total		**33.185**		**33.185**		**33.384**		**33.384**

Fundação Florestal

	31.12.2022				31.12.2021			
Natureza da transação	Receita	Custos/ despesas	Ressarcimento de despesa	Total	Receita	Custos/ despesas	Ressarcimento de despesa	Total
Cessão de Empregados	–	531	–	531	–	451	–	451
Benefícios a Empregados	–	59	–	59	–	62	–	62
Apropriação Depreciação	–	111	–	111	–	50	–	50
Material Manutenção Edifícios Instalações	–	–	–	–	–	2	–	2
Energia Elétrica	–	193	–	193	–	143	–	143
Água/Esgoto	–	53	–	53	–	22	–	22
IPTU	–	171	–	171	–	172	–	172
Outros Materiais	–	2	–	2	–	2	–	2
Serviços Terceiros	–	434	–	434	–	390	–	390
Total		**1.554**		**1.554**		**1.294**		**1.294**

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2022, a CETESB possuía 85 empregados afastados à SEMIL e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica "Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", de R$ 30.659 e R$ 590 respectivamente.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica "Recuperação de Despesas - Afastamento de Empregados", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R$ 243.

d) Utilização de Imóveis

A SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 22% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL	2013	Indeterminado
Bauru	DER	2005	Indeterminado
Campinas	Secretaria Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Guarulhos	SEMIL	2017	25/10/2038
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jundiaí	DER	2003	Indeterminado
Marília	Secretaria Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	Projeto SP+Perto	2022	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
São Bernardo do Campo	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
São Carlos	Secretaria Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado

5. Antecipação de Dividendos

A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia está reapresentando suas demonstrações contábeis de 2020 e 2021 (Nota 3), com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior, conforme demonstrativo abaixo:

Distribuição de Dividendos - Exercício 2021	Original	Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

Assim, a Administração irá propor à Assembleia Geral de Acionistas que os dividendos relativos a 2021, distribuídos a maior em 2022, no valor de R$ 7.133 (R$ 63.877 - R$ 56.744) sejam declarados como dividendos antecipados, já classificados como tal no Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2022.

6. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2022 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada conforme ata de reunião realizada no dia 10/03/2023.

MANIFESTAÇÃO RESUMIDA DO COMITÊ DE AUDITORIA RELATIVAMENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de apuração e preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo discutido as referidas demonstrações financeiras com os Departamentos Econômico-Financeiro e Jurídico, com o consultor jurídico externo da CETESB, bem como com os auditores independentes que emitiram seu relatório sem ressalvas. Com base nas informações, discussões e análises acima referidas, o Comitê de Auditoria considerou as demonstrações financeiras da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, assim como o respectivo Relatório da Administração e a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando sua aprovação.

São Paulo, 15 de março de 2023

JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA
Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê

RUY MARTINS ALTENFELDER DA SILVA
Membro

AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro

EXTRATO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: https://estadao.com.br e https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais, referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 15 de março de 2023, sem modificação de opinião, e contendo parágrafo de ênfase sobre Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2021 e 2020.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e à vista da opinião consubstanciada no Relatório do Auditor Independente - Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, de 15/03/2023, apresentado sem ressalvas, e manifestação consubstanciada na ata da 584ª reunião, de 15/03/2023, do Conselho de Administração, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 22 de março de 2023

ANDRA ROBERT DE CARVALHO CAMPOS
GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA
MAURO RICARDO MACHADO COSTA
REGINA ROMERO E PINHEIRO
WILSON SERGIO PEDROSO JUNIOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUDIO CARVALHO DE LIMA - Presidente

Conselheiros:
THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
KELLY LOPES LEMES
FLORIANO PEIXOTO DE AZEVEDO MARQUES NETO
JOSÉ PAULO NEVES

NILTON LAGANA JÚNIOR
ORESTES MARRACCINI GONÇALVES
Conselheira Representante dos Empregados:
MARISTELA MUSCO DE CAIRES

Conselheiros Independentes:
JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA
JOÃO CARLOS CASTILHO GARCIA
LUIZ ANTONIO CARVALHO PACHECO

DIRETORIA

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor-Presidente
ARUNTHO SAVASTANO NETO
Diretor de Gestão Corporativa

DOMENICO TREMAROLI
Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental
GLAUCIO ATTORRE PENNA
Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental
MARIA IZABEL G. DA SILVA E SANTOS
Contadora - CRC 1SP145802/O-2

Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Elena Landau elena.landau@eusoulivres.org

O Brasil voltou?

Já são bem mais de 100 dias. Lula iniciou seu governo com a PEC da Transição logo após as eleições. Desde então, não emplacou nenhum projeto novo. Retomou programas sociais, mas sem incluir melhorias apontadas por vários especialistas. O Minha Casa, Minha Vida continua segregando trabalhadores ao isolar suas moradias de serviços, lazer e trabalho. O Bolsa Família aumentou seu orçamento, mas não investiu em melhor focalização e capacitação.

A MP que reorganiza seus ministérios não foi apreciada. Padilha ainda não mostrou serviço, apesar dos 37 ministérios. Na Esplanada, a paralisia está por conta de Rui Costa, esperando o fim da Lei das Estatais para distribuir cargos.

Lula ganhou raspando. Parte dos votos que lhe garantiram a vitória veio de brasileiros intolerantes com a barbárie bolsonarista. Ser melhor do que Bolsonaro é pura obrigação.

Em áreas fundamentais, por enquanto, há pouco para mostrar. Diretrizes e metas para saúde, educação e meio ambiente ainda não estão claras. Retomar a vacinação é bom, mas é pouco para quem prometia uma revolução no SUS. Na educação, só temos a suspensão do novo ensino médio. Na área ambiental, o desmatamento segue. Tudo isso apesar de equipes técnicas de boa qualidade. Não dá para atribuir essa lentidão à terra arrasada herdada por muito mais tempo.

Ser melhor do que Bolsonaro é pura obrigação. O governo Lula ainda tem pouco a mostrar

As novas regras fiscais foram apresentadas, mas ainda não compõem um arcabouço. Não há clareza sobre punições para descumprimento de metas de resultado primário, e ainda há garantia de crescimento real de gastos em qualquer cenário. Sobram dúvidas sobre a trajetória da dívida. A dependência de receitas extraordinárias é uma questão aritmética, nada a ver com ideologia. Há muita especulação sobre impostos, poluindo o debate sobre reforma tributária. Mesmo com tantas dúvidas, Haddad teve apoio até do mercado e dos liberais. O problema dele é com PT.

Política econômica é mais do que política fiscal, e aí Lula vai mal. Nenhuma palavra sobre produtividade, nem abertura comercial. Na tecnologia, a novidade é a ressurreição da Ceitec; na política industrial, o domínio da Fiesp; no trabalho, discute-se a volta da contribuição sindical e o uso do FGTS para comprar carros. O velho BNDES ressurgiu. Podem derrubar juros na marra, mas assim não se vai além de – mais – um voo de galinha.

Quem está de volta é o PT em sua mais pura essência: Estado indutor, escolhas discricionárias, crédito direcionado e indicações políticas. Mesmo cenário que levou ao petrolão.

Nem o marco do saneamento escapou. Ao povão, a lama; aos amigos, cargos em estatais ineficientes. ●

ECONOMISTA E ADVOGADA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Orçamento Gastos públicos

Metas fiscais devem ficar fora do texto de âncora

ADRIANA FERNANDES
ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

As metas fiscais perseguidas pelo governo para as contas públicas, divulgadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deverão ficar de fora do texto do novo arcabouço fiscal. O projeto, que será enviado ao Congresso na semana que vem, determinará que as metas sejam fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – que orienta a elaboração do Orçamento do ano seguinte.

No projeto do arcabouço, estará determinado o intervalo da nova regra de controle do crescimento de gasto, mas a meta fiscal (diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta, sem contar os juros da dívida) será fixada no projeto da LDO, lei que é encaminhada todos os anos ao Congresso no dia 15 de abril. Esse é o mesmo modelo usado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Meta para o ano que vem
A LDO será encaminhada hoje ao Congresso já com a meta fiscal de 2024, de 0% do Produto Interno Bruto

A LDO será encaminhada hoje ao Congresso já com a meta fiscal de 2024, de 0% do Produto Interno Bruto (PIB). Pelo projeto da nova âncora, ainda em elaboração, será preciso explicitar na LDO o impacto da meta sobre a evolução da dívida pública. Também será necessário explicar se houver divergência da meta fixada a cada ano na LDO da meta estimada no primeiro ano do governo para os anos seguintes.

Os limites da regra de gasto estarão sempre fixados – uma forma de limitar de antemão a variação das despesas.

No anúncio do novo arcabouço, Haddad se comprometeu com uma trajetória de resultados fiscais de déficit de 0,5% do PIB em 2023; 0% em 2024; superávit de 0,50% em 2025; e de 1% no fim de 2026, último ano do governo Lula.

A regra de controle de gastos terá um intervalo para o crescimento das despesas acima da inflação de 0,6% (piso) a 2,5% (teto) ao ano.

Já as metas fiscais terão uma banda de tolerância de 0,25 ponto porcentual para baixo e para cima, num modelo parecido com o do regime de metas de inflação adotado pelo Banco Central. ●

Rogério Werneck

O arcabouço da expansão fiscal

É natural que muitos analistas tenham ficado perplexos diante da proposta de arcabouço fiscal anunciada pelo governo. O que se esperava eram regras que pudessem substituir o teto de gastos, uma contenção draconiana de dispêndio concebida para lidar com o descalabro fiscal de 2016.

A expressão ajuste fiscal tem conotação inequívoca em economia. Designa medidas de consolidação das contas públicas, seja por meio de contenção de despesas, seja por elevação da receita, seja pela combinação das duas medidas. Por consolidação fiscal, é óbvio, entendem-se iniciativas que tornem as contas públicas mais sólidas.

A verdade, contudo, é que não há como enxergar na proposta de arcabouço fiscal algo que, mesmo remotamente, possa ser associado à ideia de ajuste fiscal. Na contramão da consolidação que se esperava, o que o governo vislumbra é um amplo e ostensivo programa de expansão fiscal, que, se levado adiante, tornará as contas públicas muito menos sólidas do que já são.

Na esclarecedora entrevista – disponível no YouTube – que deu ao programa *WW*, de William Waack, na CNN Brasil, em 30 de março – dia em que a proposta do novo arcabouço fiscal veio a público –, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, não deixou margem a dúvidas sobre o espírito do que tinha sido proposto.

> ***Ainda há quem continue em busca de um suposto ajuste fiscal na proposta do governo***

Pressionado pelos entrevistadores, Galípolo foi mais do que claro. "Ajuste fiscal é uma expressão que a gente jamais usou." O que se concebeu foi "um arcabouço fiscal que contemplasse o programa de governo do presidente Lula", que, como é bem sabido, exige forte expansão de dispêndio público.

É disso que se trata. Para muita gente, essa ficha ainda não caiu. Não falta quem ainda continue em busca do suposto ajuste fiscal que estaria envolvido na proposta do novo arcabouço.

A ideia é que a expansão de gastos seria bancada por elevação de carga tributária. Mas ainda assim haveria aumento expressivo do endividamento público. Galípolo reconheceu que "talvez o nível da dívida suba". Quanto a isso, não resta a menor dúvida. O "talvez" era dispensável. A adoção do arcabouço fiscal proposto implicaria elevação substancial do endividamento público ao longo dos próximos quatro anos.

Entre 2010 e 2016, a dívida pública saltou de cerca de 52% do PIB para quase 70% do PIB. Todo cuidado é pouco. Será lamentável se, menos de sete anos após o descalabro fiscal de 2016, o Congresso der ao novo governo sinal verde para outra expansão desmedida de gastos que dê lugar a mais um grande surto de endividamento público. ●

ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Programa habitacional **Crédito**

Governo fixa limites para subsídios do Minha Casa

Uma portaria publicada ontem no *Diário Oficial* da União estabeleceu os limites para os subsídios (espécie de desconto pago com recursos públicos) para cada moradia do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e definiu como meta o atendimento de pelo menos 2 milhões de famílias até 2026.

O documento define como "teto" os valores de R$ 170 mil para subsídio de novas unidades habitacionais e locação social em áreas urbanas; de R$ 75 mil para unidades novas em áreas rurais; e de R$ 40 mil para melhorias das habitações em áreas rurais.

O subsídio é a parte paga pelo governo para o financiamento dos imóveis, podendo o valor total ser subsidiado em até 95% pelo Estado. Nesse caso, a família ficaria com apenas 5% do valor. Os recursos utilizados partirão do Fundo de Arrendamento Residencial, do Fundo de Desenvolvimento Social e da União.

Segundo a regra, os limites poderão ser ampliados, conforme regulamento específico do Ministério das Cidades, quando a operação envolver: a implantação de sistema de energia fotovoltaica, limitado o valor aos parâmetros de mercado; e a requalificação de imóvel para fins habitacionais, limitado o acréscimo a 40% do limite de subvenção das linhas de atendimento para área urbana.

O ato regulamenta ainda que a concessão de subsídio público com recursos orçamentários da União ficará limitada ao atendimento de famílias enquadradas nas faixas 1 (renda bruta familiar mensal de até R$ 2.640) e 2 (de R$ 2.640,01 a R$ 4.400), tanto na modalidade urbana quanto na rural.

META. Sobre o desempenho do MCMV, a portaria reafirma que o programa tem como meta promover o atendimento de 2 milhões de famílias até 31 de dezembro de 2026, "respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras dos recursos destinados às linhas de atendimento subsidiadas e financiadas".

"A meta será distribuída de acordo com as necessidades habitacionais das regiões geográficas do País e com outros indicadores oficiais disponíveis, admitido o seu remanejamento conforme a existência de demanda qualificada", acrescenta a portaria. ● STÉPHANIE ARAUJO /BRASÍLIA

Scala Data Centers S.A.

CNPJ nº 34.562.112/0001-58

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Balanço patrimonial	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.429.914	48.679	1.430.859	54.258
Contas a receber	6	90.862	93.448	90.862	103.312
Contas a receber - partes relacionadas	6 e 30	19.313	2.562	19.313	2.562
Impostos a recuperar	7	466	7.546	466	7.909
Adiantamento a fornecedores	8 e 30	238.933	35.090	238.933	35.095
Despesas antecipadas	9	6.063	5.826	6.063	5.826
Outros ativos	10	215	1.155	215	1.287
Total do ativo circulante		**1.785.766**	**194.306**	**1.786.711**	**210.249**
Ativo não circulante					
Tributos diferidos	11	5.847	5.689	5.847	6.119
Despesas antecipadas	9	267	6.214	267	6.214
Direitos de uso	12	112.268	35.893	112.268	35.893
Impostos a recuperar	7	29.210	–	29.210	–
Outros ativos	10	46	2.454	46	2.454
Investimentos	13	945	89.798	–	–
Imobilizado	14	1.382.809	673.071	1.382.809	753.131
Intangível	15	2.073.176	2.048.266	2.073.176	2.048.511
Total do ativo não circulante		**3.604.568**	**2.861.385**	**3.603.623**	**2.852.322**
Total do ativo		**5.390.334**	**3.055.691**	**5.390.334**	**3.062.571**

Balanço patrimonial	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo circulante					
Fornecedores	16	107.352	41.393	107.352	44.917
Fornecedor risco sacado	17	57.150	–	57.150	–
Provisão de custos e despesas	21	22.562	5.752	22.562	5.752
Obrigações tributárias	20	8.202	4.427	8.202	5.264
Debêntures	18	6.760	57.799	6.760	57.799
Passivo de arrendamento	12	17.934	11.310	17.934	11.310
Obrigações trabalhistas	19	23.457	18.901	23.457	19.036
Receita diferida	22	4.514	–	4.514	357
Adiantamento de clientes		3.832	400	3.832	400
Outros passivos		4.337	3.681	4.337	3.685
Total do passivo circulante		**256.100**	**143.663**	**256.100**	**148.520**
Passivo não circulante					
Debêntures	18	1.971.630	531.875	1.971.630	531.875
Passivo de arrendamento	12	96.409	29.308	96.409	29.308
Tributos diferidos	11	49.637	8.067	49.637	8.067
Receita diferida	22	58.751	–	58.751	2.023
Provisão para contingências	31	85	–	85	–
Outros passivos		51	51	51	51
Total do passivo não circulante		**2.176.563**	**569.301**	**2.176.563**	**571.324**
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	3.051.518	2.265.160	3.051.518	2.265.160
Capital social a integralizar		–	(9.000)	–	(9.000)
Reservas de lucro		6.075	6.075	6.075	6.075
Reservas de capital		74.637	80.491	74.637	80.491
Prejuízos acumulados		(174.579)	–	(174.579)	–
Ajuste acumulado de conversão	13	20	–	20	–
Total do patrimônio líquido		**2.957.671**	**2.342.726**	**2.957.671**	**2.342.726**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.390.334**	**3.055.691**	**5.390.334**	**3.062.571**

Demonstração do resultado	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida	24	350.525	278.345	360.421	299.038
Custo dos serviços prestados	25	(239.469)	(148.713)	(247.283)	(162.444)
Lucro bruto		**111.056**	**129.632**	**113.138**	**136.594**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(90.311)	(55.971)	(92.457)	(55.971)
Despesas comerciais	27	(10.563)	(12.024)	(10.563)	(12.024)
Outros resultados operacionais		4.877	1.290	4.877	1.550
Resultado de equivalência patrimonial		(768)	4.613	–	–
Total despesas operacionais		**(96.765)**	**(62.092)**	**(98.143)**	**(66.445)**
Lucro antes do resultado financeiro		**14.291**	**67.540**	**14.995**	**70.149**
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	28	40.032	1.975	40.032	1.982
Despesas financeiras	28	(187.066)	(29.814)	(187.069)	(30.091)
Total Resultado Financeiro		**(147.034)**	**(27.839)**	**(147.037)**	**(28.109)**
Lucro (prejuízo) antes da tributação		**(132.743)**	**39.701**	**(132.042)**	**42.040**
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	–	–	(695)	(2.769)
IR e CS diferidos	29	(41.836)	(1.881)	(41.842)	(1.451)
Total tributos sobre o lucro		**(41.836)**	**(1.881)**	**(42.537)**	**(4.220)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(174.579)**	**37.820**	**(174.579)**	**37.820**
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação	3.16	(0,0705)	0,0168	(0,0705)	0,0168
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação	3.16	(0,0705)	0,0168	(0,0705)	0,0168

Demonstração do resultado abrangente	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(174.579)	37.820	(174.579)	37.820
Outros resultados abrangentes	20	–	20	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(174.559)**	**37.820**	**(174. 559)**	**37.820**

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(132.743)	39.701	(132.042)	42.040
Ajustes ao lucro (prejuízo):				
Depreciação e amortização	96.447	57.320	96.447	101.029
Juros sobre debêntures	149.051	27.677	149.051	27.677
Provisão para despesas e custos	16.810	847	16.810	847
Amortização de direitos de uso	8.421	10.234	8.421	10.234
Juros sobre arrendamentos	649	2.203	649	2.203
Resultado equivalência patrimonial	768	(4.613)	–	–
Provisão para perdas de clientes	–	262	–	262
Provisão para contingências	85	–	85	–
	139.488	153.915	139.421	204.576
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	14.560	(45.411)	12.450	(51.230)
Contas a receber partes relacionadas	(16.751)	(2.562)	(16.751)	(2.562)
Impostos a recuperar	(21.834)	(482)	(22.463)	(845)
Despesas antecipadas	5.710	(844)	5.710	(844)
Adiantamentos para fornecedores	(146.693)	(7.254)	(146.688)	(7.259)
Outros ativos	3.354	(567)	3.500	(699)
Fornecedores	63.670	16.843	62.435	20.367
Obrigações tributárias	3.103	1.710	2.938	2.547
Obrigações trabalhistas	4.330	14.126	4.421	14.261
Adiantamentos de clientes	64.276	330	64.317	330
Outras contas a pagar	652	3.615	647	3.620
Caixa gerado pelas operações	**113.865**	**133.419**	**109.937**	**182.262**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(6.864)	–	(9.634)
Juros pagos sobre debêntures	(149.799)	(13.003)	(149.799)	(13.003)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(35.934)**	**113.552**	**(39.862)**	**159.625**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Efeito da incorporação Nimbus - caixa e equivalentes	3.799	–	–	–
Aumento de capital em controlada no exterior	(3.071)	–	–	–
Aquisição de controlada Nimbus	–	(219.564)	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	(740.384)	(439.951)	(740.362)	(700.109)
Efeito de incorporação Dyn - caixa e equivalentes	–	8.777	–	8.877
Efeito de incorporação Scala Empreendimentos - caixa e equivalentes	–	2.920	–	2.920
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(739.656)**	**(647.818)**	**(740.362)**	**(688.312)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	795.358	567.308	795.358	567.308
Pagamento de arrendamento	(22.142)	(8.205)	(22.142)	(8.205)
Emissão de debêntures	2.964.464	–	2.964.464	–
Pagamento de debêntures	(1.575.000)	–	(1.575.000)	–
Dividendos pagos	(5.855)	(186)	(5.855)	(186)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	**2.156.825**	**558.917**	**2.156.825**	**558.917**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.381.235**	**24.651**	**1.376.601**	**30.230**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.679	24.028	54.258	24.028
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.429.914	48.679	1.430.859	54.258
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.381.235**	**24.651**	**1.376.601**	**30.230**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reservas de lucro	Reservas de capital: Reservas de capital de giro	Reservas de capital: Reservas para Investimento	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Total
Em 1º de janeiro de 2021	**88.700**	**–**	**46.500**	**2.602**	**3.106**	**23.149**	**23.149**	**–**	**–**	**187.206**
Aumento de capital pela incorporação da Dyn	1.344.729	–	–	–	(3.073)	–	–	–	–	1.341.656
Aumento de capital pela incorporação da Scala Empreendimentos	208.921	–	–	–	–	–	–	–	–	208.921
Aumento de capital	459.460	(459.460)	–	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	116.850	–	–	–	–	–	–	116.850
Subscrição do capital	163.350	–	(163.350)	–	–	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos		–	–	–	(33)	–	(120)	(34)	–	(187)
Integralização de capital	–	450.460	–	–	–	–	–	–	–	450.460
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	37.820	–	37.820
Constituição de reservas	–	–	–	1.808	1.665	17.156	17.157	(37.786)	–	–
Em 31 de dezembro de 2021	**2.265.160**	**(9.000)**	**–**	**4.410**	**1.665**	**40.305**	**40.186**	**–**	**–**	**2.342.726**
Aumento de capital	**786.358**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**786.358**
Integralização de capital	**–**	**9.000**	**–**	**–**	–	**–**	**–**	**–**	**–**	**9.000**
Distribuição de dividendos adicionais via redução de reserva - 2021	**–**	**–**	**–**	**–**	–	(2.394)	(2.119)	**–**	**–**	**(4.513)**
Distribuição de dividendos adicionais via redução de reserva - 2020	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	(1.341)	–	–	–	**(1.341)**
Prejuízo do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	(174.579)	–	**(174.579)**
Ganho na conversão de balanço de controlada no exterior	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	20	**20**
Em 31 de dezembro de 2022	**3.051.518**	**–**	**–**	**4.410**	**1.665**	**36.570**	**38.067**	**(174.579)**	**20**	**2.957.671**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: A Scala Data Centers S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 16 de agosto de 2019, com prazo indeterminado, conforme artigo 4° do Estatuto Social. A Companhia, sua principal controlada Nimbus Data Center S.A. e a "holding" Scala US Holdco LLC (conjuntamente, "a companhia" ou "Consolidado") tem por objeto social locação de equipamentos e cessão de infraestrutura em data center (colocation), participação no capital de outras sociedades no Brasil e no exterior, desenvolvimento e investimento em empreendimentos imobiliários, assim como locação e administração de bens móveis e imóveis e, para a consecução de seu objeto, a Companhia poderá realizar as atividades mencionadas, por si própria e/ou por meio de contratos com outras sociedades, podendo ainda adquirir, importar ou subcontratar outras sociedades, ou de outras sociedades, o fornecimento e maquinário, equipamentos, ferramentas e de serviços de manutenção ou ampliação de seus ativos. A Companhia incorporou em 31 de março de 2022 o patrimônio líquido da Nimbus Data Center Ltda., no montante de R$ 91.176, conforme demonstrado na nota explicativa 13. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 29 de março de 2023. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.2 Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica do CPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da companhia. (a) Demonstrações financeiras individuais. As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. (b) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras incluem as operações da Nimbus Data Center S.A. e da Scala US Holdco LLC. Os saldos apresentados na demonstração do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, incluem as operações da Controlada Nimbus de três meses, anteriores à incorporação ocorrida em 31 de março de 2022 e o resultado do exercício de 2022 da Controlada Scala US Holdco LLC. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais estimativas da Companhia estão descritas na nota 3.15. **3. Principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável. **3.2. Caixas e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, juntamente com a realização de outros ativos circulantes, e não para investimentos e outros fins. **3.3. Contas a receber:** O saldo de contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor de realização dos títulos representativos desses créditos. A origem das contas a receber decorre da conjuntura de fatores como a transferência de posse, a transferência de risco e a confiabilidade na mensuração do valor vendido líquido do custo de venda e direito a tal recebível. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) está constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas futuras, com base no histórico de perdas na realização das contas a receber, e considerando os riscos de crédito envolvidos com sua carteira de clientes. A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento dos clientes e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas para os mesmos. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que possam afetar a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. A Companhia identifica a inflação e a taxa de juros como os fatores mais relevantes. Dessa forma, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. **3.4. Imobilizado:** São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment"). O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Abaixo as respectivas taxas de depreciação anuais:

Imobilizado por natureza	Taxa de depreciação ao ano (i)
Telecom Equipamentos e Infraestrutura	10% e 20%
Data Center Servidores	38,46%
Data Center Infraestrutura	10% e 20%
Data Center Equipamentos de Rede	10% e 38,46%
Equipamentos de Informática	20%
Máquinas e Equipamentos e Móveis e Utensílios	10%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%
Equipamento de Escritório	10%

(i) Não houve alteração nas taxas de depreciação no exercício de 2022, comparada ao exercício de 2021**. 3.5. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das amortizações acumuladas e da redução ao valor recuperável ("impairment"). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, são mensurados com base na diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado.

Abaixo as respectivas taxas de amortizações anuais definidas pela Administração:

Intangível por natureza	Taxa de amortização ao ano
Direitos de uso de software	20%

Ágio: O ágio representa o excesso (i) da contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data de aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo sejam menores do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **3.6. Arrendamento:** Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. **3.7. Fornecedor risco sacado:** O contas a pagar aos fornecedores é composto de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, além dos investimentos nos projetos da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável, de acordo com o CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação **3.8. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas nominais de imposto de renda de 15%, acrescidas do adicional de 10%, e da contribuição social de 9%, que conjuntamente totalizam 34%. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para esses impostos, para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando a companhia apresenta histórico razoável de lucratividade em suas operações e quando for provável que a companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social possam ser efetivamente utilizados com segurança. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto sofrer alterações. a Companhia apresentou resultados tributáveis recentes e possui perspectivas com base em seus orçamentos sobre a perspectiva de lucro tributável futuro, baseado em sua perspectiva dos resultados decorrentes dos investimentos na operação. Da mesma forma, os impostos diferidos passivos são reconhecidos quando há uma diferença temporária entre as bases fiscais e contábeis, que irão gerar tributação no futuro. A natureza das transações relacionadas ao reconhecimentos destes tributos diferidos estão apresentadas na nota explicativa 11. **3.10. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial a Companhia avalia cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A Companhia não tem expectativa razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A Companhia transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. Passivos financeiros: No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento mensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que, quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a análise de *impairment* de seus ativos não financeiros, com base na perspectiva e capacidade de geração de receitas dos ativos ao longo do tempo, considerando as estruturas adquiridas (ativos imobilizados e intangíveis) e os contratos ativos (relacionamento com clientes) e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos foi necessária. **Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge":** Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía uma operação de Hedge de Fluxo de Caixa, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco das mudanças na taxa de juros, as quais impactam o resultado da Companhia, associado à totalidade do passivo reconhecido. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do hedge; ou (ii) na realização do objeto de hedge. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente em conta de resultado. **3.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.12. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As atualizações da conta de investimentos decorrente da variação cambial referente a investida no exterior são reconhecidas em ajuste de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido. Os itens não monetários são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, utilizando a taxa vigente da data da transação. **3.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

continua ★

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Scala Data Centers S.A.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **i) Receita de serviços:** A receita de venda de serviços é reconhecida quando a propriedade dos serviços é transferida ao comprador, no período contábil durante o qual os serviços são prestados, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando os benefícios possam ser mensurados de forma confiável, ou conforme estabelecido em contrato. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **3.14. Novos ou revisados pronunciamentos efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas contábeis e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: (i) Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. (ii) Alteração ao CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. (iii) Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a contabilização de determinados ativos, passivos e outras transações. A Administração da Companhia para definir tais estimativas e premissas baseou-se em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados fatos e circunstâncias. As premissas das estimativas são revisadas anualmente, e caso seja necessário, as mudanças são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. Contudo, mesmo que essas premissas e estimativas sejam revisadas pela Administração, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Demonstramos abaixo os critérios de estimativas e premissas mais relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras: Cálculo do valor em uso - Ágio: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida ou custo de aquisição; e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). O ágio é revisto a cada data de balanço ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment.* Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD): Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico de perdas da Companhia, os riscos envolvidos em cada operação comercial com seus clientes, e a expectativa de perdas futuras com seus clientes, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Vida útil dos ativos não circulantes: A Companhia reconhece a depreciação ou amortização dos ativos não circulantes (imobilizado e intangível) com base em sua vida útil estimada. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. Provisões para demandas judiciais e administrativas: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.16. Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado e apresentado nas demonstrações do resultado, através do lucro ou prejuízo líquido do exercício (básico e diluído) e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade média de ações do exercício de 2022 e 2021). O cálculo foi realizado conforme as etapas abaixo: i) Identificação da quantidade média de ações detidas pelos acionistas nos exercícios:

Movimentação de ações	Ações ordinárias (ON)	Média ponderada ON	Ações preferenciais (PN)	Média ponderada (PN)
Total de ações em 01 de janeiro de 2022	**2.241.091.586**	**186.757.632**	15.370.145	15.370.145
Aumento em 13 de janeiro	94.840.500	973.305.036	–	–
Aumento em 28 de julho	181.425.000	209.779.757	–	–
Aumento em 22 de agosto	100.000	629.364.272	–	–
Aumento em 22 de novembro	89.752.449	209.788.091	–	–
Aumento em 2 de dezembro	420.240.000	252.287.461	–	–
Total de ações em 31 de dezembro de 2022	**3.027.449.535**	**2.461.282.248**	**15.370.145**	**15.370.145**
Média de ações em 2022	2.476.652.393			
Média de ações em 2021	2.256.461.731			

ii) Divisão do resultado do períodos pela média de ações de titularidade dos acionistas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício	(174.579)	37.820	(174.579)	37.820
Média de ações do exercício	2.476.652.393	2.256.461.731	2.476.652.393	2.256.461.731
Lucro por Ação - (Reais/Ação)				
Lucro Básico por Ação	(0,0705)	0,0168	(0,0705)	0,0168
Lucro Diluído por Ação	(0,0705)	0,0168	(0,0705)	0,0168

3.17. Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.18. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retorno variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A entidade controlada incluída na consolidação está descrita na nota 13. **3.19. Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **• Alteração do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. A alteração possui data de aplicação para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023, e determina que a entidade não teria o direito a evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022 nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao CPC 26 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao CPC 32- Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3.20. Continuidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios. A Administração efetua anualmente, quando da preparação e aprovação de suas demonstrações financeiras, uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades operacionais pelos próximos 12 meses. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a sua capacidade de continuidade operacional e financeira pelos próximos 12 meses. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Companhia e é controlada pela Tesouraria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são monitorados diariamente, mantendo o nível necessário de flexibilidade financeira. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos na gestão de risco. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores do contas a receber ou aumentam valores do contas a pagar decorrentes de moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2022, os empréstimos da Companhia foram contratados e mantidos em modalidade híbrida de taxa de juros (taxa fixa + variável - CDI + 3,25% a.a.) em 01 bilhão de reais em março e uma segunda emissão de 02 bilhões de reais (CDI + 3,15% a.a.) em dezembro 2022, cujo recurso foi utilizado para pagar a 1ª emissão e investir em novos projetos de data centers. A gestão da parcela variável de taxa de juros, que implica em riscos associados ao fluxo de caixa, é realizada pela Tesouraria da Companhia com vistas a promover a mitigação dos seus riscos, mediante estudos periódicos para avaliação da viabilidade financeira da fixação das taxas de juros. **(iii) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O departamento responsável pela análise de crédito avalia a qualidade do crédito a cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com a política de vendas da Companhia que considera o nível do risco de crédito a que está exposto no curso de seu negócio. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(iv) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Companhia é investido em conta corrente com incidência de juros, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pela previsão acima mencionada. Atualmente, a Companhia acredita que possui liquidez adequada para liquidar seus passivos em aberto em 31 de dezembro de 2022. **4.1.1. Gestão de Capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas devem aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. **4.2. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

5. Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	–	1	–	1
Bancos	30.038	2.055	30.983	7.634
Aplicações financeiras (i)	1.399.876	46.623	1.399.876	46.623
Total	**1.429.914**	**48.679**	**1.430.859**	**54.258**

(i) Os investimentos em aplicações financeiras estão representados por investimentos de curto prazo (CDBs - Certificado de Depósito Bancários) em renda fixa com bancos de grande porte com *rating* de investimento nacional, os rendimentos dos CDBs são em média 102,5% dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), em sua grande parte com liquidez imediata, tendo aplicações com carência de curtíssimo prazo (30 dias). **6. Contas a receber:** O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de "service data center".

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes nacionais	62.735	69.722	62.735	74.606
Clientes Exterior (nota 30)	19.313	2.562	19.313	2.562
Serviços não faturados (i)	28.223	24.002	28.223	28.982
	110.271	**96.286**	**110.271**	**106.150**
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(96)	(276)	(96)	(276)
Total	**110.175**	**96.010**	**110.175**	**105.874**

(i) Refere-se a estimativa de receita apurada na prestação de serviços executada e não faturados. **Movimentação da provisão:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	(276)	(14)	(276)	(14)
Adições	(85)	(265)	(85)	(265)
Reversões	265	3	265	3
Saldo em 31 de dezembro	(96)	(276)	(96)	(276)

A Companhia efetuou a validação e análise de risco de não recebimento dos valores em aberto, e não foram identificadas provisões adicionais. A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por prazo de recebimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	82.373	84.414	82.373	93.118
Vencidos				
Vencidos até 30 dias	6.422	10.244	6.422	8.842
Vencidos entre 31 e 60 dias	8.169	608	8.169	608
Vencidos entre 61 e 90 dias	668	386	668	386
Vencidos entre 91 e 120 dias (i)	1.218	275	1.218	275
Vencidos entre 121 e 180 dias (i)	1.254	83	1.254	83
Vencidos a mais de 181 dias (i)	10.167	276	10.167	276
Total vencido	**27.898**	**11.872**	**27.898**	**10.470**
Total do contas a receber	**110.271**	**96.286**	**110.271**	**103.588**

(i) Saldos relacionados especialmente a transações com partes relacionadas no exterior, que são pagos conforme a disponibilidade de caixa (R$ 1.114 vencidos de 91 a 120 dias, R$ 1.114 vencidos entre 121 e 180 dias e R$ 9.782 vencidos acima de 181 dias). Por este motivo, a Administração não registrou provisão para perdas estimadas sobre estes montantes.

7. Impostos a recuperar:	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS a recuperar	2.842	–	2.842	–
COFINS a recuperar	13.044	–	13.044	–
IRRF a recuperar	6.329	–	6.329	–
IRPJ a recuperar	5.149	5.144	5.149	5.144
CSLL a recuperar	1.846	1.846	1.846	1.846
Outros	466	556	466	919
Total	**29.676**	**7.546**	**29.676**	**7.909**
Circulante	466	7.546	466	7.909
Não circulante	29.210	–	29.210	–

8. Adiantamentos a fornecedores:	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores nacionais	76.796	29.488	76.796	29.488
Adiantamento a fornecedores no exterior	143	140	143	145
Adiantamento (partes relacionadas - nota 30)	104.844	5.462	104.844	5.462
Adiantamentos - Modular (risco sacado - nota 30)	57.150	–	57.150	–
	238.933	**35.090**	**238.933**	**35.095**

Os valores apresentados nas linhas acima na conta de adiantamento a fornecedores, representa os valores referente à prestação de serviço de construção do novo data center SP03. Bem como, a reforma realizada entre 2021 e 2022, no escritório central em Barueri, assim como aquisição de geradores.

9. Despesas antecipadas:	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Seguros diversos	482	674	482	674
Suporte técnico/ manutenção de software	5.848	11.366	5.848	11.366
Outros	–	–	–	–
Total	**6.330**	**12.040**	**6.330**	**12.040**
Circulante	6.063	5.826	6.063	5.826
Não circulante	267	6.214	267	6.214
	6.330	**12.040**	**6.330**	**12.040**

10.Outros ativos:	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Créditos de energia elétrica	–	2.454	–	2.586
Direito a receber de fornecedor	–	1.011	–	1.011
Adiantamento de férias	211	133	211	133
Outros	50	11	50	11
Total	**261**	**3.609**	**261**	**3.741**
Circulante	215	1.155	215	1.287
Não circulante	46	2.454	46	2.454
	261	**3.609**	**261**	**3.741**

11. Tributos diferidos: a) Apresentação líquida:	Controladora		Consolidado	
Ativo de imposto diferido	2022	2021	2022	2021
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	5.847	5.689	5.847	6.119
	5.847	**5.689**	**5.847**	**6.119**
Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica	–	–	–	–
	5.847	**5.689**	**5.847**	**6.119**
Passivo de imposto diferido				
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	49.637	8.067	49.637	8.067
	49.637	**8.067**	**49.637**	**8.067**
Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica	–	–	–	–
	49.637	**8.067**	**49.637**	**8.067**
Passivo de imposto diferido (líquido)	**43.790**	**2.378**	**43.790**	**1.948**

b) Bases diferido ativo:	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Descrição - CSLL				
Provisões temporárias	9.290	16.449	9.290	16.449
Base negativa	8.611	289	8.611	1.556
Base de Cálculo CSLL	17.901	16.738	17.902	18.005
Contribuição Social Diferido - 9%	**1.611**	**1.506**	**1.611**	**1.620**
Descrição - IRPJ:				
Provisões temporárias	9.290	16.449	9.290	16.449
Base negativa	7.652	284	7.652	1.548
Base de Cálculo IRPJ	**16.942**	**16.733**	**16.942**	**17.997**
Alíquota 15% - IRPJ	2.541	2.510	2.541	2.700
Alíquota 10% - IRPJ	1.694	1.673	1.694	1.800
IRPJ Diferido	**4.236**	**4.183**	**4.236**	**4.499**
Total Diferido	**5.847**	**5.689**	**5.847**	**6.119**
CSLL contábil	1.611	1.506	1.611	1.620
IRPJ contábil	4.236	4.183	4.236	4.499

c) Bases diferido passivo:	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Descrição - CSLL				
Exclusões:				
Provisão de receita	–	(23.726)	–	(23.726)
Ágio (Goodwill) - Dyn	(141.434)	–	(141.434)	–
Ágio (Goodwill) - Nimbus	(4.556)	–	(4.556)	–
Base de cálculo CSLL	(145.990)	(23.726)	(145.990)	(23.726)
Contribuição Social Diferido - 9%	**(13.139)**	**(2.135)**	**(13.139)**	**(2.135)**
Descrição - IRPJ				
Exclusões:				
Provisão de receita	–	(23.726)	–	(23.726)
Ágio (Goodwill) - Dyn	(141.434)	–	(141.434)	–
Ágio (Goodwill) - Nimbus	(4.556)	–	(4.556)	–
Base de cálculo IRPJ	(145.990)	(23.726)	(145.990)	(23.726)
Alíquota 15% - IRPJ	(21.899)	(3.559)	(21.899)	(3.559)
Alíquota 10% - IRPJ	(14.599)	(2.373)	(14.599)	(2.373)
IRPJ diferido	**(36.498)**	**5.931)**	**(36.498)**	**(5.931)**
Total diferido	**(49.637)**	**(8.067)**	**(49.637)**	**(8.067)**

12. Direito de uso e passivo de arrendamento: (i) Disposições sobre o CPC 06(R2): Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber) e pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o item a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; Os ativos de direito são depreciados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo nominal da arrendatária aplicada aos passivos de arrendamento foi de 7,67% a.a. **(ii) Expedientes práticos aplicados:** Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: • uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares; • utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos; • contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses como arrendamentos de curto prazo; • utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento. **(iii) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo de direito de uso (Aluguel)				
Contrato de aluguel - leasing	128.477	53.073	128.477	53.073
Amortização Contrato de Aluguel - leasing	(16.209)	(17.180)	(16.209)	(17.180)
	112.268	**35.893**	**112.268**	**35.893**
Passivo de arrendamento				
Passivo de arrendamento - circulante	(17.934)	(11.310)	(17.934)	(11.310)
Passivo de arrendamento - não circulante	(96.409)	(29.308)	(96.409)	(29.308)
Total	**(114.343)**	**(40.618)**	**(114.343)**	**(40.618)**

As movimentações dos saldos dos ativos de direito de uso são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Movimentação do período				
Saldo em 1º de Janeiro	**35.893**	**23.904**	**35.893**	**23.904**
Adição por novos contratos	95.218	6.802	95.218	6.802
Adição por incorporação	–	15.421	–	15.421
Amortização	(8.421)	(10.234)	(8.421)	(10.234)
Baixas	(10.422)	–	(10.422)	–
Saldo em 31 de dezembro	**112.268**	**35.893**	**112.268**	**35.893**

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Movimentação do período				
Saldo em 1º de Janeiro	**(40.618)**	**(24.397)**	**(40.618)**	**(24.397)**
Adição por novos contratos	(95.218)	(22.223)	(95.218)	(22.223)
Juros	(649)	(2.203)	(649)	(2.203)
Baixas	15.462	–	15.462	–
Pagamentos	6.680	8.205	6.680	8.205
Saldo em 31 de dezembro	**(114.343)**	**(40.618)**	**(114.343)**	**(40.618)**

(iv) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Encargo de amortização dos ativos de direito de uso	(6.574)	(8.715)	(6.574)	(8.715)
Despesas com juros	(649)	(2.203)	(649)	(2.203)
Outros aluguéis	(2.243)	(1.467)	(2.243)	(1.467)

(v) Prazos dos arrendamentos: Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. **(vi) Taxa de juros:** Os pagamentos de arrendamentos devem ser descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento e a Companhia utiliza-se da taxa de 3,15% ao ano somada ao CDI. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo, para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de desconto, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de empréstimos/financiamentos da Companhia, ajustadas para refletir o risco de mercado da Companhia e o período do contrato. **(vii) Pagamentos de arrendamentos variáveis:** A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. **13. Investimentos: a) Participação societária nos investimentos:**

Nome	País	Negócio	Relacionamento	Participação (em %) 2022	2021
Scala US HoldCo LLC	EUA	Holding	Controlada	100	100
Nimbus Data Center S.A.	Brasil	Serviços de tecnologia	Controlada	–	100

b) Movimentação dos investimentos: Composição do saldo	Nimbus	Scala US
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	89.798	–
Aumento capital	–	3.071
Resultado do período (3 meses)	1.378	–
Percentual de participação:	100%	100%
Resultado da equivalência patrimonial	1.378	(2.146)
Ganho na conversão da moeda (i)	–	20
Valor contábil do investimento	**91.176**	**945**
Baixa por incorporação (ii)	(91.176)	–
Saldo final	**–**	**945**

(i) O valor do ajuste acumulado de conversão foi registrado do patrimônio líquido e está apresentado separadamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido e no balanço patrimonial. (ii) Conforme descrito na nota explicativa 1, em março de 2022 a Companhia realizou a incorporação da Controlada Nimbus Data Center S.A. Balanço patrimonial da Controlada Nimbus, incorporada pela Companhia:

Ativo	**(96.789)**
Caixa e equivalentes de caixa	**3.799**
Contas a receber	11.975
Impostos a recuperar	297
Outros ativos	6
Imobilizado	79.921
Imposto de renda e contribuição social diferidos	424
Intangível	367
Passivo	**(5.612)**
Fornecedores	(2.289)
Obrigações trabalhistas	(226)
Obrigações tributárias	(672)
Outros passivos	(4)
Receita diferida	(398)
Receita diferida	(2.023)
Patrimônio Líquido	**(91.176)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	(4.900)
Capital social	(80.290)
Reservas de Lucros	(5.986)

continua

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Scala Data Centers S.A.

14. Imobilizado: A composição e movimentação do ativo imobilizado está na demonstração a seguir:

Controladora	Terrenos	Edifícios	Infraestrutura de rede	Equipamento de informática	Máquinas e Equipamentos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.850**	**–**	**47.907**	**693**	**23.722**	**39.305**	**695**	**–**	**114.172**
Adições	80.088	–	–	4.563	4.747	1.041	1.077	326.243	417.759
Baixas	–	–	(20.284)	–	–	–	–	–	(20.284)
Incorporação (i)	4.677	180.382	15.305	7.000	–	1.644	534	–	209.542
Transferências	–	–	188.576	32	91.195	–	–	(279.803)	–
Depreciação do exercício	–	(4.750)	(26.134)	(678)	(3.731)	(12.573)	(252)	–	(48.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**86.615**	**175.632**	**205.370**	**11.610**	**115.933**	**29.417**	**2.054**	**46.440**	**673.071**
Adições (iii)	15.054	24	6.353	168	2.969	575	105	674.344	699.592
Incorporação (ii)	2.510	37.113	33.650	1.360	1.414	1.486	530	1.858	79.921
Transferências (iv)	–	329	(23.400)	(6.574)	(115.932)	115	145.597	–	135
Depreciação do exercício	–	(7.910)	(17.528)	(1.336)	(417)	(10.709)	(32.010)	–	(69.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**104.179**	**205.188**	**204.445**	**5.228**	**3.967**	**20.884**	**116.276**	**722.642**	**1.382.809**

(i) Incorporação - valores agregados ao ativo imobilizado decorrente da incorporação da companhia DYN DC Data Centers e Participações e da Scala Empreendimentos Imobiliários S.A (ii) Valores relacionados à incorporação da Companhia Nimbus Data Center. (iii) As adições do imobilizado em andamento estão relacionadas especialmente à construção de novos data centers e a infraestrutura necessária para estes empreendimentos. (iv) Transferência realizada entre os grupos do imobilizado para melhor classificação dos ativos. O saldo remanescente foi transferido do intangível para o imobilizado.

Consolidado	Terrenos	Edifícios	Infraestrutura de rede	Equipamento de informática	Máquinas e equipamentos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.850**	**–**	**47.907**	**693**	**23.722**	**39.305**	**695**	**–**	**114.172**
Adições	80.088	–	28.645	4.562	4.746	1.041	1.077	277.410	397.569
Aquisição de controlada (ii)	2.510		46.242	2.327	66.785	2.035	1.622	1.308	122.829
Baixas	–	–	(60)	–	–	–	–	–	(60)
Incorporação (i)	4.677	180.382	15.305	7.000	–	1.645	535	–	209.544
Depreciação do exercício	–	(4.750)	(35.048)	(2.211)	(34.500)	(13.094)	(1.320)	–	(90.923)
Transferências	–	–	139.707	32	91.195	–	–	(230.934)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**89.125**	**175.632**	**242.698**	**12.403**	**151.948**	**30.932**	**2.609**	**47.784**	**753.131**
Adições	15.054	24	6.235	168	2.969	553	105	674.345	699.453
Transferência (iii)	–	329	(23.400)	(6.574)	(115.932)	115	145.597	–	135
Depreciação do exercício	–	(7.910)	(17.528)	(1.336)	(417)	(10.709)	(32.010)	–	(69.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**104.179**	**168.075**	**208.005**	**4.661**	**38.568**	**20.891**	**116.301**	**722.129**	**1.382.809**

(i) Incorporação - valores agregados ao ativo imobilizado decorrente da incorporação da companhia DYN DC Data Centers e Participações e Scala Empreendimentos Imobiliários S.A.; (ii) Incorporação - valores agregados ao ativo imobilizado decorrente da incorporação da companhia Nimbus; (iii) Transferência realizada entre o ativo imobilizado e intangível.

15. Intangível: A movimentação do ativo intangível está na demonstração a seguir:

Controladora	Direito de uso de software	Desenvolvimento de Software	Marcas e patentes	Certificação de Carbono Neutro (iv)	Ágio (Goodwill)	Mais-Valia	Projetos em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**278**	**2.913**	**120**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.311**
Adições (i)	482	17.510	–	291	1.631.913	403.961	–	2.054.157
Amortização do exercício	(127)	(1.680)	–	–	–	(7.395)	–	(9.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**633**	**18.743**	**120**	**291**	**1.631.913**	**396.566**	**–**	**2.048.266**
Adições	820	12.124	–	1.395	–	–	36.875	51.214
Incorporação (ii)	–	367	–	–	–	–	–	367
Amortização do exercício	(2.536)	(3.986)	–	(465)	–	(19.549)	–	(26.536)
Transferências (iii)	2.390	(2.235)	–	(290)	–	–	–	(135)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.307**	**25.013**	**120**	**931**	**1.631.913**	**377.017**	**36.875**	**2.073.176**

(i) Incorporação - valores agregados ao intangível decorrente da incorporação da companhia DYN DC Data Centers e Participações e Scala Empreendimentos Imobiliários S.A. (ii) Valores relacionados à incorporação da Companhia Nimbus. (iii) Transferência realizada para melhor apresentação dos saldos entre os grupos. O saldo remanescente foi reclassificado para o ativo imobilizado. (iv) A Scala Data Centers anualmente realiza o inventário para quantificar o volume de carbono emitido ao meio ambiente. Com o resultado do inventário, a Scala compra os créditos de carbono para compensar as emissões realizadas no ano e garante o selo de "Caborn neutro" para o período compensado. Com isso, além de ajudar e contribuir para manutenção do meio ambiente, cumprir com seu papel social.

Consolidado	Direito de uso de software	Desenvolvimento de software	Marcas e patentes	Certificação de Carbono Neutro	Ágio (Goodwill)	Mais-Valia	Projetos em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**278**	**2.913**	**120**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.311**
Adições	482	18.659	–	291	1.631.914	403.961	–	**2.055.307**
Amortização do exercício	(127)	(2.584)	–	–	–	(7.396)	–	(10.107)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**633**	**18.988**	**120**	**291**	**1.631.914**	**396.565**	**–**	**2.048.511**
Adições	820	12.246	–	1.395	–	–	36.875	51.336
Amortização do exercício	(2.536)	(3.986)	–	(465)	–	(19.549)	–	(26.536)
Transferências (i)	2.390	(2.235)	–	(290)	–	–	–	(135)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.307**	**25.013**	**120**	**931**	**1.631.914**	**377.016**	**36.875**	**2.073.176**

(i) Transferência realizada entre o ativo imobilizado e intangível.

16. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais	101.052	40.668	101.052	43.027
Fornecedores partes relacionadas (nota 30)	5.572	–	5.572	–
Fornecedores - Provisão	728	725	728	1.890
	107.352	**41.393**	**107.352**	**44.917**

17. Fornecedor risco sacado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedor risco sacado	57.150	–	57.150	–
	57.150	**–**	**57.150**	**–**

A companhia oferece aos seus fornecedores considerados estratégicos a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado *(reverse finance operation)* por uma instituição financeira. Esse recurso possibilita que estes fornecedores antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca eles recebem antecipadamente os recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio dessas operações era de 178 dias. A operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela companhia representam compra de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. A Companhia não possuía operações de risco sacado em 31 de dezembro de 2021. Em fevereiro de 2023 a Companhia efetuou o pagamento de parte do montante relacionado à operação de risco sacado junto ao Banco Bradesco, no valor de R$ 30.000, sem reflexo no resultado financeiro, considerando que os juros ficaram sob a responsabilidade do fornecedor. **18. Debêntures: a. Composição das debêntures:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Debêntures	3.398.397	702.056	3.398.397	702.056
Juros sobre Debêntures	(1.420.007)	(112.382)	(1.420.007)	(112.382)
	1.978.390	**589.674**	**1.978.390**	**589.674**
Circulante	6.760	57.799	6.760	57.799
Não circulante	1.971.630	531.875	1.971.630	531.875
	1.978.390	**589.674**	**1.978.390**	**589.674**

b. Movimentação das debêntures:	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	–
Adição	575.000	575.000
Juros	27.677	27.677
Pagamentos	(13.003)	(13.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**589.674**	**589.674**
Adição	2.964.464	2.964.464
Juros	149.051	149.051
Pagamentos	(1.724.799)	(1.724.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.978.390**	**1.978.390**

Em 06 de dezembro de 2022, foi celebrado entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A. Foi emitido o valor de R$ 2.000 com valor nominal de R$ 1.000,00 para cada debênture, com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio dessa emissão de debêntures serão utilizados para (i) pagar antecipadamente o endividamento existente da Companhia no âmbito de sua 1ª (primeira) emissão de debêntures, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A., celebrado entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 04 de março de 2022; (ii) pagamento dos custos e despesas relacionados à oferta pública das debêntures no âmbito da 2ª (segunda) emissão; e (iii) financiar, com os recursos líquidos remanescentes após o pagamento antecipado das debêntures da 1ª (primeira) Emissão e dos custos e despesas relacionados à oferta pública das debêntures no âmbito da 2ª (segunda) emissão, os investimentos de capital nos projetos de data centers da Companhia, atualmente denominados SGRUTB04, SGRUTB05, SGRUTB06 desenvolvidos ou a serem desenvolvidos pela Companhia. As debêntures da 2ª (segunda) emissão farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100,00% (cem inteiros centésimos por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 3,15% (três inteiros e quinze centésimos) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e serão incidentes sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, desde a data da primeira integralização das debêntures, ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios, até o final de cada período de capitalização. O valor nominal unitário das debêntures da 2ª (segunda) emissão será pago a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, contado da data de emissão, em 13 (treze) parcelas trimestrais e consecutivas, de acordo com o cronograma de amortização abaixo, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2024 e o último na data de vencimento, exceto nas hipóteses de resgate antecipado ou amortização extraordinária das debêntures ou, ainda, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures:

Número	Data de amortização das debêntures	Porcentagem do valor nominal unitário a ser amortizado
1	15 de dezembro de 2024	2,50%
2	15 de março de 2025	2,50%
3	15 de junho de 2025	2,50%
4	15 de setembro de 2025	2,50%
5	15 de dezembro de 2025	2,50%
6	15 de março de 2026	2,50%
7	15 de junho de 2026	2,50%
8	15 de setembro de 2026	2,50%
9	15 de dezembro de 2026	2,50%
10	15 de março de 2027	2,50%
11	15 de junho de 2027	2,50%
12	15 de setembro de 2027	2,50%
13	Data de Vencimento	70,00%

Os juros remuneratórios serão pagos trimestralmente, a partir da data de emissão, sempre nas datas indicadas abaixo dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2023 e o último na data de vencimento, exceto nas hipóteses de resgate antecipado ou amortização extraordinária das debêntures ou, ainda, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures: **Datas de pagamento dos juros remuneratórios:** 15 de março de 2023; 15 de junho de 2023; 15 de setembro de 2023; 15 de dezembro de 2023; 15 de março de 2024; 15 de junho de 2024; 15 de setembro de 2024; 15 de dezembro de 2024; 15 de março de 2025; 15 de junho de 2025; 15 de setembro de 2025; 15 de dezembro de 2025; 15 de março de 2026; 15 de junho de 2026; 15 de setembro de 2026; 15 de dezembro de 2026; 15 de março de 2027; 15 de junho de 2027; 15 de setembro de 2027; 15 de dezembro de 2027. O saldo de R$ 2.013.926 refere-se ao valor nominal a pagar, somado aos juros incorridos entre a data da operação e 31 de dezembro de 2022, das debêntures, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A. **c. Cláusulas de *covenants:*** De acordo com o estabelecido no Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A., a Companhia se comprometeu a manter o coeficiente de alavancagem e o índice de cobertura de juros conforme os parâmetros descritos abaixo: I. Coeficiente de Alavancagem da Companhia apurado ao final de cada semestre superior a (i) 6,50:1,00 com relação aos semestres encerrados em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023; (ii) 6,25:1,00 com relação aos semestres encerrados em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2024; (iii) 5,75:1,00 com relação aos semestres encerrados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2025; (iv) 5,25:1,00 com relação aos semestres encerrados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2026; e (v) 4,50:1,00 com relação ao semestre encerrado em 30 de junho de 2027, observando que a primeira apuração deve ser realizada com relação ao semestre findo em 30 de junho de 2023. O Coeficiente de Alavancagem será calculado semestralmente pela Companhia com base nas demonstrações financeiras trimestrais ou nas demonstrações financeiras auditadas, conforme o caso, e no Relatório de Índices Financeiros, conforme aplicável. II. Índice de Cobertura de Juros no valor mínimo de (i) 1,50:1,00 com relação aos semestres encerrados em 30 de junho de 2025, 31 de dezembro de 2025, 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2026, e (iii) 1,75x:1,00 com relação ao semestre encerrado em 30 de junho de 2027, calculados semestralmente pela Companhia com base nas demonstrações financeiras auditadas e no Relatório de Índices Financeiros, conforme aplicável, sendo certo que a primeira verificação do Índice de Cobertura de Juros será em relação ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025. III. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida no valor mínimo de 1,10x calculado pela Companhia semestralmente, com base nas demonstrações financeiras trimestrais ou nas demonstrações financeiras auditadas, conforme o caso, e no Relatório de Índices Financeiros, observado que a primeira apuração deverá ser realizada com relação ao semestre encerrado em 30 de junho de 2023. IV. Limite permitido de R$ 300.000 (trezentos milhões de reais) para as Despesas de Capital (Capex) de Desenvolvimento Especulativo (conforme definido no Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A.), exceto pelas (1) Despesas de Capital (Capex) de Desenvolvimento Especulativo financiadas por novas contribuições de capital, ou (2) Despesas de Capital (Capex) de Desenvolvimento Especulativo para garantir a celebração de novos contratos de colocation com clientes definidos como Hyperscale, incluindo, mas sem limitação, a antecipação de despesas relacionadas à aquisição de equipamentos a serem utilizados no âmbito de tais novos contratos de colocation, previamente à celebração de tais contratos, desde que os respectivos contratos de colocation sejam celebrados em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da primeira antecipação de despesas pela Companhia, em qualquer dos casos, desde que a Companhia esteja cumprindo com os Índices Financeiros estabelecidos no Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A. A Companhia não realizou o cálculo de covenants para a posição de 31 de dezembro de 2022, considerando que a emissão foi realizada em dezembro de 2022. Sendo o cálculo semestral, a Companhia realizará o primeiro cálculo em junho de 2023.

19. Obrigações trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bônus e PLR	7.356	9.065	7.356	9.065
Provisão para férias	7.066	3.170	7.066	3.254
IRRF a recolher	3.939	2.950	3.939	2.950
INSS a recolher	3.586	2.226	3.586	2.262
FGTS a recolher	609	280	609	290
Outros	901	1.210	901	1.215
Total	**23.457**	**18.901**	**23.457**	**19.036**

20. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cofins a recolher	911	1.947	911	2.119
ICMS a recolher	2.360	650	2.360	651
INSS a recolher	2.588	665	2.588	711
PIS a recolher	170	422	170	491
ISS a recolher	936	330	936	526
IR retido na fonte	98	101	98	454
CSLL a recolher	1.087	183	1.087	–
Outros	52	129	52	312
Total	**8.202**	**4.427**	**8.202**	**5.264**

21. Provisões de Custos e Despesas: As provisões representam despesas diversas incorridas pela Companhia, cujo desembolso financeiro se dará no próximo exercício fiscal. Os valores foram estimados com confiabilidade e precisão, sendo provável o desembolso de recursos para a liquidação da obrigação. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas foram de R$ 22.562 (R$ 5.752 em 2021).

22. Receita diferida:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A100 Row Serviços de dados Brasil Ltda.	1.665	–	1.665	2.380
BRZ Meriti Invest. Imob. Ltda.	61.600	–	61.600	–
	63.265	**–**	**63.265**	**2.380**
Circulante	4.514	–	4.514	357
Não circulante	58.751	–	58.751	2.023

Saldos relacionados ao adiantamentos recebidos de clientes, conforme negociação contratual, cujo serviço será prestado ao longo do contrato. **23. Patrimônio líquido: 23.1. Capital social:** O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no valor total de R$ 3.051.518 (três bilhões, cinquenta e um milhões, quinhentos e dezoito mil reais) está dividido em 3.027.449.535 (três bilhões, vinte e sete milhões e quatrocentas e quarenta e nove mil, quinhentas e trinta e cinco) ações ordinárias e 15.370.145 (quinze milhões, trezentas e setenta mil e cento e quarenta e cinco) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. O atual valor contempla aumentos de capital ocorridos no ano de 2022 e em decorrência da incorporação da Nimbus Data Center S.A. de acordo com acervo líquido avaliado por especialista independente, totalizando um montante de R$ 786.357 (setecentos e oitenta e seis milhões e trezentos e cinquenta e sete mil reais), conforme os atos societários descritos a seguir: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de 94.840.500 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, no montante de R$ 94.840 (noventa e quatro milhões e oitocentos e quarenta mil reais) integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por ação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de 181.425.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, no montante de R$ 181.425 (cento e oitenta e um milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil reais) integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por ação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de 100.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, no montante de R$ 100 (cem mil reais) integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por ação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de 89.752.449 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, no montante de R$ 89.752 (oitenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil reais) integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por ação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de 420.240.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, no montante de R$ 420.240 (quatrocentos e vinte milhões, duzentos e quarenta mil reais) integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por ação. O atual capital social da companhia está distribuído conforme abaixo:

Acionista	2022	2021	Participação no Capital
DYN DC fundo de investimento em Participações	3.051.518	2.265.160	100%
Capital Social a Integralizar - Nacional	–	(9.000)	
	3.051.518	**2.256.160**	**100%**

23.2. Reservas de Lucros: (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

	2022	2021
Saldo do início do exercício	4.410	2.602
Movimentação	–	1.808
Saldo do final do exercício	**4.410**	**4.410**
Cálculo reserva legal	**2022**	**2021**
Lucro (Prejuízo) apurado no exercício	(174.579)	36.155
Percentual constituição da reserva Legal	5%	5%
Saldo final da reserva legal	**–**	**1.808**

(ii) Reserva de investimento: A reserva para investimento, cujos recursos serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e à expansão de suas atividades, formada com recursos a serem determinados em assembleia geral e equivalente até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de reserva para investimento não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia.

A movimentação é como segue:	2022	2021
Saldo do início do exercício	40.186	23.149
Movimentação (i)	(2.119)	17.037
Saldo do final do exercício	**38.067**	**40.186**

(i) distribuição de dividendos realizada conforme aprovação em ata de assembleia de 23 de agosto de 2022. **(iii) Reserva de Capital de Giro:** A reserva de capital de giro, cujos recursos serão destinados a suprir necessidades de capital operacional da companhia, formada com recursos a serem determinados em assembleia geral e equivalente até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de reserva de capital de giro não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do Capital Social. A movimentação é como segue:

	2022	2021
Saldo do início do exercício	40.305	23.149
Movimentação (i)	(3.735)	17.156
Saldo do final do exercício	**36.570**	**40.305**

(i) distribuição de dividendos realizada conforme aprovação em ata de assembleia de 23 de agosto de 2022. **(iv) Dividendos propostos:** Em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras refletiram apenas os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no estatuto social da companhia, de 0,1% do lucro líquido. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pela Assembleia Geral. Em 23 de agosto de 2022, foi deliberada a destinação dos resultados de 31 de dezembro de 2021, ratificando o pagamento de dividendos no valor de R$ 4.512 em julho de 2022. Adicionalmente, durante o exercício a Companhia realizou também pagamentos a título de dividendos no valor de R$ 1.348.

24. Receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de prestação de serviços	388.688	297.901	399.815	320.521
Receita de vendas	–	12.740	21	13.412
Cancelamentos	(2.716)	(3.058)	(2.716)	(3.058)
Impostos sobre vendas	(35.447)	(29.238)	(36.699)	(31.837)
Total	**350.525**	**278.345**	**360.421**	**299.038**

25. Custo dos serviços prestados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização	(58.732)	(51.025)	(60.006)	(53.633)
Energia elétrica	(77.440)	(46.735)	(77.440)	(46.735)
Pessoal	(54.710)	(20.350)	(55.137)	(21.238)
Serviços de terceiros	(25.051)	(10.232)	(25.917)	(11.830)
Aluguéis e condomínios	(3.813)	(765)	(3.813)	(765)
Manutenções prediais	(5.565)	(6.096)	(5.626)	(6.234)
Manutenção de equipamentos	(988)	(3.489)	(1.808)	(4.687)
Despesas de consumo	(3.786)	(3.926)	(7.291)	(10.226)
Juros sobre leasing	–	(1.809)	–	(1.809)
Fretes	(70)	(1.500)	(85)	(1.501)
Licenças de software	(1.264)	(1.083)	(1.264)	(1.083)
Rede e circuito de terceiros	(3.162)	(718)	(3.162)	(718)
Impostos e taxas	(1.315)	(640)	(1.760)	(1.084)
Seguros	(844)	(154)	(844)	(154)
Outros custos de serviços prestados	(2.729)	(191)	(3.130)	(747)
Total	**(239.469)**	**(148.713)**	**(247.283)**	**(162.444)**

26. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(30.732)	(20.382)	(30.732)	(20.382)
Serviços de terceiros	(13.135)	(16.977)	(15.281)	(16.977)
Depreciação e amortização	(34.613)	(11.497)	(34.613)	(11.497)
Aluguéis e condomínios	(1.216)	(1.588)	(1.216)	(1.588)
Manutenção de equipamentos	(4.316)	(1.694)	(4.316)	(1.694)
Despesas de consumo	(777)	(1.489)	(777)	(1.489)
Doações	(1.253)	(1.309)	(1.253)	(1.309)
Viagens e deslocamentos	(537)	(212)	(537)	(212)
Aluguéis de equipamentos	(148)	(167)	(148)	(167)
Impostos e taxas	(405)	(264)	(405)	(264)
Indenizações judiciais	(568)	–	(568)	–
Despesas com refeição	(298)	–	(298)	–
Limpeza e conservação	(186)	(97)	(186)	(97)
Feiras e eventos	(1.200)	(94)	(1.200)	(94)
Outras despesas	(927)	(201)	(927)	(201)
Total	**(90.311)**	**(55.971)**	**(92.457)**	**(55.971)**

27. Despesas comerciais:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(5.748)	(8.161)	(5.748)	(8.161)
Despesas com viagens	(2.719)	–	(2.719)	–
Perdas de crédito de energia	–	(1.946)	–	(1.946)
Propaganda e publicidade	–	(741)	–	(741)
Serviços de terceiros	(1.375)	(337)	(1.375)	(337)
PECLD (i)	181	(212)	181	(212)
Brindes	(175)	(112)	(175)	(112)
Outras despesas	(727)	(515)	(727)	(515)
	(10.563)	**(12.024)**	**(10.563)**	**(12.024)**

(i) Conforme movimentação da provisão para as perdas esperadas apresentadas na nota explicativa nº 6**. 28. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	33.083	1.930	33.083	1.937
Juros	3.228	31	3.228	31
Operações com derivativos (i)	1.851	–	1.851	–
Variação cambial	1.004	6	1.004	6
Descontos	866	8	866	8
Total	**40.032**	**1.975**	**40.032**	**1.982**
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(149.051)	(27.677)	(149.051)	(27.677)
Custo emissão de debêntures	(15.191)	–	(15.191)	–
Taxa emissão de debêntures	(13.025)	(1.081)	(13.025)	(1.081)
Variação cambial	(3.129)	(270)	(3.129)	(270)
Impostos sobre resultado financeiro	(3.839)	(246)	(3.839)	(246)
Juros	(1.848)	(490)	(1.848)	(761)
Operação Swap	(685)	–	(685)	–
Descontos e tarifas	(298)	(50)	(301)	(56)
Total	**(187.066)**	**(29.814)**	**(187.069)**	**(30.091)**
Resultado financeiro	**(147.034)**	**(27.839)**	**(147.037)**	**(28.109)**

(i) A companhia fez uso de uma operação de swap de taxa de juros para se proteger das alterações das taxas de juros de mercado, considerando os juros contratuais na emissão de debêntures emitida em 03/2022, fixados pela CDI + 3,25% a.a. O instrumento financeiro derivativo refere-se à operação de swap de taxa de juros, contrato em que a Companhia trocou a taxa variável de juros das debêntures pela taxa de 16,34% junto ao banco Deustche Bank S.A - Banco Alemão (montante R$180.000) e pela taxa de 16,299% junto ao banco Bradesco S.A. (montante R$ 320.000), sobre o valor de referência de R$ 500.000 quando da contratação da operação. O valor acima refere-se à diferença entre as posições apresentadas pelas instituições financeiras relacionadas a posição do SWAP e a posição do passivo das debêntures. **29. IRPJ e CSLL - Corrente:**

	Controladora		Consolidado	
Descrição - CSLL	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(132.743)	38.036	(132.042)	38.036
Adições Temporárias	31.471	23.519	31.471	23.519
Adições Permanentes	6.783	2.058	6.783	2.058
Exclusões Temporárias	(11.258)	(25.039)	(11.258)	(25.039)
Exclusões permanentes (i)	(113.214)	(44.546)	(113.214)	(44.546)
Base de Cálculo da CSLL	**(218.961)**	**(5.972)**	**(218.260)**	**(5.972)**
(–) Compensação base Negativa CSLL (30%)	–	–	–	–
Base de Cálculo da CSLL após a compensação	–	–	–	–
Provisão para Contribuição Social (9%)	**–**	**–**	**–**	**–**
Descrição - IRPJ				
Lucro líquido (prejuízo) antes do IRPJ	(132.743)	38.036	(132.042)	38.036
Adições Temporárias	31.471	23.519	31.471	23.519
Adições Permanentes	30.666	2.058	30.666	2.058
Exclusões Temporárias	(11.258)	(25.039)	(11.258)	(25.039)
Exclusões Permanentes (i)	(113.214)	(44.546)	(113.214)	(44.546)
Prejuízo fiscal	**(195.078)**	**(5.972)**	**(194.377)**	**(5.972)**
(–) Compensação de Prejuízos (30%)	–	–	–	–
Lucro real após a compensação prejuízos fiscais	**(195.078)**	**(5.972)**	**(194.377)**	**(5.972)**
Total	**–**	**–**	**–**	**–**

(i) Especialmente relacionada ao ágio na incorporação reversa da Dyn (R$ 99.836) e Nimbus (R$ 4.556).

continua

→★ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Scala Data Centers S.A.

30. Transações com partes relacionadas:
(a) Transações e saldos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Contas a receber (nota 6)				
Scala Data Centers Mexico, S. De R.L. De C.V.	1.792	–	1.792	–
Scala Data Center Colômbia S.A.S.	7.305	–	7.305	–
Scala Chile Data Centers SPA	10.216	2.562	10.216	2.562
	19.313	**2.562**	**19.313**	**2.562**
Adiantamentos a fornecedores (nota 8)				
Scala Data Centers Colômbia S.A.S.	2.423	2.067	2.423	2.067
Scala Data Centers Mexico, S. De R.L. De C.V.	2.279	2.241	2.279	2.241
Scala Chile Data Centers SPA	4.810	1.154	4.810	1.154
Modular Data Centers Ind. Com. Ltda.	95.332	–	95.332	–
Modular - Risco Sacado (i)	57.150	–	57.150	–
Total	**161.994**	**5.462**	**161.994**	**5.462**
Fornecedores (nota 16)				
Modular Data Centers Ind. Com. Ltda.	5.572	–	5.572	–
Total	**5.572**	**–**	**5.572**	**–**
Outros passivos				
Dividendos a pagar	–	4	–	--4
Total	**–**	**4**	**–**	**4**

(i) Com o intuito de atingir seu Plano de Expansão executando obras em menor prazo, a Companhia implementou a solução FastDeploy. Metodologia proprietária de design e construção, o FastDeploy é composto por componentes modulares pré-fabricados, personalizáveis, que fornecem infraestrutura de energia e refrigeração prontos para suportar densidades variadas, chegando a ultrapassar os 20kW por rack. O FastDeploy é aplicado em sites que são denominados HyperEdge. São compostos por MiniPods que agregam blocos de capacidade e dispõem de uma implementação até 50% mais rápida que os data centers tradicionais. E como parceira da Companhia, a Modular Data Centers é líder no segmento de fabricação de Data Centers modulares transportáveis, produzindo mais de 40 unidades que se encontram instaladas e comissionadas ao longo de todo o território brasileiro. A Modular entrega esta solução mais rápida, mitigando riscos em campo, já que saem de fábrica testados e prontos para serem comissionados em campo, mas mantendo toda a experiência que o cliente final da Scala tem em um site tradicional de grande escala. (b) Remuneração do pessoal-chave da administração. O pessoal-chave da administração refere-se aos diretores e o montante pago em 31 de dezembro de 2022 foi no montante de R$ 6.515 (R$ 10.551 em 2021), relacionados a salários, bônus e demais benefícios. **31. Contingências:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia era parte envolvida em processos judiciais, que segundo a avaliação dos consultores jurídicos para perdas prováveis, existe o montante de R$ 85 em 2022 (zero em 2021) relacionado a ações trabalhistas. Existem também processos trabalhistas e cíveis com possibilidade de perda possível, cujo valor estimado das causas montam R$ 10.545(R$ 4.064 em 2021). **32. Seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas:

Tipo de cobertura	Valor
Seguro de Responsabilidade por Práticas Trabalhistas (EPL)	10.000
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética k- CyberEdge	40.000
Seguro de riscos de fraude corporativa	5.000
Seguro RC Diretores e administradores D&O	60.000
Seguro de responsabilidade civil geral	20.000
Riscos nomeados e operacional	513.563
Seguro de responsabilidade civil ambiental	10.000
Fiança Locatícia	1.216.506
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	10.000
Seguro Garantia	683.317
Risco de Engenharia	1.466.487
Responsabilidade civil de obras	1.354.572

33. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa: a) Baixa de ativo imobilizado

Consolidado	2022
Valor contábil líquido	16.672
Valor de venda (i)	–
Prejuízo na operação de baixa	16.672

(i) Baixa de ativo imobilizado em andamento, relacionado à devolução de notas. b) passivos de arrendamento. As operações com arrendamentos incluem movimentações que não envolvem caixa e apresentam pagamentos de juros que são apresentados como fluxos de caixa operacionais na demonstração do fluxo de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Adição por novos contratos	(95.218)	(22.223)	(95.218)	(22.223)
Saldo em 31 de dezembro	**(95.218)**	**(22.223)**	**(95.218)**	**(22.223)**

34. Eventos Subsequentes: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo aos Temas 881 e 885 (decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada"). Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A Diretoria

Assessor Bordin Consultores Empresariais - CNPJ 52.190.527/0001-20

Contadora: Amanda Aparecida Mota - CRC: 1SP 233929/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Scala Data Centers S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Scala Data Centers S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Scala Data Centers S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Scala Data Centers S.A. e da Scala Data Centers S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Nota 3.15 e Nota 15):** A Companhia possui registrado o saldo de R$ 1.631.914 mil em seu ativo intangível, referente ao ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo das aquisições da Scala Data Centers S.A. pela DYN DC Data Centers e Participações S.A. e da Nimbus Data Center S.A. pela Scala Data Center S.A. ocorridas em 22 de abril de 2020 e 3 de agosto de 2021, respectivamente. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, projeções de receitas, margens, investimento para aquisição de ativos, taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Consideramos que essa área foi foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como o fato de que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, podem resultar em ajuste material nos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado pela administração para a definição da unidade geradora de caixa. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvemos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, da metodologia empregada, bem como a razoabilidade das projeções. Em relação às principais premissas adotadas pela administração, como projeções da receita, margens, investimento para aquisição de ativos, entre outras, avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximavam o valor recuperável ao valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas da administração envolvidos no cálculo do valor recuperável. Com base em nossos trabalhos de auditoria, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE S.A. DO BRASIL

CNPJ: 11.936.991/0001-35

Balanço Patrimonial

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - *(Valores expressos em reais - R$)*

ATIVO	**2022**	**2021**
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	6.986.203,96	6.751.213,04
Contas a receber - clientes	155.043,67	133.113,43
Outros créditos	-	2.045,40
Impostos a recuperar	-	45.200,25
Despesas antecipadas	24.759,83	6.306,26
Total do ativo circulante	7.166.007,46	6.937.878,38
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar	49.787,87	-
	49.787,87	-
Imobilizado	41.468,81	41.468,81
(-) Depreciações acumuladas	(36.299,66)	(33.173,42)
Total do ativo não circulante	5.169,15	8.295,39
TOTAL DO ATIVO	**7.220.964,48**	**6.946.173,77**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2022**	**2021**
CIRCULANTE		
Contas a pagar	-	13.750,44
Impostos e contribuições a recolher	39.418,79	43.648,83
Imposto de renda e contribuição social	112.719,36	42.937,55
Apropriações trabalhistas	41.864,83	39.304,63
Dividendos a pagar	363.922,24	356.100,12
Juros sobre Capital Próprio	-	430.574,11
Fornecedores	14.559,00	-
Total do passivo circulante	572.484,22	926.315,68
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	4.250.000,00	4.250.000,00
Reserva legal	303.787,78	227.172,57
Reserva de Lucros	2.094.692,48	1.542.685,52
Total do patrimônio líquido	6.648.480,26	6.019.858,09
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.220.964,48**	**6.946.173,77**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 - *(Em reais)*

	Capital social	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.015.234,77	**1.015.234,77**
Constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2021	-	50.761,74	-	(50.761,74)	-
Distribuição de dividendos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	(241.118,26)	**(241.118,26)**
Juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	(264.491,17)	**(264.491,17)**
Constituição de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021	-	-	458.863,60	(458.863,60)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**4.250.000,00**	**227.172,57**	**1.542.685,52**	**-**	**6.019.858,09**
Distribuição de dividendos 24 de Março de 2022	-	-	(539.759,75)	-	**(539.759,75)**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.532.304,16	**1.532.304,16**
Constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2022	-	76.615,21	-	(76.615,21)	-
Distribuição de dividendos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	(363.922,24)	**(363.922,24)**
Constituição de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022	-	-	1.091.766,71	(1.091.766,71)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**4.250.000,00**	**303.787,78**	**2.094.692,48**	**-**	**6.648.480,26**

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 - *(Em Reais)*

	2022	**2021**
Receitas operacionais:		
Serviços prestados	2.653.475,08	2.815.497,36
Deduções:		
(-) Impostos sobre serviços prestados	(229.515,49)	(401.208,81)
Receita operacional líquida:	2.423.959,59	2.414.288,55
Despesas operacionais :		
Despesas com pessoal	(484.336,26)	(521.766,57)
Despesas gerais e administrativas	(588.984,26)	(693.238,29)
Depreciações	(3.126,24)	(3.126,24)
Despesas tributárias	(8.740,98)	(12.154,19)
Receitas (despesas) financeiras	676.260,91	181.775,23
	(408.926,83)	(1.048.510,06)
Resultado antes da apuração do imposto de renda e contribuição social	2.015.032,76	1.427.778,49
(-)Imposto de renda	(345.261,29)	(296.988,03)
(-)Contribuição social sobre o lucro	(137.467,31)	(115.555,69)
	(482.728,60)	(412.543,72)
Resultado líquido do exercício	1.532.304,16	1.015.234,77

Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em reais - R$)

	2022	**2021**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da apuração do imposto de renda e contribuição social	2.015.032,76	1.427.778,49
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social	(482.728,60)	(412.543,72)
Depreciações	3.126,24	3.126,24
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
(Aumento) redução em clientes	(21.930,24)	(23.202,10)
(Aumento) redução em contas a receber	2.045,40	(363,95)
(Aumento) redução em outras contas a receber	-	-
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(4.587,62)	(3.375,94)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(18.453,57)	10.523,97
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Aumento (redução) em contas a pagar	(13.750,44)	(42.264,11)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	(4.230,04)	(56.157,39)
Aumento (redução) em imposto de renda e contribuição social	69.781,81	42.937,55
Aumento (redução) em apropriações trabalhistas	2.560,20	(4.799,47)
Aumento (redução) em outros passivos	(408.192,99)	465.935,75
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**1.138.672,91**	**1.407.595,32**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Juros sobre capital próprio a pagar	(264.491,17)	
Dividendos a pagar	(539.759,75)	(241.118,26)
Dividendos pagos	(363.922,24)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(903.681,99)**	**(505.609,43)**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**234.990,92**	**901.985,89**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6.751.213,04	5.849.227,15
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	6.986.203,96	6.751.213,04
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**234.990,92**	**901.985,89**
	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022. *(Valores expressos em reais – R$)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Sociedade é uma filial da empresa portuguesa **AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE S.A.**, autorizada a funcionar no Brasil pela portaria nº. 4, de 15 de março de 2010 do Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, publicada no Diário Oficial da União em 17 de março de 2010, e tem como objeto social prestação de serviços de gestão, manutenção e exploração de sistemas de captação, tratamento, reserva e distribuição de água ou gás, de sistemas de drenagem e tratamento de afluentes e de remoção, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos e controle analítico, indústria de construção civil e execução de empreitadas de obras públicas e privadas, importação, fornecimento e montagem de equipamentos, elaboração de estudos e projetos, consultoria e formação profissional. Durante o ano a **AGS Brasil** acompanhou as oportunidades de negócio resultantes da criação do marco regulatório brasileiro para a área de Saneamento Básico, com base na Lei nº 11.445, de 05 de Janeiro de 2007, e Decreto nº.7.217, de 21 de Junho de 2010. A sociedade possui dois contratos de prestação de serviços especializados. Um primeiro contrato, associado à prestação de serviços de consultoria técnica nas áreas da eficiência operacional, controle de produção e qualidade da água, manutenção econômico-financeiro do contrato e da relação das entidades externas. E um segundo contrato, associado à definição de políticas técnico-operacionais, orientação para a definição de uma estratégia de utilização da modelagem matemática do funcionamento hidráulico das redes de abastecimento de água, estratégia de implementação do sistema de informação geográfica e definição da estratégia para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico na área técnico operacional. Ambos os contratos são firmados com partes relacionadas. Até Novembro de 2022, a Sociedade manteve, ainda, contrato de prestação de serviços de engenharia consultiva na área de gestão de perdas de água, também com parte relacionada. A Sociedade mantém legítimas expectativas relativas aos diversos projetos na área de saneamento, salientando-se as diversas do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto decorrentes das necessidades de investimento nesta área de infraestrutura no mercado Brasileiro. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais práticas contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **a) Caixa e aplicações financeiras -** Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **b) Ativo circulante e não circulante – Realizável a Longo Prazo -** São apresentadas ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os juros, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. **c) Ativo não circulante – Imobilizado -** Registrado ao custo de aquisição, ajustado pelas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às taxas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme as taxas mencionadas na nota 4.1. **d) Passivo circulante e não circulante -** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **e) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para o imposto de renda e a contribuição social é calculada com base no lucro tributável de acordo com as alíquotas vigentes nas datas dos balanços. **f) Resultado -** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. **3. EMPRESAS PARTICIPADAS -** No ano de 2016 a AGS Brasil firmou contrato de prestação de serviços com a Águas de Mandaguahy S.A, empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, responsável por captação e produção de água no município de Jaú-SP. O contrato foi firmado em Maio, com duração de um ano e tem vindo a ser sucessivamente renovado. No ano de 2017 firmou-se um novo contrato de Gestão de Negócios com a Águas de Votorantim S.A, empresa pertencente ao mesmo grupo econômico. O contrato foi firmado em fevereiro de 2017, por prazo indeterminado. Ambos os contratos assumem relevância estratégica para a AGS Brasil. **4. ATIVO NÃO CIRCULANTE - 4.1 - IMOBILIZADO**

	Equipamentos de informática e Software	**Móveis e utensílios**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	**988,15**	**7.307,24**	**8.295,39**
Depreciações	(.483,60)	(2.642,64)	(3.126,24)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**504,55**	**4.664,60**	**5.169,15**
Taxas anuais de depreciação - %	20	10	-

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - A Direção da Sociedade não identificou a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e aqueles apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 de seus instrumentos financeiros, tais como caixa e bancos, aplicações financeiras e fornecedores. **6. CAPITAL SOCIAL -** O capital social é de R$ 4.250.000,00 (quatro milhões e duzentos e cinquenta mil reais).

Paulo Faria de Oliveira - Representante Legal - CPF: 011.369.359-16 • **Joel Vieira de Oliveira -** Contador - CRC 1SP187298/O-4 - CPF 083.733.788-71

Política econômica Foco em sustentabilidade

Haddad prepara 'pacote verde' para tentar estimular economia

Medidas previstas pela Fazenda vão de incentivos para o mercado de crédito de carbono a produção de painéis solares

CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda prepara, para maio, um pacote cujo objetivo é impulsionar a economia com ações sustentáveis. Batizado de Plano de Transição Ecológica, o projeto está dividido em seis eixos (*leia no quadro ao lado*), com medidas escalonadas ao longo dos próximos meses. O "pacote verde" inclui incentivos para o mercado de crédito de carbono, produção de painéis solares e ampliação da participação de produtos da floresta nas exportações, entre outros pontos.

Vitrine
Anúncio está previsto para maio porque em junho o Brasil sediará evento sobre o clima

"A estruturação está sendo feita dentro da Fazenda, com todos mergulhados no tema, mas o governo inteiro está engajado", disse Rafael Dubeux, assessor especial do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao *Estadão/Broadcast*. O cargo de Dubeux, inédito no ministério, aponta para a importância que o governo quer dar ao tema.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deixou claro que quer fazer do Brasil uma vitrine sustentável. Além disso, prometeu à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, que as questões verdes seriam tratadas de forma transversal pela Esplanada. Além das medidas de cada pasta, a Fazenda coordena ações com os ministérios de Minas e Energia e de Agricultura, além do próprio MMA. O órgão tem uma subsecretaria verde na Secretaria de Política Econômica (SPE) e pretende emitir títulos soberanos sustentáveis no segundo semestre.

O plano é fazer o anúncio oficial no mês que vem porque o Brasil sediará um evento de conselho de fundos climáticos em junho, com previsão de discurso de Haddad, e o País quer mostrar ao mundo que está atuando em várias frentes sustentáveis.

"A bola está quicando no Brasil, e o ministro da Fazenda está entusiasmado com a pauta. Os compromissos do governo estão cada vez mais claros nessa área", afirmou. Além disso, a partir de dezembro o Brasil se tornará o anfitrião do grupo das 20 maiores economias do globo (G20) e quer tornar a sustentabilidade como o tema central das discussões.

Não se tratará apenas de processos de descarbonização, conforme o compromisso feito no Acordo de Paris. "É aproveitar essa pegada para fazer uma transformação no setor produtivo brasileiro, e que se torne uma vantagem para o Brasil, não apenas um custo. Até porque o custo de não fazer nada seria maior", disse o assessor.

O pacote verde

Medidas do governo são divididas em seis blocos

● Bloco 1 – Incentivos econômicos
Engloba, por exemplo, a criação de uma regulamentação para o mercado de créditos de carbono e o lançamento de títulos verdes – o governo pretende emitir títulos soberanos sustentáveis no próximo semestre

● Bloco 2 – Adensamento tecnológico do setor produtivo
Prevê incentivos para que a indústria nacional participe de todo o processo da transição para uma economia de baixo carbono, em processos como, por exemplo, a produção de painéis solares. A integração entre universidade e empresas está dentro desse eixo

● Bloco 3 – Bioeconomia
A participação de produtos brasileiros procedentes da floresta e da sociobiodiversidade é hoje de 0,17% nas exportações domésticas, e a ideia é elevar essa participação. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, é possível chegar a pelo menos 1% ou 2% do total

● Bloco 4 – Transição energética
Neste eixo entrariam os incentivos à captura e à estocagem de carbono e planos para a exportação do excedente de hidrogênio verde – o chamado "combustível do futuro" – que for produzido

● Bloco 5 – Resíduos e economia circular
Buscar soluções para o tratamento de resíduos, um tema com pouca discussão no Brasil, faria parte do bloco 5. A questão do saneamento também entraria nesse pacote

● Bloco 6 – Mudança do clima e nova infraestrutura
A discussão aqui está relacionada a grandes obras que considerem, por exemplo, absorção de chuvas e distanciamento de construções em áreas de risco

INCENTIVOS. O primeiro eixo é o de incentivos econômicos. Nele está inserido o mercado de crédito de carbono ou "títulos verdes", que podem ser adquiridos por empresas que emitem gases nocivos à atmosfera. O dinheiro usado nessa troca vai para a conservação de florestas públicas ou privadas. A ideia é elaborar com o Banco Central uma taxonomia verde, uma classificação que permita identificar quais atividades contribuem com impactos positivos para o meio ambiente e quais oferecem riscos.

Como a União Europeia é a região do planeta mais desenvolvida nesse tema e com negócios com o Brasil, o provável é que os parâmetros sejam definidos por meio dessa referência. Na América Latina, Colômbia e México já desenvolveram regras de taxonomia.

TECNOLOGIA. O segundo eixo é o de adensamento tecnológico do setor produtivo, que engloba a chamada Revolução 4.0, conceito que envolve a aplicação de tecnologia de dados e de automação para aumentar a eficiência e produtividade nas empresas.

"A ideia é aproveitar essa transição para adensar tecnologicamente todas as áreas. Não é proteger a indústria antiga, mas incentivar a indústria nova."

Segundo o assessor, um exemplo é o que se espera para as negociações de hidrogênio verde, produto que vem sendo apontado como o grande diferencial sustentável do Brasil para a balança comercial. É considerado o "combustível do futuro", por ser uma das principais alternativas para redução do uso de fontes não renováveis com carbono – o principal vilão do efeito estufa e do aquecimento global.

O governo não quer, no entanto, que o País compre painéis solares e eletrolisadores do exterior e continue a ser exportador de uma nova commodity (um produto básico, sem valor agregado). "A gente quer participar do desenvolvimento e da fabricação desses itens", disse Dubeux.

O elemento central da Fazenda é a agregação de pesquisa e tecnologia doméstica, que pode ser feita por meio da vinda de centros de desenvolvimento – iniciativa já lançada durante o governo Dilma, mas com pouca eficácia até aqui.

A expectativa para que agora decole reside na avaliação de que o Brasil conta com um mercado consumidor crescente, com condições naturais para desenvolvimento de produtos sustentáveis, tornando-se um chamariz para as empresas do setor. A energia solar, por exemplo, já é a segunda maior fonte de geração de energia no País, atrás apenas da hidrelétrica.

Para atrair empresas de fora e estimular negócios internos, a Fazenda prepara uma série de incentivos, que podem ir de crédito para infraestrutura, mas com uma grande expectativa de integração de universidades com empresas, algo visto como um tabu dentro de algumas instituições, principalmente as públicas. São parcerias como estas, segundo Dubeux, que ajudam no desenvolvimento de países como Coreia do Sul, Estados Unidos e China. No Brasil, um exemplo de sucesso é a integração do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) com a Embraer. ●

Ampliar a presença da bioeconomia nas exportações está entre as metas

BRASÍLIA

Os formuladores do "pacote verde" de estímulo à economia levam em conta que a participação de produtos brasileiros oriundos da floresta e da sociobiodiversidade nas exportações domésticas é de 0,17% e há como chegar a pelo menos 1% ou 2% do total, de acordo com cálculos da Fazenda. Essa questão faz parte do terceiro bloco do plano, o de bioeconomia, tido como potencialmente favorável ao Brasil em relação ao restante do mundo.

É grande a expectativa de que esses produtos sejam cada vez mais associados à "marca Brasil" de sustentabilidade. Além disso, ao mudar o foco para a agropecuária tradicional que respeita as práticas sustentáveis, a ideia é ampliar projetos já vistos como um caso de sucesso, como o Programa ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), que mantém a produção, mas reduzindo a curva de emissão de poluentes.

Ainda não há definição, mas é possível que o pacote preveja eventuais subsídios para uma ou outra área que necessite de um empurrão para iniciar sua atividade mais sustentável.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA. O eixo da Transição Energética inclui a captura e a estocagem de carbono. Nesse bloco entra também a exportação do excedente de hidrogênio verde, para a Europa, em particular. "É um mercado gigante. Daria para a gente dobrar a matriz energética só para exportar a energia: somar a geração de Itaipu, Furnas, parque eólico...", afirmou Rafael Dubeux, assessor especial da Fazenda.

RESÍDUOS. O quinto bloco é o de Resíduos e economia circular, considerado um tema subaproveitado no Brasil, com iniciativas já em andamento de logística reversa. No grupo também está o saneamento básico. Segundo dados oficiais, 100 milhões de pessoas não têm rede de esgoto e falta água potável para 35 milhões. Metade das emissões brasileiras de resíduos vem de lixões e aterros sanitários; e a outra metade, de esgoto.

> ***"É um mercado gigante. Daria para dobrar a matriz energética"***
> **Rafael Dubeux**
> **Assessor especial da Fazenda**

MUDANÇA CLIMÁTICA. O sexto bloco é o de adaptação da mudança do clima e nova infraestrutura. Grande parte dessa área está relacionada a grandes obras que considerem absorção de chuvas, distanciamento de construção em áreas de risco etc. A outra diz respeito à adaptação às consequências já contratadas. ● C.F.

TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 399/2021 EDITAL Nº 7641

O Superintendente do Instituto Dr. José Frota, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Decreto nº 15.337, de 28 de maio de 2022, CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº P023464/2021, CONSIDERANDO o Edital nº 7641, do Pregão Eletrônico nº 399/2021, que tem por objeto a seleção de empresa para o registro de preços visando aquisições futuras e eventuais de materiais médico-hospitalares para hemodiálise, CONSIDERANDO o parecer técnico da Farmacêutica do Núcleo de Farmácia do IJF à fl. 761, RESOLVE CANCELAR o item nº 09, do referido pregão eletrônico, cuja especificação é dialisador de membrana de polisulfona com superfície de membrana de 1,3 m² á 1,5 m², produto esterilizado a vapor, com superfície oca de poliuretano com tampas rosqueáveis, embalagem individual estéril com dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo da esterilização, tempo de validade e registro em órgão competente.

Fortaleza, na data da assinatura eletrônica.

Daniel de Holanda Araújo

SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA - IJF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL JATIBELA

JATIBELA Campinas

Nos termos do que dispõe os artigos 39, do Estatuto da **ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL JATIBELA**, localizada à RUA: JOSÉ PICIRILI, Nº 10 - CAMPINAS – SP, inscrita no CNPJ sob nº 14.213.226/0001-85, ficam convocados os associados (proprietários e adquirentes dos lotes do loteamento Residencial Jatibela) a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de abril de 2023, às 18h30min em Primeira Convocação se presentes, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos associados com direito a voto, e em Segunda Convocação, às 19h00min**, com qualquer número, na sede social da Associação para a deliberação sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. Apresentação e aprovação das contas do último exercício – 2022;
2. Apresentação e aprovação da previsão orçamentária e taxa associativa para 2023/2024;
3. Assuntos Gerais;

Nos termos do Estatuto do loteamento, artigo 45º o valor do voto será expresso pela quantidade de lotes de cada associado. Os representantes de associados e demais ocupantes das unidades do loteamento deverão apresentar a respectiva procuração com poderes válidos específicos, com antecedência, na administração local, sendo que o voto será manifestado através de cédula de votação. Os documentos referentes aos itens 1 e 2, prestação de contas e previsão orçamentária, estarão a disposição para análise de todos no dia 20/04/2023, sendo que as dúvidas deverão ser encaminhadas para a associação através do e-mail jatibela@gmail.com

Edital publicado O Estado de São Paulo no dia 14/04/2023.

SAULO APARICIO DUARTE PINTO JUNIOR - Presidente

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.139.922/0001-63 - NIRE nº 35.300.380.517

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares de CRA da 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. ("**Titulares de CRA**", "**Emissão**" "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 12.2 do "*Termo de Securitização de Créditos das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A*" ("**Termo de Securitização**"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("**AGT**"), a ser realizada em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) dos CRA em Circulação para Fins de Quórum no dia 02 de maio de 2023, às 15:30, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31/12/2022; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos senhores Titulares dos CRA, conforme previsto no § 2º, do artigo 25, da Resolução CVM N° 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Em linha com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**RESOLUÇÃO CVM 81**"), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico craschio@octante.com.br, com cópia ao juridico@octante.com.br e ao Agente Fiduciário, no endereço eletrônico agentefiduciario@vortx.com.br; 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT, observando o disposto na ICVM 625 e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Física: Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando Representado por Procurador: caso quaisquer titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites da (https://www.octante.com.br/ri) e da CVM (www.cvm.gov.br); e 4. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização.

Guilherme Antonio Muriano da Silva - Diretor de Securitização

Octante Securitizadora S.A. - Rua Beatriz, 226, São Paulo – SP, CEP. 05.445-040

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/ME n° 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 11 de Novembro de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 11 de novembro de 2022, às 14 horas, na Cruzeiro do Sul Educacional S.A. - Campus Anália Franco (**"Companhia"**), localizada na Avenida Regente Feijó, n° 1295, Vila Regente Feijó, Município e Estado de São Paulo, CEP 03342-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fábio Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese, Débora Ferreira Figueiredo, Gustavo Cellet Marques, Renato Padovese, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Rodrigo Capelato (por web conferência). **3. Mesa:** Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente; e Sr. Daniel Seixas Gomide - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar, de acordo com o artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Demonstrações Financeiras 3º TRI 2022; e **(ii)** Programas de Remuneração Variável da Diretoria Executiva: ILP - Phantom, PPR Diferido e PPR Anual (ICP). **5. Deliberações:** Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, decidiram por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **(i)** Aprovar as demonstrações financeiras dos resultados da Companhia relativos ao terceiro trimestre do exercício social de 2022, as informações prestadas pela Diretoria da Companhia com relação a tais resultados e o relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras do terceiro trimestre do exercício social de 2022, sua divulgação ao mercado e apresentação à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e **(ii)** Aprovar, em complementação à ata da Reunião do Conselho de Administração de 12 de agosto de 2022, os programas de remuneração variável da Diretoria (ILP Phantom, PPR Diferido e PPR Anual) conforme material arquivado na sede da Companhia, ad referendum da próxima Assembléia Geral da Companhia, a ser realizada ainda no presente exercício, mediante a implementação do Regulamento dos Incentivos de Longo Prazo - ILP baseado em ações Phantom e PPR Diferido aplicável ao período de referência de 2022 a 2024, sendo o PPR Diferido e o PPR Anual contemplados em programa de participação nos resultados a ser negociado pela Companhia com uma comissão de negociação a ser formada pelos executivos beneficiários, com participação de um representante do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo - SAAESP. As outorgas aos executivos de units correspondentes a ações da Companhia para os programas ILP baseado em ações Phantom e PPR Diferido seguirão o disposto na tabela de units Alocadas por Programa, que integra o material arquivado na sede da Companhia. As metas estratégicas a serem adotadas no PPR anual, assim como as metas individuais do Diretor-Presidente deverão refletir o material apresentado ao Conselho de Administração, em 28 de março de 2022, que foi arquivado na sede da Companhia. **(iii)** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações adotadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle; e Secretário: Daniel Seixas Gomide. Membros do Conselho de Administração presentes: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fábio Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese, Débora Ferreira Figueiredo, Gustavo Cellet Marques, Renato Padovese, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Rodrigo Capelato. Todo o material das apresentações correlatas à pauta de deliberações da presente Reunião encontra-se arquivado na Sede Social da Companhia. **Declaro que a presente confere com a ata da Reunião do Conselho de Administração da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. realizada em 11 de novembro de 2022, às 14h, lavrada no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Daniel Seixas Gomide -** Secretário. **JUCESP** nº 28.809/23-3 em 24/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME n° 12.139.922/0001-63 - NIRE n° 35.300.380.517

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CLASSE MEZANINO I E SÊNIOR DA SÉRIE ÚNICA DA 25ª (VIGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares de CRA Sênior e Mezanino I da Série única da 25ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. ("**Titulares de CRA**", "**Emissão**" "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 13.2 do "*Termo de Securitização de Créditos das Séries Sênior e Mezanino I da 25ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A*" ("**Termo de Securitização**"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("**AGT**"), a ser realizada em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) dos CRA em Circulação para Fins de Quórum no dia 26 de abril de 2023, às 15:00, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31/12/2022; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos senhores Titulares dos CRA, conforme previsto no § 2º, do artigo 25, da Resolução CVM N° 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Em linha com a Resolução CVM n° 81, de 29 de março de 2022 ("**RESOLUÇÃO CVM 81**"), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico altacra@octante.com.br, com cópia ao juridico@octante.com.br e ao Agente Fiduciário, no endereço eletrônico fiduciario@trusteedtvm.com.br. 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT, observando o disposto na ICVM 625 e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Física: Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando Representado por Procurador: caso quaisquer titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites da (https://www.octante.com.br/ri) e da CVM (www.cvm.gov.br); e 4. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização.

Guilherme Antonio Muriano da Silva - Diretor de Securitização

Octante Securitizadora S.A. - Rua Beatriz, 226, São Paulo – SP, CEP. 05.445-040

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME n° 12.139.922/0001-63 - NIRE n° 35.300.380.517

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES 30ª (TRIGÉSIMA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares de CRA da 1ª e 2ªº Séries da 30ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. ("**Titulares de CRA**", "**Emissão**" "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 12.2.2 do "*Termo de Securitização de Créditos da 1ª e 2ª Séries da 30ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A*" ("**Termo de Securitização**"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("**AGT**"), a ser realizada em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) dos CRA em Circulação para Fins de Quórum no dia 02 de maio de 2023, às 11h30, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31/12/2022; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos senhores Titulares dos CRA, conforme previsto no § 2º, do artigo 25, da Resolução CVM N° 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Em linha com a Resolução CVM n° 81, de 29 de março de 2022 ("**RESOLUÇÃO CVM 81**"), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico fscra@octante.com.br, com cópia ao juridico@octante.com.br e ao Agente Fiduciário, no endereço eletrônico agentefiduciario@vortx.com.br; 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT, observando o disposto na ICVM 625 e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Física: Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando Representado por Procurador: caso quaisquer titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites da (https://www.octante.com.br/ri) e da CVM (www.cvm.gov.br); e 4. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização.

Guilherme Antonio Muriano da Silva - Diretor de Securitização

Octante Securitizadora S.A. - Rua Beatriz, 226, São Paulo – SP, CEP. 05.445-040

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME n° 12.139.922/0001-63 - NIRE n° 35.300.380.517

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares e CRA da 1ª e 2ª Séries da 31ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. ("**Titulares de CRA**", "**Emissão**" "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 13.2 do "*Termo de Securitização de Créditos das 1ª e 2ª Séries da 31ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A*" ("**Termo de Securitização**"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("**AGT**"), a ser realizada em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) dos CRA em Circulação para Fins de Quórum no dia 02 de maio de 2022, às 12:00, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31/12/2022; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos senhores Titulares dos CRA, conforme previsto no § 2º, do artigo 25, da Resolução CVM N° 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Em linha com a Resolução CVM n° 81, de 29 de março de 2022 ("**RESOLUÇÃO CVM 81**"), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico copagrilcra@octante.com.br, com cópia ao juridico@octante.com.br e ao Agente Fiduciário, no endereço eletrônico agentefiduciario@vortx.com.br; 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT, observando o disposto na ICVM 625 e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Física: Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando Representado por Procurador: caso quaisquer titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites da (https://www.octante.com.br/ri) e da CVM (www.cvm.gov.br); e 4. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização.

Guilherme Antonio Muriano da Silva - Diretor de Securitização

Octante Securitizadora S.A. - Rua Beatriz, 226, São Paulo – SP, CEP. 05.445-040

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME n° 12.139.922/0001-63 - NIRE n° 35.300.380.517

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares de CRA da Série Única da 32ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. ("**Titulares de CRA**", "**Emissão**" "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 14.4 do "*Termo de Securitização de Créditos da Série Única da 32ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A*" ("**Termo de Securitização**"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("**AGT**"), a ser realizada em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) dos CRA em circulação para Fins de Quórum no dia 02 de maio de 2023, às 11h00, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31/12/2022; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos senhores Titulares dos CRA, conforme previsto no § 2º, do artigo 25, da Resolução CVM N° 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Em linha com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RESOLUÇÃO CVM 81"), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico reitercra@octante.com.br, com cópia ao juridico@octante.com.br e ao Agente Fiduciário, no endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br; 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT, observando o disposto na Resolução CVM 81 e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Física: Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando Representado por Procurador: caso quaisquer titulares dos CRA indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites da (https://www.octante.com.br/ri) e da CVM (www.cvm.gov.br); e 4. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização.

Guilherme Antonio Muriano da Silva - Diretor de Securitização

Octante Securitizadora S.A. - Rua Beatriz, 226, São Paulo – SP, CEP. 05.445-040

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 396/2023 SRP
PROTOCOLO Nº 20.140.395-2
OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 12 meses, para futura e eventual aquisição de AUTO BOMBA TANQUE BRIGADA COMUNITÁRIA.
INTERESSADO: Corpo de Bombeiros Militar
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 27 de março de 2023.
ABERTURA: 28 de abril de 2023 às 09:00 hrs.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL:www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2023 – AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS. Disputa: dia 28/04/2023 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 13 de abril de 2023

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Licitação

PE RP 023/2023; PA 14966/2022; Objeto: Fornecimento de medicamentos diversos, para o abastecimento da Rede de Saúde e demandas judiciais. Abertura: 02/05/2023 as 09:00hs.
O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11)4512-7824. Vanessa Lima dos Passos Mattiello – Diretora de Licitações – Secretaria de Governo.

Tomada de Preços 006/2022; PA 10935/2021; Objeto: Revitalização da Praça Elziro Tozzato – Jardim Itapeva. Abertura: 02/05/2023 às 10:00hs. O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br. Inf: (11) 4512-7824. Daniel Alcarria – Secretário Adjunto de Esportes e Lazer.

Tomada de Preço 002/2023; PA 13982/2022; Objeto: Execução de cadastro social no assentamento precário Pajussara. Abertura: 02/05/2023 as 14:00hs. O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br Inf: (11) 4512-7824. Eliana de Almeida Caldeira – Secretária Adjunta de Habitação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.001/2021 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA O ENSINO DE INGLÊS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL (CICLO II) E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE OSASCO,** conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: www.comprasnet.gov.br e www.transparencia.osasco.sp.gov.br - Envio das Propostas de Preços pelo site www.comprasnet.gov.br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **14/04/2023** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **28/04/2023 às 10h00min**.

Osasco, 13 de abril de 2023.
Meire Regina Hernandes - Secretária Executiva de Compras e Licitações

Gestora Para Resíduos De Equipamentos Eletroeletrônicos Nacional – GREEN ELETRON
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CNPJ nº 24.878.256/0001-64
Edital de Convocação

O Presidente da **Gestora Para Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos Nacional – GREEN ELETRON**, em conformidade com os artigos 39 e seus parágrafos e 40 do Estatuto Social, e demais disposições que regulam a matéria, convoca as Empresas Associadas, no pleno gozo de seus direitos sociais, para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no **dia 27 de abril do corrente ano 2023, às 16:00 horas em primeira convocação ou às 16:30 horas em segunda**, com a seguinte ordem do dia: leitura, discussão e votação do parecer do Conselho Fiscal, do balanço patrimonial e das demonstrações de receitas e despesas relativas ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022 e aprovação do orçamento de 2023.
A Assembleia será realizada de forma eletrônica, à distância, em plataforma virtual, portanto solicitamos às empresas associadas interessadas em participar da Assembleia que encaminhem, até dia 24 de abril de 2023, para o e-mail ***associados@greeneletron.org.br***, o nome do representante com o endereço de e-mail, juntamente com o nome da empresa associada que representa para posterior recebimento das informações de acesso à plataforma em que será realizada a Assembleia.

São Paulo, 14 de abril de 2023.
Humberto Barbato Neto - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

SINDICATO DE EMPRESÁRIOS E PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DA CORRETAGEM E DA DISTRIBUIÇÃO DE TODOS OS RAMOS DE SEGUROS, RESSEGUROS E CAPITALIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SINCOR-SP) a comparecerem na **Assembleia Geral Ordinária (AGO),** que será realizada no dia 26 de abril de 2023, na Sede do Sincor-SP, localizada na Rua Líbero Badaró, 293, 29º andar - Centro, São Paulo (SP). A **AGO** contará com a seguinte ordem do dia: **Apresentação, Discussão e Deliberação da Prestação de Contas do Exercício de 2022.** A Assembleia será instalada em primeira convocação, às **14h00,** com a presença de 51% dos associados, ou em segunda convocação, às **14h30,** com os corretores de seguros que estiverem presentes.

São Paulo, 14 de abril de 2023

Boris Ber
Presidente do Sincor-SP

AVISO DE LICITAÇÃO-UAG: 926097
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 353/2023

Objeto: Aquisição de equipamentos para atender as necessidades do centro cirúrgico do Hospital Universitário do Oeste do Paraná. Valor máximo: R$ 806.130,00. – RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 8h00 do dia 14/04/2023, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnetsiasg ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: A partir das 09h00min. do dia 28/04/2023 horário de Brasília/DF no mesmo endereço eletrônico. O edital e as demais informações complementares encontram-se à disposição dos interessados junto à Comissão Permanente de Licitação, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Reitoria), na Rua Universitária, 1619 – Jardim Universitário – Caixa Postal n°. 00701 – CEP 85819-110 – Cascavel – Paraná, ou pelo Fone: (45) 3220-3050, na homepage www.unioeste.br ou ainda no portal da transparência do Estado do Paraná, disponível no link: http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes/inicio?windowId=ff2 , em conformidade com o Decreto Estadual n°. 2.452, de 07 de janeiro de 2004 – Cascavel, 14 de abril de 2023 (Fernanda Beilke Calza – Pregoeira).

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 023/2023

Objeto: Empreitada por preço unitário, para a ampliação do Estacionamento da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Toledo) - **Alteração 01:** No edital, onde lê-se: "R$ 445.296,54 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos)", **leia-se:** "R$ 455.296,54 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos)" - **Alteração 02:** O recebimento dos Envelopes A, contendo a proposta de preço, e Envelopes **B**, contendo a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as **09:00 horas do dia 19 de maio de 2023** - **Alteração 03:** A abertura dos Envelopes A, contendo a proposta de preços, dar-se-á às **09:30 horas do dia 19 de maio de 2023** - Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no edital ora retificado - Informações Complementares: Edital disponível junto à CPL, ou pelo **Fone: (45) 3220-5628**, ou no link https://midas.unioeste.br/sgav/arqvirtual#/ ou ainda no link http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes - Cascavel, 13 de abril de 2023 - Ivair Deonei Ebbing (Presidente da CPL da Reitoria).

Hospital Alemão Oswaldo Cruz

CNPJ N.º 60.726.502/0001-26
Edital de Convocação

Hospital Alemão Oswaldo Cruz, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 60.726.502/0001-26 com endereço à Rua João Julião, 245, São Paulo – SP, **CONVOCA** todas as pessoas, que lhe prestaram serviço no período de 01/1973 a 01/1985, a comparecerem à Rua João Julião nº 245, 3º andar bloco D, munidos de documentos comprobatórios do vínculo (CTPS, PIS/PASEP), em até 30 dias a contar da publicação desse edital, para regularização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS junto à Caixa Econômica Federal. Solicitamos o envio de e-mail para agendamento do dia e horário de atendimento para o seguinte endereço eletrônico: **genteegestao@haoc.com.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2023

Torna-se público que, concluída a fase de habilitação, e a abertura da proposta, sendo a empresa vencedora NOROMIX CONCRETO S.A., CNPJ nº 10.558.895/0001-38, no valor de R$ 456.409,16 (quatrocentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e nove reais e dezesseis centavos), cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para recapeamento de vias publicas no município de Martinópolis - SP (Ruas 01 Rua 02 e Rua 03 – Distrito de Vila Martins), com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos no Projeto Executivo, de acordo com o Termo de Convênio 103479/2022– Secretaria de Desenvolvimento Regional, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária. Fica aberto o prazo para recurso. Prefeitura Municipal de Martinópolis, 13/04/2023, Comissão de Licitação. Prefeito.

Aldrago Participações Ltda.

CNPJ (MF) 23.034.453/0001-34 - NIRE 35 2 2926880 2
Reunião de Sócios Cotistas - Edital de Convocação

Ficam os senhores cotistas da Aldrago Participações Ltda., convocados para se reunirem no dia 20 de abril de 2023, às 10:00 horas, em primeira chamada e às 10:15 horas em segunda chamada e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 01.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Jarinu, 05 de abril de 2023. Eunice Melo Cruz - Administradora

Cajarana Participações Ltda.

CNPJ (MF): 22.871.161/0001-93 - NIRE 35 2 2926753 9
Edital de Convocação - Reunião de Sócios Cotistas

Ficam os senhores cotistas da Cajarana Participações Ltda., convocados para se reunirem no dia 20 de abril de 2023, às 09:00 horas, em primeira chamada e às 09:15 horas em segunda chamada e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **01.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Jarinu, 05 de abril de 2023. Eunice Melo Cruz - Administradora.

Quatro Naipes Participações Ltda.

CNPJ (MF) 24.514.411/0001-63 - NIRE 35 2 2977491 1
Reunião de Sócios Cotistas - Edital de Convocação

Ficam os senhores cotistas da Quatro Naipes Participações Ltda., convocados para se reunirem no dia 20 de abril de 2023, às 11:00 horas, em primeira chamada e às 11:15 horas em segunda chamada e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **01.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Jarinu, 05 de abril de 2023. **Eunice Melo Cruz -** Administradora

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE MONTAGENS INDUSTRIAIS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM, DO CIMENTO, CAL E GESSO, DE PRODUTOS DE CIMENTO, DE OLARIAS E CERÂMICAS E DO MOBILIÁRIO DE SOROCABA E REGIÃO. EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES - De acordo com o disposto no § 2º do Art. 532 da C.L.T. e a Letra "C" do Art. 56º do Estatuto Social, tornamos público que nos dias 11 e 12 de abril de 2.023, foram realizadas as eleições neste Sindicato, com a apuração ocorrida às 19h30min do dia 12/04/2023 sem impugnação, protestos ou recursos, tendo sido eleitos os seguintes associados para comporem os seus órgãos de administração e representação: **Diretoria** - **Efetivos:** Vitorino Gabriel, Eduardo André da Silva, Edivaldo Gomes, Cassio Tadeu Santucci, João Pedro Tadeu Soares Santos, Sebastião Castorino Ortiz dos Santos e Amarildo Raimundo de Freitas. **Suplentes:** Waldemar Nicola Catarino, Jair Ferreira, Alessandro Rodrigues de Melo, Roberto Augusto Bido, José Carlos da Silva, Hélio Vilas Boas Pinto e Moacir Pedro. **Conselho Fiscal** - **Efetivos:** José Araujo Silva, Anderson Gregório Soares de Moraes e Luiz Américo Pereira. **Suplentes:** Arlindo Campelo, José Pinheiro Filho e José Pedro Gomes. **Delegação Federativa** - **Efetivos:** Vitorino Gabriel e Pedro Paulo de Melo. **Suplentes:** Franklin Jeferson Martins e Gentil Mendes da Rosa Junior. Em cumprimento as disposições estatutárias e legislação vigente, fazemos a presente publicação da chapa eleita. Informamos também que os componentes eleitos dos aludidos órgãos serão empossados no dia 06 de setembro de 2.023. Sorocaba, 14 de abril de 2.023. **Vitorino Gabriel - Presidente**

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 114/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE FARDAMENTOS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o presente certame foi SUSPENSO em razão da ausência, até a data e hora de abertura, de decisão sobre impugnação ao edital. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 12 de abril de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Pregoeiro(a) da CLFOR

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ERICSSON
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA e ORDINÁRIA CUMULATIVAS

O Diretor Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Ericsson - CoopEricsson, situada na Avenida Nicolas Boer, 399 - 11º andar - Jardim das Perdizes - CEP: 01146-060, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ 48.718.183/0001-01, NIRE 35400001186, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 24 (vinte e quatro), em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Cumulativas**, a realizar-se no dia **26 de abril de 2023**, na modalidade digital, por meio da ferramenta de reuniões a distância denominada *MICROSOFT TEAMS*, cujo link de acesso será oportunamente encaminhado aos delegados, obedecendo os seguintes horários e *quorum* para suas instalações, sempre no mesmo dia e forma de acesso, cumprindo o que determina o Estatuto Social: **1) em primeira convocação:** às 07:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de delegados (16 delegados); **2) em segunda convocação:** às 8:00 horas no mesmo dia e forma de acesso, com a presença de metade mais um do número total de delegados (13 delegados); ou **3) em terceira e última convocação:** às 09:00 horas no mesmo dia e forma de acesso, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos, na Ordem do Dia: **Assembleia Geral Extraordinária: 1.** Reforma ampla do estatuto. **Assembleia Geral Ordinária: 1.** Prestação de contas de 1º e 2º semestres do exercício de 2022, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, compreendendo o Relatório da Gestão, o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Sobras ou Perdas apuradas; **2.** Destinação das sobras apuradas e sua fórmula de cálculo do rateio; **3.** Aplicação e uso do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; **4.** Fixação dos honorários de representação para os membros da Diretoria e Cédulas de Presença, para os membros do Conselho Fiscal; **5.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **6.** Assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo. São Paulo - SP, 13 de abril de 2023. ***Marcello Lecher -*** Diretor Presidente. **Notas: (i)** conforme determina a Resolução CMN nº 5051/22, art. 40, as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 estão à disposição dos associados e delegados no site da cooperativa - www.coopericsson.com.br, também foram encaminhadas para o e-mail dos delegados; **(ii)** o acesso ao aplicativo *Microsoft Teams* será feito por meio de convite, encaminhado ao e-mail corporativo cadastrado pelo delegado; **(iii)** após a apresentação da pauta, será encaminhado o *link* do *Google Forms*, pelo *Chat* do aplicativo da reunião, para votação. Os delegados terão o prazo de 2 (dois) minutos para o registro dos votos, encerrado o prazo de 2 (minutos), serão considerados apenas os votos registrados e os votos não registrados serão considerados como abstenção; **(iv)** a minuta do Estatuto Social e o relatório de Gestão 2022 serão enviados por e-mail, com antecedência para os delegados aptos a votar; **(v)** todas as informações referentes às inscrições para o Conselho Fiscal poderão ser obtidas detalhadamente no sítio eletrônico da Cooperativa (www.coopericsson.com.br); **(vi)** a eleição para o Conselho Fiscal observará a composição de 03 (três) membros efetivos e 01 (suplente), em atendimento ao art. 6º da Lei Complementar 130/2009 (alterada pela Lei Complementar 196/2022); e **(vii)** a CoopEricsson não poderá ser responsabilizada caso algum delegado tenha problemas com hardware, software ou internet, que prejudiquem a sua participação e/ou votação nas Assembleias Gerais.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de Dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 15 de dezembro de 2022, às 9:00h, **de modo exclusivamente à distância e digital,** considerada como ocorrida na sede social da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 432 a 448, bairro Tatuapé, CEP 03071-000 **("Companhia"). 2. Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada **("Lei das Sociedades por Ações"),** no jornal O Estado de São Paulo, nas edições de 24, 25 e 26 de novembro de 2022, páginas B47, B9 e B5, respectivamente. **3. Publicações:** Todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previstos na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários **("CVM")** nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada **("Resolução CVM 81"),** foram disponibilizados em 23 de novembro de 2022 aos acionistas na sede da Companhia e/ou na rede mundial de computadores no website da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão **("B3"). 4. Presença:** Presentes remotamente os acionistas da Companhia representando 86,09% (oitenta e seis vírgula zero nove por cento) do capital social votante, conforme lista de acionistas, conforme previsto no artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81. **5. Mesa:** Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. Wolfgang Schwerdtle - Presidente; e Sr. Daniel Seixas Gomide - Secretário. **6. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre os seguintes assuntos: **(i)** a aprovação do Programa de Participação nos Resultados Diferido, como uma nova modalidade de incentivo de longo prazo, no contexto do Regulamento dos Incentivos de Longo Prazo (ILP) - *Phantom Shares* e PPR Diferido, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2022; e **(ii)** a rerratificação da remuneração global da administração da Companhia prevista para o exercício social de 2022, para incluir o valor total do Incentivo de Longo Prazo da Companhia. **7. Deliberações:** Após a verificação do quórum de instalação da assembleia, foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia geral, uma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas e foram postos à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducadonal.com.br), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, e na Resolução CVM 81. Foi aprovada pela unanimidade dos presentes a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e foi aprovada por unanimidade dos presentes a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, a Assembleia foi integralmente gravada e a respectiva gravação será mantida pela Companhia pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ou por prazo superior caso este venha a ser fixado pela CVM. Após exame e discussão, os acionistas deliberaram o quanto segue: **7.1** aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários, tendo sido computados votos a favor de 323.689.240 ações ordinárias e contrários de 2.344.503 ações ordinárias, sendo que não houve abstenção, o Programa de Participação nos Resultados Diferido, como uma nova modalidade de incentivo de longo prazo, no contexto do Regulamento dos Incentivos de Longo Prazo (ILP) - Phantom Shares e PPR Diferido, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2022. O Regulamento dos Incentivos de Longo Prazo (ILP) - *Phantom Shares* e PPR Diferido encontra-se na forma do *Anexo I* à presente ata. **7.2** aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários, tendo sido computados votos a favor de 323.208.640 ações ordinárias e contrários de 2.825.103 ações ordinárias, sendo que não houve abstenção, a rerratificação da remuneração anual dos administradores prevista para o exercício social de 2022, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2022, que passará do valor total de R$ 35.534.335,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais) para o valor total de R$ 38.943.935,02 (trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e dois centavos), para incluir o valor total do Incentivo de Longo Prazo da Companhia, conforme conteúdo da Proposta da Administração aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de novembro de 2022. A rerratificação ora proposta resulta em aumento da remuneração global anual da Administração no valor de R$ 3.409.600,02 (três milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos reais e dois centavos), em decorrência da aprovação do item (i) da ordem do dia. **8. Encerramento:** O Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi projetada para leitura dos presentes e, uma vez aprovada, foi assinada pelo Sr. Presidente e Sr. Secretário, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos da Resolução CVM 81, os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação digital disponibilizado pela Companhia. **9. Assinaturas:** Presidente: Wolfgang Schwerdtle; Secretário: Daniel Seixas Gomide. **Acionistas presentes via participação remota, nos termos do artigo 5º, parágrafo 2, inciso I, da Resolução CVM 81:** Redmond Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, Gama 1 Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, Archy Llc, D2hfp - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Alaska Permanent Fund, American Century Etf Trust-Avantis Responsible Emerging Markets Equity Etf, City Of New York Group Trust, College Retirement Equities Fund, Government Of Singapore, Norges Bank, Public Employees Retirement System Of Ohio, Ssga Spdr Etfs Europe I Plc, State Street Global Advisors Trust Company Investment Funds For Tax Exempt Retirement Plans, State Street Global Advisors Trust Company Investment Funds For Tax Exempt Retirement Plans - State Street Msci Emerging Markets Small Cap Index Securities Lending Fund, State Street Global All Cap Equity Ex-U.s. Index Portfolio, State Street Msci Emerging Markets Small Cap Index Non-Lending Common Trust Fund, The Regents Of The University Of California, Vaneck Brazil Small - Cap Etf, Wisdomtree Emerging Markets Smallcap Dividend Fund, Handelsbanken Brasilien Tema, Handelsbanken Latinamerika Tema. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 15 de dezembro de 2022. **Wolfgang Schwerdtle -** Presidente; **Daniel Seixas Gomide -** Secretário. **JUCESP** nº 26.734/23-0 em 20/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de Dezembro de 2022 - Anexo I - Regulamento dos Incentivos de Longo Prazo (ILP) - Phantom Shares e PPR Diferido da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. - Regulamento dos Programas de Incentivo de Longo Prazo - Phantom Shares e PPR Diferido Aplicável ao Período de Referência 2022 A 2024 - 1. Objetivos dos Programas de Incentivo de Longo Prazo:** 1.1. Os programas de incentivo de longo prazo da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (doravante denominada "Companhia") têm como objetivos primordiais (i) o alinhamento da remuneração variável dos principais executivos ("Beneficiários"), no período de referência (o diretor-presidente, os vices presidentes e os diretores executivos da Companhia), com os ganhos de capital e retomo de investimentos dos acionistas, e (ii) incentivar os Beneficiários a tomar decisões, adotar ações e liderar suas equipes para exceder as expectativas de ganhos de capital e retorno de investimentos dos acionistas. **2. Períodos de Apuração e Vigência dos Programas de Incentivo de Longo Prazo:** 2.1. As regras e definições previstas no presente documento são válidas para as outorgas realizadas no ano de 2022 relativas aos Programas de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações - Phantom Shares e Incentivo de Longo Prazo - PPR Diferido, os quais estão vinculados a métricas e resultados da Companhia relativos ao período de referência de 2022 a 2024. **3. Elegibilidade dos Programas de Incentivo de Longo Prazo no Período de Referência:** 3.1. Todos os empregados que exercem cargos de Diretor Executivo, Vice-Presidente e o Diretor-Presidente, com vínculo de emprego por mais de 3 (três) meses no ano de 2022, e que se mantenham empregados por todo o período de apuração, serão considerados Beneficiários à potencial distribuição de valores pela Companhia, respeitadas as regras de proporcionalidade, em caso de desligamento, pactuadas entre as partes. 3.2. Não são elegíveis aos **Programas,** no período de referência aplicável, os demais empregados da Companhia, assim como (i) estagiários, (ii) trabalhadores sem vínculo de emprego e (iii) Diretores empregados com menos de 3 (três) meses de trabalhos prestados no ano de 2022 ou que não possuam vínculo de emprego na data da potencial distribuição de valores, respeitadas as regras de proporcionalidade, em caso de desligamento, pactuadas entre as partes. **4. Regras de Outorga dos Incentivos de Longo Prazo:** 4.1. A definição do potencial valor a ser distribuído a cada Beneficiário está baseada no conceito de ***Unit,*** que é um conceito sintético que visa refletir *paripassu* o movimento de valorização/desvalorização da ação da Companhia (CSED3). Assim, cada Unit corresponde ao valor de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia (CSED3), negociada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão CSED3 na data da outorga, conforme definição abaixo 4.2. 4.2. O valor da Unit de Outorga corresponde à média ponderada no volume dos preços de fechamento da ação CSED3 (VWAP) na B3 relativa aos últimos 45 (quarenta e cinco) pregões anteriores à data da primeira reunião de Conselho do ano de referência de 2022 (reunião realizada em 10/02/2022). 4.3. A quantidade de Units de Outorga a ser concedida a cada Beneficiário é definida em reunião do Conselho de Administração após ter sido proposta pelo Diretor-Presidente para a análise do Comitê de Pessoas do Conselho de Administração. 4.4. A quantidade de Units de Outorga é definida para cada Beneficiário de forma individual e baseada em múltiplos de salários com valores vigentes na data da reunião do Conselho de Administração que marca a definição do preço das Units de Outorga (para o ano de referência 2022, a reunião realizada em 10/02/2022). 4.5. A partir da definição do número de Units de Outorga atribuída a cada Beneficiário, não haverá mais referência ao valor do seu salário, o que significa que qualquer alteração salarial não impactará na quantidade de Units de Outorga a ele atribuída. 4.5.1. Caso o múltiplo salarial do Beneficiário corresponda a um número inexato de Units, a quantidade de Units será arredondada para cima (se o algarismo for igual ou superior a 0,51) ou para baixo (se o algarismo for igual ou inferior a 0,50). A título de exemplo, na hipótese da quantidade de Units de outorga corresponder a 1,74 ações, a quantidade será arredondada para cima (2 ações), mas no caso da quantidade de Units de Outorga corresponder a 1,49 ações, a quantidade será arredondada para baixo (1 ação). 4.6. Dessa forma, o cálculo da quantidade das Units de Outorga está baseado nos seguintes conceitos: (a) Valor do salário fixo do Beneficiário, em R$ (reais), na data da reunião do Conselho de Administração que marca o valor das Units; (b) Múltiplo de salários definido individualmente para cada Beneficiário, em reunião de Conselho; (c) Valor da Unit de outorga, conforme critério descrito no item 4.2 acima; (d) Regra de arredondamento descrita no item 4.5.1 acima. 4.7. A quantidade de Units de Outorga de cada Beneficiário é representada pela seguinte expressão: ((a) x (b)) / (c) (observado a regra de arredondamento - item 4.5.1) **5. Critério de Apuração da Unit de Apuração para Fins de Pagamento do Programa:** 5.1. O valor da **Unit De Apuração** para pagamento dos Programas será definido com base na média ponderada do volume dos preços de fechamento da ação CSED3 (VWAP) na B3 relativa aos últimos 45 (quarenta e cinco) pregões anteriores à data da primeira reunião de Conselho do ano de 2025, utilizando a mesma metodologia para o cálculo do valor da Unit de Outorga original. **6. Período de Apuração das Metas e Data de Pagamento:** 6.1. A aferição da Unit de Apuração e a liquidação do programa farão referência ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, sendo que a apuração dos resultados ocorrerá única e exclusivamente em 2025, após a divulgação da demonstração financeira da Companhia relativa ao ano de 2024. 6.2. A distribuição de resultados ocorrerá até o último dia útil do mês de abril de 2025, considerando as regras de aferição descritas a seguir. **7. Alocação das Units de Outorga entre Programas PPR Diferido e Phantom Shares:** 7.1. O total de Units outorgadas aos Beneficiários será dividido da seguinte forma: 70% (setenta por cento) para o programa de ILP - PPR Diferido e 30% (trinta por cento) para o programa de ILP - Phantom Shares. 7.2. Serão celebrados com os Beneficiários Contratos De Outorga, nos quais estarão descritos (i) a quantidade de Units e (ii) as regras e condições para o recebimento dos valores relacionados ao ILP - PPR Diferido e ILP - Phantom Shares, inclusive no que diz respeito às regras de proporcionalidade em caso de desligamento. **8. Dos Efeitos Da Ocorrência De Eventos Societários:** 8.1. Caso a Companhia seja parte de operação societária que implique na perda da referência utilizada para a materialização dos Programas (= preço da ação CSED3, conforme referido no item 4.2), tais como: (i) fusão, incorporação, cisão e/ou extinção da Companhia; ou (ii) venda de todos ou substancialmente todos os ativos operacionais tangíveis e intangíveis da Companhia; ou (iii) fechamento de capital ou redução das ações em circulação na B3 abaixo de 5%, o valor da Unit de Apuração será integralmente antecipado. 8.2. Na hipótese acima, o valor de referência para o cálculo da Unit de Apuração corresponderá à média ponderada dos preços de fechamento da ação CSED3 (VWAP) na B3 nos últimos 45 (quarenta e cinco) pregões anteriores à divulgação pública do fato relevante. 8.3. Na hipótese descrita no item acima, os valores serão pagos em até 30 (trinta) dias após a sua consumação. 8.4. Caso ocorram desdobramentos, bonificações ou cancelamento de ações CSED3 e/ou outros eventos que mudem a base acionária da Companhia, a quantidade de Units de Outorga deverá ser ajustada na mesma proporção para garantir a equidade. **9. Regras e Mecanismos Específicos para o Incentivo de Longo Prazo - Phanthom Shares:** 9.1. As regras e condições relativas à concessão do Incentivo de Longo Prazo - Phantom Shares estão descritas no Programa de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações - Phantom Shares da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29/04/2022, as quais deverão prevalecer em caso de eventual conflito com o presente Regulamento. 9.2. Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, as Units de Outorga a ele conferidas: a) Em caso de desligamerrto/destituição por iniciativa do Beneficiário: • Até o dia 31/12/2024: a totalidade das Units será cancelada, sem que o Beneficiário tenha direito à indenização; • A partir de 01/01/2025: a totalidade das Units será paga ao Beneficiário, na mesma data aplicável aos demais **Beneficiários** do **Programa.** b) Em caso de desligamento/destituição por iniciativa da Companhia: • Se ocorrida por justa causa: a totalidade das Units será cancelada pela Companhia, sem que o Beneficiário tenha direito à indenização, independentemente da data do desligamento; • Se ocorrida sem justa causa: (i) Para os desligamentos ocorridos até 30/06/2022, as Units serão totalmente canceladas pela Companhia; e (ii) Para os desligamentos ocorridos a partir do dia 01/07/2022, as Units serão pagas de forma proporcional ao tempo de "Condição de Serviço" cumprido pelo Beneficiário. Nessa hipótese, a quantidade de Units será dividida por 36 (número de meses de vigência do Programa) e posteriormente multiplicada pelo número de meses trabalhados pelo Beneficiário (assim considerado o número de meses em que o contrato de trabalho estava ativo, por período igual ou superior a 15 dias). O pagamento será realizado na mesma data aplicável aos demais Beneficiários do Programa. (iii) Para os desligamentos ocorridos a partir de 01/01/2025: a totalidade das Units será paga ao Beneficiário, na mesma data dos demais Beneficiários. c) Em caso de morte ou invalidez permanente do Beneficiário: • O valor correspondente às Units será pago aos dependentes legais do Beneficiário, na mesma data dos demais Beneficiários, observada a regra da proporcionalidade descrita no item 9.2.b.(ii) acima. **10. Regras e Mecanismos Específicos para o Incentivo de Longo Prazo - PPR Diferido:** 10.1. A potencial distribuição de resultados a título de Incentivo de Longo Prazo - PPR Diferido tem por finalidade obter o pleno alinhamento de interesses entre a Companhia e os seus empregados com poder diretivo, no longo prazo, o que proporcionará longevidade aos resultados alcançados e perenidade ao negócio. 10.2. Nesse sentido, as partes elegeram como balizador à distribuição de resultados a meta denominada **Total Shareholder Return - "TSR",** que representa o ganho percentual do retomo total do capital investido pelo acionista, definido, para os fins do presente Programa, como a variação do preço da ação (incluindo os dividendos distribuídos) em determinado período de apuração. 10.3. A métrica acima descrita pode ser representada pela seguinte fórmula: **TSR = [(Unit de Apuração - Unit de Outorga) + Dividendos] ÷ Unit de Outorga.** 10.3.1. A regra acima se aplica exclusivamente à quantidade de Units de Outorga relacionadas ao Programa de Incentivo de Longo Prazo - PPR Diferido. 10.4. A definição da Unit de Outorga observará o disposto no item 4.2 acima. 10.5. A definição da Unit de Apuração observará o disposto no item 5.1 acima. 10.6. Caso existam eventos acionários que alterem de forma definitiva a base acionária e interfiram no valor da Unit de Apuração (tais como bonificações, desdobramentos e cancelamentos) - tanto em relação ao TSR Absoluto como em relação ao TSR de cada um dos concorrentes que compõem o TSR Relativo - deverão ocorrer os ajustes necessários para que o cálculo de referência seja neutro a esses eventos e reflita o incremento de valor econômico alinhado ao ganho do acionista. 10.7. O **TSR** será apurado de duas formas: (i) **TSR Absoluto:** considerando a expectativa de retomo pelos acionistas da Companhia, e (ii) **TSR Relativo:** considerando a comparação entre os resultados obtidos pela CSED e aqueles divulgados por empresas do mesmo setor. 10.8. A meta de **TSR Relativo** corresponde ao custo de capital do acionista (cost of equity definido como Ke) projetado para o período de apuração do PROGRAMA (2022 a 2024), considerando o índice de **15,4%** a.a. (quinze vírgula quatro por cento ao ano), correspondente à média do resultado esperado por analistas de mercado tidos como referência no país: **Banco - Ke:** BTG Pactual - 16,5%; Santander - 15,7%; Itaú IBBA - 14,0%; Média - 15,4%. 10.9. Desta forma, para fins deste programa que faz referência ao período de 2022 a 2024, o valor do TSR Absoluto Target (=100%) a ser considerado é de (1+15,4%)^3 = **53,7% cumulativo para todo o período de 3 anos deste programa.** 10.10. A meta de **TSR Relativo** levará em consideração as empresas abaixo listadas (Grupo de Comparação): **Para as empresas listadas fora do Brasil, o preço da ação para fins de cálculo de TSR será convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio vigente no momento da concessão e no momento de liquidação - Empresa - Bolsa onde é listada - Ticker:** VITRU - NASDAQ - VTRU; AFYA - NASDAQ - AFYA; COGNA - B3 - COGN3; YDUQS - B3 - YDUQ3; Anima - B3 - ANIM3; SER - B3 - SEER3. 10.11. Para as empresas cujas ações não são cotadas em Reais na B3, será feita a tradução dos valores de dividendos e da ação de Dólares Americanos para Reais com o PTAX de fechamento divulgado pelo Banco Central do Brasil. O valor das ações a considerar será o de fechamento das respectivas bolsas em que são cotadas. 10.12. A definição do percentual de atingimento das metas, e consequentemente do valor de Incentivo de Longo Prazo - PPR diferido a distribuir, observará o seguinte racional: **TSR vs Meta - TSR Relativo (posição da Cruzeiro do Sul em relação as empresas listadas): <1 Quartil - 1 Quartil - 3 Quartil - > 3 Quartil: Abaixo do Minimo (abaixo de 60%) -** 0% - 25% - 50%; **Minimo (60% até 99,99%) -** 25% - 50% - 75%; **Target (100% até 119,9%) -** 50% - 100% - 125%; **Máximo (a partir de 120%) -** 75% - 125% - 175%. 10.13. Para fins deste programa, o <1 Quartil terá 2 concorrentes de pior performance de TSR Absoluto próprio, >3 Quartil terá 2 concorrentes com a melhor performance de TSR Absoluto próprio do Grupo de Comparação. 10.14. Para fins de apuração do TSR Relativo: • Se o TSR Absoluto da CSED for maior ou igual ao TSR Absoluto do segundo melhor concorrente do Grupo de Comparação, a CSED se situará na coluna >3 Quartil. • Se o TSR Absoluto da CSED for menor ou igual ao TSR Absoluto do segundo pior concorrente do Grupo de Comparação, a CSED se situará na coluna <1 Quartil. • Se o TSR Absoluto da CSED for maior do que o TSR Absoluto do segundo pior concorrente e menor que o segundo melhor concorrente do Grupo de Comparação, a CSED se situará na coluna 1 Quartil -3 Quartil. 10.15. Caso haja a extinção de alguma das ações do grupo de comparação, caberá ao Conselho de Administração decidir a forma justa de apuração do TSR Relativo. 10.16. Em caso de desligamento do BENEFICIÁRIO antes de 31 de dezembro de 2024: (i) Se por justa causa: não fará jus a qualquer parcela de PPR; (ii) Se por decisão da Companhia e sem justa causa: fará jus à parcela de PPR, de forma proporcional ao tempo de serviço (1/36 avos para cada mês de trabalho no período de 2022 a 2024), considerando o percentual mínimo de atingimento da meta de TSR Absoluto (<1Quartil, correspondente a 25%), e desde que o resultado da apuração das metas de TSR Absoluto e TSR Relativo, realizada no final do período de apuração, não corresponda a 0% (zero por cento); (iii) Se a pedido do Beneficiário: não fará jus a qualquer parcela de PPR; (iv) Se decorrente de morte ou invalidez permanente: aplicar-se-á a mesma regra de proporcionalidade prevista no item "ii" acima. 10.17. Nas hipóteses descritas no item 10.16 acima, a apuração do potencial valor e o efetivo pagamento do Incentivo de Longo Prazo - PPR Diferido serão realizados nas mesmas datas aplicáveis aos demais Beneficiários da Companhia. 10.18. Caso ocorra um dos eventos societários descritos no item "8.1" acima, a apuração do TSR será antecipada, considerando os últimos 45 (quarenta e cinco) pregões anteriores à divulgação pública do fato relevante. Nessa hipótese, o pagamento será realizado juntamente com a próxima parcela do Incentivo de Curto Prazo (ICP, na forma de PLR, PPR ou Bônus) a que o Beneficiário faz jus. 10.19. São instrumentos de aferição das regras previstas no Incentivo de Longo Prazo: (i) Demonstrações Financeiras da Companhia auditadas; (ii) Informações públicas auditadas relacionadas às empresas indicadas na meta de TSR Relativo; e (iii) Indicação do múltiplo de salários e Units de Outorga em posse da área de recursos humanos. **Anexo - Memória de Cálculo - Unit - Data: Pregão - VWAP - Média - Pregões:** Dec-06-2021 - 7,11 - 7,11 - 45; Dec-07-2021 - 7,20 - 7,15 - 44; Dec-08-2021 - 7,21 - 7,17 - 43; Dec-09-2021 - 7,36 - 7,22 - 42; Dec-10-2021 - 7,59 - 7,29 - 41; Dec-13-2021 - 7,67 - 7,36 - 40; Dec-14-2021 - 7,48 - 7,37 - 39; Dec-15-2021 - 7,37 - 7,37 - 38; Dec-16-2021 - 7,52 - 7,39 - 37; Dec-17-2021 - 7,41 - 7,39 - 36; Dec-20-2021 - 7,33 - 7,39 - 35; Dec-21-2021 - 7,24 - 7,37 - 34; Dec-22-2021 - 7,16 - 7,36 - 33; Dec-23-2021 - 7,23 - 7,35 - 32; Dec-27-2021 - 7,35 - 7,35 - 31; Dec-28-2021 - 7,32 - 7,35 - 30; Dec-29-2021 - 7,44 - 7,35 - 29; Dec-30-2021 - 7,82 - 7,38 - 28; Jan-03-2022 - 7,38 - 7,38 - 27; Jan-04-2022 - 6,96 - 7,36 - 26; Jan-05-2022 - 6,16 - 7,30 - 25; Jan-06-2022 - 5,96 - 7,24 - 24; Jan-07-2022 - 6,10 - 7,19 - 23; Jan-10-2022 - 5,94 - 7,14 - 22; Jan-11-2022 - 6,35 - 7,11 - 21; Jan-12-2022 - 6,49 - 7,08 - 20; Jan-13-2022 - 6,15 - 7,05 - 19; Jan-14-2022 - 5,85 - 7,01 - 18; Jan-17-2022 - 5,77 - 6,96 - 17; Jan-18-2022 - 5,84 - 6,93 - 16; Jan-19-2022 - 5,89 - 6,89 - 15; Jan-20-2022 - 6,14 - 6,87 - 14; Jan-21-2022 - 6,29 - 6,85 - 13; Jan-24-2022 - 6,23 - 6,83 - 12; Jan-25-2022 - – 6,83 -; Jan-26-2022 - 6,39 - 6,82 - 11; Jan-27-2022 - 6,29 - 6,81 - 10; Jan-28-2022 - 6,11 - 6,79 - 9; Jan-31-2022 - 6,24 - 6,77 - 8; Feb-01-2022 - 6,31 - 6,76 - 7; Feb-02-2022 - 6,31 - 6,75 - 6; Feb-03-2022 - 6,09 - 6,73 - 5; Feb-04-2022 - 5,59 - 6,71 - 4; Feb-07-2022 - 5,56 - 6,68 - 3; Feb-08-2022 - 5,66 - 6,66 - 2; Feb-09-2022 - 5,63 - 6,63 - 1.

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 112/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE EDITAL A AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS (BUSINESS INTELLIGENCE) MICROSOFT POWER BI, INCLUINDO SUBSCRIÇÕES, SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PARA O SOFTWARE E OUTROS ITENS QUE COMPÕEM ESSA CONTRATAÇÃO, TAIS COMO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, CONFORME QUADRO DEMONSTRATIVO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHAMENTOS E CONCEITOS APRESENTADOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: SOB DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, o processo em epígrafe foi SUSPENSO pela ausência de tempo hábil para publicação dos Pedidos de Esclarecimentos apresentados e de suas Respostas. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 12 de abril de 2023.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 112/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE EDITAL A AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS (BUSINESS INTELLIGENCE) MICROSOFT POWER BI, INCLUINDO SUBSCRIÇÕES, SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PARA O SOFTWARE E OUTROS ITENS QUE COMPÕEM ESSA CONTRATAÇÃO, TAIS COMO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, CONFORME QUADRO DEMONSTRATIVO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHAMENTOS E CONCEITOS APRESENTADOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: SOB DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia 18 de abril de 2023 às 10h00min (horário local) será RETOMADO o procedimento licitatório referente ao processo em epígrafe. Maiores informações ligar para o telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 12 de abril de 2023.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Briga na Justiça **Prédio de escritórios**

Disputa judicial por área na região da Paulista trava projeto bilionário

Herdeiros excluídos de processo de venda de terreno têm obtido vitórias na Justiça; construtora REM, que comprou lote, já vendeu 70% de uma das torres para Brookfield

LUCAS AGRELA

Uma disputa por herança coloca em risco um empreendimento com valor estimado em R$ 1 bilhão na região da Avenida Paulista – 70% do projeto já foi comprado pela companhia canadense Brookfield. O motivo da briga é uma propriedade de 450 m² da família Gerassi Parente, que foi vendida por cerca de R$ 10 milhões para a construtora REM, do empresário Renato Mauro. A negociação teria deixado alguns herdeiros de fora.

Na Justiça, os sucessores têm conseguido barrar a operação com a REM, que atua no mercado imobiliário de São Paulo e tem empreendimentos em regiões como Perdizes, Pacaembu, Vila Olímpia e Pinheiros.

Em decisão de 28 de março, o desembargador Carlos Eduardo Donegá Morandini, da 3.ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), manteve decisão anterior que proibia a demolição dos imóveis que estão dentro da propriedade adquirida pela REM, negando o recurso pedido pela construtora para validar a operação.

Na sentença, o relator aponta a necessidade de análise aprofundada da documentação e cita que a demolição dos imóveis causaria um quadro de irreversibilidade.

As construções – duas casas na Avenida Rebouças – pertencem há pelo menos um século à família de Marcellus Glaucus Gerassi Parente, um dos herdeiros que se dizem excluídos do processo de venda da propriedade à REM.

ALEX SILVA/ESTADÃO

Imóveis na Rebouças que não podem ser derrubados para início de obra de torres; herança disputada

ONDE FICA

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

QUESTIONAMENTO. No total, cinco herdeiros disputam a posse do terreno adquirido pela construtora. De um lado da disputa, estão Marcellus, sua irmã e três primos. Do outro, está a meia-irmã de Marcellus, que fez a venda da propriedade por meio de um processo de usucapião – uma forma de aquisição do direito de propriedade feito por uma pessoa que resida no imóvel.

No total, o terreno incorporado pela REM deve receber um prédio de escritórios de 4 mil m². Os 450 m² reclamados por Marcellus equivalem a pouco mais de 10% da área total, mas é o suficiente para inviabilizar o projeto. “É a segunda chancela do Poder Judiciário a nosso favor. Ainda estamos em fase de liminar, mas ela permanece em vigor. Na região do empreendimento, há apenas algumas casas em pé, que são as nossas”, diz Marcellus.

A primeira vitória foi no ano passado, quando a Justiça deu razão aos herdeiros excluídos, proibindo a demolição dos imóveis. Na quarta-feira, a Justiça decidiu, em segunda instância, que a posse e o domínio do terreno em questão pertencem à REM.

“É a segunda chancela do Poder Judiciário a nosso favor. Ainda estamos em fase de liminar, mas ela permanece em vigor”
Marcellus Glaucus Gerassi Parente
Herdeiro de área em disputa

No entanto, os imóveis ainda não podem ser demolidos em razão da nulidade do processo de usucapião.

‘BOA-FÉ’. A REM foi constituída por Renato Mauro, filho de Aniello Mauro, cofundador da Paulo Mauro Incorporadora e Construtora. O negócio surgiu após Renato deixar a empresa da família, em 1990.

Procurada, a Brookfield não comentou o caso. Já a REM afirmou que figura na operação de compra do terreno da Avenida Rebouças como adquirente de boa-fé.

Procurado, o escritório de advocacia que representa a irmã de Marcellus não se pronunciou sobre o processo. ●

Tecnologia **Privacidade**

Espanha, França e União Europeia iniciam investigação sobre ChatGPT

MADRI

Os governos da Espanha e da França anunciaram ontem que iniciaram investigação envolvendo o chatbot americano ChatGPT por possível violação de dados pessoais. Também ontem a União Europeia (UE) disse que criou um grupo de trabalho para avaliar os impactos da nova tecnologia.

No fim de março passado, a Itália já havia informado que bloqueou o programa por “desrespeito à legislação de dados pessoais”.

Em comunicado ontem, a Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD) informou que “iniciou oficialmente” uma “investigação da empresa americana OpenAI, proprietária do serviço ChatGPT, por uma possível violação dos regulamentos” sobre proteção de dados pessoais.

A autoridade francesa de proteção de dados também anunciou sua própria investigação sobre o chatbot.

Ainda ontem, o Conselho Europeu de Proteção de Dados (EDPB), encarregado de coordenar escritórios similares em países da UE, disse ter criado um grupo de trabalho dedicado ao assunto. Com a medida, o órgão quer trocar informações entre as autoridades europeias a respeito das possíveis ações a serem tomadas em relação ao ChatGPT.

“Com o início da investigação na Espanha e a participação no grupo de trabalho europeu, a AEPD atua em paralelo (...) como autoridade nacional de supervisão e controle, bem como em coordenação com seus homólogos europeus pelo conselho”, disse o órgão espanhol em comunicado.

A AEPD afirmou ainda ser favorável a “tecnologias inovadoras como a inteligência artificial”, mas ponderou que o desenvolvimento dessas ferramentas deve ser sempre “compatível com os direitos e as liberdades das pessoas”.

PRIVACIDADE. Quando a Itália bloqueou o ChatGPT, a OpenAI disse à agência de notícias AFP que estava “comprometida em proteger a privacidade das pessoas” e considerava sua ferramenta compatível com a lei. ● AFP

Cerco
Em março, Itália já havia anunciado bloqueio de ferramenta por possível violação de dados pessoais

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE SAÚDE - HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO GOV. PAULO GUERRA
AVISO DE LICITAÇÃO Processo Licitatório nº 1489.2022.CPL.HR.PE.0052.HR Compras. Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de MEDICAMENTOS, conforme especificações e quantitativos previstos no Anexo I, para atender às demandas do Hospital da Restauração e do Hospital Agamenon Magalhães. Valor: R$ 17.385.573,4870. Entrega de proposta: até 28/04/2023 às 08h. Abertura das propostas: 28/04/2023 às 08h30 min. Início da disputa: 28/04/2023 às 09h30min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Edital e anexos poderão ser acessados processando o "download" no site www.peintegrado.pe.gov.br, onde acontecerá a disputa. Outras informações na CPL/HR, na Av. Agamenon Magalhães, s/nº, Derby, Recife (PE), CEP 52.010-040, fone (81) 3181-5412/5604, no horário das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira. Recife, 13/04/2023 - **Verônica Mª Tavares de Albuquerque - Pregoeira da CPL HR.(***)**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO "SINE DIE" PROCESSO 0003.2023.PREG-IV.PE.0003.SAD.SEDUC Em virtude da necessidade de avaliação dos requisitos técnicos da impugnação recebida em sede do processo em epígrafe, com fundamento no §3º do art. 20 do Decreto Estadual nº 32.539/2008, comunica-se aos interessados que a sessão de abertura prevista para 14/04/2023 está adiada "sine die". **Letícia Carvalho Lacerda de Melo, Pregoeira IV.**

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/ME nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de Janeiro de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 18 de janeiro de 2023, às 17:00 horas, exclusivamente digital, considerada como ocorrida na sede social da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. **("Companhia" ou "CSED")**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galero, nº 432 a 448, Tatuapé, CEP 03071-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fábio Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese, Débora Ferreira Figueiredo, Gustavo Cellet Marques, Renato Padovese, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Rodrigo Capelato. **3. Mesa:** Sr. **Wolfgang Stephan Schwerdtle** - Presidente; e Sr. **Daniel Seixas Gomide** - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar, de acordo com item "xxix", artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, sobre a seguinte ordem do dia: **(i) Plano de Recompra de Ações | Cancelamento de Ações em Tesouraria; 5. Deliberações:** Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, decidiram por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, autorizando a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação da seguinte deliberação: **(i)** Adotando a recomendação do Comitê de Finanças e M&A da Companhia, o Conselho de Administração autorizou (i) o cancelamento de 7.775.520 (sete milhões, setecentos e setenta e cinco mil e quinhentos e vinte) ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, referentes ao 1º lote do Plano de Recompra da Companhia **("Plano")**, aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de agosto de 2022, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado de 2022, assim como (ii) aprovou a continuidade da execução do referido Plano de Recompra, de acordo com os critérios já deliberados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle; e Secretário: Daniel Seixas Gomide. Membros do Conselho de Administração presentes: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fábio Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese, Débora Ferreira Figueiredo, Gustavo Celler Marques, Renato Padovese, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva; Renato Russo e Rodrigo Capelato. **Atesto que a deliberação acima foi extraída da ata da Reunião do Conselho de Administração da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. realizada em 18 de janeiro de 2023, às 17:00h, lavrada no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Daniel Seixas Gomide -** Secretário. **JUCESP** nº 61.226/23-3 em 07/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

CNPJ nº 47.902.648/0001-17 - NIRE 3530004507-6

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 769. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET. Em 17 de março de 2023, às 11h00 (onze horas), na Rua Barão de Itapetininga, nº 18, 13º andar, Centro, São Paulo/SP, reuniu-se o **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** da **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET,** de forma virtual, com a participação de seus membros **GETÚLIO KIYOTOMO HANASHIRO (Presidente), JOHNSON SOUZA NASCIMENTO (Vice-Presidente), ADEVILSON MAIA, ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO, CRISTIANO DE ARRUDA BARBIRATO, JORGE ELOY GOMES PEREIRA e RICARDO LORENZINI BASTOS,** contando também com a presença de DANIEL KOITI SATO - Gerente de Governança Corporativa e de RODRIGO DO CARMO MOLINA - Supervisor do Departamento Normativo e Integridade Institucional, que secretariou a reunião. Após as apresentações, iniciaram-se os trabalhos tratando dos seguintes assuntos pautados na **ORDEM DO DIA:** Em conformidade com o disposto no artigo 17, inciso V do Estatuto Social, o Conselho de Administração, por unanimidade, RESOLVE eleger o Senhor HUGO KOGA, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 33.314.970-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 220.690.558-25, com endereço comercial nesta Capital do Estado de São Paulo, no mesmo da Sede da Companhia para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da CET. Em razão da eleição, consignou-se que o mandato do Diretor ora eleito será exercido em complementação aos mandatos em curso, com término em 30 de junho de 2023, com possibilidade de recondução nos termos do artigo 11 do Estatuto Social. Deliberou-se, também, que a Diretoria da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET fica assim constituída: JAIR DE SOUZA DIAS, Diretor Presidente; HEMILTON TSUNEYOSHI INOUYE; HUGO KOGA e MARCELO MORAES ISIAMA, Diretores. Ficam arquivados na sede da Companhia a "Declaração de Desimpedimento" e o "Termo de Posse" do Diretor ora eleito. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião às 12h00 (doze horas), da qual se lavrou a presente ata. São Paulo, 17 de março de 2023. (a.a.) ADEVILSON MAIA, ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO, CRISTIANO DE ARRUDA BARBIRATO, GETÚLIO KIYOTOMO HANASHIRO, JORGE ELOY GOMES PEREIRA, RICARDO LORENZINI BASTOS e JOHNSON SOUZA NASCIMENTO. A presente é cópia fiel da ata transcrita no conjunto de fichas de atas do Conselho de Administração. (a.a.) JOHNSON SOUZA NASCIMENTO, Conselheiro. Secretaria de Desenvolvimento Econômico - **JUCESP -** Certifico o registro sob o nº 136.243/23-0, em 06/04/2023. Gisela Simiema Ceschin, Secretária Geral.

SICOOB CREDIVALE
Cooperativa de Crédito

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO PARANAPANEMA - SICOOB CREDIVALE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Paranapanema - SICOOB CREDIVALE, CNPJ: 01.637.949/0001-60, NIRE: 35400043211, com sede na Rua Reverendo Coriolano, 2004, Vila Ocidental, Presidente Prudente/SP, CEP: 19015-070, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são em número de 15.214 (quinze mil duzentos e quatorze), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se por meio eletrônico, adotando-se o APP SICOOB MOOB como meio de participação e de deliberação, a ser realizada no dia **27 de abril de 2023:** 1) Em primeira convocação: às 13 horas, com acesso remoto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados; 2) Em segunda convocação: às 14 horas, com acesso remoto de metade mais um dos associados; 3) Em terceira e última convocação: às 15 horas, com acesso remoto de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

1. Prestação de contas dos órgãos de administração referente ao exercício findo de 2022;
2. Destinação das sobras apuradas e a fórmula de cálculo;
3. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal;
4. Fixação do valor global para pagamento dos honorários e das gratificações dos membros da Diretoria Executiva;
5. Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa;
6. Atualização da Política de Sucessão de Administradores.

Observações:
Nota 1. Para participação na votação dos assuntos da ordem do dia, os associados deverão realizar o *download* do aplicativo SICOOB MOOB em seu celular *(smartphone)* ou *tablet,* disponível gratuitamente nas lojas *Apple Store e Google Play.* Após o *download,* deverá ser inserido o número da conta corrente e a senha utilizada para acesso ao SicoobNet *(internet banking).*
Nota 2. O aplicativo SICOOB MOOB, que será utilizado para as votações, atende os requisitos de participação a distância por meio eletrônico, garantindo segurança, confiabilidade, transparência nos assuntos a serem tratados e registro de presença dos associados.
Nota 3. A Cooperativa contará com suporte *on-line* no e-mail ago2023@credivale.org.br para a instalação do aplicativo SICOOB MOOB. Recomenda-se aos associados efetuarem o *download* do aplicativo previamente, evitando assim o acúmulo de dúvidas sobre o acesso, no momento da assembleia.
Nota 4. Os associados poderão esclarecer suas dúvidas de instalação do aplicativo e acesso ao APP SICOOB MOOB nos Postos de Atendimento - PAs.
Nota 5. As Demonstrações Contábeis de Encerramento do Exercício 2022, estarão disponíveis no sítio eletrônico http://www.credivale.org.br a partir de 14/04/2023.
Nota 6: Dúvidas relacionadas à ordem do dia poderão ser esclarecidas antes da assembleia por meio do e-mail ago2023@credivale.org.br.

Presidente Prudente/SP, 14 de abril de 2023
Newton Durães Teixeira
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA GRUPOS

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 067/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE PRODUTOS PARA SAÚDE - PARTE VII (KIT DE LARINGOSCÓPIO, LÂMINAS E OUTROS), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DESTE EDITAL.**DO TIPO:** MENOR PREÇO.
FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os GRUPOS 03 E 06 foram declarados FRACASSADOS. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR**.

Fortaleza – CE, 12 de abril de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/ME nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 17 de Fevereiro de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 17 de fevereiro de 2023, às 9:00 horas, de modo híbrido, na unidade da Av. Paulista, nº 1415, 16º andar, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01311-925 da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. **("Companhia" ou "CSED")** com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galera, nº 432 a 448, Tatuapé, CEP 03071-000, **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fábio Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese (por webconferência), Débora Ferreira Figueiredo, Gustavo Cellet Marques, Renato Padovese, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Rodrigo Capelato. **3. Mesa:** Sr, Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente; e Sr. Daniel Seixas Gomide - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar, de acordo com o artigo 19, inciso xiv, do Estatuto Social da Companhia, sobre a seguinte ordem do dia: **4.1. Fianças Bancárias - Contratos de Energia. 5. Deliberações:** Após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, decidiram por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, autorizando a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação da seguinte deliberação: **5.1.** Aprovar a concessão de fianças bancárias de contratos de compra e venda de energia elétrica, firmados: **(i)** pela Ipê Educacional Ltda., mantenedora do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), com a Comerc Comerei a lizadora de Energia Elétrica Ltda.; **(ii)** pela Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda., mantenedora do Centro Universitário Módulo, com a Comerc Comercia lizadora de Energia Elétrica Ltda.; e **(iii)** pela Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda., mantenedora do Centro Universitário Braz Cubas, com a Copei Comercialização S.A., conforme material apresentado pela Diretoria. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle; e Secretário: Daniel Seixas Gomide. Membros do Conselho de Administração presentes: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fábio Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese, Débora Ferreira Figueiredo, Gustavo Cellet Marques; Renato Padovese Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Rodrigo Capelato. **Atesto que a deliberação acima foi extraída da ata da Reunião do Conselho de Administração da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. realizada em 17 de fevereiro de 2023, às 09:00h, lavrada no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Daniel Seixas Gomide -** Secretário. **JUCESP** nº 112.545/23-3 em 21/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/ME nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 23 de Novembro de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 23 de novembro de 2022, às 14 horas, na sede social da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. **("Companhia"),** localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 432 a 448, bairro Tatuapé, CEP 03071-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fábio Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese, Débora Ferreira Figueiredo, Gustavo Cellet Marques, Renato Padovese, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Rodrigo Capelato. **3. Mesa:** Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente; e Sr. Daniel Seixas Gomide - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar, de acordo com o artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, sobre a seguinte ordem do dia: (i) O conteúdo da Proposta da Administração referente à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 15 de dezembro de 2022; (ii) A convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15 de dezembro de 2022, nos termos da Proposta da Administração constante do item (i) desta ordem do dia; e (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações adotadas. **5. Deliberações:** Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (i) Aprovar o conteúdo da Proposta da Administração referente à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 15 de dezembro de 2022; (ii) Aprovar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15 de dezembro de 2022, que deliberará sobre ***(a)*** a aprovação do Programa de Participação nos Resultados Diferido, como uma nova modalidade de incentivo de longo prazo, no contexto do Regulamento dos Incentivos de Longo Prazo (ILP) - Phantom Shares e PPR Diferido, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2022; e ***(b)*** a rerratificação da remuneração global da administração da Companhia prevista para o exercício social de 2022, para a inclusão do valor total do Incentivo de Longo Prazo da Companhia, nos termos da Proposta da Administração constante do item (i) desta ordem do dia; e (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações adotadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle; e Secretário: Daniel Seixas Gomide. Membros do Conselho de Administração presentes: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fábio Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese, Débora Ferreira Figueiredo, Gustavo Cellet Marques, Renato Padovese, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Rodrigo Capelato. Todo o material das apresentações correlatas à pauta de deliberações da presente Reunião encontra-se arquivado na Sede Social da Companhia. **Declaro que a presente confere com a ata da Reunião do Conselho de Administração da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. realizada em 23 de novembro de 2022, às 14h, lavrada no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Daniel Seixas Gomide -** Secretário. **JUCESP** nº 674.129/22-2 em 30/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO
CNPJ Nº 00.259.231/0001-14 - NIRE Nº 354.0002499-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DIGITAL 2023

O Presidente do Conselho de Administração do Sicoob UniMais Metropolitana – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão, CNPJ 00.259.231/0001-14, NIRE 354.0002499-2 em cumprimento às disposições legais e estatutárias, convoca os 24.547 (vinte quatro mil e quinhentos e quarenta e sete) associados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a realizar-se de forma DIGITAL, por meio do aplicativo e site Sicoob Moob, que irá iniciar-se no dia 26 de abril de 2023 às 07:00 horas (sete horas), com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 08:00 horas (oito horas), com a presença de metade dos associados mais um, em segunda convocação; ou às 09:00 horas (nove horas), com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, em terceira e última convocação. A partir das 10:00 horas (dez horas) com duração de 1h (uma hora), através do Sicoob Moob, estará aberto ao vivo para esclarecimento de dúvidas. O encerramento se dará dia 27 de abril de 2023 às 17:00 horas (dezessete horas). Para deliberarem sobre a seguinte, **ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Ampla reforma do Estatuto Social em adequação ao modelo padrão do Sistema Sicoob e alterações advindas da Lei Complementar 196/2022, com destaques para: a) Alteração da estrutura composta pela Diretoria Executiva; b) Alteração da composição do Conselho Fiscal; c) Alteração na forma de publicação de edital de convocação em atendimento a Lei Complementar 196 de 24/08/2022. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1. Prestação de contas do exercício de 2022 dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do da Auditoria Independente realizada pela CNAC, parecer da Central Sicoob Unimais Rio e do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício social; e c) demonstrativo dos resultados do exercício de 2022. 2. Destinação das sobras ou rateio das perdas apuradas; 3. Fixação do valor das cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 4. Fixação do valor global dos honorários da Diretoria Executiva; 5. Assuntos gerais. **Notas: 1.** As votações dos assuntos da ordem do dia, deverão ser realizadas pelos associados exclusivamente através do aplicativo Sicoob Moob disponível para download gratuito em versões compatíveis com celular ou tablet com sistema operacional IOS ou Android nas lojas Apple Store e Google Play ou através do endereço eletrônico para navegadores de computador https://www.sicoob.com.br/web/moobweb. Para acessar o aplicativo será necessário utilizar os dados de acesso da sua conta corrente. Todos os materiais que serão apresentados nesta Assembleia, assim como, informações complementares de como participar, estarão disponíveis para acesso no site: https://www.sicoob.com.br/web/sicoob-unimais-metropolitana **2.** A Assembleia Geral será transmitida digitalmente, a partir do horário da primeira convocação até as 17:00 horas do dia 27 de abril de 2023, no aplicativo e site Sicoob Moob. **3.** O processo de votação terá início após formação do quórum exigido no dia 26 de abril e encerrar-se-á às 16:00 horas do dia 27 de abril de 2023. **4.** Todas as informações, documentos e orientações para participação podem ser obtidos detalhadamente no aplicativo e site Sicoob Moob. **5.** Para participar da Assembleia Geral digital, o associado deve confirmar sua inscrição no aplicativo e site Sicoob Moob.

Santos (SP), 11 de abril de 2023.

Antonio Fernandes Ventura
Presidente do Conselho de Administração

MATHEUS PIOVESANA, CYNTHIA DECLOEDT, JULIANA GARÇON E ISABELA MOYA/ GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Bancos e Americanas acertam detalhes para aporte imediato de R$ 12 bi

As conversas entre a Americanas e os bancos credores estão evoluindo e um acordo definitivo pode sair até junho. A elevação da proposta total a R$ 12 bilhões foi bem recebida pelos credores. As conversas progridem para garantir que o valor seja totalmente desembolsado de forma imediata aos bancos. Pela proposta mais recente, o trio de acionistas de referência da Americanas, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, faria um aporte de R$ 10 bilhões na companhia de forma imediata. Houve um aceno de aporte de mais R$ 2 bilhões no futuro apenas se a situação financeira da varejista se complicar – o desembolso dessa parcela de forma imediata é o que os bancos querem garantir.

Recursos são 'água em chapa quente'

No mercado financeiro, são recorrentes as avaliações de que a situação da Americanas é extremamente grave. A percepção é de que não será capaz de gerar valor e vai minguar. Por ser intensiva em capital de giro e estar sem crédito, os recursos prometidos até aqui são vistos como "água em chapa quente".

Bancos selaram trégua na negociação

A proposta de R$ 12 bilhões da Americanas amenizou os ânimos entre os lados, que trocavam farpas desde janeiro. Mas há pontos a serem equacionados. Dada a necessidade de recursos da empresa, os bancos tentam elevar o valor do aporte imediato para melhorar o potencial de recuperação dos créditos.

● **DESTRAVA.** Segundo um executivo de um banco, os esforços se concentram agora em transformar os R$ 2 bilhões em capital efetivo e não condicionado a critérios financeiros, como na última proposta. Na visão dele, um acordo pode sair até junho. O aumento do aporte reduziria o volume de dívida que os bancos teriam de converter em ações.

● **TEM MAIS.** "Há debates sobre alongamento e outros vários pontos. Eles ainda precisam ser construídos", afirma um executivo a par das negociações, consultado sob condição de anonimato. "Isso [um acordo em torno do valor] já está meio resolvido", afirmou um outro executivo.

● **VEM JUNTO.** Outro ponto a resolver na equação está nos detentores de debêntures e títulos (bonds) emitidos no exterior, dado que o pacote proposto pela varejista também envolve a participação deles. Não foi bem recebido o desconto de 60% que a empresa oferece aos debenturistas. Além disso, a cláusula que determina que os credores não podem ter litígios contra a varejista são avaliados como "pedir demais".

FRAGILIDADES

TABA BENEDICTO/ESTADÃO

No mercado, são recorrentes as avaliações de que a situação da Americanas é muito grave e de que a companhia pode minguar

● **BANDEIRA BRANCA.** O clima ameno levou a um "cessar-fogo" na esfera judicial entre a Americanas e parte das instituições credoras. O acordo, anunciado pela empresa na quarta-feira, inclui alguns dos maiores credores, como Bradesco, Itaú Unibanco, BTG e Safra, segundo apurou a reportagem, e tem prazo de 30 dias.

● **BAIXA.** Os maiores credores da Americanas fizeram provisões para cobrir um eventual calote da companhia – Bradesco e Itaú separaram 100% do que têm a receber. Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (CEF) provisionaram metade, e o Santander, 30%. Procurados, Americanas, Bradesco e Santander não comentaram. O Itaú informou que faz parte do acordo de suspensão temporária das ações judiciais.

● **IMPACTO.** A crise da Americanas atingiu as vendas do marketplace, parte do site em que a companhia vende produtos de outras varejistas. Em fevereiro, o faturamento do canal foi de R$ 180 milhões, contra R$ 1,4 bilhão em novembro, um encolhimento de mais de sete vezes, segundo levantamento da startup Magis5, que integra dados de e-commerce, com base nos documentos da recuperação judicial da companhia, divulgados em março.

● **EM QUEDA.** Números apurados pela Magis5 em sua plataforma apontam que os pedidos diários no marketplace da Americanas caíram 35%. Houve ainda uma baixa de 5,1% na quantidade de vendedores ativos. As quedas acontecem em um momento em que, além das concorrentes nacionais, varejistas asiáticas, como AliExpress e Shoppee, mantêm o apetite pelo mercado nacional.

● **MENINA DOS OLHOS.** A Roche Farma investiu R$ 33 milhões em estudos clínicos para a área oftalmológica no País desde 2018, sendo R$ 10 milhões no último ano. Foi a área cujos investimentos mais cresceram no período, com aumento de 96%. Em 2022, os aportes totais em pesquisa clínica no País por parte da Roche superaram os R$ 440 milhões, alta de mais de 30% em relação a 2021.

SOBE

Perspectiva para juros favorece educação

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

A perspectiva do fim de ciclo de alta dos juros no Brasil e nos EUA favoreceu o setor de educação na bolsa. Yduqs e Cogna subiram 2,10% e 1,50%, respectivamente. Fora do Ibovespa, Ânima avançou 3,72% e Ser Educacional, 1,91%. Bruno Tebaldi, da Nova Futura, destacou um posicionamento relevante de grandes investidores em Cogna. Isso despertou o interesse de outros investidores para o setor como um todo.

DESCE

Frigoríficos têm dia de queda na Bolsa

NACHO DOCE/REUTERS

Mais um dia de desvalorização do dólar e um movimento de venda por parte dos investidores para embolsar ganhos anteriores fizeram as empresas do setor de carnes recuar ontem na B3, segundo analistas. As ações das empresas, que têm parte de suas receitas em dólar, tiveram as maiores quedas do Ibovespa. BRF perdeu 7,64%, Marfrig teve baixa de 7,05% e Minerva, de 6,47%. O recuo de JBS foi mais moderado, de 2,93%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 106.457,85 PTS. | Dia -0,40% | Mês 4,49% | Ano -2,99%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
MRV ON NM	7,64	6,56	35.907
QUALICORP ON NM	4,05	2,79	10.106
COPEL PNB N2	7,83	2,62	19.652

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BRF SA ON NM	6,29	-7,64	25.589
MAFRIG ON NM	6,33	-7,05	22.004
MINERVA ON NM	9,40	-6,47	31.383

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

10/4 A 10/5	0,1482	0,9494	0,6489	0,5000
11/4 A 11/5	0,1483	0,9495	0,6490	0,5000
12/4 A 12/5	0,1483	0,9495	0,6490	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	34.029,69	1,14	2,27	2,66
FRANKFURT - DAX	15.729,46	0,16	0,64	12,97
LONDRES - FTSE	7.843,38	0,24	2,77	5,26
TÓQUIO - NIKKEI	28.156,97	0,26	0,41	7,90

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,72	2.922,30
	15/5/2035	6,02	2.024,64
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,88	4.170,37
PREFIXADO	1º/1/2026	11,61	741,87
	1º/1/2029	12,11	521,55
SELIC	1º/3/2026	0,10	13.053,58

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,77	0,64	1,88	4,36
IGP-M (FGV)	-0,06	0,05	0,20	0,17
IGP-DI (FGV)	0,04	-0,34	-0,25	-1,16
IPC (FIPE)	0,43	0,39	1,45	5,75
IPCA (IBGE)	0,84	0,71	2,09	4,65
CUB (Sinduscon)	0,00	-0,19	-0,26	7,81
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	0,43	1,05	4,80

Índices de reajuste do aluguel (Abril)

IGP-M (FGV)	1,0017	IPCA (IBGE)	1,0209
IGP-DI (FGV)	-1,0116	INPC (IBGE)	1,0188
IPC-FIPE	1,0575	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/5. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,64	-0,07	-0,15	-0,07
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/23	24,04	180.232	23,90	24,70	-0,04
CAFÉ NY*	JUL/23	194,40	66.544	187,80	198,10	3,13
SOJA CBOT**	MAI/23	15,01	192.989	15,005	15,223	-0,22
MILHO CBOT**	JUL/23	6,26	446.102	6,245	6,33	-0,36

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	140,00	-1,04	-21,78
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	285,35	-2,13	-15,15
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	76,88	-1,00	-12,20
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.132,20	2,07	-9,37

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	4,9262	-0,31	-2,81	-6,70
DÓLAR TURISMO	5,1230	-0,39	-2,84	-6,55
EURO	5,4430	0,24	-0,98	-3,44
OURO	317,010	0,89	0,00	4,97
WTI US$/BARRIL	82,2900	-0,99	8,68	2,24
IBRENTUS$/BARRIL	86,2400	-0,92	8,17	0,34

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,1049	1,2527	0,2030
EURO	0,905	1,0000	1,1337	0,1837
FRANCO SUÍÇO	0,889	0,9824	1,1135	0,1804
LIBRA ESTERLINA	0,798	0,8821	1,0000	0,1621
IENE	132,646	146,5530	166,1450	26,9320

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

O Diretor Técnico III da Penitenciária "ASP Joaquim Fonseca Lopes" de Parelheiros, torna público que se acha aberto o certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico Processo SAP- Processo SAP-PRC-2023/12486 objetivando a aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para utilização no preparo de alimentação na Penitenciária "ASP Joaquim Fonseca Lopes" de Parelheiros no período de maio a agosto de 2023. A Sessão Pública será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br no dia 28/04/2023, as 09:00 horas. O edital na íntegra está disponível nos sítios www.pregao.sp.gov.br – www.e-negociospublicos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 734/2.023.
Concorrência nº 04/2.023.

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de escola estadual de ensino fundamental e médio (padrão FDE), no âmbito do eixo de infraestrutura física do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP – Processo nº SEDUC-PRC-2021-02008-DM.
Data de recebimento dos envelopes: 19/05/2.023.
Horário limite para recebimento dos envelopes: 09:00 horas.
Abertura: 19/05/2.023 – 09:30 horas.
O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Gerência de Licitação e Compras, no horário comercial e disponível no endereço eletrônico (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Gerência ou através do telefone (14) 3302-6000 – ramais 6032 e 6123.

Ourinhos, 13 de abril de 2.023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 741/2023.
Pregão Eletrônico nº 32/2023.

Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), produtos e utensílios de limpeza e higiene.
Data limite para recebimento das propostas e documentos de habilitação: 28/04/2023 até as 08:59:59 horas.
Abertura, avaliação das propostas e documentos de habilitação e início da sessão pública de disputa de preços: 28/04/2023 – 09:00:00 horas.
Sitio eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br
O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Ourinhos, 13 de abril de 2023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
REAVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 253/2.023.
Tomada de Preços nº 02/2.023.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a readequação do parque de iluminação pública situado no Jardim Guaporé, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra.
Data de recebimento dos envelopes: 18/05/2.023.
Horário limite para recebimento dos envelopes: 09:00 horas.
Abertura: 18/05/2.023 – 09:30 horas.
O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Gerência de Licitação e Compras, no horário comercial e disponível no endereço eletrônico (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Gerência ou através do telefone (14) 3302-6000 – ramais 6032 e 6123.

Ourinhos, 13 de abril de 2.023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU

EXTRATO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO.
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2023.
EDITAL Nº 06/2023.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em instalação de estrutura de rede elétrica para ligação de ar condicionado nas escolas da rede municipal de ensino, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as especificações e condições contidas nas documentações listadas no Anexo I do Edital.
SESSÃO DA REABERTURA: 03/05/2023, a partir das 09h30min
LOCAL DA SESSÃO E INFORMAÇÕES: na Prefeitura Municipal de Ipaussu, Secretaria Municipal de Compras, sito à Rua Washington Luiz, 819, Centro, na cidade de Ipaussu/SP. Telefone (14)3344-9000 das 13h00 às 17h00. O edital também estará disponível no site www.ipaussu.sp.gov.br email:compras@ipaussu.sp.gov.br

Sergio Galvanin Guidio Filho
Prefeito Municipal

COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA

CNPJ/ME nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Nos termos do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no dia 24 de abril de 2023, às 9h, na sede da Companhia, na Av. Doutor Jose Artur Nova, 951, São Miguel Paulista, São Paulo/SP, com a seguinte Ordem do Dia: (1) Deliberar sobre a aprovação do Resultado do ano de 2022 e as Demonstrações Financeiras (DFs); (2) Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 2022; (3) Deliberar sobre o resultado apurado pela Diretoria a título de EBITDA da Companhia em 2022; (4) Aprovar a alteração dos artigos do Estatuto Social da Companhia; e (5) Eleger os Membros do Conselho de Administração e aprovar da remuneração Global dos Administradores. Encontram-se à disposição dos acionistas, na Sede da Companhia, os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76. São Paulo, 14 de abril de 2023.

Companhia Nitro Química Brasileira
Lucas Santos Rodas - Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO:RDCPRESENCIAL **Nº.030/2023.**
ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INFRAESTRUTURA (FME-I)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE 07 (SETE) QUADRAS POLIESPORTIVAS DE UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE (PACOTE 10), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA:ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO:EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 25/05/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 25/05/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 25/05/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.
• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei n. 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto n. 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Federal n. 8.666/93, subsidiariamente, nas hipóteses expressamente admitidas, e pelos Decretos Municipais n. 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e n. 15.126, de 28 de setembro de 2021, e pela Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consultana Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza-CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no PortaldeLicitaçõesdo TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza–CE, 12 de abril de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO:RDC PRESENCIAL **Nº.032/2023**.
ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INFRAESTRUTURA (FME-I)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE (PACOTE 02), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA:ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO:EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 31/05/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 31/05/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 31/05/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.
• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei n. 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto n. 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Federal n. 8.666/93, subsidiariamente, nas hipóteses expressamente admitidas, e pelos Decretos Municipais n. 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e n. 15.126, de 28 de setembro de 2021, e pela Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consultana Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza-CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no PortaldeLicitaçõesdo TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza–CE, 12 de abril de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO:RDCPRESENCIAL **Nº.029/2023.**
ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INFRAESTRUTURA (FME-I)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) JOSÉ AURÉLIO CÂMARA, NO BAIRRO VICENTE PINZON, MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA:ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO:EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 24/05/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 24/05/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 24/05/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.
• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei n. 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto n. 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Federal n. 8.666/1993, subsidiariamente, nas hipóteses expressamente admitidas, e pelos Decretos Municipais n. 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e n. 15.126, de 28 de setembro de 2021, e pela Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consultana Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza-CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no PortaldeLicitaçõesdo TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza–CE, 12 de abril de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO:RDC PRESENCIAL **Nº.031/2023.**
ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INFRAESTRUTURA (FME-I)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE 08 (OITO) QUADRAS POLIESPORTIVAS DE UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE (PACOTE 09), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA:ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO:EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 30/05/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 30/05/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 30/05/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.
• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pela Lei n. 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto n. 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Federal n. 8.666/93, subsidiariamente, nas hipóteses expressamente admitidas, e pelos Decretos Municipais n. 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e n. 15.126, de 28 de setembro de 2021, e pela Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consultana Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza-CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no PortaldeLicitaçõesdo TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza–CE, 12 de abril de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO:RDCPRESENCIAL **Nº.028/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA (SEINF)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL (EEF) ZACARIAS FLORINDO, NO BAIRRO GRANJA PORTUGAL, MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE, MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA:ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO:EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
A presente licitação faz parte do "Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento (PROINFRA), cujo o órgão financiador é o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)".
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 23/05/2023 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 23/05/2023 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 23/05/2023 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.
• e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• fone: (085) 3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei n. 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto n. 7.581, de 11 de outubro de 2011, pela Lei Federal n. 8.666/93, subsidiariamente, nas hipóteses expressamente admitidas, e pelos Decretos Municipais n. 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e n. 15.126, de 28 de setembro de 2021, e pela Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consultana Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza-CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no PortaldeLicitaçõesdo TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza–CE, 12 de abril de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP MSD 00948/23-Fornecimento com instalação de medidores de vazão ultrassônicos do tipo intrusivo. Edital completo disponível para "download" a partir de 17/04/23,no Site.www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha no acesso "cadastre sua empresa" Informações: tel.(11) 5682-2805, Envio das propostas a partir da 00h00 de 02/05/23,até às 09:30 h de 03/05/23, no site acima, Abertura das Propostas 03/05/23,às 09:31hs, UN Sul - SP 14/04/23.

PG SABESP MS 00914/23 - Prestação de serviços de combate as perdas físicas e comerciais através da identificação e atuação em irregularidades de água na área de atuação da UN Sul MS. Edital completo disponível para download a partir de 14/04/23. Envio das "Propostas" a partir da 00h00 (zero hora) do dia 02/05/23 até às 09:00 do dia 03/05/23, no site da SABESP: www.sabesp.com.br/licitacoes. As 09:30 do dia 03/05/23 será dado início à sessão pública. SP 14/04/23 MS.

PG SABESP MS 00624/23 - Prestação de serviços de manutenção predial por desempenho para 403 áreas operacionais em boosters, estação elevatória de água, estação elevatória de esgotos, poços e reservatórios nas áreas das UGRs da UN Sul - Diretoria Metropolitana. Edital completo disponível para download a partir de 14/04/2023. Envio das "Propostas" a partir da 00h00 (zero hora) do dia 02/05/2023 até às 09h00 do dia 03/05/2023, no site da Sabesp - [www.sabesp.com.br/licitacoes] www.sabesp.com.br/licitacoes - mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Às 09h30min do dia 03/05/2023 será dado início à Sessão Pública pela Pregoeira. UNSul, 14/04/2023.

PG SABESP MIS 117 Nº 00662/23 - Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos condicionadores de ar instalados nas áreas de atuação da Diretoria Metropolitana M. Edital Completo disponível para "download" a partir de 14/04/2023 no site eletrônico www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de Senha e Credenciamento (condicionante à participação) no acesso "cadastre sua empresa". Problemas com o site, telefone: (11) 3388-8509 ou informações com Joel (11) 3388-7194. Envio de "Propostas" a partir da 00h (zero hora) de 27/04/2023 até 09h (nove horas) de 28/04/2023, no site acima. Às 09h (nove horas) será dado início à Sessão Pública. São Paulo, 14/04/2023 - Departamento de Serviços Administrativos Integrados MIS.

LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA – JUCEMG 637

Edital de Leilão **002/2023 – SICOOB CREDINTER/MG**, torna público que levará a leilão online nos dias 11/05/2023 1a Praça e 26/05/2023 2a Praça às 13:00h, seu imóvel: Uma casa residencial ainda em fase de acabamento, com a área de terreno de 143,00m2, situada à Rua Francisco Luzia Netto, no 32, bairro "Parque Silvestre", na cidade de **AMPARO/SP. Matrícula: n° 40.842**. Informações, fotos e edital no site: www.MGL.com.br ou pelo fone: 0800 242 2218.

SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2023
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de papel toalha de 200 metros a ser entregue nas unidades.
Retirada do edital: a partir de 14 de abril de 2023, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 26 de abril de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

SESI

AVISOS DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura das licitações:

1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2023
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de mobiliário de aço.
Sessão de disputa de preços (lances): 3 de maio de 2023 às 13h30.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2023
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de bancos para jardim.
Sessão de disputa de preços (lances): 26 de abril de 2023 às 9h30.

3. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2023
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de cadeiras e banquetas em polipropileno.
Sessão de disputa de preços (lances): 27 de abril de 2023 às 9h30.

4. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2023
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de quadros brancos e flip charts.
Sessão de disputa de preços (lances): 3 de maio de 2023 às 10h30.

5. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de mesas de jogos.
Sessão de disputa de preços (lances): 3 de maio de 2023 às 9h30.

6. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2023
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de plataformas modulares.
Sessão de disputa de preços (lances): 2 de maio de 2023 às 9h30.

Retirada dos editais: a partir de 14 de abril de 2023, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).
Participação nos pregões eletrônicos: exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

AVISO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO DE ABERTURA

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL **Nº 001/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS COM INSTALAÇÃO PARA VIDEOMONITORAMENTO, VIDEOWALL, ESTAÇÕES DE TRABALHO, FIBRA ÓTICA E VEÍCULOS AÉREOS NÃO TRIPULÁVEIS E BATERIAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ, ATRAVÉS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO REALIZADO ENTRE A CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF E A PREFEITURA DE FORTALEZA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA/CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que por determinação do Secretário em Exercício do Órgão de origem - SEGER, Sr MARCOS AURÉLIO DA SILVA LIMA, através do oficio nº 0604/2023 – COMPRAS/COAFI/SEC/SESEC/PMF, o processo em epígrafe foi SUSPENSO, por falta de tempo hábil para responder os pedidos de esclarecimentos e impugnações. Maiores informações através do e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: (85) 3452- 3481.

Fortaleza-CE, 12 de abril de 2023.
OTÁVIO CESAR LIMA DE MELO
PRESIDENTE DA CPL

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA **Nº. 005/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA – **SEINF.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO DA PARANGABA, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE, CONFORME ESPECIFICADO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os **Envelopes** contendo os **Documentos de Habilitação e Propostas de Preços** serão recebidos no dia 01 de junho de 2023, no horário compreendido entre 10h00min às 10h15min.(horário local) na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, CEP:60.140-060 – Fortaleza-CE, e iniciada a **Abertura dos Envelopes** contendo os **Documentos de Habilitação e Propostas de Preços** no dia 01 de junho de 2023 às 10h15min.(horário local). O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta no e-compras: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452-3477.**

Fortaleza-CE, 12 de abril de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 100/2023 - CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.252/2023 – EMSERH

OBJETO: Contratação **de empresa especializada para prestação de serviço de lavanderia hospitalar**, nas dependências da Contratada, com locação de enxoval, para atender às necessidades **do Hospital de Cuidados Intensivos - HCI**, unidade administrada pela **EMSERH**.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DA ABERTURA: 09/05/2023 às 09h00min, horário de Brasília.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br.)

ID Nº 996427

Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e **www.licitacoes-e.com.br**.

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br**; csl.emserh.ma@gmail.com e/ou fernando.cslemserh@gmail.com ou pelo Telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 10 de abril de 2023.

Fernando Wlysses Filgueira da Conceição
Agente de Licitação da CSL/EMSERH
Matrícula n° 12.557

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

RENOVADORA DE PNEUS OK LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº 61.532.339/0001-23, situada a Rua Dias da Silva, 05, sala 01- CEP 02114-000, Vila Maria Baixa, São Paulo/SP, CONVOCA todas as pessoas, que lhe prestaram serviços no período de 01/1967 a 02/1998 a comparecerem no endereço supra mencionado, munidos de documentos comprobatórios do vínculo empregatício (CTPS, PIS/PASEP), para regularização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS junto à Caixa Econômica Federal.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM ICESP 2224/2023
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 7119/2023 - ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** às empresas **Prisma Comercial E Industria Ltda, CNPJ 14.478.962/0001-65** e **Samys Plasticos e Embalagens Ltda**, **CNPJ 07.347.394/0001-06,** o fornecimento de **BOBINA PARA SELADORA 40CM X 0,12** e **BOBINA TRANSPARENTE PIC. C/ SERRILHA E FITA PERMANENTE 3,5 x 9,5 - C/ 10.000 UNIDADES**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

CNPJ nº 47.902.648/0001-17 - NIRE 3530004507-6

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2023, às 10h00 (dez horas), na sede social, na Rua Barão de Itapetininga, 18 - 13º andar, nesta Capital do Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- Em Assembleia Geral Ordinária:
  1. Tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2022; e
  2. Outros assuntos.
- Em Assembleia Geral Extraordinária:
  1. Cientificar o Acionista Controlador acerca do Diretor Administrativo e Financeiro eleito na reunião de nº 0769 de 17/03/2023 do Conselho de Administração; e
  2. Outros assuntos.

São Paulo, 10 de abril de 2023
JAIR DE SOUZA DIAS - Diretor Presidente
HEMILTON TSUNEYOSHI INOUYE - Diretor de Operações
HUGO KOGA - Diretor Administrativo e Financeiro
MARCELO MORAES ISIAMA - Diretor de Representação

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

A **Câmara Municipal de Belo Horizonte** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, **a partir das 10:00 horas do dia 04 de maio de 2023,** pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br/, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para o serviço de limpeza do forro baffle do teto do Plenário Amynthas de Barros. O texto integral do edital (contendo todas as informações sobre o certame) encontra-se à disposição dos interessados na Internet, nos sites www.comprasnet.gov.br, (utilizando-se para pesquisa o Código **UASG nº 926306**) e www.cmbh.mg.gov.br (link Transparencia>Licitacoes). Frisa-se que ao presente pregão aplica-se a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Portaria nº 20.453/2022. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo telefone da Seção de Apoio a Licitações da CMBH, (31) 3555-1249, no horário de 9:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou pelo e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2023.
LUCIANE SILVA VIANA
Pregoeira

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 155ª (Centésima Quinquagésima Quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio* das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) emissão *da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e da Resolução CVM n° 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("**Assembleia**"), a realizar-se no dia **04 de maio de 2023, às 10:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("**Agente Fiduciário**"), nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovação de renúncia prévia do direito de declarar o vencimento antecipado das CPRFs nºs 001 e 002 ("CPR-Financeiras"), nos termos do item (vi) da cláusula 10.3 das referidas CPR-Financeiras e do item (vi) da cláusula 7.4.2 do Termo de Securitização, em caso de desenquadramento do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA, apurado pela Emissora, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, mediante o pagamento, pela Devedora, de um *waiver fee* de 1,00% (um por cento) flat sobre o saldo devedor das CPR-Financeiras, pago em uma única vez, em até 03 (três) dias úteis da aprovação do *waiver* na Assembleia; **(ii)** aprovação da alteração na definição de EBITDA, constante na cláusula 10.3, item "vi", das CPRFs nºs 001 e 002; e no Termo de Securitização, tanto na definição do termo quanto na cláusula 7.4.2 do documento para, onde consta "*lucro antes do resultado financeiro e dos tributos, acrescido dos valores atribuíveis à depreciação e amortização e da variação no valor justo dos aditivos biológicos (conforme fluxo de caixa)",* passar a constar "r*esultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022";* e **(iii)** autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações da Assembleia, incluindo eventual alteração dos documentos da oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **1. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A Assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação, às 10:00 horas do dia 04 de maio de 2023, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CRA em Circulação. A matéria prevista no item (i) da Ordem do Dia está sujeita à aprovação por 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação, e a matéria prevista no item (ii) está sujeita à aprovação por 90% (noventa por cento) dos votos favoráveis de Titulares dos CRA em Circulação. **(ii)** Nos termos do artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM 81, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, preferencialmente. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica, conforme previsto no artigo 6º, § 4º, da Resolução CVM 81. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 81, e, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia dos seguintes documentos: **1.** quando pessoa física, documento de identidade; **2.** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; **3.** se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e **4.** quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto à distância. **(v)** Os documentos relacionados às matérias constantes deste Edital estarão disponíveis aos Titulares de CRA no endereço da Emissora na internet https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, (inserir "Palmital" em "Buscar Empresas, Série, Cetip" e clicar na linha da emissão nº "155ª" e, então, localizar o documento desejado), incluindo a Proposta da Administração.

São Paulo, 14 de abril de 2023
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.
Cristian de Almeida Fumagalli
Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização

RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 09.222.901/0001-00 - NIRE 4230004824-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2023, às 14:00 horas, na sede da RTDR PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1, CEP 88330-063.

2. Convocação e Presença: Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em edições dos dias 21, 22 e 24 de março de 2023, páginas 33, 62 e 73 respectivamente, e no Jornal "O Estado de São Paulo" em edições dos dias 21, 22 e 23 de fevereiro de 2022, páginas B10, B16 e B10, respectivamente. Acionistas presentes representando 100% (cem por cento) do capital votante da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.

3. Mesa: Presidente: Sra. **Tatiana Schumacker Rosa Cequinel**; Secretário: Sr. **Guilherme Martins Bouzan**.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** aprovar os termos e condições da 10ª (décima) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para colocação privada, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, no montante de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("10ª Emissão" e "Debêntures da 10ª Emissão", respectivamente); **(b)** aprovar os termos e condições das demais emissões de debêntures simples da Companhia, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, no montante total agregado, em conjunto com a 10ª Emissão de até R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e **(c)** autorizar expressamente que a Diretoria da Companhia possa tomar todas e quaisquer providências necessárias à efetivação das deliberações tomadas de acordo com os itens (i) a (iii) acima, inclusive negociar e firmar quaisquer instrumentos, contratos, aditamentos e documentos relacionados às emissões de debêntures aprovadas.

5. Deliberações: Inicialmente, foi aprovado pelos acionistas presentes, por unanimidade de votos, que a Ata desta Assembleia fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Após a discussão das matérias objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue:

1.1. Aprovar a emissão, pela Companhia, de até 100.000 (cem mil) debêntures da 10ª (décima) Emissão da Companhia, em série única, perfazendo o montante total de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para colocação privada perante a Securitizadora, e a decorrente celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 10ª (décima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da RTDR Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão de Debêntures"), com as características descritas a seguir:

(i) Emissão e Série: as debêntures representarão a 10ª (décima) emissão de debêntures da Emissora, a qual será realizada em série única; **(ii) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 100.000 (cem mil) debêntures, todas com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo); **(iii) Valor Total da Emissão:** O valor total da 10ª Emissão será de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); **(iv) Destinação dos Recursos:** A destinação dos recursos captados por meio das debêntures é imobiliária, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures; **(v) Valor Nominal Unitário:** R$ 1.000,00 (mil reais); **(vi) Data de Emissão:** A data de emissão das debêntures será definida na Escritura de Emissão de Debêntures, sendo certo que não poderá ultrapassar 31 de dezembro de 2023 ("Data de Emissão"); **(v) Prazo das Debêntures:** até 1.900 dias contados da data de emissão, conforme definido na respectiva escritura de emissão de debêntures; **(vii) Data de Vencimento:** As debêntures terão vencimento até 31 de dezembro de 2028, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Vencimento"); **(viii) Classe:** As Debêntures da 10ª Emissão serão simples, não conversíveis em ações; **(ix) Colocação e Subscrição:** As Debêntures da 10ª Emissão serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. A subscrição das Debêntures da 10ª Emissão deverá ocorrer mediante assinatura, pela Debenturista, do Boletim de Subscrição; **(x) Integralização:** As Debêntures da 10ª Emissão serão integralizadas pela Securitizadora em 1 (uma) parcela, em até 02 (dois) Dias Úteis da data em que for verificado o cumprimento das Condições Precedentes para Integralização das Debêntures da 10ª Emissão previstas na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Integralização das Debêntures"), à vista, em moeda corrente nacional, observados os termos e condições estabelecidos no respectivo Boletim de Subscrição, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata*, desde a Data da Primeira Integralização dos CRI. As Debêntures da 10ª Emissão que não forem integralizadas até o encerramento da Oferta serão canceladas pela Companhia, independentemente de decisão dos titulares dos CRI, devendo a Escritura de Emissão de Debêntures ser aditada no prazo de 10 (dez) Dias Corridos, contados da data do encerramento da oferta, de forma a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas no âmbito da 10ª Emissão; **(xi) Comprovação de Titularidade das Debêntures:** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures da 10ª Emissão será comprovada pela inscrição do titular das debêntures no Livro de Registro de Debêntures; **(xii) Espécie:** As Debêntures da 10ª Emissão serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional; **(xiii) Forma:** As Debêntures da 10ª Emissão serão emitidas sob a forma nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados; **(xiv) Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(xv) Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – Bolsa, Brasil, Balcão ("B3") no informativo diário disponível em sua página de Internet (http://www.b3.com.br/pt_br/) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa correspondente a 3,50% (três inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos durante o período de vigência das Debêntures. A Remuneração será calculada conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures; **(xvi) Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** O pagamento da Remuneração será realizado mensalmente, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão de Debêntures; **(xvii) Periodicidade de Pagamento da Amortização:** A amortização do Valor Nominal Unitário devidamente atualizado será realizada mensalmente, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão de Debêntures; **(xviii) Prorrogação de Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária, pela Companhia e pela Debenturista, até o próximo Dia Útil se o vencimento não coincidir com um Dia Útil; **(xix) Encargos Moratórios:** Na hipótese de a Companhia não efetuar, total ou parcialmente, o pagamento da Remuneração e/ou Amortização nas respectivas Data de Pagamento da Remuneração e/ou Data de Pagamento da Amortização, sobre os valores não pagos, devidamente acrescidos da Remuneração, incidirão: (i) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito; e (ii) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito em atraso, calculados em bases *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo de outras disposições previstas na Escritura de Emissão de Debêntures; **(xx) Repactuação:** Não haverá repactuação das Debêntures da 10ª Emissão, exceto no caso de aprovação dos titulares dos CRI, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures; **(xxi) Local de Pagamento:** As Debêntures da 10ª Emissão serão devidas e pagas pela Emissora diretamente em conta vinculada do regime fiduciário dos CRI, mantida em nome da Securitizadora ("Conta do Patrimônio Separado"); **(xxii) Garantias:** as Debêntures da 10ª Emissão contarão com garantia real em razão da constituição em favor da debenturista de (xxii.A) cessão fiduciária de recebíveis, (xxii.B) alienação fiduciária de bens imóveis; e (xxii.C) fiança, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures; e **(xxiii) Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas a respeito da Oferta Restrita deverão ser tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão de Debêntures.

1.2. Retirar de pauta a deliberação em relação ao item (b) da Ordem do Dia, referente à aprovação dos termos e condições das demais emissões de debêntures simples da Companhia, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, no montante total agregado, em conjunto com a 10ª Emissão de até R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

1.3. Autorizar expressamente a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer providências necessárias à efetivação das deliberações tomadas acima, inclusive **(i)** outorga, pela Companhia, das garantias de (a) cessão fiduciária de recebíveis; e (b) alienação fiduciária de imóveis, em garantia às obrigações por ela assumidas no âmbito da 10ª Emissão de debêntures e, consequentemente, da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI" e "Emissão dos CRI", respectivamente) por companhias securitizadoras ("Securitizadora" ou "Debenturistas"); **(ii)** negociar e firmar quaisquer instrumentos, contratos, aditamentos e documentos relacionados à 10ª Emissão de debêntures aprovadas; **(iii)** outorgar procurações para representação da Companhia em quaisquer contratos, atos ou documentos relacionados à 10ª Emissão de debêntures aprovadas, consequente emissão de CRI e às garantias; e **(iv)** ratificar todos os atos que tenham sido praticados anteriormente pelos Diretos da Companhia.

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual a presente ata foi lavrada na forma de sumário, que lida e aprovada, segue assinada.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Balneário Camboriú, 29 de março de 2023.

Mesa:

Tatiana Schumacker Rosa Cequinel – Presidente; Guilherme Martins Bouzan – Secretário

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 117/2023, referente ao Processo nº SES-PRC-2022/67614 oferta de compra nº 090166000012023OC00117 cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA HOSPITALAR.

O início do prazo para Envio da Proposta. Eletrônica será dia 17/04/2023 e abertura da Sessão Pública será dia 28/04/2023, às 09h00 horas no sitio www.becfazenda.sp.gov.br .

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2023

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial para 5 unidades, sendo 13 postos (3 para Araçatuba, 3 para Itatiba, 3 para Limeira, 2 para Presidente Prudente e 2 para Santa Bárbara D'Oeste).

Retirada do edital: a partir de 14 de abril de 2023, através do portal www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).

Sessão de disputa de preços (lances): 26 de abril de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico **nº 108/2023-SMS.G -** Processo: **6018.2022/0031546-7 -** Objeto: **registro de preços para fornecimento de colchão várias medidas -** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **10:00h** do dia **28/04/2023** a cargo da **15ª CPL -** O edital do pregão acima poderá ser consultado e/ou obtido pelo link SEI nº 081476935.

Pregão eletrônico **nº 196/2023-SMS.G -** Processo: **6018.2023/0024120-1 -** Objeto: **registro de preços para o fornecimento de medicamentos diversos 23 -** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **09:00h** do dia **04/05/2023** a cargo da **11ª CPL -** O edital do pregão acima poderá ser consultado e/ou obtido pelo link SEI nº 081487499.

Local: https://www.gov.br/compras - Retirada do edital: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br.

VERDE E MEIO AMBIENTE

EDITAL 01/FEMA/2023

O **Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo**, Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA, faz saber que: **Até 08 de maio de 2023**, encontra-se aberto o prazo para cadastramento das Organizações Não Governamentais ambientalistas ou para atualização das que já se encontram cadastradas na SVMA, interessadas em participar da eleição do CONFEMA. A ficha cadastral a ser preenchida e a relação de documentos necessários para cadastramento estão disponíveis na página https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/cades/cadastramento_de_ongs/index.php?p=12996 e devem ser encaminhadas para a SVMA/CGC/DGFEMA, situada à Rua do Paraíso, 387, 1º andar, Paraíso, São Paulo/SP - CEP: 04103-000 ou para o e-mail svmafema@prefeitura.sp.gov.br.

Dia 31 de maio de 2023, às 11h00, será realizada a Assembleia, de forma presencial, na sede da SVMA localizada na Rua do Paraíso, 387, térreo, Paraíso, São Paulo/SP, para eleição de 02 (dois) Conselheiros Titulares e 01 (um) Conselheiro Suplente representantes das ONGs ambientalistas, que farão parte da composição do CONFEMA durante o período de 2023/2025.

OBSERVAÇÕES SOBRE A ELEIÇÃO: Serão eleitos 2 (dois) representantes titulares e 1 (um) suplente representantes das ONGs ambientalistas, dentre os que receberem maior número de votos, sendo que o primeiro e o segundo mais votados serão os titulares e o terceiro mais votado será o suplente. O mandato será de dois anos, a contar da data da assinatura do Termo de Posse, podendo ser prorrogado por igual período.

Informações pelo telefone 11-5187-0137 ou e-mail svmafema@prefeitura.sp.gov.br.

RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 09.222.901/0001-00 - NIRE 4230004824-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da **RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.222.901/0001-00, com sede na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3313, sala 9A-1, CEP 88330-063 ("Companhia"), **a ser realizada de forma exclusivamente digital**, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2023, às 14:30 horas, por meio da plataforma digital Teams ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a eleição do Sr. Fernando Real Alves da Silva como membro do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista sua indicação pelo acionista Yggdrasil SGPS Unipessoal Lda. nos termos do art. 11, §3º, do Estatuto Social da Companhia ("AGE").

Informações Gerais:

Participação na AGE: A AGE será realizada de forma virtual, sendo possível o comparecimento ao conclave somente de forma digital, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei 6.404/76 e na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. Os acionistas poderão optar por participar da AGE por uma das seguintes formas: (a) pessoalmente (via atuação remota pela Plataforma Digital); ou (b) por procurador devidamente constituído (via atuação remota pela Plataforma Digital). Os dados de acesso à AGE via Plataforma Digital serão encaminhados oportunamente aos acionistas por e-mail. (i) O acionista que optar por participar da AGE pessoalmente (via atuação remota pela Plataforma Digital) deverá apresentar documentação que comprove sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. (ii) Para os casos em que o acionista opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item (i) acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato e o documento de identificação do procurador. Para viabilizar a participação do acionista na AGE, o acionista deverá antecipar o envio de cópia simples de toda a documentação mencionada nos itens acima ao e-mail juridico@embraed.com.br, impreterivelmente até 30 (trinta) minutos antes do início da AGE. Os acionistas serão comunicados, após o envio da documentação necessária, acerca do recebimento por e-mail da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade e eventuais ajustes e/ou complementações necessários. Os documentos relativos à ordem do dia disposta acima encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e foram também enviados aos acionistas, via e-mail.

Balneário Camboriú/SC, 13 de abril de 2023.

TATIANA SCHUMACKER ROSA CEQUINEL

Presidente do Conselho de Administração

Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação - COEL/SPMJ, com base nas Leis Federais 10.520/02; Lei 8.666/93, suas alterações constantes das Leis n.º 8.883/94 e 9.648/98; Lei Municipal 6.148/02 e Decreto Municipal 32.562/20, bem como as demais normas regulamentares que regem a matéria, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO n.º 001/2023; LICITAÇÃO n.º 001/2023; OBJETO: **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de mobiliário tipo 1, nos quantitativos determinados no anexo A e especificados no anexo B do TR, a serem instalados na Casa da Mulher Brasileira, com sede na Av. Tancredo Neves, Caminho das Árvores, Salvador (BA), CEP 40301-155, divididos em 04 lotes. A aquisição atenderá o Convênio 903653/2020, entre o Governo Federal e o município de Salvador - Bahia.** VALOR GLOBAL: R$ 1.433.609,92 (um milhão, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e nove reais e noventa e dois centavos). PROCESSO n.º 5895/2022. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 26/04/2023, às 08h. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/04/2023, às 09h. SESSÃO DE DISPUTA DOS PREÇOS: 27/04/2023, às 10h. O edital do pregão será disponibilizado aos interessados no site www.licitacoes-e.com.br. Salvador, 12 de Abril de 2023. **Jeferson Augusto Ramos De Jesus** - Pregoeiro/COEL.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/ME n° 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de Setembro de 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de setembro de 2022, às 18h00, de modo exclusivamente digital, considerada como realizada na sede da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galero, n° 432 a 448, Tatuapé, CEP 03071-000 **("Companhia").** **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fernando Padovese, Débora Ferreira Figueiredo, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo, Renato Padovese, Rodrigo Capelato, Fábio Ferreira Figueiredo e Gustavo Cellet Marques. **3. Mesa:** Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente; e Sra. Fabiana Cristina Palopoli Silva - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar, nos termos do parágrafo 1° do artigo 20 e artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, sobre a reeleição dos membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria da Companhia. **5. Deliberação:** Na sequência, após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas: (i) Reeleger, para um mandato de 2 (dois) anos, vigente a partir de 05 de outubro de 2022, os seguintes membros da Diretoria: • Sr. **Fabio Marcel Fossen,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG n° 11.759.617-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 129.618.518-40, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galero, n° 432 a 448, Tatuapé, CEP 03071-000, na qualidade de Diretor Presidente; • Sr. **Luís Felipe Silva Bresaola,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG n° 33.630.431-6 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n° 326.726.678-88, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galero, n° 432 a 448, Tatuapé, CEP 03071-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores; e • Sr. **Felipe Coragem Negrão,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG n° 27.467.265-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n° 251.120.518-17, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galero, n° 432 a 448, Tatuapé, CEP 03071-000, na qualidade de Diretor Financeiro e Administrativo. Os Diretores acima reeleitos tomam posse de seus cargos nos novos mandatos, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio **(Anexos I a III),** tendo declarado, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1° do artigo 147 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada **("Lei das Sociedades por Ações"),** contemplando, ainda, a sua anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o atual artigo 48 do Estatuto Social da Companhia e as demais declarações exigidas nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis. (ii) Reeleger, para um mandato de 2 (dois) anos, vigente a partir de 05 de outubro de 2022, os seguintes membros do Comitê de Auditoria; • Sr. **Renato Russo,** italiano, consultor, casado, RNE n° W364684-I, inscrito no CPF/ME sob o n° 041.163.508-50, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Barão de Bocaina, n° 102, Apartamento 161, São Paulo - CEP: 01241-020, na qualidade de Coordenador do Comitê de Auditoria; • Sr. **Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva,** brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG n° 57.888.311-9 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n° 001.232.687-96, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Coronel Oscar Porto, n° 208, bloco A, Apartamento n° 241, Paraíso, CEP: 03003-000, na qualidade de Membro Efetivo; e • Sr. **Rodrigo Capelato,** brasileiro, separado judicialmente, economista, portador da Cédula de Identidade RG n° 8.659.600-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 136.462.558-03, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Indiana, n° 458, Apartamento n° 161, Brooklin Paulista, CEP: 04562- 000, na qualidade de Membro Efetivo. Ademais, fica consigna que os membros do Comitê de Auditoria acima reeleitos são conselheiros independentes da Companhia, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo certo que, para os fins do artigo 15, inciso (ii), do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e possuem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Os membros do Comitê de Auditoria acima reeleitos tomam posse de seus cargos nos novos mandatos, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio **(Anexos IV a VI),** tendo declarado, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1° do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, contemplando, ainda, as demais declarações exigidas nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida e achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle; e Secretária: Sra. Fabiana Cristina Palopoli Silva. Membros do Conselho de Administração presentes: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Fernando Padovese, Débora Ferreira Figueiredo, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo, Renato Padovese, Rodrigo Capelato, Fábio Ferreira Figueiredo e Gustavo Cellet Marques. *(Confere com a original lavrada em livro próprio).* **Fabiana Cristina Palopoli Silva -** Secretária. **JUCESP** n° 607.462/22-0. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Pedro Doria *E-mail:* *coluna@pedrodoria.com.br;* *Twitter:* *@pedrodoria*

A alegria do menino da favela

Em uma conversa com repórteres, já na China, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, brincou: "O único portal que conheço é a Amazon porque compro todo dia um livro". Estava explicando que nunca ouvira falar da Shein, uma das plataformas de e-commerce chinesas que serão fiscalizadas com mais rigor. A frase explica muito.

Haddad pode não ter ideia do que é a Shein, mas a classe média baixa brasileira a conhece. A Shein, a também chinesa Aliexpress e a Shopee, de Cingapura. Estas três varejistas entraram no cotidiano do País durante a pandemia.

A produção industrial do Oriente é vasta; e os preços, muito baixos. Dá para comprar tênis coloridos a menos de R$ 100, roupa de toda sorte a menos de R$ 50, celulares reluzentes que não existem no mercado daqui por uma fração do preço. As periferias das grandes cidades se encheram de produtos de consumo como não viam desde os tempos de Lula 1 para 2.

O preço chinês cabe na carteira da classe média baixa. Haddad pode se dar ao luxo de não conhecer as lojas por conta disso. A diferença é para quem vê distância intransponível entre R$ 100 e R$ 500 na hora de comprar o tênis.

Mas isso não quer dizer que a decisão esteja incorreta. O ministério está certo. Não é correto as lojas brasileiras pagarem um tipo de imposto e as asiáticas terem isenção porque driblam a Receita Federal. Até porque o Estado precisa fazer caixa. Só que, ao mesmo tempo, as chinesas revelam como o Brasil é um país caro.

> ***Fiscalização sobre varejistas da Ásia é correta, mas afeta eleitorado que deu a Lula a Presidência***

A lógica da política brasileira há mais de meio século pende para a ideia de tributar o que vem de fora na esperança de que a indústria local se torne competitiva. O resultado é que o rico tem direito a consumir, e o pobre que se lasque.

Que o governo não se engane: a medida é correta, porém antipática. E pune o brasileiro da periferia urbana, justamente aquelas eleitoras que votaram em Lula e Dilma duas vezes, que migraram para Bolsonaro em 2018 e que voltaram para Lula. O núcleo das mulheres da periferia é o eleitorado que garantiu a eleição de Lula.

Por isso, a comunicação deveria ter sido mais cuidadosa. Pareceu que haveria imposto novo – não é o caso. De dentro do avião, a primeira-dama, Janja Lula da Silva, disparou um tuíte confuso fazendo parecer que não haveria mudanças. Havia. O secretário executivo Gabriel Galípolo está dando entrevistas desde então para explicar o que está acontecendo. E ele explica bem.

A medida é correta. Mas o governo parece alienado. Não se tocou que estava mexendo com o tênis que é a alegria do menino da favela. ●

JORNALISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tecnologia Aumento de segurança

WhatsApp tem novos recursos contra roubo de contas

O WhatsApp anunciou ontem três novos recursos para tentar aumentar a segurança do aplicativo. As novidades já foram implementadas pela Meta, dona do mensageiro, e não precisam ser ativadas pelo usuário.

O primeiro recurso é o da proteção de conta: por ele, o usuário receberá notificação ao trocar de aparelho pedindo para que o novo cadastro seja confirmado no dispositivo antigo. Além disso, o WhatsApp vai começar a vasculhar os dispositivos em busca de agentes digitais maliciosos (malwares) que possam tentar invadir e tomar contas. De modo automático, o aplicativo irá gerar códigos únicos de acesso para impedir terceiros de contaminar o dispositivo.

Por fim, o mensageiro trará o recurso de "transparência essencial", que verifica automaticamente se uma conexão é segura e criptografada de ponta a ponta. ● **GUILHERME GUERRA**

Teatro Estreia

Em 'Cauby, Uma Paixão', Diogo Vilela revive o mito

Espetáculo musical em que o ator canta sucessos como 'New York, New York' e 'Conceição' também relembra histórias do cantor, que morreu em 2016

UBIRATAN BRASIL

Minutos antes de entrar em cena, o ator Diogo Vilela cumpre um importante ritual: segurando a mão de algum amigo, ele fecha os olhos e repete um mantra: "Vem, Cauby!". "Logo, eu me torno um cavalo dele e já posso entrar em cena", conta Diogo, referindo-se ao termo que identifica uma pessoa no estado de transe após receber uma entidade. Pronto: antes mesmo de pisar no palco, o ator está preparado para iniciar o espetáculo *Cauby, Uma Paixão*, que estreia nesta sexta, 14, no Teatro Liberdade.

"Sem pudor do kitsch ou do glamour, sem medo da autocrítica, assim era Cauby"
Flávio Marinho
Diretor

"Ele está no inconsciente coletivo do brasileiro"
Diogo Vilela
Ator

Durante 1h20, Vilela interpreta 20 canções e relembra histórias pitorescas do cantor Cauby Peixoto. Detalhe: em nenhum momento ele abandona o personagem. "Sou Cauby do início ao fim: falo como ele, com a mesma variação no tom, e canto de uma forma muito próxima também", comenta o ator que, em cena, não busca imitar o cantor. "Faço uma síntese do artista, ainda um dos mais queridos do Brasil."

O resultado deixa a plateia eufórica: gritos de "Cauby!" se confundem com declarações de amor, como se o próprio cantor (que morreu em 2016, aos 85 anos) estivesse presente, com sua voz retumbante. Vilela não deixa por menos: além dos trejeitos característicos, ele usa uma peruca e um terno brilhante que ganhou do próprio Cauby.

"Quando vi a Glória Menezes chorando, na apresentação no Rio de Janeiro, eu me convenci de que o espetáculo tem uma verdade poderosa", diz Vilela que, animado, até ensaia deixar a carreira de ator em suspenso para se aventurar mais como cantor. "Cauby está no inconsciente coletivo do brasileiro, está na memória de todos."

Vilela conversou com o **Estadão** no Bar Brahma, tradicional reduto boêmio no centro de São Paulo e onde Cauby fez diversas turnês – com uma grande capa cobrindo o smoking estilo Liberace e muitos anéis, ele parecia uma autoridade eclesiástica ao entrar em cena, sempre às terças-feiras. "E todas as apresentações eram memoráveis", relembra Vilela, cujo show, que já passou por outras capitais, chega a São Paulo com duas novas canções: *Começaria Tudo Outra Vez* e *Você Me Vira a Cabeça*, interpretadas por Diogo ao lado de três músicos, que também usam ternos que pertenceram a Cauby e foram presenteados ao ator em 2005.

1. Diogo Vilela, com a peruca e o terno presenteados por Cauby

2. O cantor e o ator, em encontro promovido pelo 'Estadão' em 2006

VITOR ZORZAL / JONNE RORIZ/ESTADÃO – 25/9/2006

PESQUISA. Naquele ano, Vilela estreou no Rio o musical *Cauby! Cauby!*, com 10 atores em cena, 5 músicos e mais de 120 figurinos. Com dramaturgia e direção de Flávio Marinho, o espetáculo era fruto de três anos de pesquisa do ator, que fez estudos, leitura de livros, entrevistas e teve alguns encontros com o próprio Cauby, que só passou a confiar na proposta de Vilela após se certificar de que não se tratava de um projeto depreciativo.

O teste derradeiro aconteceu em 2006, quando o musical foi finalmente visto por Cauby em São Paulo. Na noite de estreia, lágrimas se confundiram com risos, a bênção definitiva tão esperada por Vilela. De fato, o musical narrava, em dois atos, a história do menino pobre de Niterói, que sonhava em ser príncipe e acabou se transformando em "uma das figuras mais especiais do show business brasileiro, dono de estilo e voz inconfundíveis", como definiu Marinho. "Cauby contrapõe a exuberância de sua presença cênica a uma discretíssima vida pessoal."

Antes da estreia paulistana, naquele 2006, o **Estadão** promoveu um encontro entre os dois artistas. Logo no início, eles já mostravam a mesma dificuldade ao cantar certas músicas. "Em algumas canções, eu só consigo começar nos agudos", avisou o cantor, apoiado pelo ator, cuja voz é de barítono. "Sinto também essa obrigação, que se torna ainda mais difícil quando a canção tem de ser representada", disse Vilela.

GLAMOUR. A homenagem revelou também detalhes do homem que vivia ocultado pela figura do cantor. "E sem pudor do kitsch ou do glamour, sem medo da melancolia ou da autocrítica", acrescentou Marinho.

Encerrada a temporada do musical, Vilela ainda tinha o desejo de retomar o personagem, o que aconteceu durante a pandemia, quando foi convidado a mostrar uma versão reduzida e apresentada sem plateia – direto pelo vídeo. "Confesso que não botei muita fé, mas somamos 500 mil visualizações", conta ele, que aproveitou para acrescentar ao repertório novas canções que foram gravadas por Cauby e que habitam o imaginário coletivo até hoje – como *Dindi*.

Novas apresentações aconteceram até que, com o abrandamento da pandemia, ele levou o pocket show para o palco, agora com direção de Marco Aurélio Monteiro. Obsessivo, ele gosta de passar várias vezes as canções para entrar em cena com segurança. "Ensaio é uma adequação – gosto de brincar dizendo que minha voz é como um Fusca: quanto mais é usada, melhor ela funciona."

Na persona de Cauby, o ator busca dosar a emoção. Mas nem sempre é possível. "Quando interpreto *Começaria Tudo Outra Vez*, quase sempre choro", confessa ele, lembrando da grande expectativa do público para ouvir dois hits do cantor: *New York, New York*, que encerra o show, e *Conceição*. "Cauby me contou, certo dia, que não suportava mais cantar essa música. Mas não tinha escolha." ●

Cauby, Uma Paixão
Teatro Liberdade.
R. São Joaquim, 129.
Estreia 6ª (14).
6ª e sáb., 21h; dom., 17h.
R$ 35 a R$ 130. **Até 7/5.**

Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Encontro

Em projeto, Luana Piovani discute o universo feminino

RODRIGO TEIXEIRA

'É urgente a gente se ajudar', reforça Luana Piovani sobre seu novo projeto, 'Oráculo'

Até o dia 2 de maio, a atriz Luana Piovani, ao lado da jornalista Petria Chaves, une mulheres para falar sobre os problemas que cercam o universo feminino no encontro *Oráculo: Círculo de Mulheres*. O objetivo, segundo ela, é multiplicar informação e bem-estar através do compartilhamento de experiências. "É urgente a gente se ajudar", diz.

O primeiro encontro, realizado na última terça-feira, 11, foi sobre alimentação e como ela pode influenciar o estresse e os sintomas da menopausa e da TPM.

Os próximos três acontecerão nas terças-feiras seguintes deste mês, com os temas: autoimagem, dor e independência financeira.

"O terceiro envolve a solidão da mãe solo, dor do luto, dor da separação, dor da frustração, dor da ingratidão dos filhos", explica. "Hoje, mais do que nunca, eu entendo que mãe é dor, mãe não é só culpa. É dor de tudo."

Por lidar com a fama desde muito nova, Luana nunca teve problema em dividir seus problemas e ser ela mesma fora e diante das câmeras.

Muitas vezes, ela foi criticada por ser tão aberta e falar o que pensa, especialmente depois do surgimento das redes sociais, onde criou um canal direto com os fãs, no entanto, para ela, esse é o caminho certo. "Ninguém vai me tirar desse caminho porque eu não posso deixar de utilizar a potência que é você falar e repercutir no seu próprio País inteiro", conta.

Com o oráculo, ela promete que não será diferente. "Vai ser melhor porque estaremos todas juntas, compartilhando informações, experiências e ressignificado as histórias".

O encontro também será reproduzido ao vivo no YouTube da atriz e trazido em forma de conteúdo em seu Instagram. ● ANA LOURENÇO

Vestidos de festa

Mãe e filha abrem loja pop-up no Iguatemi

NICOLE FIALDINI

Giulia Altério abre loja pop-up no Shopping Iguatemi com a mãe, Candy Brown, nesta segunda-feira, 17, em São Paulo. O espaço vai vender vestidos de festa do ateliê Candy Brown, que existe há 20 anos no Jardim Europa, além de novos produtos. Os materiais usados nas peças são organza de seda, tule, georgette plissado e flores feitas à mão, por exemplo.

"A nossa linguagem é de roupas de festa mais despretensiosas, confortáveis, com movimento e variedade de cores", resume a filha. As numerações dos vestidos vão de 36 ao 46. Há sapatos, bolsas e tiaras.

ALEJANDRO ALVAREZ/REUTERS

1. Alessandra Rehder na abertura da sua mostra 'Todos os Olhos do Mundo', ao lado da atriz Vivianne Pasmanter. 2. Paulo Otavio e 3. Daniela Monaco também estavam lá. Terça, na USP.

Bloco de Notas

● **PARCERIA.** A AmPm e a Pizza Hut se uniram em parceria. A partir de agora, os clientes da rede de conveniência poderão desfrutar de um cardápio especial com pizzas e combos, em 10 lojas selecionadas.

● **HERMANOS.** O Grupo Fleury vai ampliar a estratégia da Plataforma Fleury Genômica em âmbito internacional para países da América Latina. Com a novidade, pessoas elegíveis a programas de suporte a pacientes nesses países podem ter acesso aos exames por intermédio dos seus médicos assistentes.

Cinema Festival

Cannes coloca 'Firebrand' na luta pela Palma de Ouro

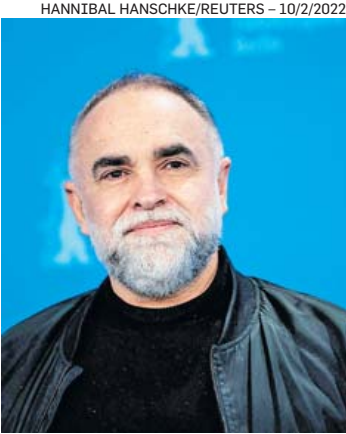
Para o brasileiro Karim Aïnouz, filme sobre Catherine Parr, a 6.ª esposa de Henrique VIII, é uma celebração do legado feminino

O cineasta brasileiro Karim Aïnouz festejou a seleção de seu filme *Firebrand* para a disputa da Palma de Ouro no Festival de Cannes. O anúncio aconteceu na manhã desta quinta, 13, e Aïnouz é único representante latino-americano na corrida. "É uma alegria imensa estar novamente em Cannes, um festival que acompanha o meu trabalho e o cinema brasileiro desde sempre", disse ele de Berlim, onde mora.

Aïnouz vai disputar o principal prêmio do festival contra nomes como Wes Anderson, Hirokazu Kore-eda, Wim Wenders, Ken Loach, Todd Haynes e Marco Bellocchio. O anúncio foi feito pelo diretor do festival, Thierry Fremaux, que confirmou ainda a exibição, fora da competição, dos filmes *Killers of tohe Flower Moon,* de Martin Scorsese, *The Idol, de* Sam Levinson, *Cobweb,* de Kim Jee-woon, e *Indiana Jones e a Relíquia do Destino,* de James Mangold. *Firebrand* é um drama histórico sobre Catherine Parr, a sexta e última esposa do rei Henrique VIII, tendo Alicia Vikander e Jude Law como o casal real britânico.

VISIONÁRIA. "*Firebrand* é o retrato de uma mulher singular, Katherine Parr, uma visionária que mudou os rumos da história da Inglaterra, mas jamais teve sua vida contada no cinema, apesar de sua imensa e influente trajetória", lembrou o cineasta.

Segundo ele, o filme é, acima de tudo, uma celebração do legado feminino. "E essa história não poderia ter sido contada se eu não tivesse tido uma equipe com os melhores profissionais e dois grandes atores, Alicia Vikander e Jude Law", acrescentou o diretor.

HANNIBAL HANSCHKE/REUTERS – 10/2/2022

Cearense Aïnouz: único diretor latino-americano selecionado

Karim Aïnouz já teve outras participações em Cannes: em 2019, foi o vencedor na mostra Un Certain Regard com *A Vida Invisível*; em 2011, disputou o Queer Palm com *O Abismo Prateado;* e, em 2002, participou da disputa com *Madame Satã,* novamente em Un Certain Regard.

OUTROS FILMES. O Brasil tem outros dois filmes no festival (16 a 27 de maio). Um deles é *A Flor do Buriti*, de Renée Nader Messora, em parceria com o português João Salaviza, sobre a resistência do povo Krahô (na mostra paralela e na competitiva Un Certain Regard); e *Retratos Fantasmas,* de Kléber Mendonça Filho, a ser exibido fora de competição."Em um momento tão importante de reconstrução do Brasil e do cinema brasileiro, fico muito orgulhoso de poder contribuir com a nossa presença no cenário internacional", disse Aïnouz. ● **UBIRATAN BRASIL**

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Esta é a escolha
Data estelar: Vênus e Saturno em quadratura

Enquanto não tomares posse de tuas potencialidades intelectuais, emocionais e físicas e as faças funcionar num todo integrado às correntes de vida objetivas e subjetivas nas quais te movimentas e experimentas ser, continuarás buscando fora e longe de ti o que na verdade está ao alcance de tua mão e capacidade.

Assim, obterás satisfações temporárias e também dores de cabeça colossais, te enganando com o que uma máquina, aplicativo ou uma tecnologia conseguirão fazer por ti e que somente tu e ninguém além de tua alma precisam resolver.

Esta é a escolha que precisas fazer, abdicar de tua identidade e a entregar a uma tecnologia, ou recuperar tua humanidade e te apoderar da tecnologia para fazer o que somente tu podes fazer. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

O que é certo é sabido no íntimo da alma, porém, entre a intimidade da alma e a expressão verbal há todo um labirinto mental de conjecturas e argumentações que vai distorcendo o que, na origem, era muito simples e reto.

TOURO 21-4 a 20-5

Está um pouco difícil coordenar todos os interesses que as pessoas apresentam, porque uns não poderiam conviver pacificamente com outros. No entanto, o exercício da política serve exatamente para isso. Considere a possibilidade.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

A perspectiva não é mais difícil do que qualquer outra que você já conhece, inclusive as ansiedades são as mesmas, portanto, não há necessidade de renovar o contato com essa dimensão. Celebre a vida, está tudo certo.

CÂNCER 21-6 a 21-7

As coisas que acontecem e as reações das pessoas dão muito o que pensar, portanto, é importante encontrar um momento para tomar distância e observar o cenário com a maior objetividade possível, usando o discernimento.

LEÃO 22-7 a 22-8

Dourar a pílula pode ser uma estratégia interessante para ganhar tempo, mas não conte com que ela poderia se estender por muito mais, já que isso atrairia uma atenção indesejada sobre você. Use tudo rapidamente.

VIRGEM 23-8 a 22-9

As contrariedades estressam, mas também indicam claramente qual seria o melhor caminho a seguir. Aproveite os acontecimentos e os use ao seu favor, em vez de gastar energia contrariando o que contrariar você.

LIBRA 23-9 a 22-10

Cuide para que a lógica não enrede você num conto terrível a respeito do momento atual, porque ainda que sejam ruins as circunstâncias, esse estado de coisas não prevalecerá por muito mais tempo. Tudo muda.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Você pode até tentar se espelhar em outras pessoas e fazer o que deu certo a elas, mas seria melhor não depositar grandes expectativas de sucesso nesse sentido, porque as coisas, em sua vida, têm algumas diferenças.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

É impossível resolver todos os perrengues de uma tacada só, inclusive porque para isso você precisaria da colaboração de certas pessoas, porém, mesmo assim você conseguiria avançar bastante numa boa direção.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Para você não se complicar tanto, o melhor é passar o quanto antes suas ideias à prática, porque na realidade concreta você terá mais chances de enxergar como tudo funciona e o que precisa ser descartado sumariamente.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

O que você quer fazer não está disponível e, ao contrário, parece haver uma lista de questões práticas que requerem sua atenção, mas que sua alma não deseja nem um pouco. Há tempo para tudo, não se preocupe.

PEIXES 20-2 a 20-3

Na prática, há tempo para tudo, para o cumprimento das obrigações e também para a satisfação de desejos que, por enquanto, tentam você a se distrair e desconsiderar tudo que de obrigatório precisa ser realizado.

Mary Quant 1930-2023

Morre estilista que revolucionou a moda ao popularizar a minissaia

OBITUÁRIO

AFP – 16/11/1966

A estilista britânica Mary Quant, que revolucionou o mundo da moda ao popularizar a minissaia na década de 1960, morreu na quinta, 13, aos 93 anos.

Mary Quant, uma figura importante do período Swing Sixties, morreu "em paz", em sua casa no condado de Surrey, Inglaterra, anunciou sua família.

Ela foi "uma das estilistas mais conhecidas do século 20 e uma inovadora excepcional", segundo seus familiares.

Se o seu título de criadora da minissaia é alvo de controvérsia e reclamações – por exemplo, do francês André Courrèges –, sem dúvida a britânica participou da promoção internacional dessa peça, assim como de todo um novo estilo para a mulher moderna, incluindo seu corte de cabelo.

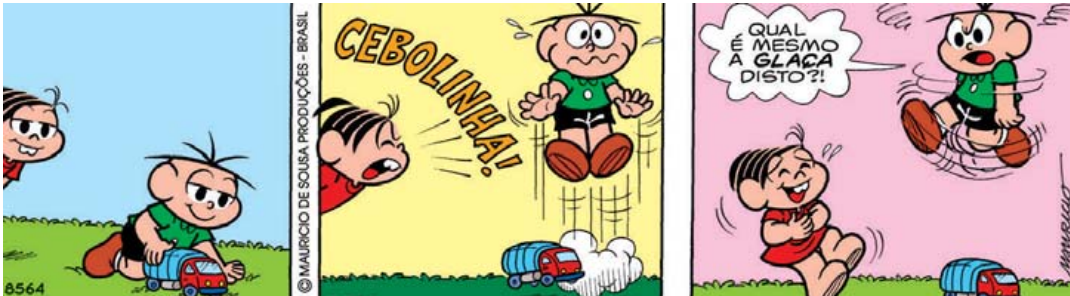
LÍDER. A ex-chefe de redação da *Vogue* britânica Alexandra Shulman tuitou que Quant foi "uma visionária" e elogiou sua "liderança na moda, mas também como empresária".

"Homens com chapéu-coco batiam seus guarda-chuvas em nossa janela e gritavam 'imoral' e 'nojento' ao ver nossas minissaias e meias, mas os clientes corriam para comprar", escreveu ela em sua autobiografia. A King's Road, rua londrina onde abriu a loja, virou "local de desfile para meninas de minissaia, em um ambiente de festa característico da Swinging London". ● **AFP**

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"O homem é a síntese do infinito e finito, do temporal e eterno"* **Kierkegaard**

1 livro por semana

Maria Fernanda Rodrigues

Como conversar com um adolescente

O escritor israelense David Grossman, em entrevista ao **Estadão** alguns anos atrás, comparou a adolescência a um longo e escuro túnel onde entramos ainda meio crianças e do qual sairemos sabe-se lá como. Ele falava sobre o tema de *O Livro da Gramática Interior*, que já apareceu aqui na coluna.

Mais recentemente, outra escritora, israelense por coincidência, também em entrevista ao jornal, disse que é perturbadora a ideia de não sabermos o que se passa dentro dos nossos filhos. Ayelet Gundar-Goshen, que é terapeuta, estava lançando o romance *Outro Lugar*, sobre uma mãe que desconfia que seu filho pode ter matado o colega de escola. Ao entrar na adolescência, ele se fechou. Poderia ter passado de vítima de bullying a agressor? Na conversa, ela contou que, por meio da ficção, quis explorar questões relacionadas à paternidade atual – conhecemos realmente nossos filhos e queremos mesmo conhecê-los?

"Confiança e um bom vínculo são construídos na infância, mas nunca é tarde para começar", escreve a psicóloga Gilce Velasco no livro *Senta e Conversa: 121 Questões e Conflitos da Adolescência*, de 2020. Pensei em escrever sobre ele algumas vezes – durante a pandemia, na saída do isolamento. Para essa geração que entrou no túnel da adolescência durante o confinamento, o prejuízo foi grande.

Senta e Conversa:
121 Questões e Conflitos da Adolescência
Autora: Gilce Velasco
Editora: Faz História, 272 págs., R$ 72

Volto a ele agora, quando famílias temem novos ataques a escolas, ou seja, uma ameaça externa, e quando especialistas alertam para um olhar cuidadoso para a saúde mental – também como forma de prevenção da violência.

Neste sentido, para pais que querem, sim, conhecer seus filhos, para os que já se esqueceram dos problemas dessa fase e os minimizam, para os que andam desatualizados ou apenas querem ampliar as possibilidades de diálogo, *Senta e Conversa* é um convite e pode ser um apoio – também para educadores.

Trata-se de um guia que chama a atenção para uma vasta lista de assuntos, grandes ou pequenos, que podem dar origem a problemas muito graves se ignorados. Essas questões – que vão de aspectos gerais da adolescência a desafios emocionais e comportamentais (de risco, inclusive), a saúde metal e a vida na era digital – são apresentadas por meio de verbetes. Está tudo lá: corpo, gênero, sexualidade, depressão, anorexia, drogas, bullying, automutilação, luto, suicídio, nomofobia (aquele medo de se separar do celular). Mais do que sugerir abordagens, o livro defende a necessidade de dialogar, de restaurar uma conexão interrompida – e isso passa por ouvir o outro "com todos os sentidos". Acolhendo. ●

JORNALISTA ESPECIALIZADA EM LITERATURA

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3mt36Rr**

Estruturas como a de Quéops, em Gizé
São aplicadas por agentes do Detran
Praticar o esporte de César Cielo
Pedro (?): criou o Poder Moderador
O assunto que requer atenção imediata
Colocado; encaixado (p. ext.)
Frente parlamentar brasileira que representa os grandes proprietários rurais
Ciência desenvolvida por Saussure
Sufixo de "flâmula": diminutivo
Orlando Drummond, humorista carioca
Não, em francês
Ave colorida
Tubulações que abastecem o reservatório
A vitamina dos frutos cítricos
Divulgação em massa feita por e-mail
Remo, em inglês
Alternativa à pílula
"Cartucho" da impressora a laser
Policiais (gíria)
Gentil; educado
Stokes (símbolo)
Região de planícies do Sul gaúcho
Maria (?), cantora
Pequeno prego
Órgão que coordena o cálculo do IDH
Escultura como o Cristo Redentor
Esporte de eventos do UFC (sigla)
Cláudio Hummes, cardeal brasileiro
Herói, em espanhol
Tomei (um lugar)
Aquela que divide a vida conjugal
Nome, em inglês
Ácido ribonucleico
Formato do esquadro de pedreiro
Disco voador
Palco de passeatas
Andre (?), ex-tenista dos EUA
Utópicos; ilusórios
Letras centrais de "maço"
"Medicação", no universo de Harry Potter
"(?) '70s Show", antiga série de TV
Monograma de "Gerson"
Consoante de ligação em "cafeteira"

R U A

BANCO 3/non — oar. 4/name — that. 5/heroe. 11/linguística.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o acordo militar entre o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro e o Reino de Itália, formando um grande bloco de países aliados no centro da Europa (1882).

Instituto Nacional de Metrologia (sigla).	1	2	3	4		5	6
Condimento feito do pó de urucum ou pimentão seco.	7	6	8	6		9	10
Breve.	7	6	2	7		11	6
Técnica utilizada por médicos.	12	4	5	9		1	9
Luzes do palco.	5	1	13	9		12	9
Causa de entupimento em bueiros.	14	4	12	5		12	6
Função do carro-guincho.	5	4	13	6		9	5
Tipo de lente do olho humano.	7	6	2	15		16	9
Segregar em forma de gotas.	4	16	11	10	14		5
Doce de banana.	3	9	5	1	6		9
Contestação de que pode resultar processo.	8	1	12	1	17		6
Desconhecer.	1	17	2	6	5		5
Instrumento da orquestra.	15	1	6	8	1		6
Conteúdo do testamento.	18	4	5	9	2		9
Utensílios sobre os quais se prepara o churrasco.	17	5	4	8	18		11

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/40ZEgaM**

Nível Médio

			6		8			
	6	1		9		5	7	
	9						3	
2								6
	3						2	
5								1
	4						8	
	7	6		2		1	4	
			3		5			

SOLUÇÕES

No ano passado, os EUA registraram o maior número de casos de agressão a judeus

Antissemitismo em alta une radicais de todas as direções

Reunião de supremacistas macha por Charlottesville, no estado da Virginia, pregando ódio e o racismo

JERÔNIMO TEIXEIRA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O antissemitismo voltou a crescer. Nos Estados Unidos, o ano passado registrou o maior número de casos de agressão, vandalismo e assédio contra judeus desde que a Anti-Defamation League, uma entidade de combate a esse tipo de racismo, começou a fazer seu levantamento anual, em 1979. Foram 3.697 incidentes, número que representa uma alta de 36% em relação ao ano anterior. No Reino Unido, em compensação, houve uma queda de 27% nos ataques contra judeus de 2021 para 2022. Mas isso não quer dizer muito, pois os 2.261 ataques contra judeus em 2021 foram um recorde, de acordo com informações da organização judaica Community Security Trust. Um levantamento global conduzido por pesquisadores da Universidade de Tel-Aviv apontou que em 2021 houve um "aumento dramático" desses casos em praticamente todos os países que têm uma população judaica expressiva. A polícia alemã, por exemplo, registrou 3.028 incidentes, com um aumento de 29% em relação ao ano anterior. Entre esses ataques mundo afora, há insultos racistas em lugares públicos, profanação de sinagogas, intimidação, agressões físicas. Ódio mais antigo do mundo, o antissemitismo recorre sempre ao mesmo repertório de truculências.

EDITORA É REALIZAÇÕES

Bari Weiss
"O antissemita abraça não apenas um preconceito étnico, mas toda uma concepção de mundo na qual o judeu é um marionetista do mal"

De outro lado, o antissemitismo também se reconfigura para acomodar-se a novas realidades sociais e culturais. Com sucesso, ele se imiscuiu nos dois pontos antípodas da política contemporânea: o populismo de direita e o progressismo identitário. Em *Como Combater o Antissemitismo* (tradução de André Leones; ed. É Realizações; 160 páginas; R$ 69,90), a jornalista americana Bari Weiss examina, de modo sucinto e acurado, a natureza insidiosa do ódio aos judeus. Publicado nos Estados Unidos em 2019, o livro quase não precisa de atualizações. A onda antissemita dos últimos dois anos cabe perfeitamente no seu quadro de referências.

Ex-editora de opinião do *The New York Times*, atualmente à frente de The Free Press, um dos mais instigantes sites jornalísticos dos Estados Unidos, Bari abre o livro relatando um dia de angústia: 27 de outubro de 2018, quando um atirador chamado Robert Bowers matou 11 pessoas na sinagoga que ela frequentara em sua cidade natal, Pittsburgh. Trocando mensagens com sua família, ela logo conseguiu se assegurar de que todos estavam salvos, em casa. Mas o choque foi profundo: a ideia de que os Estados Unidos seriam um país onde não se encontravam manifestações extremas de ódio aos judeus estava abalada.

A desilusão de Bari Weiss é compartilhada pela também jornalista Daniella Greenbaum. Ela expressou seu choque com a emergência do ódio antissemita na *Commentary*, tradicional veículo dos judeus conservadores, já em agosto de 2017. Naquele mês, supremacistas brancos marcharam por Charlottesville, com tochas, gritando slogans antissemitas. No dia da manifestação, os frequentadores da única sinagoga da cidade tiveram de sair pela porta dos fundos. A recomendação para deixar o templo às escondidas seria costumeira na Europa dos séculos 19 e 20, observou Daniella – mas jamais se imaginaria algo assim nos Estados Unidos do século 21.

TRUMP. Então presidente, Donald Trump afirmou que havia "gente boa" entre os manifestantes de Charlottesville. O Partido Republicano, lembra Bari Weiss em seu livro, sempre teve antissemitas mais ou menos disfarçados, como Pat Buchanan. Trump, ao passar a mão na cabeça dos supremacistas, convidou os antissemitas a saírem das cavernas. "Eles o reconheceram como um colega teórico-conspiracionista", diz Bari. "Trump tocava os acordes maiores a partir dos quais esses extremistas podiam solar para seus seguidores."

Agressões
Nos Estados Unidos foram 3.697 incidentes no ano passado, o que representa uma alta de 36% em relação a 2021

Ao entoar "os judeus não nos substituirão", os manifestantes de Charlottesville deram voz a uma nova melodia antissemita: a Grande Substituição. Bari Weiss explica essa extravagante teoria conspiratória em seu livro: é a ideia de que os judeus promovem ativamente a en- →

ALEJANDRO ALVAREZ/REUTERS

trada de estrangeiros nos países onde atuam, para solapar as bases raciais da nacionalidade. O criador dessa teoria é um francês de extrema direita chamado Renaud Camus, que a sistematizou em *Le Grand Remplacement*, livro de 2012. Quem não conhece esse antecedente ideológico imagina que os extremistas de Charlottesville temiam que seus empregos seriam ocupados por judeus. Não: eles acreditavam que os judeus estimulam a entrada de imigrantes ilegais nos Estados Unidos para substituir os brancos. John Earnest, o extremista que em abril de 2019 entrou atirando na sinagoga de Poway, na Califórnia, matando uma mulher e ferindo outras três pessoas, acreditava na Grande Substituição.

O antissemitismo sempre se amparou em teorias conspiratórias, remontado aos libelos de sangue medievais, quando judeus eram mortos sob a acusação de usar sangue de crianças cristãs em suas cerimônias. A matriz do antissemitismo moderno está nos planos judaicos de dominação mundial relatados em *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, contrafação que começou a circular na Rússia, no início do século 20, e de lá ganhou o mundo. Novas falsificações proliferam em nossos tempos virais. O relatório da Universidade de Tel-Aviv diz que a explosão mundial de ataques antissemitas há dois anos foi alimentada por fake news que circularam durante a pandemia, atribuindo a "criação" da covid-19 aos judeus. Quando as restrições sanitárias começaram a ser relaxadas, ao longo de 2021, os conspiracionistas deram vazão a impulsos destrutivos que estavam represados.

Supremacistas
Em 2017, supremacistas brancos marcharam por Charlottesville, com tochas, gritando slogans antissemitas

Eis uma singularidade do antissemitismo entre outras formas de racismo, conforme nota Bari Weiss: o antissemita abraça não apenas um preconceito étnico, mas toda uma concepção de mundo na qual o judeu é "um marionetista do mal, o demônio por trás das cortinas, puxando as cordas". E não é só a direita extrema que abraça delírios do gênero. Boa parte da esquerda ainda aceita e até propaga a noção de que os judeus são um pilar da exploração capitalista da classe trabalhadora.

ISRAEL. O estereótipo do judeu está associado à rapinagem, à riqueza, aos bancos, ao poder financeiro. Um exemplo brasileiro: em dezembro do ano passado, o economista Paulo Nogueira Batista Júnior recorreu a esse surrado clichê antissemita para criticar a nomeação de Ilan Goldfajn para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O economista de "nome impronunciável", segundo Batista, seria "essencialmente um financista, ligado ao Tesouro americano e à comunidade judaica" – comunidade que teria "muita presença" em bancos privados e nos organismos econômicos internacionais.

Parte da esquerda tem ainda uma visão complacente do terrorismo islâmico, muitas vezes interpretado como uma reação exacerbada ao imperialismo americano – e ao sionismo: o ataque indiscriminado a Israel é central para o antissemitismo progressista. Nas recomendações para fazer frente ao antissemitismo reunidas no capítulo final de seu livro, Bari Weiss inclui a defesa de Israel. Isso não significa, esclarece ela, que as ações do governo israelense não possam ou não devam ser criticadas. O problema é que as críticas com frequência avançam contra a própria existência do Estado de Israel. E o que acontece no Oriente Médio serve de pretexto para manifestações de ódio antissemita no resto do mundo. O relatório da Universidade de Tel-Aviv atesta que, em 2021, o pico dos ataques a judeus na Europa se deu em maio e junho, quando Israel atacou a Faixa de Gaza.

Identidade
Há um ponto cego na cultura progressista: o judeu não costuma ser contemplado pela política identitária

Há ainda um ponto cego na atual cultura progressista, tão fixada no antirracismo e na defesa das minorias: o judeu não costuma ser contemplado pela política identitária. Este é o argumento central de *Jews Don't Count* (*Os Judeus Não Contam*, sem edição no Brasil), um instigante livrinho do comediante inglês David Baddiel, lançado em 2022. Baddiel define-se ele mesmo como um progressista, mas lamenta não encontrar apoio entre a elite intelectual e artística alinhada à esquerda, na qual vigora um certo menosprezo pelas atribulações judaicas – daí a leniência (ou a cumplicidade) de Jeremy Corbyn, ex-líder dos trabalhistas, em relação às correntes antissemitas de seu partido. Baddiel identifica uma nefasta "hierarquia de racismos" vigente na esquerda, na qual a propagação de estereótipos judaicos parece menos grave do que o preconceito contra negros, latinos ou muçulmanos. Bari Weiss denuncia o mesmo problema em termos mais crus: para a direita, afirma, os judeus nunca serão brancos o bastante; para a esquerda, nunca serão oprimidos o bastante. "Em ambos os casos, somos enquadrados como inimigos do 'povo'", diz ela. ●

Música

O espetáculo Frozen In Concert, com música ao vivo, está em cartaz no Parque Villa-Lobos

Show *Pop francês*

Zaz está no País com turnê ‘Organique’

Cantora vem ao Brasil para apresentação baseada em seu mais recente álbum, que traz músicas mais intimistas e pessoais

DANILO CASALETTI

A cantora francesa Zaz volta a se apresentar no Brasil após seis anos. O show faz parte da turnê internacional *Organique*, com a qual tem viajado o mundo para divulgar seu mais recente álbum, *Isa*, de 2021.

Para Zaz, que gravou esse álbum durante a pandemia e, por isso, ele assumiu um caráter mais intimista, reencontrar o público mundo afora tem sido uma experiência interessante. “O público está ficando cada vez mais ‘louco’. É bom encontrar o palco e a atmosfera da turnê. É um momento cheio de amor e alegria. Isso me faz feliz”, afirma Zaz ao **Estadão**.

YANN ORHAN

A francesa Zaz espera compartilhar bons momentos com a plateia

A cantora, que faz um som pop, com raízes no jazz, também abre espaço para a reflexão. No disco *Isa*, a canção *De Couleurs Vives* aborda temas como a diversidade e preconceito.

“Cantar essa música me permite enviar uma energia de liberdade, e, quando a canto, digo a todas as pessoas oprimidas no mundo para que encontrem forças para se posicionar”, comenta Zaz. Para ela, atualmente, as pessoas estão mais atentas a essas questões – e ajudam umas às outras.

Ela quer que esse sentimento de colaboração dê o tom em sua apresentação. Voltar ao Brasil, para ela, é motivo de muita felicidade. “Será uma grande festa encontrar o público brasileiro. Vamos cantar, vamos dançar, vamos fazer o que há de mais vivo na vida: compartilhar.” ●

Hoje (14), 22h. Espaço Unimed. R. Tagipuru, 795, Barra Funda. R$ 320/R$ 650.

Outros destaques

Marisa Monte

Queremos Festival

O festival ocorre neste sábado, 15, na Marina da Glória, no Rio, e terá transmissão digital e ao vivo. Uma boa oportunidade para assistir ao show de Marisa Monte (*foto*) que vem rodando o Brasil e alguns países do mundo com a turnê *Portas* (às 21h50). Entre as outras atrações que sobem ao palco estão Russo Passapusso e Antonio Carlos e Jocafi, Liniker, Zé Ibarra e Rachel Reis.

Sáb. (15), 14h. Canal da Amazon Music no Twitch. Gratuito.

LEO AVERSA

João Bosco

50 anos de carreira

Autor de clássicos da música brasileira, entre eles *O Bêbado e a Equilibrista* e *Papel Machê*, o compositor mineiro, que ao longo da carreira firmou parceria com nomes como Aldir Blanc e Capinan, segue comemorando seus 50 anos de carreira, completados em 2022. Neste show, ele se apresenta acompanhado apenas por seu violão e relembra composições de sucesso, entre elas *Bala com Bala*, *Agnus Sei*, *Linha de Passe*, *De Frente Pro Crime*, *O Rancho da Goiabada* e *O Mestre-Sala dos Mares*.

Hoje (14), 21h. Teatro Bradesco. Bourbon Shopping. R. Palestra Itália, 500, Perdizes. R$ 180/R$ 260.

FLORA PIMENTEL

Joss Stone

Show comemorativo

A cantora e compositora britânica Joss Stone (*foto*) traz para o Brasil a turnê *20 Years of Soul*, lançada recentemente na Alemanha. Nela, como o nome indica, Joss repassa suas duas bem-sucedidas décadas de carreira. Nesse período, a cantora lançou álbuns como *The Soul Sessions*, *Mind, Body & Soul* – do qual saiu um de seus maiores sucessos, a canção *You Had Me* – e *Introducing Joss Stone*. O disco mais recente da cantora, *Never Forget My Love*, foi lançado em fevereiro de 2022.

5ª (20), 21h30. Vibra São Paulo. Av. das Nações Unidas, 17.955, V. Almeida. R$ 390/R$ 900.

ALEX SILVA/ESTADÃO

Macbeth

Clássico revisitado

A montagem do grupo Eco Teatral para *Macbeth*, clássica tragédia de Shakespeare, relaciona questões fundamentais da obra, como a ambição e a culpa, com o atual contexto da política brasileira. Nessa adaptação, papéis que são tradicionalmente vividos por homens brancos agora são assumidos por corpos femininos e negros. A direção é de Thiago Franco Balieiro.

Estreia sáb. (15). 2ª e sáb., 20h; dom., 18h. Teatro de Contêiner. R. dos Gusmões, 43, Santa Ifigênia. R$ 40. Até 8/5.

Higo Jose

Bordados e IA

A exposição Pré-História, do artista visual cearense Higo Jose, traz 25 obras, entre esculturas e bordados, em diversas dimensões. Combinando a estética da ancestralidade, sobretudo as pinturas rupestres presentes em sítios arqueológicos, com a inovação da arte contemporânea, a mostra propõe a discussão de temas atuais, como o uso da ferramenta ChatGPT, que foi utilizada para escrever o texto crítico sobre as obras em exibição.

Inauguração sáb. (15). 4ª a sáb., 13h/17h. Lona Galeria. R. Brigadeiro Galvão, 990, Barra Funda. Gratuito. Até 15/5.

DUILIO FERRONATO